

# Reforma agrária e desenvolvimento

*Desafios e rumos da política de assentamentos rurais*



## REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO

# **Reforma agrária** e desenvolvimento

## **Organização**

*Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante  
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker*

## **Apoio para organização**

*Henrique Carmona Duval*

MDA  
Brasília, 2008

*Desafios e rumos da política de assentamentos rurais*

BERNARDO MANÇANO FERNANDES  
DELMA PESSANHA NEVES  
DULCE CONSUELO ANDREATTA WHITAKER  
EDGARD MALAGODI  
EDUARDO ERNESTO FILIPP  
FRANCISCO R. MARQUES  
HENRIQUE CARMONA DUVAL  
LUÍS ANTONIO BARONE  
MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA  
MARILDA A. MENEZES  
MARISA DE FÁTIMA LOMBA DE FARIAS  
MARISTELA SIMÕES DO CARMO  
MAURO SÉRGIO VIANELLO PINTO  
SÉRGIO SAUER  
VALERIA COMITRE  
VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Presidente da República

**GUILHERME CASSEL**  
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

**DANIEL MAIA**  
Secretário-Executivo do Ministério  
do Desenvolvimento Agrário

**ROLF HACKBART**  
Presidente do Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária

**ADONIRAM SANCHES PERACI**  
Secretário de Agricultura Familiar

**ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA**  
Secretário de Reordenamento Agrário

**JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA**  
Secretário de Desenvolvimento Territorial

**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**  
Coordenador-Geral do Núcleo de Estudos  
Agrários e Desenvolvimento Rural

**ADRIANA L. LOPES**  
Coordenadora-Executiva do Núcleo de  
Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

**NEAD ESPECIAL 11**  
**COPYRIGHT 2008 BY MDA**

**PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO**  
Márcio Duarte – **M10 DESIGN**

**REVISÃO E PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS**  
Andréa Aymar e Tauana Brandão

Ministério do Desenvolvimento Agrário (**MDA**)  
[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

Núcleo de Estudos Agrários e  
Desenvolvimento Rural (nead)  
SBN, Quadra 2, Edifício Sarkis, Bloco D  
loja 10, sala S2, **CEP:** 70.040-910 Brasília-DF  
Telefone: (61) 3961-6420  
[www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)

**PCT MDA/IICA** – Apoio às Políticas  
e à Participação Social no  
Desenvolvimento Rural Sustentável

D441r

Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais /Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, organização ; [autores] Bernardo Mançano Fernandes ... [et al]. -- Brasília : **MDA** ; São Paulo : Uniara [co-editor], 2008.

348 p. ; 23 cm. -- (Nead Especial ; 11).

ISBN 978-85-60548-31-6

1. Assentamento rural. 2. Políticas públicas. 3. Movimentos sociais. 4. Juventude rural. 5. Reforma agrária – experiências internacionais. I. Ferrante, Vera Lúcia Silveira Botta. II. Whitaker, Dulce Consuelo Andreatta. III. Fernandes, Bernardo Mançano ...[et al.]. IV. MDA. V. Série.

CDD 333.3181

# Sumário

» Prefácio 10

» Apresentação 12

» Introdução 14

**VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE 25**

**DULCE CONSUELO ANDREATTA WHITAKER 25**

## Parte I • Movimentos sociais e luta pela reforma agrária: velhas e novas questões

---

» 27 anos do MST em luta pela terra 27

**BERNARDO MANÇANO FERNANDES**

*Introdução 27*

1. *Gestação e nascimento do MST 29*

2. *Territorialização e consolidação do MST 32*

3. *Territorialização e institucionalização do MST 40*

*Estrutura organizativa do MST 41*

4. *MST e Via Campesina: mundialização do movimento camponês e dos conflitos. 46*

*Considerações finais 50*

*Referências bibliográficas 51*

» Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas 53

**SÉRGIO SAUER**

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

*Introdução 53*

*Conflito e violência no meio rural brasileiro 54*

*Modernização, violência e disputas políticas sobre o agro 61*

*Relação entre governo federal e movimentos sociais agrários 70*

*As disputas nos governos federais dos anos 1990 71*

*Mudanças na relação com o Executivo a partir de 2002?* 77

*Conclusão* 83

*Referências bibliográficas* 85

- » Experiências internacionais de reforma agrária:  
entre socialismo e populismo? 88

**EDUARDO ERNESTO FILIPPI**

*Introdução* 88

*A Revolução Industrial inglesa e a Revolução Francesa: mudanças agrícolas/  
agrárias precedem o advento da indústria moderna?* 90

*A evolução da estrutura agrária do Japão: da restauração Meiji à Segunda Grande Guerra* 91

*Os modelos coletivistas de reforma agrária: a União Soviética e Europa Oriental, China* 92

*A América Latina e a experiência dos “governos populares”:*

*México, Guatemala, Nicarágua, Cuba* 97

*Referências bibliográficas* 106

## Parte II • Gênero, juventude e o cotidiano dos assentamentos rurais

---

- » As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias:  
relações de gênero em assentamentos rurais 112

**ELISA GUARANÁ DE CASTRO**

*Apresentação* 112

*Introdução* 114

*Juventude rural: mais que uma minoria* 116

*Os muitos significados de “ficar” ou “sair” – construções de atores políticos* 117

*Juventude e juventude rural: hierarquia, controle e participação* 120

*Problematizando juventude e gênero na política de assentamentos rurais* 124

*Referências bibliográficas* 128

## » Juventude e educação em assentamentos do brejo paraibano 131

**MARILDA A. MENEZES****EDGARD MALAGODI****FRANCISCO R. MARQUES***Introdução* 131*O trabalho e a aprendizagem das crianças e jovens* 132*A divisão do trabalho na família* 135*As necessidades específicas dos jovens* 138*Educação formal e informal: um projeto para hoje e para o futuro* 141*Referências bibliográficas* 148» O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária:  
entre o vivido e o concebido 151**MARISA DE FÁTIMA LOMBA DE FARIAS***Referências bibliográficas* 167**Parte III • Mediadores e representação nos assentamentos rurais: o difícil diálogo**  
.....» O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas  
do processo de assentamento rural 172**DELMA PESSANHA NEVES***O associativismo: crença autoglorificada e descontextualizável* 179*Caracterização das associações pesquisadas* 183*Considerações finais* 207*Referências bibliográficas* 217» Diagnósticos participativos em assentamentos rurais no entorno de  
estação ecológica: o diálogo possível entre Ibama e agricultores 220**LUÍS ANTONIO BARONE***Introdução* 220*Roraima: o extremo norte do Brasil* 222*Os assentamentos do entorno da Estação Ecológica Maracá* 229



*Os diagnósticos participativos nos assentamentos* 232

*Por uma conclusão* 236

*Referências bibliográficas* 238

- » Estratégias agroecológicas de intervenção em assentamentos humanos: extensão para um rural sustentável 239

**MARISTELA SIMÕES DO CARMO**

**MAURO SÉRGIO VIANELLO PINTO**

**VALERIA COMITRE**

1. *Introdução* 239

2. *A política nacional da Ater (Pnater)* 241

3. *Agroecologia: conceitos e contrapontos* 243

4. *Programa residência agrária* 255

5. *O programa residência agrária da Unesp, Botucatu, estágio de vivência* 260

6. *Extensão rural agroecológica: compromisso das políticas públicas com a sociedade e o ambiente* 266

7. *Referências bibliográficas* 268

#### Parte IV • Políticas públicas em assentamentos rurais: imobilismos e avanços

---

- » Assentamentos na agenda de políticas públicas: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas 272

**VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE**

**LUÍS ANTONIO BARONE**

*Introdução* 272

*Retratos do universo empírico* 278

*Os assentamentos rurais na região de Araraquara (SP): as contradições da modernização agrícola e o poder do agronegócio* 278

*Assentamentos no Pontal do Paranapanema: conflitos fundiários e impasses nos projetos de desenvolvimento* 287

*Referências bibliográficas* 304

- » Autoconsumo e políticas municipais: perspectivas de segurança alimentar e de desenvolvimento 308  
**HENRIQUE CARMONA DUVAL**  
**VERA LÚCIA S. BOTTA FERRANTE**  
*Introdução* 308  
*Modos de vida e dimensões do autoconsumo* 309  
*O desenvolvimento rural pensado a partir do autoconsumo* 313  
*Programas municipais: enfoque na soberania e na segurança alimentar* 317  
*Retomada do referencial teórico: conclusões* 319  
*Referências bibliográficas* 321
- » Soberania alimentar e assentamentos de reforma agrária 323  
**DULCE C. A. WHITAKER**  
*Introdução* 323  
*O conceito de soberania alimentar* 324  
*Um pouco da história* 326  
*Soberania alimentar: um conceito dialético* 329  
*Encerrando o coloquial* 335  
*A luta pela soberania alimentar* 335  
*Referências bibliográficas* 339

# Prefácio

A partir de 2003 houve uma inflexão democrática na trajetória do Estado brasileiro em relação ao desenvolvimento rural e à reforma agrária. Tratou-se do reconhecimento da legitimidade das demandas históricas dos movimentos sociais, e da importância da participação e controle sociais nos processos de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas.

Esse processo resultou na recuperação da presença e da capacidade de ação do Estado brasileiro, à partir de uma nova orientação do governo federal voltada à participação social nos processos de formulação e implementação das políticas públicas, e da busca pela integração das ações de outros órgãos federais. Isso se traduz nas novas políticas públicas de reforma agrária; de garantia do direito à terra; de fortalecimento da agricultura familiar; de apoio à produção e comercialização; de segurança hídrica; de garantia de renda e de promoção da igualdade de gênero, geração, raça e etnia; de respeito à cidadania, dentre outras.

Os avanços que têm contribuído para fazer frente aos resultados do déficit histórico da presença do Estado e de políticas de garantias de direitos são inúmeros, mas é preciso considerar que eles ainda não são suficientes para atender a todas as necessidades de homens e mulheres, assentados, agricultores familiares e dos povos e comunidades tradicionais. Os desafios são muitos.

No entanto, é inegável a convergência da atuação do Estado e das aspirações da sociedade brasileira na garantia do direito à terra. As mudanças recentes e o aperfeiçoamento dessa nova trajetória do Estado têm sido ressaltadas e a importância da experiência do Brasil tem obtido reconhecimento nos mais diversos fóruns de organismos internacionais e da sociedade civil brasileira.

O estímulo à reflexão crítica e à difusão das mais diversas abordagens sobre os temas da reforma agrária e do desenvolvimento rural é de suma importância para seguir-se trilhando esse caminho de valorização dos processos participativos e da busca de soluções compartilhadas entre Estado e sociedade.

Esta publicação da Série NEAD Especial, "Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais", reúne um conjunto de reflexões resultantes do evento promovido em 2006 pelo Centro Universitário de

Araraquara (Uniará), no qual se debateram temas relacionados à reforma agrária e aos assentamentos rurais.

A obra apresenta abordagens que focalizam aspectos da agenda de movimentos sociais e organizações de trabalhadores e trabalhadoras na luta pela reforma agrária; experiências de reforma agrária em outros países; os processos de formação e qualificação de sociabilidade, além das vivências de homens, mulheres e jovens no cotidiano dos assentamentos da reforma agrária; os temas relacionados à participação social, ao associativismo e experiências de comercialização e às mediações dos assentamentos com as dinâmicas do desenvolvimento regional e poder local.

Com a divulgação desta obra junto ao público acadêmico, de gestores e gestoras públicos, especialistas, movimentos sociais, dentre outros, esperamos incentivar e ampliar ainda mais o debate público sobre aspectos importantes da reforma agrária.

Nosso intuito é valorizar e estimular um debate franco, aberto e democrático, enriquecendo e qualificando cada vez mais os processos de formulação, implementação, gestão e monitoramento das políticas públicas nos assentamentos rurais. Processos estes que contam com inúmeros avanços, mas que também apresentam desafios a serem equacionados pela ação conjunta do Estado e dos movimentos sociais.

Boa leitura!

*Adriana L. Lopes*

COORDENADORA-EXECUTIVA DO NEAD/MDA.

# Apresentação

Este livro é produto do evento intitulado *Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais* que vem dar continuidade a uma pesquisa de corte longitudinal voltada a esta temática amplamente debatida nos últimos 22 anos. São muitas as razões que nos levam a apresentar aos leitores, aos estudiosos da questão agrária, muito mais do que resultados pragmáticos de um evento que teve, sem dúvidas, representatividade nacional. São caminhos que têm feito da investigação de assentamentos rurais uma escolha de vida, a maneira que temos encontrado para dar ao conhecimento produzido retorno social.

Com esta publicação damos continuidade àquela lançada em 2005, na Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (**FAO**), com produtos do Simpósio Assentamentos Rurais: impasses e dilemas – Balanço de 20 anos, co-edição Centro Universitário de Araraquara (Uniará)/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Essa obra é considerada um marco na significativa bibliografia voltada à temática, por ter sido o primeiro balanço destas experiências de reforma agrária realizado em conjunto por pesquisadores, representantes institucionais e dos movimentos que têm tido participação nesta trajetória.

Para a presente edição, a pronta resposta e o estímulo do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) foram fundamentais, prova viva de que pode haver legitimidade na representação institucional. Agradecemos ainda o apoio que temos recebido continuamente em nossas pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), dos órgãos gestores, do Incra, do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e do Uniará.

Foi fundamental a dedicação intelectual e afetiva da equipe de bolsistas, composta por Henrique, Thauana, Daniel, Aline, Cidinha, Alcir, Valéria, Marinaldo e, mais recentemente, Luiz Manoel, nosso colaborador em um projeto de pós-doutoramento desenvolvido junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em parceria com a Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri)/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Uniará.

Este é, portanto, fruto de uma produção coletiva. Se, na sua organização aparecem nossos nomes, o de Dulce Consuelo Andreatta Whitaker e o meu, com

certeza, também se fazem forte e significativamente presentes as colaborações de Luís Antonio Barone, professor doutor da Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT)/Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente, nosso braço direito há mais de duas décadas, justamente o tempo de constituição dos assentamentos rurais, após o I Plano Nacional de Reforma Agrária.

Nos tempos presentes, sem a colaboração de nossas secretárias do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Ivani e Adriana, tudo seria muito mais difícil e os dilemas, quase insolúveis.

Por último, mas sempre com nosso reconhecimento e carinho, aos assentados, protagonistas desta história que nos desafia e nos faz continuar a ter esperanças no amadurecimento da democracia no Brasil. \*

*Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante*

# Introdução

Após mais de 20 anos completos do lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I **PNRA**), iniciativa que pode ser considerada marco em termos de políticas públicas voltadas a essa questão, a problemática do desenvolvimento dessa gama de assentamentos rurais implantados desde então é particularmente candente. Para alguns, os mais críticos da política de cessão de terras para os assentamentos, tais experiências redundam em total fracasso econômico, não se furtando, inclusive, a reafirmarem a alcunha de “favela rural” para os Projetos de Assentamentos. Essa desqualificação, visivelmente ideológica, ressalta de maneira exagerada em único aspecto – o estritamente econômico-financeiro –, ocultando outras dimensões que o complexo conceito de desenvolvimento carrega inevitavelmente.

Não pensamos os assentamentos nem como expressão inequívoca de desenvolvimento, nem como sua peremptória negação. Esta perspectiva busca estabelecer relações possíveis entre uma dada realidade empírica – que é mais que uma política pública, porque é também obra da luta de milhares de famílias camponesas – e um conjunto de preocupações teóricas daqueles que estudam ou interferem, via Estado, nessa realidade. Para nós, a relação dos assentamentos com o desenvolvimento não é direta, linear, mas pautada por tensões, que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida e na maneira de inserção dos assentados em contextos regionais que, no caso brasileiro, são extremamente diversificados.

O simpósio *Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais* foi um retrato vivo das tensões e singularidades que se apresentam na análise do presente e futuro dessas experiências.

A primeira parte deste livro, *Movimentos Sociais e Lutas pela Reforma Agrária*: velhas e novas questões, traz para o debate a trajetória de 27 anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (**MST**), a importância dos movimentos sociais, as expressões de violência da disputa política travada entre trabalhadores e trabalhadoras rurais sem acesso à terra, de um lado, e os proprietários rurais e o Estado, de outro. Ainda mais, permite ao leitor ter uma visão crítica e lúcida da questão da terra em um conjunto de países, suscitando, indiretamente, indagações ou possíveis comparações com as experiências brasileiras – frustradas ou não – de reforma agrária.

A luta pela reforma agrária na agenda dos movimentos e organizações de trabalhadores, confrontados com a ação estatal, perfaz um conjunto de dilemas e tensões sobre o futuro das experiências de assentamentos e, igualmente, do futuro da democracia no País.

O texto de Bernardo M. Fernandes, *27 Anos do MST em Luta pela Terra*, nos traz a visão do geógrafo, que parte dos territórios da reforma agrária e suas conflitualidades no País para chegar à mundialização do movimento camponês. Sua contribuição está em dar relevo ao protagonismo dos movimentos camponeses, que alguns teóricos de diferentes matizes insistem em negar.

Neste artigo, o pesquisador discute o processo de territorialização compreendido pelas ocupações de terra e conquista de assentamentos rurais. Em tais lugares, constituem-se territórios onde o campesinato se recria e reproduz a luta pela terra. Analisa desde o processo de gestação do **MST** até sua institucionalização, quando o movimento torna-se o principal interlocutor do governo federal a respeito da reforma agrária. Trajetória que não se dá sem atalhos e/ou manifestações de recusa. Críticas ao modelo de organização política proposto pelo **MST** pipocam aqui e acolá.

É extremamente significativo que o pesquisador no seu texto não deixa de balizar, os limites desses movimentos diante da força do agronegócio – o que descreve com clareza crítica, dentro dos paradigmas da questão agrária.

A seguir, o texto de Sérgio Sauer e Marcos Rogério de Souza, *Movimentos Sociais na Luta pela Terra*, traz uma visão política, necessária, sem dúvida, à compreensão da reforma agrária tardia pela qual todos lutamos. Os autores situam teoricamente as diferenças entre conflito e violência, para mostrar que a violência no campo brota da estrutura fundiária perversa que nos acompanha ao longo da história, enquanto os conflitos são processos sociais legítimos, derivados da luta para superar essa violência.

Analisando o que foi feito no plano das ações do Programa do Governo Lula, os autores apontam que, entre a inclusão em seu programa da reforma agrária como um eixo da “política de desenvolvimento sustentável e solidário” do meio rural e da agricultura brasileira e o que foi efetivamente feito, há hiatos e a constatação de promessas não cumpridas, como as metas previstas pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Dialogando com os números e a qualidade dos recursos liberados, os autores reconhecem que foram obtidos bons resultados nas propostas dirigidas à agricul-



tura familiar pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (**MDA**), especialmente no que tange à ampliação do volume para o Plano Safra. Suas conclusões mostram o campo de tensões entre as reivindicações dos movimentos sociais e o que é efetivamente implementado pelo governo.

Apesar da criação e ampliação de programas e políticas voltadas aos assentamentos – a exemplo da criação do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Programa Luz para Todos, dentre outros –, a estrutura fundiária e as relações sociais no campo permanecem intocadas. Conclusões a demonstram que permanece vivo o desafio de democratizar o acesso à terra.

O artigo de Eduardo Ernesto Filippi, *Experiências Internacionais de Reforma Agrária: entre socialismo e populismo?*, propõe-se a analisar criticamente a questão da terra em um conjunto de países em uma abordagem multidisciplinar, a partir de uma leitura plural de suas histórias e trajetórias distintas.

Até que ponto a redistribuição do fator produtivo terra contribui para uma maior diversificação produtiva em uma dada estrutura econômica? Os casos soviético e cubano convergem para uma resposta positiva. O caso nicaraguense mostra resultados distintos. Por trás dessa questão, existe um debate político entre teses teóricas e a pressão de movimentos sociais para programas de reordenamento agrário.

Pode parecer, erroneamente, que os outros modelos de reforma agrária nada têm a ver com a política brasileira de assentamentos rurais que está muito longe de ser a expressão de uma reforma agrária radical.

Eduardo Ernesto Filippi parte de concepções distintas de reforma agrária. A primeira, conhecida como clássica, é a da distribuição maciça de terras, modelo típico de reforma agrária implantada nos países centrais ao longo do século XVIII até o período da Segunda Grande Guerra.

A segunda concepção aparece referida à colonização e nos remete à experiência desastrosa de ocupação da Amazônia desenvolvida pelos governos militares em uma escalada crescente de violação dos direitos humanos e de atrocidades cometidas por pistoleiros a mando dos fazendeiros.

A terceira concepção expressa pela implementação de assentamentos rurais tem levado à discussão das perspectivas e limites de reprodução social do agricultor e de sua família face aos estrangimentos estruturais do agronegócio.

Enfrentar as armadilhas do produtivismo – que afetam decisivamente as condições de vida da Rússia na era pós-1917, levando-a a mergulhar em uma selvagem economia de mercado – as investidas de controle estatal direto – expressas na aprovação pelo parlamento cubano de uma nova lei agrária que flexibiliza a posse da terra são, portanto, caminhos necessários para que a política de assentamentos rurais enfrente efetivamente os fundamentos político-econômicos da profunda desigualdade social no Brasil. Para tanto, o leitor é convidado a fazer, com Eduardo Filippi, uma leitura ampliada a respeito da questão da terra e das experiências de reforma agrária no Brasil e no mundo.

A segunda parte do livro, *Gênero, Juventude e o Cotidiano dos Assentamentos Rurais*, mostra uma gama diversificada e rica de um processo de ressocialização, no qual se redefinem identidades, papéis e hierarquias. O cotidiano dos assentamentos mostra um complexo cenário em que a construção de lealdades, de rearranjos na sociabilidade comandados por relações de parentesco, de vizinhança, é atravessado por outros mecanismos, nos quais percebem-se estratégias de recusa das mulheres à violência de gênero, dilemas dos jovens face às decisões entre ficar e sair dos assentamentos e um cotidiano no qual solidariedades e rupturas, carências objetivadas e subjetivadas alternam-se em uma trama de relações plena de significados.

Elisa Guaraná de Castro, em *As Jovens Rurais e a Reprodução Social das Hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais*, parte do padrão de dominação patriarcal constitutivo do nosso tipo de sociedade – atenuado, hoje, ou disfarçado sutilmente nos espaços racionalizados das profissões urbanas, que se mostra explicitamente nas áreas rurais por ela pesquisadas, manifestando-se com mais clareza, porém de forma bastante complexa, pelo cruzamento de diferentes fatores: idade, gênero, posição dentro da família, posse ou não do lote de reforma agrária – fatores que ora atenuam, ora agravam as hierarquias investigadas.

Pode-se falar que os jovens rurais estão realmente saindo do campo? Elisa deixa bem claro que a vivência da experiência do meio rural como jovens não é linear e nem homogênea, ocorre em diferentes planos, dentre os quais encontramos atravessada a questão de gênero.

Há certo consenso nas pesquisas quanto às dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente quanto ao acesso à escola e trabalho. Outro viés tem como principal leitura a atração do jovem pelo meio urbano, ou ainda pelo estilo de vida urbano. A maioria dos jovens que afirmaram querer ir embora

relacionou esse desejo a querer viver em um lugar melhor. Tal construção é fruto da percepção do tempo vivido em uma área rural desvalorizada socialmente nos espaços urbanos que freqüentam, tanto nas referências estigmatizadoras sobre a sua população, quanto pela “exclusão” ao acesso a serviços públicos e privados.

O artigo de Elisa Guaraná aponta para a necessidade de se repensar a idéia de “sair” e “ficar” como movimentos definitivos dos jovens e observá-los a partir das múltiplas formas em que se apresentam, podendo simplificar estratégias familiares de manutenção da terra, formas de se afastar da autoridade paterna, dentre outros fatores. Na contramão das generalizações que pecam por não apreender diferenciações na categoria juventude rural, o artigo nos mostra que, apesar das difíceis condições de vida e de produção, um número importante de jovens vem reafirmando querer ficar no campo. Nesse caso, reconstroem a identidade rural em processos organizativos dos movimentos sociais rurais.

Enfim, a interpretação do “ficar e sair” do campo é bem mais complexa do que a leitura da atração pela cidade e nos remete à análise da juventude rural como uma categoria social chave, pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo.

O texto de Marilda A. Menezes, Edgard Malagodi e Francisco R. Marques, Juventude e Educação em Assentamentos do Brejo Paraibano, produzido a partir de pesquisas e trabalhos de extensão no Brejo Paraibano, confirma estudos recentes sobre juventude rural em diferentes regiões do País, no que se refere aos dilemas e ambigüidades dos jovens sobre a permanência ou não nos assentamentos de reforma agrária, bem como a crescente aspiração aos “estudos” como estratégia de profissionalização.

Apesar da conquista da terra e das pressões do Incra contra a saída de assentados para trabalhar fora do assentamento, os autores reiteram que é recorrente a migração de jovens solteiros, homens e mulheres, e também casados, titulares dos lotes. Consideram a migração como uma estratégia de obtenção de renda monetária, não representando uma ruptura com a família ou com o lote.

O texto faz um alerta importante a ser avaliado pela agenda das políticas públicas. Aponta a necessidade de que os cursos de capacitação e treinamento para os jovens de hoje, voltados às atividades do meio rural, sejam diretamente agrícolas, de beneficiamento, de comercialização ou de industrialização. Esse tipo de formação poderia se constituir em uma alternativa importante para a sustentabilidade dos jovens e suas famílias no meio rural.

Marisa Lomba de Farias nos presenteia com um texto poético: O Cotidiano dos Assentamentos de Reforma Agrária: entre o vivido e o concebido. A autora revela compreensão profunda das subjetividades envolvidas e sua interpretação serve como antídoto às visões pessimistas que contemplam os assentamentos sob a ótica urbanocêntrica consumista e materialista das sociedades industriais.

Tomando o cotidiano como um espaço-tempo intrincado, sem delimitações precisas, Marisa retoma o dia-a-dia de homens e mulheres assentados que se comunicam, agem, reagem, se indignam, rememoram momentos vividos, choram, se emocionam.

Desvendando um redemoinho de situações contínuas e descontínuas, a pesquisadora analisa o choque de valores e expectativas observado entre as famílias, os mediadores e os outros agentes que se fazem presentes nesse campo de lutas.

O texto mostra esse continuado movimento com riqueza analítica, captando ambigüidades fundantes das relações sociais tecidas no cotidiano dos assentamentos rurais. São evidenciados problemas gerados por expectativas discordantes entre as próprias famílias, suscitadas pelo outro, o Estado que fixa regras totalmente abstratas, parâmetros lineares que se põem na contramão dos projetos familiares estruturados sob diversas subjetividades, heterogeneidades e representações sociais que se misturam e se redesenham no assentamento. Esta simbiose de culturas, gestos e papéis se alterna na experiência de cada família, criando uma “coloração empírica”, um “estilo” para cada novo projeto que ressurgue no assentamento. É essa vida em espirais que a pesquisadora nos mostra, dando ao leitor sinais vivos de que os assentamentos comportam sonhos, utopias em um movimento contínuo e descontínuo, em que experiências e representações de um mundo internalizado, assimilado, reinventado, para além da vida presente se fazem presentes.

A terceira parte do livro, Mediadores e Representação nos Assentamentos Rurais: o difícil diálogo, toca em questões necessárias em uma agenda de pesquisas voltada a essa temática. Põe em discussão ideários de organizações e experiências concretas levadas adiante de organização associativa, de metodologias diferenciadas e de parcerias com órgãos gestores.

O artigo de Delma Pessanha Neves, O Associativismo e a Comercialização Agrícola: dilemas do processo de assentamento rural, dá continuidade à rica produção da autora sobre a temática, ao discutir os problemas que se apresen-

tam na tensa construção e consolidação da categoria assentado e dos modos de objetivação dos programas de assentamentos rural. A pesquisadora privilegia analiticamente os meios postos em prática para a emergência de representação política entre os assentados - inserida em um campo de disputas – e o estudo das associações, unidades sociais a partir das quais os assentados tendem ou são levados a se conceber como atores/interlocutores na gestão do processo de assentamentos.

O que significa essa necessidade de adentrar num mundo onde o documento, a contabilidade e a escrita se fazem necessários? Aceitar a dependência dos mediadores políticos voltados para a elaboração de um ideário sobre a própria organização política? Como os assentados são levados a aprender a lidar com a concorrência de representações diversas sobre seu próprio futuro?

Tecendo uma lúcida crítica sobre os sistemas classificatórios construídos a partir de adjetivações dicotomizadas – segmentadas em produção capitalista e familiar –, a pesquisadora contraria a continuada pressuposição de que as relações objetivas, por si só, estruturam as práticas individuais das experiências e visões de mundo dos assentados e busca um entendimento menos reificado das relações de produção e de mercado.

Passando em revista distintas dimensões de sete associações e seus respectivos assentamentos, situados no Estado do Rio de Janeiro, a pesquisadora discute constrangimentos e alternativas que têm se apresentado aos assentados. A construção de um sistema de divisão de trabalho político, capaz de instituir a delegação da representação tem permitido a articulação em redes de instituições, assim como tem facilitado a integração entre os próprios produtores. Persistem, no entanto, elementos de fragilidade no trabalho de assessoria técnica oficial para a melhoria das condições de produção e de fortalecimento das organizações de representação dos agricultores. Igualmente, em outro campo, as relações que se estruturam entre produtores e vendedores são orientadas pela reciprocidade negativa, nas quais roubo e atitudes de passar para trás imperam.

Neste espaço de disputas, qual é o papel da ideologia e da prática do associativismo para os rumos dos assentamentos? Desafios é que não faltam neste instigante artigo de Delma Pessanha Neves.

O artigo de Luís Antonio Barone, Diagnósticos Participativos em Assentamentos Rurais no Entorno de Estação Ecológica: o diálogo possível entre Ibama e agricultores, põe em questão uma modalidade de metodologia voltada à di-

menção participativa posta em prática em Roraima com o objetivo de modificar a relação dos assentados com os órgãos gestores.

O trabalho, resultado de uma pesquisa realizada na região centro-norte do Estado de Roraima a fim de subsidiar a elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Maracá, uma das unidades de conservação gerida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), pôs em ação a metodologia de diagnósticos participativos junto às comunidades de três Projetos de Assentamentos implantados pelo Incra em territórios que contornam a estação. O propósito dessa atividade não foi somente investigativo. O “encontro” entre agentes do Ibama e os assentados, fora do circuito da fiscalização, pode propiciar espaços de diálogo e de reflexão sobre a prática dos agentes oficiais. Até que ponto a aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo – cuja origem está nas ações de planejamento e extensão desenvolvidas desde os anos 1990 – surtiu os efeitos esperados?

O contexto em que se dá tal experiência tem características singulares. Trata-se de Roraima, cuja vegetação é considerada pela Constituição Federal como “patrimônio nacional” e cuja ocupação está diretamente relacionada a sua especificidade ambiental, ainda que a abertura de novas estradas, a partir da década de 1970, tenha acelerado a agressão ao meio ambiente, com a extração predatória da madeira. Processo que vai adquirindo dimensões conflituosas, agravadas com o açambarcamento das terras dos assentamentos do Incra pelos pecuaristas.

Diante desse quadro e de um afunilamento de perspectivas, os assentamentos são vistos praticamente como locais de passagem, o que explica o abandono ou “venda” de suas terras. Entre rigores do setor de fiscalização do Ibama e restrições para manter minimamente a subsistência da família, poucas perspectivas se apresentam para os agricultores.

Havia outras perspectivas de práticas de subsistência e obtenção de renda sem destruição do patrimônio ecológico da região? Luís Barone discute em seu texto as possibilidades e limitações de alternativas ambientalmente adequadas e economicamente rentáveis para os assentamentos do entorno da Estação Ecológica Maracá. Centrado na metodologia do diagnóstico participativo, o pesquisador analisa um itinerário de desafios que se fazem presentes na discussão dos rumos dos assentamentos e na “eficiência” da gestão proposta pelas políticas públicas.

Maristela Simões do Carmo, Mauro Sérgio Vianello Pinto e Valéria Comitre, no artigo *Estratégias Agroecológicas de Intervenção em Assentamentos Humanos: extensão para um rural sustentável*, nos brindam com esclarecimentos conceituais preciosos no campo da Agroecologia para, em seguida, descrever e avaliar, com clareza, uma experiência distinta pela busca de sustentabilidade, realizada pela Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA)/Unesp de Botucatu em parceria com o Incra, o MDA e o MST –, que traz a marca da verdadeira pedagogia, aquela que parte da realidade dos atores contemplados pelo processo para harmonizá-la com os conteúdos “ditos universais” da ciência oficial, aplicados então com técnicas respeitadoras em relação à cultura e ao meio ambiente.

Os autores discutem, com precisão, os elementos necessários para a interligação entre a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e os fundamentos da Agroecologia, desnudando os preconceitos que tentam discriminar modelos diferenciados de desenvolvimento para o rural brasileiro.

Outras perspectivas de sustentabilidade como processo multidimensional são mostradas pelos autores na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Destacando o Programa de Residência Agrária, formação e qualificação profissional para assistência técnica e extensão rural e uma parceria feita com a Unesp, os autores discutem caminhos alternativos de capacitação dos técnicos a partir de uma crítica necessária e criteriosa à disseminação dos pacotes tecnológicos.

Levando o leitor a conhecer, passo a passo, os objetivos e a metodologia do estágio de vivência, os pesquisadores nos convencem de que há efetivamente novas perspectivas de formação para os extensionistas agroecológicos. Evidentemente, os desafios vão além dos aspectos econômicos e da decantada produtividade, pondo no centro do debate a necessidade da nova prática extensionista, desvinculando-a do difusionismo tecnicista, incorporando dimensões culturais e ambientais.

A quarta parte do livro, *Políticas Públicas em Assentamentos Rurais: imobilismos e avanços*, permite a discussão das mediações dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional e com o poder local.

São analisadas criticamente as parcerias com as agroindústrias, como expressão de relações assimétricas de poder, apontados problemas e perspectivas para os assentamentos não submergirem ao rolo compressor do agronegócio.

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Luís Antonio Barone, com seu artigo *Assentamentos na Agenda de Políticas Públicas: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas*, trazem grande contribuição à compreensão das relações entre assentados de reforma agrária e poder local nos municípios que os contêm. Os autores mostram a trama de tensões estabelecidas por essas relações em duas regiões do Estado de São Paulo bem diferentes: Araraquara, no centro do Estado, e Pontal do Paranapanema, no sudoeste – esta última marcada historicamente por conflitos intensos. As semelhanças, diferenças e especificidades apontadas sinalizam para a necessidade de novas abordagens relacionais que dêem conta da complexidade do fenômeno assentamentos em outras regiões do estado e do País.

Ao privilegiar o âmbito local/regional no enquadramento empírico desse estudo, a análise se defrontou imediatamente com tensões específicas, tanto do ponto de vista das estruturas políticas e econômicas, quanto dos atores sociais diretamente envolvidos nessa conflituosa experiência.

O caráter comparativo visou, portanto, ressaltar os possíveis rumos das experiências de assentamentos, em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/atores sociais que animam o cenário local/regional em cada caso, bem como por meio das tensões que se expressam no campo das alternativas políticas e econômicas.

No que tange às relações com as agroindústrias, essa rede é constituída por meio das parcerias – discutidas como expressão de desigualdades, exigindo-se a desconstrução de seu significado conceitual usual –, as quais são analisadas, no presente artigo, atravessadas pela noção de trama de tensões.

Assim, temas como a gestão do trabalho no interior dos assentamentos, a produção para o autoconsumo e a recuperação de um possível *ethos camponês* não podem ser corretamente analisados sem se levar em conta a trama de conflitos, resistências e acomodações formada pela integração desses assentamentos aos contextos locais de cada região.

Na abordagem dos autores, separar estes processos (autoconsumo e produção comercial), mesmo que analiticamente, faz com que sejam perdidas as conexões concretas, visíveis na organização produtiva e familiar nos assentamentos.

Henrique Carmona Duval e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante trabalham em complexas interfaces entre Agroecologia, Sociologia e Economia, para produzir o texto *Autoconsumo e Políticas Municipais: perspectivas de segurança alimentar e de desenvolvimento*, o que permite compreender com clareza as possibilidades,



vantagens e também os limites do autoconsumo, em duas situações pesquisadas nos assentamentos da região de Araraquara – uma visão dialética, que não evita as contradições entre a produção de alimentos e a força do agronegócio da cana, muito pelo contrário, as enfrenta com embasamento teórico adequado.

Este artigo vem somar-se às contribuições críticas das avaliações dos assentamentos pautadas por indicadores de sucesso/fracasso. Valorizando o autoconsumo, rejeitando seu olhar por uma lógica pautada por dinâmicas de produtividade capitalista, o artigo discute esta produção como parte das estratégias de produção das famílias assentadas.

Além do mais, volta-se para a análise de dois programas municipais que têm aberto espaço para o escoamento de produções da agricultura familiar no município, ora pela venda direta à população, ora pela destinação à merenda escolar e às instituições assistencialistas. Os autores defendem essa inovação na gestão pública dos assentamentos, mais condizente com a lógica do pequeno produtor de que as parcerias com as agroindústrias, nas quais a maior parte das famílias encontra-se em condição de desigualdade.

Trata-se dos programas Direto do Campo, o qual consiste na venda direta da produção à população em dois espaços urbanos, e Aquisição de Alimentos, em parceria com o governo federal. Certamente, tais experiências, acenando com enfoques na soberania e segurança alimentar representam o embrião de um modelo de desenvolvimento alternativo para os assentamentos rurais.

No artigo Soberania Alimentar e Assentamentos de Reforma Agrária, a pesquisadora Dulce Consuelo Andreatta Whitaker contribui, do ponto de vista teórico-metodológico e a partir da sua riquíssima experiência em estudos sobre assentamentos rurais, para que interpretações sobre a questão agrária não sejam absolutizadas.

Partindo do conceito de soberania alimentar, a autora resgata o “habitus” dos assentados e as estratégias adotadas para não submergir ao movimento supostamente onipotente do agronegócio. Face às desoladoras paisagens provocadas pela monotonia das *plantations*, Dulce Whitaker resgata outro olhar sobre os assentamentos, voltado à formação de mosaicos diversificados, próprios da agricultura camponesa com suas hortas, pomares, criações, cultivos variados. Contradições que são priorizadas nesse artigo – mesmo porque, em se tratando de assentamentos, não há modelos inexoráveis e/ou monolíticos de interpretação.

O que está em jogo, neste artigo, é a discussão da reprodução de vida em uma leitura lúcida e aprofundada dos riscos que temos de perder nossa soberania alimentar, categoria vital na defesa dos direitos humanos. Sem enfrentarmos teórica e efetivamente a obsessão do produtivismo, sem discutirmos alternativas ao modelo de agronegócio, não temos dúvidas de que nossa soberania alimentar continuará sendo seriamente abalada. Perspectiva que leva a pesquisadora a reafirmar a importância da diversidade de práticas e cultivos postos em ação em assentamentos rurais, o que tem permitido uma série de transformações positivas no meio ambiente, especialmente na preservação da heterogeneidade. Desafios que permitem ao leitor refletir sobre a necessidade de ser preservada, em cada região, com suas marcas singulares de capital simbólico, a soberania alimentar como direito humano fundamental.

São os dilemas e tensões apresentados por este livro que nos levam a recomendar vivamente sua leitura e sua crítica a todos aqueles que acreditam que o enfrentamento da reforma agrária é decisivo para o futuro de nosso País. \*

*Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante*

*Dulce Consuelo Andreatta Whitaker*

**ARARAQUARA, AGOSTO DE 2007.**

Na espreita da primavera.

**PARTE I**

Movimentos sociais e  
luta pela reforma agrária:  
velhas e novas questões

# 27 anos do MST em luta pela terra

*Bernardo Mançano Fernandes<sup>1</sup>*

## **Introdução**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (**MST**) foi fundado em 1984, mas o processo de gestação na formação do Movimento começou cinco anos antes. Neste artigo, procuramos analisar o **MST** nos seus 27 anos de luta pela terra para compreender seu processo de formação, desde sua gestação. Não foi o espaço geográfico o berço do **MST**, mas uma relação social denominada luta pela terra, que é aqui compreendida como política pública que somente os movimentos camponeses podem fazer. Política esta que empurra as políticas de reforma agrária e que se desdobra em outras políticas públicas conforme a correlação de forças entre movimentos e governos. O **MST** não nasceu no Rio Grande do Sul, como muitos pensam, o **MST** nasceu no Brasil, nas diversas lutas pela terra, acompanhada e abençoada pela Comissão Pastoral da Terra.

A ação que faz o sujeito que a pratica. Do mesmo modo, a luta pela terra avança alheia à existência ou não de um plano de reforma agrária. A luta pela terra é uma luta popular e a reforma agrária é uma política pública de competência do Estado. A luta pela terra é compreendida por duas manifestações políticas principais: a ocupação da terra que acontece diariamente e tem sido a principal forma de acesso à terra no Brasil (**FERNANDES**, 2000; **LEITE**, 2004) e as marchas de diversos movimentos camponeses para pressionar o Estado na realização de políticas públicas, como por exemplo: políticas de créditos, de educação e moradia, que acontecem periodicamente. O avanço da luta pela terra tem mantido a reforma agrária na pauta política do estado. Todavia, até o momento o Estado não tem sido competente para efetivar uma política de reforma agrária

1. Geógrafo, professor dos cursos de Pós-Graduação e Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente. Assessor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (**MST**). Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural na América Latina e Caribe do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (Clacso). [bernardo@pesquisador.cnpq.br](mailto:bernardo@pesquisador.cnpq.br)

que desconcentre a estrutura fundiária. Evidentemente que a participação do Estado nesse processo é fundamental. Mas não é determinante e nem propositiva. O Estado caminha a reboque dos movimentos camponeses.

Demonstraremos essa questão, analisando o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (**MST**) e as ações de diversos governos, desde a ditadura militar ao governo Lula. Essa conflitualidade constitui a questão agrária brasileira baseada numa estrutura fundiária concentrada e uma agricultura moderna. Compõe essas disparidades o paradoxo da exclusão dos movimentos camponeses na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento rural, ao mesmo tempo, em que suas ações promovem a ressocialização e os direitos básicos da cidadania.

O Estado tem tratado a questão agrária somente com políticas conjunturais conforme o poder de mobilização dos movimentos camponeses. A razão dessa postura deve-se ao controle político do Estado pelos ruralistas, que tem impedido o desenvolvimento da agricultura camponesa no Brasil. Esse monopólio político determinou as condições para que a modernização da agricultura mantivesse a estrutura fundiária concentrada impedindo o acesso à terra aos camponeses. Analisamos essas realidades, nas últimas quatro décadas, definindo quatro períodos da formação e territorialização do **MST**.

O processo de territorialização é compreendido pelas ocupações de terra e conquista de assentamentos rurais. Esses lugares constituem-se em territórios onde o campesinato se recria e reproduz a luta pela terra. Esse processo é permanente e é o eixo de nossa análise. Definimos o primeiro período como gestação do **MST** que precede a sua fundação. Esse momento é fundamental para compreender as bases de seu processo de formação. O segundo período foi definido tomando como referência suas ações em escala nacional e a consolidação da estrutura organizativa. Nessa fase, o **MST** configura a sua forma de organização e se estabelece em todas as regiões brasileiras. No terceiro período, analisamos a sua institucionalização, quando o **MST** torna-se o principal interlocutor do governo federal a respeito da reforma agrária e é reconhecido internacionalmente. Definimos o quarto período a partir do processo de mundialização dos movimentos camponeses com a criação da Via Campesina. Desde a segunda metade da década de 1990, a luta pela terra e a reforma agrária ganham conotação internacional, tanto pela criação da Via Campesina quanto pela política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial.

## 1. Geração e nascimento do MST

Em 1964, o governo da ditadura militar elaborou o Estatuto da Terra. Esse foi o primeiro documento que tratou da reforma agrária na história do Brasil. O objetivo do governo não era aplicar a Lei, mas sim controlar os conflitos por terra. A política agrícola que tinha como referência o modelo da denominada “Revolução Verde” não contemplava a agricultura camponesa, atendia somente a expansão da agricultura capitalista. Uma medida para tentar minimizar os conflitos foi a implantação de projetos de colonização, por meio da migração dirigida de camponeses para a Amazônia. Todavia, essa política não diminuiu os conflitos por terra nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país. Os governos da ditadura militar reprimiram violentamente as ações dos trabalhadores que reivindicavam seus direitos, como acesso à terra e melhores condições de trabalho. No final da segunda metade da década de 1970, depois de 15 anos de forte repressão política da ditadura militar, os trabalhadores do campo e da cidade intensificaram suas lutas para reconstruir a democracia e reconquistar direitos.

No campo, a partir da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nasceram experiências de luta pela terra que gestaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). As lutas camponesas para ficar na terra, principalmente pela resistência dos posseiros na Amazônia, por meio dos sindicatos de trabalhadores rurais; ou para entrar na terra, especialmente das ocupações de terra no Nordeste e no Centro-Sul compõem as diferentes formas de resistência do campesinato brasileiro. Essas ações mantiveram na pauta política a questão da reforma agrária, que havia sido sufocada com o golpe militar de 1964.

Na cidade, as greves dos metalúrgicos, professores, bancários e outras categorias reunidas na formação de um movimento sindical autêntico criaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na década de 1980, as lutas populares dos movimentos e dos sindicatos pelas conquistas dos direitos e pelo restabelecimento da democracia constituíram-se nas bandeiras de lutas que fundaram e transformaram o Partido dos Trabalhadores (PT) em um dos mais importantes partidos brasileiros.

Essas distintas forças políticas nasceram quase que concomitantemente em espaços políticos diferentes, interativos e autônomos, cada qual com sua estrutura organizativa. Além de suas origens formadas no seio das lutas de classes, essas organizações tinham em comum pelo menos um princípio: a defesa dos direitos

e dos interesses dos trabalhadores. Com a fundação do Partido dos Trabalhadores, criou-se um espaço para reunir os projetos políticos dos diferentes segmentos das classes. Na década de 1980, os movimentos camponeses, a Comissão Pastoral da Terra, com o apoio político do PT, mais do que recolocaram na pauta política a questão da reforma agrária, transformaram a luta camponesa numa das principais formas de acesso à terra.

Quando famílias sem-terra realizam uma ocupação, conquistam a terra e organizam nova ocupação, elas estão formando um movimento camponês. E, ao mesmo tempo, estão conquistando novos territórios. Essa leitura da luta pela terra nos permite compreender que forma de organização social e território são partes indissociáveis da luta camponesa. É por essa razão que denominamos este texto de formação e territorialização do **MST**. Nas primeiras ocupações de terra que aconteceram nos anos de 1979 até 1985, as famílias sem-terra criaram diversas comissões ou setores para cuidar das atividades referentes à luta pela terra. Essas ocupações traziam o embrião do que viria a ser a forma de organização do **MST**. As experiências construídas na luta e a história de outros movimentos camponeses, como por exemplo, as Ligas Camponesas, foram referências que serviram de base para a formação do **MST**.

Começamos nossa análise a respeito da formação do **MST**, definindo esse primeiro momento de sua existência como um prelúdio, porque antecede a sua fundação. As experiências construídas nessa etapa determinaram a atual forma de organização do **MST**. A criação de comissões, setores e coordenações definiram o modelo de sua estrutura organizativa. Essa foi uma fase embrionária, a qual denominamos de gestação e nascimento do **MST**. Esse momento é compreendido pelas lutas que formaram o **MST** e que aconteceram no período 1979 a 1985.

A definição desse momento é necessária para que a origem do **MST** não fique reduzida somente ao ano de 1984, quando foi fundado com a realização de seu primeiro encontro – e também porque o primeiro encontro tem como marco histórico a fundação do **MST**, mas não foi determinante na constituição de estratégias políticas conjunturais para a sua formação. Foi somente no primeiro congresso que os camponeses definiram políticas de ação que tinha na territorialização um de seus principais objetivos. Por essa razão, consideramos o período iniciado em 1979, quando aconteceram as primeiras ocupações organizadas, da qual surgiram as lideranças que fundaram o **MST** em 1984 e organizaram seu primeiro congresso em 1985, constituindo assim um dos mais importantes movimentos camponeses

do mundo. Desse modo, quando falamos do **MST** nos anos que antecedem a sua fundação, estamos nos referindo ao momento de sua gênese.

A partir de 1979, em cinco estados do Centro-Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul) aconteceram ocupações de terra e lutas de resistências de posseiros e de arrendatários para permanecerem na terra. As experiências dessas lutas foram reunidas pela Comissão Pastoral da Terra (**CPT**) e, em julho de 1982, no município de Medianeira (PR) foi realizado o primeiro encontro para discutir o crescimento da luta pela terra.

As lutas que geraram o **MST** foram simultaneamente de posseiros e arrendatários que resistiam na terra ou expulsos ocupavam latifúndios. Foram os colonos expulsos das terras indígenas no oeste do Rio Grande do Sul que ocupavam fazendas na região; a resistência dos posseiros da Fazenda Primavera no oeste do estado de São Paulo que estavam sendo expulsos de suas roças, por causa da expansão da pecuária. Esta região faz divisa com leste do estado do Mato Grosso do Sul, onde também os arrendatários perdiam suas áreas com a expansão da pecuária. No sudoeste do Paraná, com a construção da hidrelétrica de Itaipu, milhares de famílias camponesas foram atingidas e ficaram desamparadas. No oeste de Santa Catarina, famílias camponesas com pouca terra, com o apoio da Diocese de Chapecó, ocuparam uma fazenda que estava para ser desapropriada. A Comissão Pastoral da Terra promoveu os encontros desses camponeses e constituiu uma articulação para superar o isolamento. Nesse tempo, os camponeses sem-terra viviam a repressão do governo militar. Uma luta histórica desse período foi o acampamento Encruzilhada Natalino, quando o governo militar não poupou esforços para abortar o nascimento do **MST**.

Em setembro deste mesmo ano, novo encontro foi organizado em Goiânia (GO), onde camponeses de todas as regiões do País formaram uma comissão provisória para a criação de um movimento camponês em escala nacional. Ainda, no ano de 1983, mais dois encontros foram realizados até a fundação do **MST**, em 22 de janeiro de 1984, no município de Cascavel (PR), quando realizou seu 1º Encontro Nacional. Um ano depois, o **MST** realizou o seu 1º Congresso Nacional com representantes de 23 das 27 unidades federativas. O crescimento do **MST** sempre esteve associado diretamente a sua territorialização. Esse processo começou no período 1979 – 1985. Crescer também significava organizar-se nacionalmente. Em suas avaliações de conjuntura política e histórica, os sem-terra compreendiam



que um movimento camponês organizado em escala local ou regional teria menos possibilidades de enfretamento com as forças adversárias.

A expansão do **MST**, por outras regiões brasileiras, aconteceu pela reprodução das ocupações de terra, das experiências construídas na sua gênese e também de contatos com lideranças de movimentos camponeses que haviam sido extintos pela ditadura militar ou foram transformados em sindicatos. As novas lideranças que nasceram com as primeiras ocupações do **MST** procuraram antigas lideranças das Ligas Camponesas, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) e do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Máster)<sup>2</sup>. Essas referências serviram para o **MST** definir os seus princípios organizativos. Alguns dos princípios criados nesse processo de aprendizagem são: formação de coordenação e direção coletivas como instâncias políticas de decisão; autonomia política; disciplina e respeito às decisões das instâncias políticas; formação educacional permanente; jamais separar a luta econômica da luta política<sup>3</sup>; a organicidade deve vincular sempre a base com a direção. As experiências e os princípios determinaram o modelo da estrutura organizativa do **MST**, que será analisada a seguir.

## 2. Territorialização e consolidação do MST

Denominamos o segundo momento da formação de territorialização e consolidação do **MST**. Nesse período, o **MST** se territorializou em todos os estados das regiões Sudeste e Nordeste. Também realizou suas primeiras ocupações no Estado de Goiás, na região Centro-Oeste e em Rondônia, na Amazônia. Esse período é compreendido pelas lutas que aconteceram nos anos 1985 a 1990. Nesse tempo, o Movimento também definiu sua estrutura organizativa e, por estar presente em todas as regiões do país, se consolidou como movimento nacional.

2. A Ultab é a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, uma associação classista composta por camponeses e assalariados rurais, organizada pelo Partido Comunista Brasileiro. Existiu de 1954 até 1963, quando foi transformada em sindicato, compondo a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura /Contag), fundada em novembro de 1963. O Master é o Movimento dos Agricultores Sem Terra, fundado no Rio Grande do Sul, no início dos anos 60, sob influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). (STEDILE e FERNANDES, 1999).
3. Este é um princípio que determina a identidade do **MST**. Não separar a luta econômica da luta política significa que mesmo depois de assentadas, algumas famílias sem-terra continuam organizando ocupações de terra, o que promove a territorialização do **MST**.

O **MST** se territorializa por meio da ocupação da terra. A ocupação é uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato. Conforme apresentamos na primeira parte deste texto, as lutas que geraram o **MST** foram, simultaneamente, lutas de posseiros e arrendatários para ficar na terra ou expulsos ocupavam latifúndios. As lutas realizadas no segundo momento de formação do **MST** foram predominantemente de trabalhadores rurais assalariados, que ocupavam terra para se livrarem do assalariamento. As lutas realizadas a partir do terceiro momento de formação do **MST** contavam em parte com a participação de trabalhadores de origem urbana<sup>4</sup>. Portanto, eram lutas que promoviam a ressocialização de trabalhadores que nunca tiveram terra.

Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na *práxis*. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação.

A formação de um grupo de famílias começa com o trabalho de base. Esse é um processo contínuo da luta pela terra. Das lutas ocorridas no período de gestação do **MST**, foram formadas diversas lideranças que iniciaram os trabalhos de base em outras regiões do País, por meio da criação de espaços de socialização política. Esse espaço possui três dimensões: espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência. A primeira é o espaço comunicativo, construído desde as primeiras reuniões. É o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos da luta.

É o início de uma experiência de transformação de suas realidades. É o ponto de partida para a criação do espaço interativo. Esse, dependendo da metodologia, realiza-se antes, durante ou depois da ocupação da terra, que se constitui em um espaço de luta e resistência. O espaço interativo é um contínuo processo de aprendizado. O sentido da interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade sem-terra. O conteúdo das reuniões dos trabalhos de base é a recuperação das histórias de vida associadas ao desenvolvimento da questão agrária. Fazem análises de conjuntura, das relações

4. Ver **LIMA** e **FERNANDES**, 2001.

de forças políticas, da formação de articulações e alianças para o apoio político e econômico.

Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização sociopolítica do **MST**. Todos esses processos, práticas e procedimentos colocam as pessoas em movimento, na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas. A superação de suas realidades começa com a deliberação a respeito da participação na ocupação da terra. Essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com essa ação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem.

Quando ocupam a terra ou acampam nas margens das rodovias, os sem-terra vêm a público, dimensionam o espaço de socialização política, intervindo na realidade, construindo o espaço de lutas e resistência. Conquistando a terra, na formação do assentamento, transformam o espaço em território, recriando o trabalho familiar e reproduzindo a luta pela terra por meio do trabalho de base na formação de novos grupos de famílias.

As reuniões realizadas nos trabalhos de base são espaços geradores de sujeitos construindo suas próprias existências. Essas reuniões podem durar um, três, seis meses ou até anos, dependendo da conjuntura. Podem envolver um município, vários municípios ou até mais de um estado em áreas de fronteira.

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, não é um fato novo. É um contínuo na história do campesinato. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terra. Nas últimas quatro décadas, os posseiros e os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta. Os posseiros ocupam terras, predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com a territorialização do capital, ocorrem os processos de expropriação desses camponeses, desenvolvidos principalmente pela grilagem de terra por latifundiários e empresários. Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas – terras de negócio e exploração – terras devolutas e ou griladas. As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa diferença é fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam aonde o posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam aonde o grileiro, o latifundiário e o empresário estão.

No curso das experiências, os sem-terra passaram a combinar várias formas de luta. Elas acontecem em separado ou simultaneamente com ocupações de terra. São as marchas ou caminhadas, as ocupações de prédios públicos e as manifestações em frente às agências bancárias. Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Pelo desenvolvimento dos procedimentos das práticas de lutas, é possível definir dois tipos de ocupação: *ocupação de uma área determinada* e *ocupação massiva*. A principal diferença desses tipos está no fato de que, no primeiro, o tamanho da área é critério para a mobilização e organização das famílias. Dependendo do tamanho da área, pode ser uma ocupação de pequenos grupos ou até numerosos grupos, massificando a luta. No segundo, a mobilização e organização têm como critério assentar todas as famílias sem-terra, ocupando quantas áreas forem necessárias.

No primeiro tipo, a ocupação é realizada com o objetivo de conquistar somente a área ocupada. Portanto, as famílias são mobilizadas e se organizam para reivindicarem a terra ocupada. Havendo famílias remanescentes, iniciam uma nova luta para se conquistar uma outra área. A lógica da organização das famílias é mobilizar conforme as áreas reivindicadas. Essa lógica muda com as ocupações massivas. Nesse caso, os sem-terra superaram a condição de ficarem limitados ao tamanho da área reivindicada. O sentido da ocupação deixou de ser somente pela conquista de uma determinada área, e passou a ser o assentamento de todas as famílias, de modo que uma ocupação pode resultar em vários assentamentos.

Essa forma de organização intensificou a territorialização da luta. O critério principal para assentar as famílias não é mais o limite territorial, mas o tempo e as formas em que as famílias participam da luta. A ocupação transformou-se numa luta contínua pela terra, num refazendo constante, conforme as famílias vão sendo assentadas, novas famílias unem-se às famílias em luta. Assim, conforme vão conquistando frações do território, vão somando mais grupos de famílias aos grupos de famílias remanescentes.

Uma ocupação de uma área determinada pode se transformar em uma ocupação massiva, não só pela quantidade de famílias que participam, mas por causa do desdobramento da luta. Isso acontece quando, depois da conquista da terra reivindicada, passa-se a ter conhecimento de um conjunto de áreas que podem ser conquistadas e da perspectiva de se reunir diversos grupos de

famílias em uma mesma ocupação. Desse modo, é importante destacar que a massificação não tem só o sentido de quantidade, mas também o de qualidade. Essa é fruto dos trabalhos realizados nos espaços de socialização política, que acontecem por meio da difusão de núcleos, setores e comissões, de modo a fortalecer o movimento.

Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam famílias de vários municípios e de mais de um estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outros interesses que possam impedir o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores. Assim, os critérios de seleção das famílias a serem assentadas não podem ficar restritos à procedência das famílias. As pessoas que compõem as comissões de seleção precisam considerar como critério, entre os determinados pelo governo, a história da luta.

Na execução das ocupações, os sem-terra podem realizar diferentes formas de estabelecimento na terra. Há experiências em que ocupam uma faixa de terra e prosseguem com as negociações, reivindicando a desapropriação da área. Há experiências em que ocupam a terra, dividem-na em lotes e começam a trabalhar, noutras demarcam uma única área e plantam coletivamente.

Por mais que se tenha um planejamento, a espacialização da luta por meio da ocupação da terra é sempre um devir incerto. Possui o sentido das possíveis transformações incessantes, quando as conjunturas construídas, dissolvem-se e/ou relacionam-se, formando novas conjunturas, superando-se ou retrocedendo. Portanto, por mais que os sem-terra tenham construído experiências diversas e possuam *know-how*, a realização de uma ocupação nunca é um fato completamente conhecido, porque cada ocupação tem suas singularidades e surgem novos desafios.

Em meados da década de 1990, o **MST** estava organizado em 23 unidades federativas e era o principal movimento camponês na realização de ocupações de terra. As ocupações cresceram e foram uma importante forma de pressão política para a multiplicação do número de assentamentos implantados. O avanço e recuo das ocupações de terra corresponderam igualmente ao avanço e recuo do número de assentamentos implantados. Em pesquisa que realizamos em 1998, constatamos que 83% dos assentamentos criados em 13 estados eram resultados de ocupações de terra. As políticas governamentais para a questão agrária, em toda a década, foram de caráter compensatório, implantando as-

sentamento em áreas de conflitos ou na região onde o governo tem estoque de terras. Essa política de implantação de assentamentos tem sido denominada de reforma agrária.

Enquanto a luta pela terra avançava, a luta pela reforma agrária refluía. 1985 é o primeiro ano da redemocratização do Brasil, após 20 anos de ditadura militar. O Presidente Sarney apresentou, nesse ano, o Plano Nacional de Reforma Agrária com a promessa de assentar 1.400.000 famílias. Em 1989, no final do Governo Sarney, apenas 84.852 famílias foram assentadas. Esse resultado era muito mais fruto das ocupações de terra realizadas principalmente pelo **MST** do que das ações do governo federal. Desde o início da gestão do governo, o **MST** apresentou o seu descrédito com a política de reforma agrária. Seu objetivo era tornar-se um movimento nacional para intensificar a luta pela terra, considerada pelo **MST** com a medida mais eficaz para a criação de assentamentos rurais.

Em 1988, com a elaboração da nova Constituição, a bancada ruralista, composta pelos diversos setores do agronegócio, utilizou-se de uma estratégia para impedir a execução sumária da reforma agrária. A reforma agrária foi aprovada como na Constituição — terceiro parágrafo do Artigo 184. Nele os ruralistas fizeram constar o seguinte texto: “Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação”. Somente em 1993, com a aprovação da Lei 8.629, passou a existir regulamentação para a desapropriação de terras. Todavia, mesmo com a existência desta nova lei, os ruralistas ainda conseguem impedir a desapropriação de terras, arrolando os processos desapropriatórios, conseguindo até mesmo reverter situações em processos já assinados pelo Presidente da República.

Esse segundo período da formação do **MST** foi um momento de definições importantes que estabeleceram a identidade sua política. Um desafio da consolidação do **MST**, como movimento camponês autônomo, era expandir as alianças políticas com outras organizações sem criar relações de dependência. Essa questão debatida no 2º Encontro Nacional, realizado em dezembro de 1985. Em cada estado que o **MST** se organizava e realizava ocupações, criava articulações de apoio à luta pela terra. Algumas vezes, as instituições que compunham

essas articulações queriam determinar as ações do Movimento<sup>5</sup>. Para superar essa situação, o MST decidiu investir na formação permanente de lideranças que dirigissem as lutas do Movimento no estado.

A formação de jovens lideranças foi acompanhada da construção de uma cultura para a formação da identidade política dos sem-terra. No 3º Encontro Nacional, realizado em 1987, o MST escolheu um de seus principais símbolos: a bandeira. Nesse evento, definiram a abertura de um concurso interno para a elaboração do hino do MST, que foi escolhido em 1989, durante a realização de seu 5º Encontro Nacional. A bandeira e o hino do MST são símbolos presentes nos territórios camponeses construídos pelos sem-terra. Eles são indicadores da organicidade<sup>6</sup> do Movimento, pois estão presentes nas reuniões setoriais, nos prédios das cooperativas e das escolas, nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos. São marcas da identidade territorial desse movimento camponês.

Outro elemento importante da cultura política do MST são as *palavras de ordem*. Uma frase que tem em seu significado o sentido da luta. A construção dessas palavras é resultado da ação dos sem-terra e são criadas nos encontros estaduais ou nacionais. Novas palavras surgem conforme as mudanças da conjuntura política das ações do MST. Apresentamos a seguir o conjunto das principais palavras de ordem utilizadas pelo MST desde sua gênese. Elas representam os momentos e as preocupações com o desenvolvimento da luta camponesa. A ocupação, a resistência, a conquista, o fim do latifúndio, a amplitude a luta pela reforma agrária como condições essenciais para a construção da democracia.

Em maio de 1990, o MST realizou o seu 2º Congresso Nacional, que teve como tema: *Ocupar, Resistir, Produzir*. Essas palavras, denominadas de *palavras de ordem* são utilizadas como referências nas lutas e estão carregadas de sentidos. A ocupação, a resistência e a produção são três elementos de um *continuum*

5. Esse foi um momento difícil da formação do MST. As articulações eram compostas por sindicatos rurais e urbanos, partidos políticos, organizações não-governamentais e pastorais das igrejas. Em alguns estados, as articulações foram desfeitas porque o MST não aceitava a intervenção em seu poder decisório. Somente depois de diversos conflitos e divergências, as organizações e o MST conseguiram consolidar as articulações de luta pela terra.
6. Organicidade é uma condição política. Ela é representada pelos graus de vinculação das famílias sem-terra com o MST. Quanto maior a participação das pessoas nos setores de atividades e nas instâncias de representação política maior é a organicidade do Movimento.

que também significa “produzir, ocupar, resistir” ou “resistir, ocupar e produzir”. De 1979 a 1983, a palavra de ordem era *Terra para quem nela trabalha*. Essa palavra fora criada por uma campanha da Igreja Católica em defesa da criação de uma política de reforma agrária. Em 1984, a palavra de ordem foi *Terra não se ganha, terra se conquista*. Essa palavra marcou seu 1º Encontro Nacional. Nos anos 1985–1989, foram *Sem reforma agrária não há democracia* e *Ocupação é a única solução*. Essas palavras representavam o descrédito do **MST** ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Em 1995, na realização do 3º Congresso, o **MST** utilizou a palavra de ordem *Reforma Agrária: uma luta de todos*. Já no seu 4º Congresso a palavra foi *Por um Brasil sem Latifúndio*.

Os símbolos do **MST** constituem-se, no cotidiano das famílias sem-terra, em uma linguagem determinadora de uma prática política que se contrapõem aos discursos oficiais do Estado. Fazem parte da cultura camponesa produzida pelas famílias vinculadas ao **MST** que participam de suas comissões, setores e núcleos. A criação de sua cultura<sup>7</sup> no constante processo de territorialização delineou e consolidou a estrutura organizativa, cuja forma mantém até este momento.

Esse conjunto de ações: formação permanente de lideranças que fortaleceram a organicidade e garantiram a territorialização do **MST**, criando autonomia política e uma cultura de resistência camponesa explica o processo de consolidação do **MST**. O Movimento estava fortalecido, pois criara uma rede em escala nacional. Por causa desse fato, estava muito mais bem preparado para resistir às formas de repressão do Estado. Nesse momento de sua formação, o **MST** enfrentou diferentes desafios na relação com o Estado. Em 1989, ocorreu a primeira eleição direta para Presidente da República depois de duas décadas de ditadura militar e uma eleição indireta. Nesse ano, foi eleito o Presidente Fernando Collor, que sofreu impedimento em outubro de 1992, pelo Congresso Nacional, acusado de participar de diversos esquemas de corrupção. Collor foi substituído pelo Vice-Presidente Itamar Franco que governou até 1994. O Governo Collor reprimiu violentamente o **MST**, invadindo secretarias e prendendo lideranças em diversos estados, fazendo o movimento refluir.

Esse refluxo restringiu o processo de territorialização, pois diminuiu o número de ocupações. O **MST** investiu na organização interna dos assentamentos, orga-

7. Um site interessante com muitas informações sobre a cultura dos sem-terra é [www.landless-voices.org](http://www.landless-voices.org) da School of Modern Languages da University of Nottingham.



nizando um sistema cooperativista, ampliando as dimensões de suas ações. Esse procedimento fortaleceu o **MST** e com o fim do Governo Collor, apresentaram ao novo presidente um conjunto de medidas para viabilizar a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura camponesa, como políticas de crédito e de criação de infra-estrutura social nos assentamentos rurais. Esse também foi um momento singular na história do Movimento, pois Itamar Franco foi o primeiro presidente a receber o **MST** para negociar.

### **3. Territorialização e institucionalização do MST**

Denominamos o terceiro momento da formação de territorialização e institucionalização do **MST**. Esse período possui duas partes – uma que pode ser definida e outra que não pode ser definida por causa da natureza e especificidade da estrutura organizativa do **MST**.

A territorialização é a parte do período que pode ser definida pelos anos de 1990 até 1999. Nesse tempo, o Movimento se territorializou na região Centro-Oeste, Distrito Federal (1992) e em Mato Grosso (1995) e na região Amazônica, nos estados do Pará (1990) e Tocantins (1999).

A parte do período da formação do **MST** que não pode ser definida é a institucionalização. A sua indefinição pode ser explicada porque ainda está em desenvolvimento, e por causa de sua estrutura organizativa que é múltipla, por abranger muitas formas de organização; plural pela diversidade dessas formas; híbrida por misturar essas formas que têm partes homogêneas dentro de uma estrutura heterogênea. Esta parte do período começou no início da década de 1990 com a ampliação de sua estrutura organizativa e continua em expansão. Desde então, foram criados os setores de Gênero e Saúde, o coletivo de Cultura, os núcleos de base, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e a Escola Nacional Florestan Fernandes. As outras instâncias e setores foram criados no período de consolidação do **MST**. A seguir, apresentamos a atual estrutura organizativa do **MST**.

## Estrutura organizativa do MST

### Instâncias de representação

- Congresso Nacional
- Encontro Nacional
- Coordenação Nacional
- Direção Nacional
- Encontro Estadual
- Coordenação Estadual
- Direção Estadual
- Coordenação Regional
- Coordenação de Assentamentos
- Coordenação de Acampamentos
- Núcleos da Base

### Organizações vinculadas

- Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca)
- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (Concrab)
- Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra)
- Escola Nacional Florestan Fernandes

### Setores de atividades

- Secretaria Nacional
- Secretarias Estaduais
- Secretarias Regionais
- Setor de Frente de Massa
- Setor de Formação
- Setor de Educação
- Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente
- Setor de Comunicação
- Setor de Finanças
- Setor de Projetos
- Setor de Direitos Humanos
- Coletio de Relações Internacionais
- Setor de Saúde
- Setor de Gênero
- Coletivo de Cultura
- Coletivo da Mística

A estrutura organizativa do **MST** é um processo que se transforma no seu próprio movimento. Tem caráter informal e formal e uma amplitude que garante os trabalhos em todas as dimensões sociais, econômicas, ambientais e políticas. A sua qualidade está em seu movimento, na sua versatilidade e flexibilidade.

A institucionalização do **MST** é compreendida em caráter amplo. Possui o sentido da criação. A sua competência em criar diferentes formas e interagi-las lhe concede o reconhecimento por parte de todas as outras instituições. O governo federal e os governos estaduais e municipais reconhecem o **MST** como um dos principais movimentos camponeses do País e reúnem-se e negociam reivindicações e proposições. As instituições patronais também têm esse reconhecimento, mas não reconhece o **MST** como instituição. De fato, o **MST** pode ser reconhecido como um movimento camponês e como uma instituição. Essa

é uma questão política de definição do conceito de instituição. Se nos referirmos ao processo de criação da legitimidade e do reconhecimento de suas causas e ações por grande parte das instituições da sociedade, como igrejas, partidos políticos, sindicatos, governos e organizações não-governamentais, o **MST** é uma instituição política. Todavia, se nos referirmos a uma instituição oficial nos termos da lei, o **MST** é apenas um movimento camponês.

É por essa razão que o **MST** criou sua estrutura organizativa múltipla, plural e híbrida. Porque pode lidar com as organizações mais hostis e organizações aliadas, expandindo as possibilidades de relações e conflitualidades. Desse modo, o **MST**, mesmo estando à margem dos espaços de decisão das políticas de desenvolvimento rural, consegue intensificar o processo de ressocialização da população sem-terra. Seu caráter multidimensional possibilita tanto estar presente em diversos espaços políticos, quanto criar novos espaços políticos.

Atualmente, a estrutura organizativa do **MST** tem três partes interativas: *as instâncias de representação, os setores de atividades e as organizações vinculadas*. As duas primeiras partes são resultados de uma ampla reflexão a respeito das formas de organização dos movimentos camponeses<sup>8</sup>. Essas partes representam a multidimensionalidade da organização camponesa integrando os fóruns de decisão com as atividades vitais para o desenvolvimento da luta. A terceira parte mantém a forma tradicional das instituições que estão registradas junto ao governo.

As instâncias de representação política reúnem diferentes espaços, que são formados por diversas modalidades: núcleos, coordenações, direções, encontros e Congresso Nacional. Os núcleos são formados pelas famílias sem-terra nos acampamentos e assentamentos. Os assentamentos e acampamentos elegem suas coordenações que escolhem as coordenações regionais, que, por sua vez, elegem as coordenações das instâncias superiores e assim conseqüentemente. Os coordenadores indicam, entre seus membros, os componentes da direção nas suas respectivas escalas. Os núcleos, as coordenações e as direções são os fóruns políticos por excelência do **MST**.

Os encontros e o Congresso Nacional são momentos de definições das políticas conjunturais e estruturais. Os encontros são realizados em todas as escalas da organização do **MST**. Com exceção do encontro nacional, realizado a cada

8. Ver **STEDILE** e **FERNANDES**, 1999.

dois anos, os encontros locais, regionais e estaduais são realizados anualmente. São espaços de decisões políticas que determinam as ações do Movimento e culminam com a realização do Congresso Nacional a cada cinco anos. São também espaços de confraternização, de troca de experiências e de disseminação da cultura camponesa.

Dos núcleos de base ao Congresso Nacional do **MST**, há as coordenações e direções em diferentes níveis e escalas. Os principais fóruns de decisão de planejamento de políticas são os encontros e os congressos. A participação nesses espaços acontece pela inserção do sujeito no Movimento e de seu reconhecimento pelos coletivos. Uma instância elege ou indica os membros de outra instância em nível superior. A porta de entrada nesse processo são os núcleos de base de um acampamento ou assentamento.

Nesses diferentes espaços são deliberadas as políticas executadas pelos setores de atividades e secretarias. Os setores e as secretarias têm caráter administrativo e executivo e são responsáveis pela realização de projetos de desenvolvimento socioterritorial nos assentamentos e acampamentos. Os setores também estão articulados em diferentes escalas. Desse modo, por exemplo, o Setor de Educação está organizado desde a escala local, no acampamento e no assentamento, às escalas regionais, estaduais e nacional. Os setores mantêm relações com governos nessas escalas para o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas aos acampamentos e assentamentos.

As organizações vinculadas e os coletivos são transversais à estrutura organizativa. Por exemplo, os coletivos de Cultura e de Mística são formados por membros de vários setores e instâncias, embora também tenham seus membros efetivos, que são os cantadores e coordenadores de místicas que viajam para diversas regiões do País, animando os encontros do **MST**. Outro exemplo é o Coletivo de Relações Internacionais que conta com a contribuição de membros de vários setores e especialmente da coordenação nacional. Também nos trabalhos realizados nos setores estão presentes as organizações convencionais na interação dos projetos de desenvolvimento agropecuário, educacional, saúde e infra-estrutura, entre outros.

O Coletivo de Mística é um espaço de socialização da cultura camponesa, da linguagem simbólica em que são representadas as lutas, as conquistas e as derrotas. Essa atividade é composta pelos símbolos do **MST** e das organizações que o apóiam, do Brasil e de outros países que mantêm relações com o Movimento.

A terra, as bandeiras, os hinos, a cruz, as ferramentas de trabalho, os alimentos, os livros e as pessoas são componentes desse momento em que a comunicação é realizada por gestos que exemplificam a trajetória dos camponeses sem-terra.

A Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e a Escola Nacional Florestan Fernandes são organizações vinculadas que tratam das políticas de desenvolvimento do **MST**. Nesses espaços são elaboradas políticas agrícolas e pesquisas tecnológicas do modelo de desenvolvimento da agricultura camponesa, tendo como referência a agroecologia. Essas ações acontecem por meio da pesquisa e da formação política e técnica que têm garantido a qualificação das famílias camponesas, que destaca o Movimento como um dos mais bem organizados.

Desse modo, o **MST**, em sua estrutura organizativa, reúne diferentes dimensões, fortalecendo sua organização, mas também criando enormes desafios. Um dos princípios do **MST** é a luta contra o capital. Nesse sentido, o Movimento vem enfrentando o desafio de tentar construir novas experiências que permitam superar as relações sociais isoladas do trabalho familiar camponês sem reproduzir as relações capitalistas. Esse princípio é marca de sua identidade política. Considerando-o é que compreendemos os avanços e os refluxos do **MST**. É o que torna admirado, odiado e criticado por alguns governos, muitos políticos e diversos intelectuais<sup>9</sup>.

Nas eleições de 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente, sendo que no primeiro mandato realizou a mais ampla política de implantação de assentamentos rurais da história do País. Nesse período, o governo defendia a tese que não havia mais latifúndios no Brasil e que não existiam tantas famílias sem-terra<sup>10</sup>. Desse modo, acreditava que assentando somente as famílias acampadas, o problema agrário seria resolvido.

9. Um exemplo é a crítica contundente de **NAVARRO**, 2001. O autor foi assessor do Governo Cardoso e, a partir de uma visão dilacerante do **MST**, faz uma análise fragmentada, destacando a obviedade do seu caráter político. O conteúdo fastidioso do artigo, até o momento, não teve repercussão no meio científico, recebendo apenas um contraponto de Horácio Martins de Carvalho, publicado no mesmo livro, como pronta e repetitiva resposta de Navarro.

10. **CARDOSO**, 1991, p.10.

Todavia, com os massacres de Corumbiara, em Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, e com o crescimento das ocupações de terra. Durante o seu primeiro mandato, que passou de 20 mil famílias em 1994, para 76 mil famílias em 1998, o Governo Fernando Henrique Cardoso viu a sua tese cair por terra.

Em seu segundo mandato, o governo Fernando Henrique Cardoso mudou de estratégia e desenvolveu uma política agrária extremamente repressora, criminalizando a luta pela terra e desenvolvendo de uma política de mercantilização da terra. Desse modo, em 2001, criou duas medidas provisórias: uma em que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez e por quatro anos quando ocupada mais de uma vez. Criou um cadastro nos Correios das famílias interessadas em serem beneficiadas pela política de assentamentos rurais. Na época, 839.715 famílias se cadastraram.

Implantou o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos. No segundo mandato do Governo Fernando Henrique, essa política cresceu em detrimento das desapropriações. Também destruiu a política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o Governo Sarney, e a política de assistência técnica, prejudicando centenas de milhares de famílias assentadas, intensificando o empobrecimento. Ainda cortou verbas para a política de educação nos assentamentos, que fora criada a partir de um conjunto de ações do MST. De 1999 a 2002, o MST e outros movimentos camponeses experimentaram um enorme refluxo da luta pela terra. Esse era o segundo refluxo experimentado desde a retomada da democracia brasileira e as eleições livres para presidente.

Essa realidade produziu pelo menos dois resultados: 1) o crescimento do número de famílias acampadas, que em 2004, chegou a 180 mil famílias; 2) a precarização dos assentamentos que foram implantados como projetos incompletos, que, além de não terem infra-estrutura básica, a maior parte também não recebeu crédito agrícola e de investimento, o que provocou a descapitalização de centenas de milhares de famílias.

O Governo Fernando Henrique nunca possuiu um projeto de reforma agrária. Durante os dois mandatos de seu governo, a maior parte dos assentamentos

implantados foi resultados de ocupações de terra<sup>11</sup>. Todavia, no seu segundo mandato, promoveu a “judicialização da luta pela terra<sup>12</sup>”, quando criminalizou as ocupações e os movimentos camponeses entraram em refluxo e, por consequência, diminuíram as ocupações de terra, também reduziu o número de assentamentos implantados. Para garantir as metas da propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) “clonou” assentamentos criados em governos anteriores ou criados por governos estaduais e os registrou como assentamentos criados no segundo mandato de Cardoso. Essa tática criou uma balbúrdia, de modo que em 2003, nem mesmo o Incra conseguia afirmar, com certeza, quantos assentamentos haviam sido implantados de fato.

#### **4. MST e Via Campesina: mundialização do movimento camponês e dos conflitos.**

Entre os elementos novos nesse período de formação do MST, estão a escala internacional da espacialização da luta camponesa e suas linhas políticas. A territorialização do agronegócio intensificou-se e é uma ameaça ao processo de territorialização do campesinato em diversos países. A partir de meados da década de 1990, o MST ampliou suas relações com movimentos camponeses de outros países. Essa fase da formação inicia-se em 1996, quando o MST se filiou à Via Campesina. Essa articulação de movimentos camponeses foi criada em 1992 por diversas organizações da Ásia, África, América e Europa. A Via Campesina está em processo de formação e possui 61 movimentos camponeses filiados e tem registros de mais 125 que estão requerendo filiação<sup>13</sup>. A estrutura da Via Campesina é formada pela Conferência Internacional – espaço de deliberação política; pela Comissão Coordenadora Internacional, Comissões Políticas, Secretaria Executiva e pelos movimentos camponeses vinculados. As Comissões Políticas atuam nas linhas apresentadas, elaborando documentos com as manifestações

11. FERNANDES, 2000, p. 301; LEITE, 2004, p. 43.

12. Essa expressão é relativa a forte presença do Poder Judiciário, decretando prisões de lideranças sem-terra, até mesmo de forma preventiva, como ocorreu na região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo. A respeito, ver FERNANDES (1997;2003).

13. A respeito da formação da Via Campesina, ver DESMARAIS, 2001. Sobre a sua composição ver FERNANDES, 2004.

dos movimentos camponeses de diversas partes do planeta. Também participa de debates e protestos junto aos organismos internacionais.

O surgimento da Via Campesina fortaleceu os movimentos camponeses, desenvolvendo lutas conjuntas em escala mundial. Em junho de 2004, o **MST** organizou a 4ª Conferência Internacional da Via Campesina. No Brasil, estão vinculados à Via Campesina, além do **MST**, o Movimento dos Pequenos Agricultores (**MPA**), o Movimento dos Atingidos por Barragens (**MAB**), a Comissão Pastoral da Terra (**CPT**) e Movimento das Mulheres Camponesas (**MMC**).

As linhas políticas defendidas pela Via Campesina são: Soberania Alimentar e Comércio Internacional; Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural; Gênero e Direitos Humanos; Agricultura Camponesa Sustentável; Biodiversidade e Recursos Genéticos. A Via Campesina compreende: a soberania alimentar como direito dos povos, de seus países e uniões de estados em definir suas políticas agrícolas e alimentares, sem *dumping* a outros países; que as políticas agrícolas devem ser duradouras e solidárias, determinadas pelas organizações nacionais e pelos governos, suprimindo o poder das corporações multinacionais; da mesma forma, as negociações agrícolas internacionais devem estar sob controle dos estados, sem a intervenção da Organização Mundial do Comércio (**OMC**). A Via Campesina realiza a Campanha Global pela Reforma Agrária, que alcançou reconhecimento em âmbitos diversos, como organizações camponesas, organizações não-governamentais, governos e organismos internacionais. Essa campanha tem fortalecido a resistência internacional às políticas de mercado de terras e mobilizado apoio internacional. O desenvolvimento rural tem seus principais propósitos na unidade familiar, com destaque para a participação das mulheres e dos jovens. Nesse plano estão associadas políticas agroecológicas para a garantia da biodiversidade e proteção dos recursos genéticos.

A Via Campesina tem atuado organizadamente em diversas partes do mundo. Alguns exemplos são: a organização de mobilizações para protestos durante as reuniões da **OMC**, em Genebra, Suíça, em 1998, em Seattle, **EUA**, em 1999, e em Cancun, México, em 2003. Nesses protestos, os camponeses exigiram a saída da **OMC** das negociações agrícolas. Nesses anos, os movimentos camponeses inovaram ao realizar, ao mesmo tempo, mobilizações conjuntas em várias cidades do mundo. A criação dessa rede de movimentos tem propiciado uma maior resistência às políticas neoliberais e ao avanço do agronegócio sobre os territórios camponeses. A Via Campesina tornou-se a principal interlocutora dos



movimentos camponeses nas negociações de políticas em escala internacional e nacional.

A conjuntura política e econômica em escalas nacional e internacional mudou significativamente. No caso do Brasil, o avanço das políticas neoliberais, com o desemprego estrutural, a desregulamentação e eliminação dos direitos dos trabalhadores, a privatização de grande parte de empresas estatais, provocaram um enorme refluxo dos movimentos sindicais e camponeses e determinaram as políticas do PT<sup>14</sup>. Nesse contexto, em 2002, o PT, em uma coligação de forças políticas desde a esquerda à direita, elegeu Luíz Inácio Lula da Silva para Presidente do Brasil. Desde as eleições de 1989, quando concorreu pela primeira vez até as eleições de 2002, Lula disputou pela quarta vez e venceu.

A partir do início da década de 1990, a questão agrária passou a ser constituída de novos elementos. O latifúndio deixou de ser o principal problema para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Agora, o agronegócio com toda sua potencialidade tornara-se um dos principais desafios para a luta pela terra e para a reforma agrária. Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Foi uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio.

As ocupações de terra ferem profundamente essa lógica e, por essa razão, o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização dessa prática de luta popular. O controle do território e das formas de acesso à terra é objetivo da mercantilização da reforma agrária. Não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista.

Por essa razão, as ocupações de terra são uma afronta ao agronegócio, porque essa prática secular de luta popular encontra-se fora da lógica de dominação das relações capitalistas. Assim, o sacro agronegócio procura demonizar os movimentos socioterritoriais que permanentemente ocupam a terra. Na última

14 Ver **PARTIDO DOS TRABALHADORES** (1998). Merece destaque o fato que as críticas que o PT fazia às políticas do Governo Fernando Henrique Cardoso, acusando – o de inserção subordinada do País na economia internacional, transformaram-se em políticas do próprio PT.

década, o espaço político mais utilizado foi a judicialização da luta pela terra, em que o Poder Judiciário se apresenta como uma cerca intransponível aos sem-terra. Para não manchar a sua imagem, o agronegócio procura desenvolver políticas de crédito e ou bolsas de arrendamento, de modo a trazer os ocupantes de terra para o território do mercado.

A cada ano, o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agudizam as desigualdades e não resta à resistência camponesa outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização. As ocupações de terras do agronegócio começaram nas regiões onde esse modelo de desenvolvimento controla a maior parte do território, concentrando riqueza e aumentando a miséria. Esse é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI.

Para tentar evitar o enfretamento com os camponeses, o agronegócio procura convencê-los que o consenso é possível. Todavia, as regras propostas pelo agronegócio são sempre a partir de seu território: o mercado. O campesinato é um grupo social, que além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo do território. A cada ocupação de terra, ampliam-se as possibilidades de luta contra o modo capitalista de produção. Pode se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio; se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfretamento com o agronegócio e se manter sua identidade socioterritorial.

A questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e conseqüentemente sua destruição e recriação. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo implacavelmente o conflito. Esse processo é inerente ao capitalismo, faz parte de sua lógica e de sua vida. É portanto, insuperável. Ou convive-se com ele, administrando-o politicamente, procurando minimizar seus efeitos devastadores, produtores de pobreza e miséria, ou supera-se o capitalismo. Essa compreensão do processo é denominada de Paradigma da Questão Agrária<sup>15</sup>.

15. A respeito desse paradigma, ver **FERNANDES**, 2001.

Na década de 1990, surgiu uma nova corrente teórica a respeito do problema agrário. Essa corrente, denominada de Paradigmas do Capitalismo Agrário<sup>16</sup>, procura desconsiderar a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo. Partindo desse pressuposto, propõe uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital. A partir dessas condições e com a execução de políticas desenvolvidas pelo Estado, seria superado o problema agrário do capitalismo. Esse paradigma teve uma força política extraordinária. Além de criar novos conceitos de conteúdos eufemísticos, como agricultura familiar para substituir o conceito de agricultura camponesa; ou agricultura empresarial para substituir o conceito de agricultura capitalista, gerou uma compreensão linear a respeito do desenvolvimento da agricultura e contribuiu para a criação de novos movimentos camponeses, denominados de movimentos de agricultores familiares, como por exemplo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - Fetraf-Sul, vinculada à Central Única dos trabalhadores (CUT).

### **Considerações finais**

Nosso objetivo neste trabalho foi o de apresentar um lado muito pouco revelado nos estudos a respeito do campesinato brasileiro: seu protagonismo determinante para os resultados do processo de ressocialização que tem possibilitado a qualidade de vida para muitas famílias. Neste texto, reafirmamos o debate a respeito de o Estado estar atuando a reboque dos movimentos camponeses. Essa conclusão tem dois sentidos: um que reafirma o papel protagonista dos movimentos camponeses, mas que também aponta seus limites em defender seus direitos e interesses frente à potência do agronegócio; outro que revela o poder da agricultura capitalista em controlar governos para realizar seu modelo de desenvolvimento e controlar territórios.

Analizamos esses processos, tendo por eixo a formação do **MST**, que embora seja o movimento camponês mais bem organizado, suas ações têm conseguido apenas mudanças conjunturais. Esse fato revela a complexidade da questão agrária e sua indeterminação. Os processos de territorialização do movimento camponês e do agronegócio estão gerando novos conflitos e definirão a questão

16 A respeito desse paradigma, ver **ABRAMOVAY**, 1992.

agrária deste começo de século. Esse será o novo conteúdo da questão agrária agora mundializada pelas transnacionais e pelos movimentos camponeses.

Essa é uma importante referência que os movimentos camponeses e seus estudiosos deverão tomar para compreender melhor e procurar explicar as novas conflitualidades do campo e da cidade. \*

### Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY**, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo, Hucitec, 1992.
- CARDOSO**, Fernando Henrique. Prefácio. In **GRAZIANO NETO**, Francisco. *A Tragédia da Terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: IGLU/Funep/Unesp, 1991.
- CARTER**, Miguel. *Ideal Interest Mobilization: Explaining the Formation Of Brazil'S Landless Social Movement*. (Tese) Doutorado em Filosofia. Columbia University: Nova York, 2002.
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil*, 2003. Goiânia: CPT, 2004.
- DATALUTA** – Banco de Dados da Luta pela Terra. [www.prudente.unesp.br/dgeo/nera](http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera).
- DESMARAIS**, Annette. *Consolidating an Peasant and Farm Movement*. **LASA**: Washington, 2001.
- FERNANDES**, Bernardo Mançano. *Reforma agrária e modernização do campo*. São Paulo: Terra Livre, v. 11-12, p. 153-175. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1996.
- \_\_\_\_\_. A judicialização da luta pela reforma agrária. In: **GEOUSP** – *Revista de pós-graduação em Geografia*. São Paulo: Departamento de Geografia da **FFLCH-USP**, 1997, p. 35-9.
- \_\_\_\_\_. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Questão Agrária*. Pesquisa e **MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. *et ali*. Insertion socio-politique et criminalisation de la lutte pour la terre: occupations de terre et assentamentos rurais das le Pontal do Paranapanema - São Paulo. *Cahiers du Bresil Contemporain*. La Riche: , v.51/52, p.71 - 94, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Questões da Via Campesina*. Anais do 6º Congresso Brasileiro de Geógrafos: Goiânia, 2004.

- \_\_\_\_\_. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005.
- LEITE, Sérgio *et al.* *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- LIMA, Solange. FERNANDES, Bernardo Mançano. *Trabalhadores urbanos nos assentamentos rurais: a construção de novos sujeitos sociais*. Presidente Prudente, 2001. Relatório CNPq – Pibic 1999 - 2001.
- NAVARRO, Zander. *Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos 1979 – 1998. São Paulo: PT, 1998.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Vida Digna no Campo: desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e de segurança alimentar*. São Paulo: PT, 2002.
- PPNRA – *Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária*. Elaborada pela equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio. São Paulo: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, v. 32, 2005.
- II PNRA - *Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Brasília: MDA, 2003.
- STEDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- VIA CAMPESINA. *Memoria de la II Conferência Internacional de La Via Campesina*. Tlaxcala, 1996.

# Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas

*Sérgio Sauer<sup>1</sup>*

*Marcos Rogério de Souza<sup>2</sup>*

## **Introdução**

Associada à pobreza e à exclusão, a violência é um dos principais elementos da chamada questão agrária brasileira. Ela marca a história e a realidade do meio rural e, apesar de vitimar trabalhadores pobres e lideranças populares, há uma distorção sobre seus reais agentes e causas.

Fortemente influenciado pelos meios de comunicação de massa, o senso comum estabelece uma estreita ligação entre conflito e violência, definindo os movimentos sociais populares que disputam a posse da terra como agentes causadores desta violência. Complementarmente, influenciado por um “discurso modernizador” do grande agronegócio, a violência é associada a nichos não-modernos ou atrasados do campo, quando, na verdade, a realidade é exatamente o contrário.

Esses “mecanismos ideológicos” servem de instrumento para retirar a legitimidade do protagonismo dos movimentos sociais agrários. No entanto, qualquer regime minimamente democrático não só tolera, mas pressupõe o conflito. As formas como o Estado enfrenta o conflito fazem parte das disputas políticas entre grandes proprietários e famílias sem-terras.

Nas duas últimas décadas, o Poder Executivo Federal tem assumido diferentes posturas na relação com os movimentos agrários: ora criminaliza ora dialoga com esses sujeitos coletivos. A causa geradora da violência e dos conflitos agrários –

1. Doutor em Sociologia (Universidade de Brasília), mestre em Filosofia da Religião (Universidade de Bergen/Stavanger), professor da Universidade Católica de Brasília (**UCB**) e assessor parlamentar do Senador Siba Machado (**PT-AC**).
2. Mestre em Direito pela Unesp, advogado em Brasília (**DF**) e assessor parlamentar do Deputado Federal Iran Barbosa (**PT/SE**).

e que justifica a própria existência dos movimentos sociais no campo – permanece, ou seja, a injusta e desigual distribuição da posse e da propriedade da terra no Brasil. Conservadores ou progressistas, os sucessivos governos seguem sem realizar uma política pública fundamental para a consolidação da democracia brasileira, que é a reforma agrária.

O presente texto visa promover algumas reflexões sobre os movimentos sociais em sua luta por terra. A hipótese nuclear é que os conflitos agrários são a expressão da luta e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras pela democratização do acesso à terra. Os movimentos sociais são vítimas e não responsáveis pela violência no campo. No Brasil, a mudança de governos altera o tratamento conferido aos conflitos agrários e à violência, todavia, a solução de ambos passa pela realização da reforma agrária.

Este texto está dividido em três partes, sendo que a primeira faz uma distinção entre conflito e violência, explicitando que a fonte da violência é a estrutura fundiária e não as ações dos movimentos sociais. A segunda parte é reservada a desmistificar a noção que associa modernização tecnológica e progresso das relações sociais e políticas no campo, mito reforçado pela propaganda dos “benefícios e conquistas” atribuídas ao agronegócio. A terceira parte analisa os embates recentes entre os movimentos agrários e o Executivo Federal, a partir do Governo Collor, décadas de 1990 e seguintes, embates legítimos em uma sociedade democrática mas profundamente desigual e excludente.

### **Conflito e violência no meio rural brasileiro**

A exaltação ao sucesso na balança comercial do agronegócio e as ações dos movimentos sociais – especialmente tensões e embates resultantes das ocupações de terra – são as notícias mais frequentes, veiculadas pela grande imprensa, sobre o campo brasileiro. Isso estabelece no imaginário social uma estreita relação entre as ações populares e a responsabilidade pelos conflitos agrários, inclusive reforçada pelo uso frequente de expressões como “campo minado” (*Folha da S. Paulo*), criando um clima ou cenário de “guerra” no meio rural.<sup>3</sup>

3. A reportagem da revista *Veja* (8 de setembro de 2004), além de revelar todo o preconceito contra uma religião não-ocidental (“O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) criou sua própria versão das madraçais – os internatos religiosos muçulmanos em que crianças aprendem a recitar o Corão e dar a vida em nome do Islã” – p. 47, grifos nossos), não traz nenhum elemento capaz de

Esta lógica acaba reforçando a noção de que as lutas sociais são anomalias, pois a harmonia e o equilíbrio seriam o “estado normal” de qualquer sociedade ou grupo humano. Essa noção – formulada por pensadores como Durkheim, Pareto e Parsons – considera qualquer conflito como uma perturbação, portanto, um mal que deve ser eliminado ou até mesmo reprimido. Em outros termos, o conflito seria uma patologia social (BOBBIO *et al*, 2004, p. 226) a ser combatida, buscando o equilíbrio e a harmonia.

Ao contrário destas noções, formulando uma teoria que combinou condições estruturais e mecanismos de reprodução dos sistemas sociais, Alain Touraine definiu movimentos sociais pelos princípios de identidade, oposição e totalidade. Segundo ele, um movimento define-se a si mesmo em confronto com outro agente em meio a conflitos que os contrapõem no campo das ações sociais.<sup>4</sup> Nesse sentido, define que “movimento social é o esforço de um ator coletivo para se apossar de ‘valores’ das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder”. (1995, p. 253)

No campo brasileiro, a organização e estruturação de movimentos e entidades agrárias materializam não só uma disputa pela “posse de valores culturais” mas também reivindicações por terra e trabalho em oposição à histórica concentração da propriedade fundiária. Essa oposição é interpretada como uma ameaça explícita à “sacralidade” da propriedade privada da terra e uma patologia social.

A atuação dos movimentos sociais agrários pode, parcialmente, explicar as constantes reações de oposição ou associações entre as ações destes e a promoção de conflitos. Assim como Marx e outros pensadores, Georg Simmel considerava que os conflitos marcam qualquer sociedade ou grupo humano e deu uma explicação simples para essa reação às ações e reivindicações dos movimentos.

comprovar o título (“as escolas dos sem-terra ensinam o ódio”). A acusação é de que “nas 1.800 escolas instaladas em acampamentos e assentamentos do **MST**, crianças de 7 a 14 anos de idade aprendem a defender o socialismo, a ‘desenvolver a consciência revolucionária’ e a cultivar personalidades do comunismo...” (p. 47), como se esse tipo de formação fosse sinônimo de conflito ou ódio.

4. Segundo Touraine, “o conflito faz surgir o adversário, forma a consciência dos agentes que se deparam” (citado por BOBBIO *et al*, 2004, p. 789).



Para ele,

“...a unificação com o propósito de luta é um processo vivenciado tão freqüentemente que às vezes o mero confronto de elementos, mesmo quando ocorre sem qualquer propósito de agressão ou de outra forma de conflito, aparece aos olhos dos outros como uma ameaça e um ato hostil.” (SIMMEL, 1983, p. 157, grifos nossos).

A organização e mobilização dos movimentos sociais agrários possuem este caráter de “unificar para a luta” por direitos, especialmente pelo direito à terra e, por extensão, ao trabalho, moradia, saúde, educação, enfim, a uma vida digna no campo. Um dos problemas, no entanto, é que a chamada questão agrária possui uma alta dose de disputa ideológica, constantemente reforçada pela mídia que reproduz a noção de “ameaça à harmonia social”. Isso transforma as ações dos movimentos sociais em “atos hostis”, naturalizando uma imagem distorcida sobre as reais causas dos conflitos e os verdadeiros promotores da violência no meio rural brasileiro.

Conseqüentemente, a discussão sobre a importância dos movimentos sociais agrários e os verdadeiros sujeitos da violência no meio rural exige que se estabeleça uma clara distinção entre conflito e violência. Se o conflito é a expressão de divergência de interesses, no âmbito do exercício de poder (para Marx, o conflito é resultado de interesses divergentes e contradições de classes na sociedade capitalista, portanto, possui uma base econômica)<sup>5</sup>, a violência é a exacerbação deste conflito com o uso da força (física, armada, econômica, política) que, para além do exercício do poder (Arendt), exclui e destrói o outro, o oponente.

Hannah Arendt (1994, p. 36) não faz uma distinção entre conflito e violência mas entre poder e violência. Segundo ela, enquanto, “o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto”, a violência está intimamente relacionada à deterioração do político e à ausência de ação e de diálogo. Esses dois elementos da condição humana são essencialmente expressões de poder (ARENDR, 1997, p. 212) e nunca a violência.

5. Apesar de ter formulado uma visão conflitual da vida social, a concepção marxista é menos ‘conflitual’ do que se pensa. A luta de classes (conflitos) é a principal força motriz da história, pois é a alavanca das mudanças. No entanto, “Marx concebe este Conflito para acabar com todos os Conflitos. Abolida a divisão entre as classes, o Conflito, conseqüentemente, acabará” (BOBBIO et al, 2004, p. 227).

Arendt (1994, p. 31) contestou o “consenso” compartilhado por muitos cientistas políticos de que a violência é simplesmente uma manifestação de poder<sup>6</sup>. Criticando as associações entre poder (ou Estado) e violência, afirmou que “o poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido”. (1994, p. 36). Em outros termos, o poder faz parte da ação humana no âmbito da política (relações grupais e inter-grupais), enquanto a violência é a sua negação (1994, p. 40).

Ainda segundo Arendt (1994, p. 42), o poder “depende de números e opiniões”, ou seja, de legitimidade no grupo social<sup>7</sup>. “O poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; o que ele realmente precisa é de legitimidade”, (ARENDT, 1994, p. 41). Esse conceito permite estabelecer uma relação entre poder e conflito, desde que esse último seja entendido como divergência de interesses no âmbito da política e das relações humanas (e não como expressão da violência).

Esse conflito ou divergência de interesses é resultado da “pluralidade humana” que tem “o duplo aspecto da igualdade e diferença” (ARENDT, 1997, p. 188). Igualdade porque se os seres humanos não fossem iguais não teriam a capacidade de compreender um ao outro. Diferença porque cada pessoa é um ser singular, no entanto, ser diferente não corresponde a ser outro, mas à “alteridade”, razão pela qual todas as definições humanas são distinções.

Os seres humanos são os únicos seres capazes de exprimir essa diferença, revelando a sua singularidade, que se expressa com o discurso e a ação (atos de inserção no mundo e modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros – ARENDT, 1997, p. 198). Essa singularidade ou “pluralidade humana” pode ser considerada a fonte dos conflitos sociais e políticos, mas não da violência.

6. As referências e contestações de Arendt são diretas a pensadores como Max Weber para quem o Estado é “o domínio do homem pelo homem baseados nos meios de violência legítima”, (1994, p. 31). Segundo ela, “o poder é de fato a essência de todo o governo, mas não a violência”, (idem, p. 40).
7. Certamente, essa necessidade de legitimidade – ou a sua negação – está na base da “guerra de números” que tem marcado as disputas entre os governos federais e os movimentos sociais no que se refere à política de reforma agrária e ao cumprimento de metas governamentais (número de famílias assentadas, etc.).

É o poder – como pertencente à condição humana da pluralidade –, e não a força<sup>8</sup> que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência (que existe potencialmente na qual quer que as pessoas se reúnam, ajam e falem e antecede a constituição dos espaços públicos). O poder, como um potencial e não como uma entidade imutável, existe apenas entre as pessoas que agem juntas. Esse se dissipa no instante em que as pessoas se dispersam, portanto, o “único fator material indispensável para a geração de poder é a convivência” (ARENDETT, 1997, p. 213), pois pertence à condição humana da pluralidade.

Conseqüentemente, o poder preserva a esfera pública e o espaço da aparência e, como tal, é também princípio essencial ao artifício humano. Sem poder, o espaço produzido pela ação e pelo discurso em público desaparece (ARENDETT, 1997, p. 216). O poder, como algo limitado à potencialidade da convivência, depende do acordo frágil e temporário de muitas vontades e intenções (1997, p. 213). Há situações, portanto, precedidas da perda do poder, em que o espaço da aparência (e mesmo o espaço público) se desfaz, impossibilitando a política.

A violência não é uma exacerbação ou uma técnica do poder, portanto não é um exercício da política, mas o seu contrário, pois esta “sempre pode destruir o poder” (ARENDETT, 1994, p. 42). “Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desapareição do poder.” (ARENDETT, 1994, p. 44).

Essa distinção explica, ao menos em parte, a escalada da violência no meio rural brasileiro no primeiro ano (2003) do primeiro mandato do Governo Lula, quando houve um crescimento assustador de assassinatos de trabalhadores rurais. Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as conseqüentes manchetes de que os “conflitos no campo crescem na gestão Lula” (*O Estado de São Paulo*, 09/abril/2004) materializam a “desconfiança” de setores da classe dominante agrária em um governante historicamente identificado com os movimentos sociais que lutam pela terra. Essa “sensação de perda de poder” levou grandes proprietários a organizar milícias privadas e a usar métodos e meios violentos para “defender as propriedades”, resultando em um aumento da violência.

8. Apesar de não serem estanques no mundo real, Arendt faz uma distinção conceitual entre poder, vigor, autoridade e força, sendo essa última uma qualidade natural e limitada de um indivíduo isolado, indicando apenas a “energia liberada por movimentos físicos” (1994, p. 37).

Segundo Arendt, a violência pode destruir o poder, nunca substituí-lo. Interpretando Marx, afirma que ele estava ciente do papel da violência na história, mas atribuía a essa um papel secundário porque as mudanças seriam resultados das contradições inerentes à sociedade capitalista. Para ela, Marx “considerou o Estado como um instrumento da violência sob o comando da classe dominante; mas o poder real da classe dominante não consistia nem se assentava na violência” (ARENDR, 1994, p. 18).

Ainda segundo Arendt, o comando mais efetivo pode emergir do cano de uma arma, resultando em obediência, mas não em poder (1994, p. 42), porque a combinação política de força e impotência (falta ou ausência de poder) resulta na tirania. A principal característica desta é o isolamento (Montesquieu) que impede o desenvolvimento do poder, gerando impotência (ARENDR, 1997, p. 215).

Estabelecida esta distinção entre poder (política) e violência (uso da força), é possível acompanhar Simmel quando afirma que o conflito faz parte da dinâmica social de qualquer agrupamento humano e não é necessariamente negativo<sup>9</sup>. Segundo ele,

“... assim como o universo precisa de ‘amor e ódio’, isto é, de forças de atração e de forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis.” (SIMMEL, 1983, p. 124).

Ainda segundo Simmel, o conflito é uma das mais vívidas interações sociais (que não pode ser exercida por um indivíduo isolado), conseqüentemente possui um caráter integrador, inclusive porque a oposição “dá satisfação íntima, distração, alívio” (1983, p. 127) às pessoas e grupos sociais que lutam e resistem a opositores. Nessa perspectiva, a constituição identitária (assumindo a condição social e política de) do “sem-terra” se dá na explicitação e vivência do conflito e na oposição a outro (TOURAINE).

9. Diferente de Arendt, Simmel não faz uma diferenciação explícita entre violência, conflito e poder. Mesmo assim não é possível afirmar que ele dê um “caráter criativo” à violência – fazendo coro com outros pensadores repudiados por Arendt como Fanon ou Sartre –, inclusive porque sua ênfase está colocada nas contradições sociais e não na violência.

Essa identidade é um processo relacional, uma construção que reflete e influencia a interação com o outro e com o mundo. No caso das pessoas e grupos sociais que lutam pelo direito à terra, a identidade social é formada na interação e no confronto (conflito) com a sociedade, com o mundo e com as representações identitárias que esse mundo oferece. A pessoa se torna sujeito, construindo o seu lugar e assumindo sua condição de “sem-terra”, elemento chave para definir-se como parte integrante das “forças unificadoras” do grupo social (SIMMEL, 1983), ou seja, o desejo de conquistar a terra.<sup>10</sup>

Não se trata de idealizar o conflito, mas de reconhecer sua existência como parte das relações sociais e explicitar a sua dinâmica política. Os movimentos sociais não produzem os conflitos, muito menos a violência. As disputas e embates, inclusive as lutas pela posse da terra, resultam em processos de coesão grupal ou intergrupal, estabelecendo oposições e diferenças em relação a outros agentes sociais. Essas disputas e embates são a expressão dos conflitos e não sua geração.

Nessa mesma perspectiva, Chauí afirma que a democracia – como uma realidade ou forma social de criação de direitos pela ação da própria sociedade – se caracteriza por “considerar o conflito legítimo”, pois “o conflito exprime a vida democrática”. Em sistemas políticos democráticos, o conflito “é considerado o coração mesmo do regime”, pois faz parte da realidade a explicitação de contradições, antagonismos, diferenças e interesses conflitantes<sup>11</sup>.

Infelizmente, não é o que acontece por aqui porque a sociedade brasileira é profundamente marcada pelo autoritarismo e possui sérias dificuldades para assimilar a noção de direitos ou mesmo de democracia, resultando em uma resistência para assimilar a existência social do conflito. Segundo Chauí, a sociedade brasileira “é uma sociedade que opera por exclusão, prática da violência e o poder hierarquicamente estabelecido e justificado”. Esse mecanismo é a base social e simbólica que, implicitamente, justifica as práticas violentas contra os pobres do campo e suas lideranças.

10. Simmel (1983, p. 128) faz um importante alerta, afirmando que “as relações de conflito, por si mesmas, não produzem uma estrutura social, mas somente em cooperação com forças unificadoras”.

11. Todas as referências foram retiradas da entrevista intitulada “Marilena Chauí denuncia autoritarismo da República Brasileira e propõe ‘proclamação democrática’”, disponível no *site* [www.virtualbooks.terra.com.br/cultura](http://www.virtualbooks.terra.com.br/cultura) (pesquisa realizada em 10 de setembro de 2004).

### **Modernização, violência e disputas políticas sobre o agro**

Associado à noção de uma sociedade harmoniosa – mesmo no caso da sociedade brasileira profundamente desigual e excludente –, as relações no campo são permeadas por um “discurso modernizador” do modelo agropecuário dominante, baseado no grande agronegócio intensivo em tecnologia. Esse discurso estabelece a violência como uma prática restrita a “nichos não-modernos” ou atrasados do campo.<sup>12</sup>

A prática da violência funciona como uma técnica não de poder mas de dominação na sociedade brasileira. Ianni afirma que, no capitalismo, a violência age como um “modo de preservar, ampliar ou conquistar a propriedade”. Conseqüentemente, “entra como elemento importante da cultura política com a qual se ordenam, modificam ou transformam as relações entre os donos do poder e os setores sociais subalternos, os governantes e a população, as elites e as massas”. (IANNI, 2004, p. 169).

É fundamental não cometer equívocos de interpretar essa dominação e violência como simples resultados do “atraso” econômico ou tecnológico. Na verdade, acontece exatamente ao contrário, pois como afirma Herbert Marcuse, a tecnologia, como modo de produção, é “um instrumento de controle e dominação” (1999, p. 73).<sup>13</sup> Certamente, esse processo de dominação foi determinado (ou perpetuado) pelo processo de modernização da agropecuária brasileira, com a implantação da chamada *Revolução Verde* e expansão das fronteiras agrícolas.

Em outras palavras, o “processo civilizatório” altera valores e provoca re-significações em atos, ações e atitudes violentas, anteriormente classificadas como “normais”, costumeiras e corriqueiras nas relações e interações sociais, mas não há qualquer associação, natural e automática, entre progresso técnico e processos de democratização das relações sociais. Conseqüentemente, a violência no meio rural não é fruto do atraso. Ao contrário, os processos de exacerbação do

12. Esse discurso associa a violência à não-modernidade, quando não nega explicitamente qualquer tipo de violência, como é o caso da negação da existência de trabalho escravo (“interpretado” apenas como violação das leis trabalhistas) no Brasil, por parte de membros da Bancada Ruralista no Congresso Nacional e de representantes da classe patronal rural.
13. Fazendo uma distinção entre tecnologia e técnica (esta última sendo apenas o aparato ou os instrumentos), Marcuse – em instigante artigo sobre “algumas implicações sociais da tecnologia moderna” –, afirma que a tecnologia é “uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais”, o que certamente aconteceu com o chamado processo de modernização da agricultura brasileira.

conflito seguem a dinâmica do próprio sistema capitalista. Como afirma Ianni (2004, p. 170s),

“...à medida que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção próprias do capitalismo, desenvolvem-se as diversidades e as desigualdades, as formas de alienação, técnicas de dominação e lutas pela emancipação. Aprofundam-se, generalizam-se e multiplicam-se as contradições sociais. No mesmo curso das lutas e conquistas polarizadas pela democracia e a cidadania, desenvolvem-se as técnicas de repressão e as formas de tirania.”

A recente exacerbação dos conflitos agrários é, conseqüentemente, resultado da implantação de um modelo agropecuário “moderno” em uma sociedade profundamente desigual e excludente, tanto em termos econômicos como sociais, políticos e culturais. Ao contrário do que afirmam os defensores incondicionais do atual modelo agropecuário baseado no grande agronegócio, a sua expansão no Brasil não significa “uma revolução pacífica”, mas a agudização do problema agrário e a manutenção da violência no meio rural.

A resistência e luta contra a desigualdade, expropriação e dominação, por outro lado, gesta grupos sociais que se organizam em busca de seus direitos, criando uma dinâmica social permeada por disputas, embates e conflitos (relações de poder). Diferente da constante insistência de setores ligados à oligarquia, as ações dos movimentos sociais não “minam o campo”, mas explicitam e materializam a resistência aos processos violentos que constituem a realidade agrária e o modelo agropecuário.

Essa resistência é a materialização das relações políticas e da correlação de forças no interior da sociedade capitalista brasileira – sociedade patrimonialista na qual a aliança entre o capital e a propriedade da terra possibilita que a propriedade fundiária se mantenha como base importante de mando e de poder político. Segundo Florestan Fernandes (citado por MARTINS, 1988), “a propriedade fundiária é uma das bases essenciais do sistema econômico e, sobretudo, do sistema político”.

O processo de dominação política e territorial está presente nas relações capitalistas de produção, bem como na estrutura fundiária brasileira. Essa estrutura permite reproduzir a dominação política e a exclusão social, estruturando relações de poder. O latifúndio, associado ao modelo agropecuário adotado, tem sido a

base histórica do poder político no Brasil, como instrumento de poder e dominação que perpetua relações de exploração e expropriação. O domínio do espaço, portanto da propriedade da terra ou do território, é uma fonte importante e persuasiva de poder social na e sobre a vida cotidiana. Segundo Martins (1988, p. 67),

“É particularmente essencial compreender que a forma assumida pela propriedade territorial ‘amarra’ relações sociais, organiza relações de classes, sustenta relações econômicas e relações políticas, edifica uma determinada estrutura de poder, alimenta relações de dominação, define limites para a participação democrática das diferentes classes sociais, particularmente as classes trabalhadoras. O atual edifício político da sociedade brasileira ruiria se esse alicerce fosse tocado, modificado ou destruído: desapareceria uma das dificuldades para o progresso político das populações do campo. A propriedade territorial constitui mediação essencial da organização política brasileira.”

Isso significa que os movimentos que lutam pela terra são também reflexos das correções conflituosas de poder, mas não gestores da violência que impera no meio rural. Esses movimentos, frutos do conflito de interesses inerente à qualquer sociedade humana, apenas explicitam uma realidade profundamente desigual, a verdadeira face de um sistema econômico violento e injusto.

Essa, no entanto, não é a percepção da sociedade, constantemente bombardeada por afirmações que estabelecem uma estreita relação entre as ações dos movimentos sociais e a geração da violência. Essa relação é explícita em artigo denominado “Desordem constitucional”, publicado pelo *Jornal do Brasil*, em 24 de abril de 2007. Neste, o advogado Ives Gandra de Silva Martins afirma que:

“De há muito que o **MST** deveria ter sido enquadrado na ordem constitucional vigente. Cada prédio público ou propriedade privada invadidos, quase sempre com destruição de bens e equipamentos, de plantações, de benfeitorias e sacrifício de gado. Quando as invasões ocorrem em estabelecimentos rurais, deveria ter como consequência, tão logo restabelecida a ordem, a prisão daqueles que romperam o sistema legal vigente, nos termos da legislação penal em vigor.”

Os ataques constantes às ações dos movimentos sociais agrários, mesmo mantendo certa lógica, se diferenciam entre si: para uns, existe uma relação direta e explícita entre as ações de mobilização das organizações agrárias e a violência no



campo; para outros, essas ações impedem o progresso e a modernização do País, pois são frutos do atraso. A primeira vertente costuma definir a luta pela terra como “guerrilha”, “barbárie”, “desmandos e violências praticadas nas invasões de terras”. Isso fica patente na opinião do empresário paulista Antônio Ermírio de Moraes que, defendendo a sustentabilidade econômica do agronegócio, afirmou:

“Mas há problemas a superar. Um deles é a restauração da paz no campo. Os movimentos de invasão de terras e a frouxidão do governo na garantia dos direitos de propriedade dão margem *ao crescimento meteórico do clima de medo e tensão* que rodeia as fazendas brasileiras. Isso não pode continuar” (*Folha de S. Paulo*, Agricultura, emprego e desenvolvimento, 1/fevereiro/2004, grifos nossos).

Essas afirmações freqüentemente extrapolam as comparações com a prática de uma “violência gratuita”, de “atos impensados e impulsos”, vinculando as ações de luta pela terra com a expressão de uma intencionalidade política próxima à luta armada, aos movimentos guerrilheiros e até mesmo ao terrorismo<sup>14</sup>. É preciso ter claro que esta lógica de acusação de “atos hostis” faz parte da “guerra ideológica” (a “filiação” dos autores das afirmações revela quem tem interesse nessa associação entre protagonismo social e violência), a qual nega direitos básicos aos mais pobres.

A outra vertente é mais “sofisticada”, porque é recoberta de um discurso “modernizante”. Estabelece conseqüências negativas das ações dos movimentos sociais agrários, porque causam “presumíveis” prejuízos econômicos (ou mesmo políticos). Segundo ela, as ocupações de terras afetam não só possíveis investimentos externos e a produção agropecuária, mas a própria produtividade da terra, causando prejuízos ao País. Isso fica muito claro nas palavras do então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues:

“Defender uma solução violenta para a questão agrária é não ter compromisso com o império da lei, com a democracia e com a paz. Tais declarações estão na contramão

14. É reveladora dessa lógica a declaração do então Governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, vinculando as ações reivindicatórias por terra e moradia a algo pior do que um golpe de Estado. “Se permanece um quadro de invasões, transferindo-se inclusive para um quadro de invasões urbanas, o que é mais perigoso ainda, e não se impõe a lei e nem se determina limites, pode-se ter algo muito mais grave do que um golpe” (*O Estado de São Paulo*, 11/agosto/2003, grifos nossos).

dos extraordinários *avanços econômicos alcançados pelo campo* nos últimos tempos. A ameaça feita contra empresários rurais revela total desconhecimento sobre a verdadeira *revolução pacífica* vivida pelo agronegócio brasileiro." (*O Estado de São Paulo*, "O campo produz paz", 26/julho/2003, grifos nossos).

Tanto uma vertente como a outra afirmam uma relação, implícita ou explícita, entre a luta pela terra e a geração da violência, esvaziando completamente o conteúdo político das ações dos movimentos sociais. As acusações (banditismo, desordem, guerrilha) ou os argumentos "modernizantes" (prejudicam os investimentos e impedem os avanços) têm o propósito de esconder o conteúdo real do conflito agrário e as causas da violência no meio rural brasileiro, qual seja, a concentração fundiária. Com efeito, é impossível pensar os conflitos e a violência no campo sem considerar a brutal concentração da posse e propriedade da terra no Brasil.

Os dados cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou os censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar das diferenças nos critérios de pesquisa, demonstram claramente essa concentração. A evolução do índice de Gini<sup>15</sup>, apresentada na tabela abaixo, explicita a desigualdade na distribuição da propriedade da terra no Brasil.

**Tabela 1:** A evolução do índice de GINI (1950 a 1995)

Regiões e Brasil	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Norte	0,944	0,944	0,831	0,863	0,841	0,812	0,820
Nordeste	0,849	0,845	0,854	0,862	0,861	0,869	0,859
Sudeste	0,763	0,772	0,760	0,761	0,690	0,772	0,767
Sul	0,741	0,725	0,725	0,733	0,743	0,747	0,742
Centro-Oeste	0,833	0,901	0,876	0,876	0,876	0,861	0,831
<b>Brasil</b>	<b>0,840</b>	<b>0,839</b>	<b>0,843</b>	<b>0,854</b>	<b>0,857</b>	<b>0,857</b>	<b>0,856</b>

Fonte: GASQUES; CONCEIÇÃO *apud* DELGADO, 2004.

15. A distribuição da propriedade da terra e da renda de um país é medida por um índice estatístico denominado Índice de Gini, variando de zero (0,00) a um (1,00), sendo que zero indica igualdade absoluta e 1 significa concentração absoluta.

Os dados da Tabela 1 revelam que a concentração fundiária se acentuou com o advento da modernização conservadora do campo, ocorrida nas décadas de 1970 em diante. O Índice de Gini saltou de 0,840, em 1950, para 0,856, em 1995<sup>16</sup>, beirando a concentração absoluta.

O território brasileiro totaliza 850,2 milhões de hectares. O Sistema Nacional de Cadastro Rural (**SNCR**), instituído pela Lei nº 5.868/1972 e organizado pelo Incra, revela que 4.238.421 imóveis ocupam uma área de 420.345.382 hectares. As propriedades rurais com mais de mil hectares somam 1,6%, mas detêm 46,8% da área cadastrada, ao passo que as propriedades com área de até 10 hectares representam 32,9% dos imóveis, mas possuem apenas 1,6% da área total<sup>17</sup>.

**Tabela 2:** Estrutura fundiária – Brasil (2003)

Estratos de área (hectares)	Imóveis		Área total	
	Quantidade	%	Hectares	%
Até 10	1.409.752	32,90	6.638.598,60	1,60
De 10 até 25	1.109.841	25,90	18.034.512,20	4,30
De 25 até 100	1.179.173	27,50	57.747.897,80	13,80
De 100 até 1.000	523.335	12,20	140.362.235,80	33,50
Mais de 1000	68.381	1,60	195.673.396,40	46,80
<b>Totais</b>	<b>4.290.482</b>	<b>100,00</b>	<b>418.456.640,80</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Apuração Especial do **SNCR**, realizada em outubro de 2003 (Incra, 2003a).

Obs: dados brutos, excluídos os imóveis com inconsistência na situação jurídica.

16. O Censo Agropecuário 1995/1996, realizado pelo **IBGE**, é o último levantamento oficial sobre a estrutura agrária brasileira, mas está em plena realização um novo censo agropecuário e os seus resultados deverão ser divulgados ainda em 2007.
17. O Cadastro de Imóveis Rurais do **SNCR** é declaratório, ou seja, as informações são prestadas pelos próprios proprietários. Os critérios de organização dos dados são, portanto, diferentes dos adotados pelo **IBGE**.

O **IBGE** utiliza o critério do estabelecimento rural (e não o do imóvel rural<sup>18</sup>) para retratar a estrutura fundiária. Os dados do Censo Agropecuário de 1995 informam que o País possui 376.286.577 hectares de área agriculturável<sup>19</sup>, distribuída em 5.834.779 estabelecimentos. Os números da tabela abaixo informam que os estabelecimentos com até 10 hectares somam mais de 53% do total, mas correspondem a apenas 3% da área cadastrada. No outro espectro da estrutura fundiária, 1,1% dos estabelecimentos com mais mil hectares totalizam 43,5% da área agriculturável.

**Tabela 3: Estrutura fundiária – Brasil (1995)**

Estratos de área (hectares)	Estabelecimentos		Área Total	
	Quantidade	%	Hectares	%
Até 10	3.099.632	53,07	10.029.780	3,00
de 10 até 50	1.728.632	29,60	39.525.515	10,50
de 50 até 100	438.192	7,50	30.153.422	8,00
de 100 até 1.000	518.618	9,00	131.893.957	35,00
de 1.000 até 10.000	47.931	0,80	108.397.132	28,50
acima de 10.000	2.174	0,03	56.287.168	15,00
<b>Total</b>	<b>5.834.779</b>	<b>100,00</b>	<b>376.286.577</b>	<b>100,00</b>

Fonte: **IBGE** – Censo Agropecuário de 1995 (**IBGE**, 2000).

Apesar dos critérios diferenciados de registro, o cadastro do Incra e o censo do **IBGE** revelam a mesma verdade, ou seja, “muitos têm pouca terra e poucos têm muita terra” (**OLIVEIRA**, 2003, p. 137). Os dados oficiais comprovam a elevada concentração fundiária brasileira. Uma das conseqüências é que o campo bra-

18. Um imóvel rural pode conter mais de um estabelecimento, portanto, o número de estabelecimentos apresentado pelo **IBGE** é superior à quantidade de imóveis rurais registrada pelo Incra.

19. A área agriculturável cadastrada pelo Incra (418,45 milhões de hectares) é maior que a apurada pelo **IBGE** (376,28 milhões). Essa divergência revela as fragilidades das estatísticas referentes ao meio rural.

sileiro padece de uma imensa desigualdade no acesso ao trabalho e à renda.<sup>20</sup> Em outras palavras, a estrutura fundiária e o modelo agropecuário adotado são produtores de pobreza e desigualdade no meio rural, se constituindo na principal causa dos conflitos agrários.

Conseqüentemente, as afirmações que vinculam a ação dos movimentos sociais no campo com violência, sem mencionar as causas motivadoras dessa ação, fazem parte de uma encarniçada “guerra ideológica”<sup>21</sup>, cujo objetivo principal é destruir a resistência popular e camponesa no campo. Essa “guerra” não se restringe ao imaginário popular, posto que se materializa em práticas de Estado. Não só o Gabinete de Segurança Institucional acompanha de perto (estudos e ações de agentes) as ações dos movimentos sociais agrários como, em agosto de 2003, a Polícia Federal estava investigando o “risco de guerrilha entre acampados” (*O Estado de São Paulo*, 10/agosto/2003).

Documentos oficiais deixam claro que os movimentos agrários estão entre as prioridades de investigação da Polícia Federal. De acordo com o “Plano Estratégico – DPF 2006”, datado de novembro de 2001, o Departamento de Polícia Federal deveria investigar “os movimentos dos sem-terras, sem tetos e outros”, porque estavam ficando “cada vez mais fortes e organizados” e “apresentam características de movimentos revolucionários e guerrilha urbana e rural” (**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**, 2001, parte 2, p. 9).

Segundo o documento, a Polícia Federal compreendia que era alta a probabilidade de os movimentos agrários e urbanos promoverem, até 2006, ações que poderiam abalar o regime democrático brasileiro:

20. Os dados do Censo Demográfico de 2000, do **IBGE**, informam que cinco milhões de famílias rurais vivem com menos de dois salários-mínimos mensais. Ademais, é no meio rural que se encontram os maiores índices de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade e de analfabetismo (**IBGE**, 2000).

21. Em agosto de 2003, a *Folha* publicou matéria chamando a atenção para o fato de que “congressistas temem radicalização”, afirmando que o acirramento dos ânimos seria motivado pela grande expectativa de solução dos problemas sociais pelo Governo Lula. Os parlamentares entrevistados expressaram preocupação e “a invasão pelo **MST** da fazenda do Senador José Agripino Maia (**PFL-RN**) foi citada como exemplo de que a situação no campo é grave – corre o risco de ser politizada e precisa ser resolvida rapidamente” (*Folha de S. Paulo*, 1/agosto/2003, grifos nossos).

“Alguns líderes radicais alteram os objetivos desses movimentos, de justas reivindicações econômicas-sociais para outras, de natureza política e de enfrentamento ao Estado de Direito. Em decorrência, são desencadeadas, como bem mostrou a mídia, diferentes ações e reações: invasão de prédios públicos e privados; contratação de milícias; aquisição de armas contrabandeadas; enfrentamento com mortes em terras e municípios do Rio Brilhante; cárcere privado de funcionários públicos; e invasão do Fórum da cidade de Teodoro Sampaio (SP).”

A questão se refere à probabilidade de que parcelas radicais desses movimentos, até 31/12/2006, venham a acirrar suas ações, podendo vir a estabelecer, inclusive, ligações internacionais, chegando a abalar a estabilidade do regime democrático brasileiro.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2001, parte 2, p. 9).

Esse raciocínio relacionando conflito e violência – e a conseqüente responsabilização dos movimentos sociais agrários – também motiva a proposição de vários projetos de lei criminalizando as lideranças das organizações camponesas. Segundo divulgado pelo jornal *Correio Braziliense*, em 9 de março de 2007, o Governo Federal estuda enviar ao *Congresso Nacional* um projeto de lei que define os crimes de terrorismo, que chegaria a abranger práticas hoje adotadas pela parcela mais radical dos movimentos sociais.

Apesar desse projeto não ter sido encaminhado ao Congresso pelo Executivo Federal, ações parlamentares complementam esta lógica de criminalização dos movimentos populares. Aliás, o Congresso Nacional, nos últimos anos, se prestou ao papel de principal organismo de criminalização de lideranças populares e seus movimentos. Sem sombra de dúvidas, a instalação e o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra (CPMI da Terra)<sup>22</sup>, entre 2003 e 2005, se constitui no principal ataque à luta pela terra e seus principais protagonistas, especialmente ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e entidades parceiras.

Frutos da CPMI da Terra – além de uma série de procedimentos burocráticos e financeiros no Tribunal de Contas da União (TCU), especialmente a necessidade

22. Motivada pela audiência entre o Presidente Lula e o MST (na ocasião, o presidente usou um boné, presenteado pelo MST), esta CPMI foi instalada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, com o objetivo de, entre outros motivos, realizar diagnóstico sobre “os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência)”.

de rever todas as prestações de contas de projetos executados com recursos públicos –, estão tramitando dois projetos de lei no Congresso Nacional. O primeiro no Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS 264, de 2006) que tipifica o “esbulho possessório com fins políticos” (ocupação ou ameaça de ocupação de terras) e o enquadra como crime hediondo. O segundo projeto está tramitando na Câmara dos Deputados (PL 7485, de 2006) e enquadra-se na Lei de Segurança Nacional como “ato terrorista quem invade propriedade alheia com o fim de pressionar o governo”<sup>23</sup>.

A criação, em dia 14 de março de 2007, de uma outra Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal tende a ser mais um espaço de ataque a setores organizados da sociedade civil. Chamada de “CPI das ONGs”, seu objetivo é investigar os repasses de dinheiro público para organizações não-governamentais durante o primeiro mandato do Governo Lula.<sup>24</sup> De acordo com informações preliminares, entre as prioridades desta CPI está novamente a investigação de entidades ligadas ao MST e a outros movimentos agrários.

Claramente, o processo de modernização conservadora, iniciado nos anos 1960/1970, aprofundou a concentração da propriedade da terra, gerando novos conflitos no meio rural. Conseqüentemente, esses conflitos – e muito menos a violência – não são gerados pelos movimentos sociais agrários, mas resultados da desigualdade e exclusão, provenientes do modelo agrário e agropecuário adotado no campo brasileiro.

### **Relação entre governo federal e movimentos sociais agrários**

A relação entre o Poder Executivo e os movimentos sociais agrários sempre foi tensa. Nas duas últimas décadas, o pêndulo dessa relação transitou do diálogo ao confronto, de acordo com o governo de plantão.

23. Para detalhes sobre o processo de instalação e conteúdo da CPMI da Terra, ver o último número da Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), especialmente o artigo de SAUER, SOUZA e TUBINO (2006).

24. A partir de requerimento do Senador Siba Machado (PT-AC), o período de investigação desta CPI foi ampliado, portanto, serão objetos de investigação repasses realizados pelo Executivo Federal desde 1998, abarcando o segundo mandato do governo FHC.

### **As disputas nos governos federais dos anos 1990**

A relação entre os movimentos camponeses e o Governo de Fernando Collor de Melo (março de 1990 a outubro de 1992) foi marcada pela repressão contra os movimentos agrários. Desde o período eleitoral, Collor se diferenciou de seu principal adversário (Lula) por se negar a discutir reforma agrária. Apesar de ter criado o “Programa da Terra” – com meta de assentar 400 mil famílias, mas que não saiu do papel, – a principal ação de seu governo na área da reforma agrária foi a extinção do Ministério da Reforma Agrária (Mirad).

Em sintonia com seu programa neoliberal, Collor reduziu a presença do Estado na gestão da estrutura fundiária, extinguindo o Mirad e sucateando o Incra. As políticas de seu governo para o campo caracterizaram-se pelo apoio e concessão de subsídios à agricultura empresarial e pela criminalização das lutas dos movimentos sociais agrários. Além de não dialogar com as entidades e organizações sociais, Collor criou uma delegacia especializada na Polícia Federal para monitorar e perseguir lideranças camponesas, especialmente do **MST**<sup>25</sup>, visando sufocar as lutas por reforma agrária.

O Governo Itamar Franco (1992-1994) distencionou a relação entre o Poder Executivo e as organizações camponesas. Além de substituir a direção do Incra por pessoas ligadas à luta pela reforma agrária (como foi o caso de Osvaldo Russo, que presidiu o órgão entre 1993 e 1994), Itamar Franco reconheceu a legitimidade dos movimentos agrários. Foi o primeiro Presidente da República a receber o **MST** no Palácio do Planalto, o que, simbolicamente, significou que seu governo tratava esse como movimento social e não como organização criminosa, a exemplo do governo anterior.

Apesar da relação respeitosa do Presidente Itamar Franco com as organizações agrárias, a reforma agrária permaneceu ausente das *prioridades* do governo. Seu Programa Emergencial de Reforma Agrária, prevendo o assentamento de 80 mil famílias em dois anos, atingiu apenas 28% da meta. O principal avanço ocorrido nesse período foi a aprovação da Lei nº 8.629 (conhecida como Lei da Reforma Agrária) e da Lei Complementar nº 76 (conhecida como Lei do Rito Sumário nas Desapropriações Agrárias), aprovadas em 1993, regulamentando os artigos da Constituição Federal de 1988 que tratam da reforma agrária.

25. Informação oral apresentada por João Pedro Stédille durante lançamento do 5º Congresso do **MST**, no dia 9 de maio de 2007, em Brasília.



O Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) descartou a reforma agrária como uma política pública necessária ao desenvolvimento nacional. Apesar disso, a pressão dos movimentos sociais manteve o tema na agenda nacional. Os massacres de Corumbiara (RO), em que pelo menos 10 sem-terra foram mortos por policiais, no dia 9 de agosto de 1995, e de Eldorado de Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996 e que resultou no assassinato de 19 pessoas, deram visibilidade nacional e internacional à luta no campo<sup>26</sup>.

Logo que lançou seu programa de reforma agrária, no início do primeiro ano de mandato, Fernando Henrique Cardoso afirmou que “a reforma agrária, desapropriando terras ociosas para destiná-las aos pobres, é um imperativo para enfrentar a extrema desigualdade ainda existente no agro brasileiro” (*Folha de S. Paulo*, “Terra e cidadania”, 24 de março de 1995, grifos nossos). Ao longo dos dois mandatos, a luta contra a desigualdade deu lugar à construção de uma política agrária baseada na necessidade de aliviar a pobreza rural, profundamente influenciada pela retórica e apoio financeiro do Banco Mundial.

Em outras palavras, para o Governo FHC, a reforma agrária justificou-se somente como política social compensatória, voltada à contenção de conflitos agrários. Por isso mesmo, seguindo a cartilha neoliberal, estimulou a reforma agrária de mercado orientada pelo Banco Mundial, com programas como o Cédula da Terra e o Banco da Terra. Implantou também um conjunto de assentamentos desarticulados das demais políticas necessárias ao desenvolvimento rural.

A mobilização dos movimentos sociais por reforma agrária forçou o Governo FHC a transpor a simples retórica e tomar medidas para atender as demandas sociais históricas por terra e coibir a violência no campo (MEDEIROS, 2002, pp. 595)<sup>27</sup>. Entre as medidas estavam a criação, em 1997, do Gabinete do Ministro

26. Além dos massacres de Corumbiara (RO) e de Eldorado dos Carajás (PA), resultando em pressão internacional sobre o novo governo, a marcha do MST, realizada em 1997, recolocou o tema na opinião pública nacional e “capitalizou insatisfações diversas e se constituiu na primeira manifestação popular contra o governo que, até então, parecia gozar de unanimidade absoluta, em função do impacto econômico do Plano Real e queda da inflação” (MEDEIROS, 2002, p. 61).

27. A declaração do então recém-empossado Ministro Extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, de que “a reforma agrária readquiriu projeção situando-se no primeiro plano da atividade política e no cenário econômico-social do Brasil” (*Folha de S. Paulo*, “Uma nova reforma agrária”, 2 de junho de 1996), foi reflexo claro dessas mobilizações, em especial das ocupações de terras e do apoio popular a uma política de reforma agrária.

Extraordinário de Política Fundiária, transformado, em 1999, no Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, posteriormente denominado Ministério do Desenvolvimento Agrário (**MDA**). Até então, o programa de reforma agrária era executado pelo Incra, sob a competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)<sup>28</sup>.

Outra iniciativa contundente foi edição da Medida Provisória (**MP**) 1.577, em 11 de junho de 1997, que instituiu diversas mudanças no processo de reforma agrária, algumas delas com vistas a baixar custos e agilizar os processos de aquisição de terras para implantação de assentamentos rurais. Essa **MP** deve ser interpretada em uma perspectiva mais ampla de reforma do Estado, baseada nas concepções neoliberais do Estado mínimo. Como bem observou Medeiros (2002, p. 62), a criação de um ministério responsável pela política fundiária e pelo desenvolvimento agrário e a edição dessa medida provisória eram parte de “marcos mais amplos do que a questão agrária propriamente dita, na medida em que se regia[m] pelos parâmetros de uma reforma do Estado, cujas diretrizes centrais eram a descentralização de ações, o enxugamento da máquina administrativa e a privatização”.

Além de acelerar os processos administrativos para aquisição de terras, todas essas mudanças visavam também readquirir o controle sobre as demandas sociais e amenizar as pressões dos movimentos agrários sobre a administração federal. De acordo com Medeiros, a criação do Ministério visava “retomar a iniciativa política e deixar de ‘estar a reboque dos movimentos’, no que diz respeito à política fundiária” (2002, p. 60)<sup>29</sup>. Essas iniciativas, respostas à pressão dos movimentos sociais, possibilitou que o governo, aos poucos, reassumisse o controle das ações para o meio rural.

A orientação política do Governo **FHC** em relação à questão agrária consolidou-se no segundo mandato, especialmente com o lançamento do Programa

28. A transferência do Incra e da reforma agrária para o **MDA** projetou uma divisão que persiste até o presente momento no governo: o Mapa responde aos ricos do campo, em especial, os setores ligados ao grande agronegócio, enquanto o **MDA** é responsável pelas políticas públicas para os pobres do campo.

29. Na verdade, estas iniciativas estavam em franca oposição ao discurso da necessidade de “enxugar a máquina administrativa” (**BRESSER PEREIRA**, 1997) e à necessidade de romper com as antigas ações governamentais na política de reforma agrária, “marcadas por forte dirigismo, centralismo e paternalismo técnico-burocrático” (**TEÓFILO**, 2000, p.14).

Novo Mundo Rural, em 1999. Os parâmetros dessa política, no entanto, já estavam colocados desde o princípio, especialmente a lógica assistencial – aliviar a pobreza rural – e uma política de distribuição de terras para amenizar conflitos ou simplesmente responder pontualmente às demandas e pressões dos movimentos sociais agrários.

A pressão popular resultou em diversos assentamentos rurais, mas que foram implantados sem planejamento e sem investimentos suficientes para dar qualidade aos mesmos. Não existe estatística confiável para quantificar as famílias assentadas. O próprio Incra registrou, ao menos, três cifras diferentes em relação ao número de famílias assentadas, entre janeiro de 1995 e dezembro de 2002. Os “dados oficiais”, divulgados pelo **MDA** em 10 de março de 2003, contabilizam 507,8 mil famílias; ao passo que a Auditoria de Controle Especial registra 506,8 mil famílias. O Sistema de Informações de Projetos de Assentamentos (Sipra) registra 482,5 mil famílias. Para além desses números, o II Plano Nacional de Reforma Agrária contabiliza 524.380 famílias.

Esses números, ainda que impactantes, não tiveram o condão de modificar a estrutura fundiária. Apesar da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em resposta às pressões do movimento sindical rural, os recursos governamentais destinados à reforma agrária e à agricultura familiar entre 1995 e 2002 foram infinitamente inferiores aos aportados no agronegócio. De acordo com Melo (2006, p. 219),

“A ausência de política agrícola voltada para a agricultura familiar, somada à transferência de recursos públicos para as grandes propriedades produtoras de *commodities*, fizeram aumentar o êxodo rural. Estima-se que cerca de 1,5 milhão de pequenos e médios proprietários rurais deixaram o campo entre 1995 a 2002.”

Como se vê, o Governo **FHC** agravou a questão agrária brasileira do ponto de vista da democratização do acesso à terra. O mesmo aconteceu na relação institucional com os movimentos sociais, pois seu governo passou a tratar a questão agrária como caso de polícia. Essa orientação fica clara na análise das mudanças introduzidas na **MP** 1.577/1997, quando foi reeditada sob o número 2.027-38, em 4 de maio de 2000, definitivamente substituída pela **MP** 2.183-56, de 24 de agosto de 2001. A chamada de “**MP** das ocupações” proíbe que o “imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário

de caráter coletivo” seja “vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel” (§6º, do art. 4º).

O texto da **MP** 2.183-56 de 2001, além de impedir a vistoria e a desapropriação de imóveis rurais ocupados, excluiu do programa de reforma agrária toda pessoa identificada “como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado” e também “quem for identificado como participante de invasão de prédio público” (§7º do art. 4º).

As penalidades não ficaram restritas aos mecanismos para coibir as ações individuais, pois o texto da **MP** estabeleceu ainda pena para os movimentos sociais que organizarem ocupações. De acordo com o §8º (art. 4º), qualquer movimento ou entidade que “auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar” de ocupações ou “em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo” fica impedido de receber “a qualquer título, recursos públicos”.

Sem sombra de dúvidas, o principal objetivo desta **MP** era coibir as ocupações de terra no País, principal instrumento de mobilização popular e expressão da demanda por terra. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (2004, p. 111), estas ocupações saltaram de 197 em 1994, para 592 em 1998, mantendo um número expressivo de 502 ocupações no ano seguinte. No entanto, a edição da **MP** 2.027-38, em 2000, foi extremamente eficaz na desmobilização popular, pois as ocupações caíram para apenas 195, em 2001, e 183, em 2002 (**CPT**, 2004, p. 111).

O discurso e as ações do Governo **FHC** para bloquear as mobilizações populares eram baseados em uma lógica que, de um lado, responsabilizava os movimentos sociais pelos conflitos agrários e, conseqüentemente, pela própria violência no campo e, de outro, atribuía um caráter paternalista às políticas agrárias governamentais (**TEÓFILO**, 2000), resultando na passividade dos camponeses que conquistaram o sonhado acesso à terra. Negando a legitimidade das ocupações de terras como expressão de demandas sociais históricas e instrumento de luta, o então Ministro Jungmann afirmou:

“As invasões, por sua vez, são a força e a fraqueza do **MST**. Força, por lhe propiciar, *via conflitos*, uma ampla cobertura de mídia e uma posição nacional de interlocução política; fraqueza porque, *sem invasões, ele reduz sua capacidade de mobilização.*” (1997, p. 1-3, grifos nossos).

Além de contraditório – afinal os promotores do conflito agem como “quase tutelados” diante do paternalismo do Estado –, o objetivo era retirar dos parcos processos de redemocratização da propriedade fundiária qualquer conteúdo de conquista social e/ou protagonismo popular (SAUER, 2006). De forma complementar, a retórica do Governo FHC – seguindo o discurso do Banco Mundial (DEININGER, 1998) – vendia suas propostas e programas, em especial a “reforma agrária de mercado”, como inovadores, pacíficos, democráticos e promotores de desenvolvimento e cidadania no meio rural (SAUER, 2006)<sup>30</sup>.

“As ações de reforma agrária do governo direcionam-se, portanto, para modificar o *caráter paternalista* que o Estado sempre tratou a questão rural. Isso está muito claro também na concepção do Banco da Terra. O beneficiário do Banco da Terra *não é um agente passivo, quase tutelado*, que não participa dos processos administrativos.” (Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MEPF, 1999, p. 26 – grifos nossos).

Se, por um lado, a “MP das ocupações” se constituiu em um importante instrumento de criminalização e, conseqüentemente, de desmobilização social, os recursos do Banco Mundial (destinados à implantação da tal “reforma agrária de mercado”),<sup>31</sup> por outro, criaram as condições para disputar o protagonismo político com os movimentos sociais agrários no Brasil. A criação de linhas de crédito para a compra de terra (Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário) deslocou parcelas significativas de camponeses das lutas e ocupações, que passaram a sonhar com acesso à terra via empréstimo bancário e compra.

As tentativas governamentais para reassumir o protagonismo na distribuição de terras introduziram, ainda, mecanismos que promoviam disputas entre os movimentos sociais. Apesar das várias referências à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) por parte dos técnicos do Banco Mundial no processo de discussão e aprovação do novo empréstimo, em 2000, o então

30. Segundo as próprias avaliações do Banco Mundial, “em vez de buscar o aumento da produtividade e sustentavelmente reduzir a pobreza, muitas das antigas reformas agrárias foram direcionadas a acalmar a agitação social e amenizar as pressões políticas das organizações camponesas” (DEININGER, 1998, p. 3).

31. Mais detalhes sobre a implantação destes programas no Brasil e em outros países, ver os artigos publicados em Sauer e Pereira (2006).

Ministro de Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, formalizou a participação da Força Sindical – entidade que não tinha nenhuma inserção ou representatividade no meio rural – e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) – uma entidade patronal totalmente avessa à qualquer política de reforma agrária – no Conselho Curador do Banco da Terra “como representantes dos beneficiários desse projeto” (MDA, 2001, art. 1º).<sup>32</sup>

A disputa do Governo FHC com os movimentos sociais agrários produziu uma retórica oficial que vendia o novo modelo – inclusive o programa agrário tinha o nome de “Novo Mundo Rural” – como eficiente, barato e inovador (DEININGER, 1998; TEÓFILO, 2000), superando a “lógica paternalista”. Na prática, porém, a prioridade conferida ao grande agronegócio, em detrimento da reforma agrária e da agricultura familiar, resultou em aumento das contradições no campo, com a persistência da pobreza e da tensão entre proprietários e os movimentos sociais agrários.

### **Mudanças na relação com o Executivo a partir de 2002?**

O resultado do processo eleitoral de 2002, mais precisamente a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República, alterou o cenário de disputa entre o Poder Executivo Federal e os movimentos sociais. A eleição de um líder sindical e popular, fundador de um partido historicamente comprometido com a bandeira da reforma agrária, revigorou as esperanças em relação à democratização da propriedade fundiária. Um dos sinais dessas expectativas foi o crescimento do número de famílias acampadas, que passou de aproximadamente 70 mil, em 2002, para mais de 170 mil no final de 2003.

A reforma agrária sempre foi uma das principais bandeiras do Partido dos Trabalhadores (PT) e da candidatura Lula nas disputas pela Presidência da República. Por diversas vezes, Lula chegou a afirmar que se tivesse que fazer apenas uma reforma estrutural, seria a agrária. Nas eleições 2002, o programa de governo de Lula comprometeu-se com a realização de uma “reforma agrária que assegure a paz no campo”. Ocorreu, porém, um profundo rebaixamento do conceito de reforma agrária em relação às eleições anteriores, especialmente a de 1989.

32. Medeiros cita ainda outros mecanismos que visavam estimular essas disputas como, por exemplo, a permissão para que as entidades sindicais estaduais indicassem áreas para desapropriação, mostrando que a intenção era “legitimar as demandas de uns, ignorando as de outros” (2002, p. 65).

Na disputa com Collor, Lula defendia a reforma agrária ampla e massiva e um modelo de desenvolvimento rural calcado na pequena e média propriedade e na produção familiar voltada para o mercado interno. Nessa disputa, o programa agrário do partido de Lula tinha “dois grandes eixos: plano agrário, marcadamente antilatifundiário e comprometido com a reforma agrária, e o plano agrícola, que defende um modelo de produção agrícola democrático e popular” (PT, 1998, p. 413). Entre as medidas propostas estavam a limitação do tamanho máximo da propriedade rural; taxaçoão progressiva dos grandes imóveis; proibição da aquisição de terras por pessoa jurídica estrangeira; desapropriação dos imóveis improdutivos; arrecadação, sem indenização, das terras das empresas multinacionais e as pertencentes a assassinos de trabalhadores ou a pessoas que praticam trabalho escravo; solução para os conflitos de terras, com desapropriação das áreas neles envolvidas e retomadas de terras griladas ou regularizadas ilicitamente (PT, 1998, p. 413ss).

Em 2002, no programa de governo da candidatura Lula, denominado “Vida Digna no Campo”, a reforma agrária foi incluída como um eixo da “política de desenvolvimento sustentável e solidário” do meio rural e da agricultura brasileira. As principais ações para viabilizar esse eixo eram a política comercial; recuperação da renda agrícola; Plano Nacional de Reforma Agrária; programa de fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos; crédito rural; educação do campo; nova matriz tecnológica; associativismo e cooperativismo; soberania e segurança alimentar.<sup>33</sup>

É notório o rebaixamento do programa agrário de Lula nas eleições de 2002, se comparado com primeira eleição presidencial disputada pelo partido em 1989.<sup>34</sup> A reforma agrária cedeu o lugar de política pública central e estratégica, passando a figurar como ação de governo importante para campo brasileiro,

33. Esse programa incluiu ainda propostas para a proteção social; geração de emprego e de condições dignas para o trabalhador rural; reativação do Proálcool; zoneamento agroecológico-econômico; política de desenvolvimento regional; pesca e política específicas para alguns biomas como o Semi-árido, Amazônia, Cerrado e Pantanal.

34. Assim como nos programas eleitorais e no Executivo Federal, a bandeira política da reforma agrária perdeu força e centralidade no interior do PT. A origem popular – somada à presença massiva de lideranças dos movimentos entre seus quadros – levou o PT a se tornar uma espécie de “intelectual orgânico” dos movimentos sociais rurais, sendo uma “caixa de ressonância” das demandas por terra e dignidade no campo. Isso mudou significativamente a partir do final de 2002.

equiparada a outras como a reativação do Proálcool. Ademais, a reforma agrária foi defendida como medida necessária à geração de trabalho no campo, à soberania alimentar, ao combate à pobreza e à consolidação da agricultura familiar, e não como bandeira política para combater as relações sociais, política e econômicas latifundiárias.

A perda de importância da reforma agrária no programa de governo não foi suficiente para que os movimentos sociais do campo deixassem de apoiar Lula. Ao contrário, praticamente todas as organizações camponesas, entidades agraristas e o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (sistema Contag) apoiaram e até envolveram-se na campanha de Lula. Além do compromisso histórico do PT com o tema, uma das explicações para esse envolvimento foi o confronto permanente com o governo FHC, representado, na disputa de 2002, pelo principal opositor de Lula, o candidato José Serra.

Durante o primeiro mandato de Lula (2003-2006), a questão agrária deixou de ser tratada como caso de polícia. Por outro lado, o governo avançou muito pouco no que tange à democratização do acesso à terra por meio do assentamento de famílias em projetos de reforma agrária.

Em novembro de 2003, Lula apresentou à sociedade o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), cuja equipe de elaboração foi coordenada por Plínio de Arruda Sampaio. O II PNRA procurou retomar a trajetória anunciada pelo I PNRA, elaborado em 1985 (Governo Sarney), afirmando que esse plano “expressa uma visão ampliada de Reforma Agrária que pretende mudar a estrutura agrária brasileira” (Incra, 2003b, p. 3). Isso implica democratizar o acesso à terra (desconcentrando a estrutura da propriedade fundiária) e intervir sobre a estrutura produtiva por meio da garantia do crédito, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural, políticas de comercialização e de agroindustrialização.

Ao fazer o diagnóstico da estrutura fundiária brasileira, o II PNRA destacou o problema da concentração da terra, pobreza e exclusão social no meio rural<sup>35</sup>. Desconcentrar a propriedade da terra “é uma condição necessária, porém não suficiente para a correção das mazelas decorrentes da atual estrutura agrária” (INCRA, 2003b, p. 8).

35. Dados do Incra revelam que 1,6% dos proprietários com imóveis acima de mil hectares detêm 46,8% do total da área cadastrada no órgão, conforme apuração especial do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), realizada em outubro de 2003 (Incra, 2003a).



É necessário, também,

“... atingir magnitude suficiente para provocar modificações nessa estrutura, combinada com ações dirigidas a assegurar a qualidade dos assentamentos, por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva. É preciso combinar massividade e qualidade.” (Incra, 2003b, p. 8-9).

Com base em informações de diversas fontes de dados<sup>36</sup>, o Plano dimensiona um universo potencial de trabalhadores rurais demandantes por terras, o qual divide em trabalhadores rurais sem-terra, proprietários agrícolas e outros agricultores com acesso precário à terra. Apenas no universo dos trabalhadores rurais sem-terra, o Plano identifica como demanda por reforma agrária um montante de 3,1 milhões de famílias. Esse número explica a intensidade do conflito por terras no Brasil (INCRA, 2003b, p. 17-18).

Entre as metas para 2003/2006, o II PNRA previa assentar 400 mil famílias, regularizar a posse de outras 500 mil, beneficiar outras 150 mil pelo Crédito Fundiário, além de recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos assentamentos já instalados. O II PNRA estimava em 2 milhões o número de novos postos permanentes de trabalho no setor reformado.

Após quatro anos, o II Plano Nacional de Reforma Agrária constitui-se apenas em mais uma promessa de governo não cumprida. O Governo Lula não priorizou a reforma agrária. Apesar de aumentar substantivamente os recursos para a desapropriação e de investir na qualidade dos assentamentos (o que torna a reforma agrária de Lula superior a das gestões anteriores), o governo fez uma opção clara pelo agronegócio. Basta dizer que os recursos para a agricultura patronal somaram R\$ 50 bilhões no Plano Safra 2006/2007, ao passo que os da agricultura familiar totalizaram R\$ 10 bilhões<sup>37</sup>.

Sobre a atuação na implantação de políticas fundiárias do primeiro mandato do Governo Lula, José Juliano de Carvalho Filho (*Folha de S. Paulo* – 1/2/2007) sentencia:

36. Cadastro dos Imóveis Rurais, Incra (Agosto/2003); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE (1997 e 2001); Censo Agropecuário de 1995/96; Censo Demográfico, IBGE (2000); Sistema Nacional de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra/Incra, Agosto/2003).

37. Os recursos para a agricultura familiar cresceram na gestão de Lula, pois saltaram de R\$ 2,3 bilhões, no Plano Safra 2002-2003, para R\$ 10 bilhões no Plano Safra 2006-2007.

“O primeiro mandato do Governo Lula foi marcado pelo esvaziamento da proposta e da concepção da reforma agrária. O exame do conteúdo dos principais documentos sobre o assunto mostra que as pretensões de implantar um processo de mudança no campo definharam, vítimas de um abandono gradativo e persistente.”

A prioridade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (**MDA**) foi a agricultura familiar, no que logrou bons resultados, especialmente no que tange à ampliação do volume de recursos para o Plano Safra. Apesar da desproporção em relação ao agronegócio, o valor destinado à agricultura familiar foi multiplicado por quatro. Apesar da criação e ampliação de programas e políticas voltadas aos assentamentos – a exemplo da criação do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (**ATES**), Programa de Aquisição de Alimentos da Conab, do Programa Luz para Todos, entre outros –, a estrutura fundiária e, por consequência, as relações sociais no campo, permaneceram intocadas. Nem o governo, em seu conjunto, nem o **MDA** encarou o desafio de democratizar o acesso à terra com a coragem e radicalidade necessária. O resultado foi o assentamento de questionáveis 381 mil famílias, sobretudo na Região Norte, em áreas majoritariamente retomadas de grileiros ou meramente reconhecidas pelo Incra, sendo que foram poucas as famílias assentadas em áreas desapropriadas.

O Presidente manteve – e mantém – uma aliança esquizofrênica com a classe dominante agrária, que chegou a indicar pessoas para o primeiro escalão do governo, como o ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues. Se, por um lado, essa aliança garantiu apoio pontual da Bancada Ruralista à agenda legislativa do governo no Congresso Nacional, por outro, impede que ações mínimas relacionadas com o avanço da reforma agrária sejam realizadas. Exemplo disso é a não revogação da “**MP** das ocupações” (**MP** 2.183-56/2001) e a resistência do governo em atualizar os índices de produtividade, cuja portaria em vigor toma como informações colhidas pelo Censo Agropecuário de 1975, nos termos da Instrução Normativa Especial do Incra nº 19, de 1980<sup>38</sup>.

38. Importante mencionar que a atualização periódica dos índices de rendimento da agropecuária é uma exigência do art. 11 da Lei nº 8.629/93 e deve ocorrer por portaria conjunta dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (**MDA**) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), entretanto, a pressão dos proprietários rurais sobre o governo tem inviabilizado o cumprimento da lei.

Ainda que essa aliança com os grandes proprietários rurais tenha se iniciado durante a campanha eleitoral, os primeiros anos do governo foram marcados por desconfianças de amplos setores da elite agrária para com o Presidente Lula (o que explica, parcialmente, o aumento da violência contra os trabalhadores em 2003). Aos poucos, essa desconfiança foi sendo parcialmente mitigada, em decorrência de medidas como aumento significativo de recursos destinados ao agronegócio, criação de incentivos fiscais à exportação de *commodities*, liberação dos cultivos de transgênicos (organismos geneticamente modificados), nova renegociação das dívidas agrícolas, entre outras.

A desconfiança, porém, permanece porque o Governo Lula mantém boa relação com os movimentos sociais agrários, inclusive, com as duas maiores organizações: Contag e MST. Ao contrário de FHC que, ao editar a “MP das invasões”, desencadeou um amplo processo de criminalização dos movimentos sociais, que se espalhou pelo Congresso Nacional, pela mídia, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, o Presidente Lula mantém o diálogo (recebeu lideranças camponesas e participou de vários atos das organizações) com os movimentos sociais do campo.

Outro componente desta relação entre o Executivo Federal e os movimentos sociais é que vários quadros e lideranças de movimentos agrários (ou que mantêm uma relação histórica com estes) integram o governo. As organizações camponesas negociam com pessoas que se identificam com as suas lutas, o que contribui para diminuir a tensão existente na relação Estado e movimentos sociais, mas também “borram” as fronteiras políticas entre sociedade e Estado, causando problemas.

Além disso, uma das acusações mais recorrentes dos representantes dos ruralistas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal é que, além de se negar a criminalizar as ocupações de terra, o governo mantém convênios com entidades ligadas aos movimentos camponeses. Esses convênios permitem repassar recursos públicos para prestação de serviços nas áreas de saúde, educação, cooperativismo, assistência jurídica, entre outras. Para os ruralistas, direta ou indiretamente, o governo estaria financiando as ocupações (acusação que as investigações da CPMI da Terra não conseguiram demonstrar)<sup>39</sup>.

39. Sem qualquer prova, Navarro, em entrevista recente, reproduziu esse tipo de acusação, afirmando que o MST não é um movimento social e que “sem esses fundos [recursos públicos] não existiria nenhum ‘abril vermelho’” (Jornal *Estado de São Paulo*, dia 29 de abril de 2007).

O compromisso histórico do **PT** e de Lula com a reforma agrária, por um lado, e a relação contraditória, porém, amistosa que seu governo mantém com os movimentos agrários têm contribuído para neutralizar as mobilizações por reforma agrária. Por outro lado, ao perceber que o governo Lula, malgrado suas contradições, não criminalizaria a ação dos protagonistas da luta pela terra, os ruralistas engendraram o deslocamento do processo de criminalização do Executivo para o Legislativo. O maior exemplo disso é a utilização de instrumentos de fiscalização, típicos do Poder Legislativo para promover devassas em entidades e lideranças camponesas, tais como **CPIS** (**CPMI** da Terra e, agora, a **CPI** das **ONGS** no Senado), pedidos de investigações junto ao Tribunal de Contas da União (**TCU**), Propostas de Fiscalização e Controle (**PFC**), entre outras.

Nas eleições de 2006, a reforma agrária foi relegada a segundo plano tanto no discurso quanto no programa de governo da candidatura à reeleição de Lula, assim como das demais. O tema praticamente desapareceu da campanha, sendo que essa invisibilidade traduziu o lugar dessa política pública no primeiro mandato Lula. O Programa de Governo de 2007/2010 é bastante econômico ao tratar do tema. Limita-se a dizer que, para que o aprofundamento do novo modelo de desenvolvimento ocorra em bases sustentáveis, é “necessário prosseguir combinando a reforma agrária, o apoio à agricultura familiar, o incentivo ao agronegócio e o equacionamento de seus problemas estruturais de comercialização”.

Nos 100 primeiros dias do segundo mandato, os sinais emitidos pelo Presidente da República não são nada bons. Depois de afirmar que o meio ambiente e os povos tradicionais são entraves ao desenvolvimento, o Presidente Lula chamou os usineiros de heróis e está encantado com o aumento da área plantada de cana e soja para produção dos agrocombustíveis (etanol e biodiesel, respectivamente).

A reforma agrária, que antes era um bandeira política, estratégica, e que depois passou a ser apenas importante, atualmente não é sequer mencionada. Está fora da pauta política nacional; jaz no anonimato. Ao mesmo tempo, os movimentos agrários encontram-se sem condições de organizar grandes mobilizações que recolorem o tema na agenda política do País. Este, inclusive, é um dos principais desafios para os defensores da reforma agrária no próximo período.

## **Conclusão**

Há décadas, os atuais movimentos sociais agrários lutam pela democratização da posse e da propriedade da terra. Isso implica no enfrentamento das relações

econômicas, políticas e sociais que mantêm a estrutura fundiária brasileira, mas esse enfrentamento não é a causa da violência no campo. As mobilizações são expressão de uma disputa política entre trabalhadores e trabalhadoras rurais sem acesso à terra, de um lado, e os proprietários rurais e o Estado, de outro, mas não expressão da violência.

Os homens e mulheres que compõem as organizações camponesas não são responsáveis pela violência no campo, pelo contrário, são suas vítimas. Tanto é assim que as mortes decorrentes da luta pela terra baixam apenas as fileiras dos trabalhadores e suas lideranças. Massacres como os de Eldorado dos Carajás e de Corumbiara são apenas os exemplos mais conhecidos da brutal violência a que é submetido o povo do campo em suas lutas coletivas por terra e trabalho. Tratar os conflitos no campo como caso de polícia não resolve, ao contrário, agrava o problema.

Sem alternativa de sobrevivência, submetidos cotidianamente a uma situação de violência, os expulsos do campo não vêm outra alternativa senão organizarem-se para lutar por terra. É uma luta histórica, que nasceu com a própria questão agrária. Nas palavras do atual Ministro da Justiça, Tarso Genro (2002, p. 223), “os confrontos no campo já começam a desestabilizar a paz social fundada na miséria passiva. (...) Eles não são simples conflitos de posse, mas verdadeiros conflitos sociais de envergadura histórica”.

Os sucessivos governos têm tomado parte dos conflitos e da violência no campo, seja por meio da ação ou da omissão. O Governo FHC exasperou a tensão no campo, porque, além de não alterar a estrutura fundiária, criminalizou os movimentos sociais. O Governo Lula modificou a relação com as organizações camponesas que passaram a ser respeitadas como sujeitos políticos. As raízes da violência, no entanto, permanecem intocadas, já que a reforma agrária segue como uma promessa não cumprida e as políticas agropecuárias beneficiam o grande agronegócio.

De acordo com Marilena Chauí (2002, p.360), democracia se distingue das demais formações sociais por considerar o conflito legítimo e por ser uma sociedade verdadeiramente histórica. Segundo entende, “a democracia é a única sociedade e o único regime político que considera o conflito legítimo”, porque “trabalha politicamente conflitos de necessidades e de interesses”, procurando “instituí-los como direitos e exige que sejam reconhecidos e respeitados”. Ora, o Brasil apenas se constituirá em uma república, organizada na forma de Estado

democrático de direitos, se o conflito for visto como legítimo e tratado como parte dos interesses distintos de classe.

O País deve compreender a dimensão política dos conflitos agrários, e não tratá-los como caso de polícia. Mais do que isso, o Estado brasileiro precisa enfrentar as causas dos conflitos, que é a concentração fundiária. Para isso, o caminho é a realização de uma ampla e massiva reforma agrária, perspectiva muito distante das atuais políticas fundiárias do governo de plantão. \*

### Referências bibliográficas

- ARENDRT, Hannah. *Sobre a violência*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A condição humana*, Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A vida do Espírito: O pensar, o querer e o julgar*. Rio de Janeiro, Relume Dumara, 1992.
- BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de política*. Brasília e São Paulo, Editora da UnB e Imprensa Oficial, 2004, (verbetes conflitos e movimentos sociais).
- CPT (Comissão Pastoral da Terra). *Conflitos no campo: Brasil – 2003*. Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, 2004.
- CHAUF, Marilena *denuncia autoritarismo da república brasileira e propõe 'proclamação democrática'*, disponível no site [www.virtualbooks.terra.com.br/cultura](http://www.virtualbooks.terra.com.br/cultura).
- DEININGER, Klaus. *Making negotiated land reform work: Initial experience from Colombia, Brazil, and South Africa*. Washington, Banco Mundial, junho de 1998.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *A questão agrária no Brasil: 1950–2003*. Brasília, IPEA, 2004. (mimeo).
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa, Edições 70, 1994.
- IANNI, Octavio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004*. Brasília, DF: IBGE, 2004
- \_\_\_\_\_. *Brasil em síntese: censos demográficos 1980, 1991 e 2000 : contagem da população 1996*. Brasília, DF: IBGE, 2000.
- INCRA. *Cadastro de imóveis rurais 2003*. Brasília: Incra, 2003a.
- \_\_\_\_\_. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Brasília, DF: Incra 2003b.

- MARCUSE**, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: **KELLNER**, Douglas (ed.). *Tecnologia, guerra e fascismo: Coletânea de artigos de Herbert Marcuse*. São Paulo, Editora Unesp, 1999, pp. 73ss.
- MARÉS**, Carlos Frederico. *A função social da terra*. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 2003.
- MARTINS**, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo, Editora Hucitec, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Não há terra para plantar neste verão: O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. 2ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1988.
- MEDEIROS**, Leonilde Sérvolo de (2002) *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ e UNRISD.
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Resolução nº 82*, de 13 de fevereiro de 2001, Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2001, seção 1, p. 49.
- MEPF** – Ministério Extraordinário de Política Fundiária. *Banco da Terra*. Brasília, setembro de 1999.
- MELO**, João Alfredo Telles. *Reforma agrária? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2006.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**. *Plano Estratégico – DPF – 2006*, Departamento de Polícia Federal, Brasília, novembro de 2001 (mimeo).
- NAVARRO**, Zander. “Não existiria nenhum abril vermelho sem recursos públicos”. In: *Jornal Estado de São Paulo*, São Paulo, dia 29 de abril 2007.
- OLIVEIRA**, Ariovaldo Umbelino de. *Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil*. Terra livre São Paulo, São Paulo, nº 21, p. 113-156, jul./dez. 2003.
- SAUER**, Sérgio. *Terra e modernidade: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra*. Brasília, Universidade de Brasília, 2002, tese de doutoramento (mimeo).
- \_\_\_\_\_. *Conflitos agrários no Brasil: a construção de identidade social contra a violência*. In: **BUAINAIN**, Antonio M. (ed). *Gestão de conflitos de terra e reforma agrária no Brasil*. Coleção Instituições, Agricultura e Desenvolvimento Sustentável. Campinas, Editora da Unicamp, 2007 (prelo).
- \_\_\_\_\_. **PEREIRA**, João Márcio Mendes (org.). *Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

- \_\_\_\_\_. **SOUZA**, Marcos Rogério de; **TUBINO**, Nilton. O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da **CPMI** da Terra. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. São Paulo, **ABRA**, vol. 33, nº 2, ago/dez, 2006, pp. 415s.
- SOUZA**, Marcos Rogério. Lula e a reforma agrária. *Página 13*, São Paulo, nº 35, janeiro 2006.
- SIMMEL**, Georg. *Sociologia*. São Paulo, Editora Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Conflict and The web of group-affiliations*. Glencoe, The free press, 1995.
- TEÓFILO**, F. Edson. *Brasil: novos paradigmas para a reforma agrária*. Paper apresentado no seminário sobre Mercado de Terras da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Santiago, Chile, setembro de 2000 (mimeo).
- TOURAINÉ**, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, Editora Vozes, 1995.



# Experiências internacionais de reforma agrária: entre socialismo e populismo?¹

Eduardo Ernesto Filippi²

## Introdução

Nosso objetivo neste trabalho é o de expor ao leitor uma série de fatos que demonstram que a questão da terra é *apenas* a parte visível de uma multitude de fenômenos sociais e econômicos que nos conduzem a uma análise mais ampla. Diferentes ambientes institucionais, históricos, político-ideológicos, socioeconômicos, étnicos, sem esquecer a primazia das questões geopolíticas (vide o caso cubano), são elementos que corroboram a idéia de que analisar criticamente a questão da terra em um conjunto de países requer, necessariamente, uma *abordagem multidisciplinar*.

Discutir criticamente os múltiplos modelos e processos de reforma agrária em nível internacional fornece subsídios importantes em termos de uma leitura plural da questão da terra em países com histórias, instituições, religiões e estruturas sociais e econômicas distintas. Assim, fatores como os problemas raciais no Zimbábue, fator presente e recorrente também entre descendentes de povos pré-colombianos e a elite branca na Guatemala e no México, entre outros países, descortinam apenas um dos múltiplos aspectos a serem levados em conta na breve coletânea de experiências de reforma agrária aqui exposta.

Nesta exposição dedicamos especial atenção à pluralidade de situações politico-institucionais que propiciaram diferentes políticas agrárias e, evidentemente, resultados socioeconômicos distintos. Devido a questões ligadas aos objetivos do presente trabalho, nos centramos em processos de reforma

1. Versão modificada da apresentação do autor no seminário promovido pela Uniara *Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*, de 29 de novembro a 1 dezembro de 2006.
2. Economista, Doutor em Economia Política (*Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines*, França). Professor-adjunto do Departamento de Economia e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e em Economia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (**UFRGS**).

agrária ocorridos em períodos posteriores à revolução industrial inglesa (cerca de 1760). Tal escolha permite centrar os processos de reforma agrária como pré-condição ao desenvolvimento socioeconômicos, ou seja, visando melhores condições de vida (reprodução social) das populações-alvo dos programas de reordenamento agrário, objetivo fixado pela totalidade dos estudos de caso analisados nesta seção.

Assim, na segunda metade do século XVIII ocorreu a dinamização do setor industrial moderno, com a concomitante criação de um contingente de mão-de-obra que transformaria os séculos vindouros: a classe operária. Assim, durante os séculos XIX e XX, os processos de industrialização de grande parcela do mundo fizeram com que o setor rural de sociedades absolutamente distintas paulatinamente se submetessem à nova ordem político-institucional e econômica que emanava das cidades, ou seja, do meio urbano-industrial. O historiador e especialista em campesinato Eric Hobsbawm resume essa idéia quando afirma que “temos que distinguir aqui entre fazer julgamentos de valor político e julgamentos de valor acadêmico sobre um assunto. O que o papel político do campesinato é ou foi é uma coisa; outra coisa é o fato de que o campesinato está sendo pela primeira vez transformado da grande maioria da raça humana em um segmento específico” (HOBSBAWM, 1990, p. 271, grifo nosso).

A partir das observações expostas acima, algumas indagações permeiam o conjunto dos estudos propostos. Assim, reordenamentos agrários são pré-condições à industrialização? Ou seja, até que ponto a redistribuição do fator produtivo terra contribui para uma maior diversificação produtiva em uma dada estrutura econômica? Os casos soviético e cubano claramente convergem para uma resposta positiva. Já o caso nicaraguense nos conduz a resultados distintos.

Outro tópico subjacente importante: não esqueçamos um dado histórico-ideológico de importância capital, a dúvida sobre a força socioeconômica transformadora da classe social constituída pelo campesinato. Apesar de um conjunto de países que aderiram ao projeto do socialismo real ter desenvolvido um setor industrial importante no conjunto de suas economias, as teses de Marx e Engels não consideravam, *a priori*, o campesinato como uma classe social capaz de promover mudanças substanciais na sociedade, à diferença do operariado (o proletariado) industrial (MITRANY, 1957).

Tais indagações são tema de acalorado debate entre, de um lado, os teóricos, e, de outro, os movimentos sociais que pressionam (ou não) programas de reor-

denamento agrário. Mais uma vez, evoca-se aqui as diferenças substanciais entre os estudos de caso e o fato de que não há um modelo único de reforma agrária.

A exposição abaixo começa pelos processos de reordenamento territorial e agrário surgidos na segunda metade do século XVIII com as revoluções industrial inglesa e a revolução francesa. Em seguida, passamos a estudos de caso na Ásia (Japão e Taiwan), os casos clássicos de programas de reforma agrária em países do socialismo real (URSS, em particular) e, finalmente, as experiências de mudança agrária patrocinadas na América Latina pelos chamados “governos populares”.

### **A Revolução Industrial inglesa e a Revolução Francesa: mudanças agrícolas/agrárias precedem o advento da indústria moderna?**

A revolução agrícola e agrária que precedeu a Revolução Industrial inglesa é um tema de pesquisas recorrente para aqueles que se debruçam sobre as causas e conseqüências do surgimento e da consolidação do setor industrial inglês da segunda metade do século XVIII. O processo de cercamento dos campos provocou a monetarização das relações comerciais agrícolas e, sobretudo, a livre mobilidade da mão-de-obra entre os mundos rural e urbano, se contrapondo à “economia natural” do período feudal, em que o meio urbano era essencialmente o *locus* das atividades de artesanato e do mercado de produtos agrícolas de consumo cotidiano.

Os resultados das chamadas “revoluções burguesas” do século XVIII se encarregaram de modificar o papel preponderante do mundo agrário sobre o mundo industrial e urbano. Nas palavras do autor, o século XVIII seria “portanto, o século em que se acentuam as contradições vinculadas ao desenvolvimento das relações mercantis e do capitalismo: contradições de dominação colonial, com as guerras entre a França e a Inglaterra e a independência das colônias da América; contradição entre a nobreza e a burguesia na França, que explodem na Revolução de 1789; contradições entre o desenvolvimento dos intercâmbios mercantis e os limites da produção manufatureira, de onde surge o início da revolução industrial na Inglaterra” (p. 65). Assim, tal como afirma Michel Beaud (1994), a Revolução Industrial inglesa (1760-1780), a independência das 13 colônias na América do Norte – primeiro passo para a formação territorial dos EUA – em 1776 e, finalmente, a Revolução Francesa (1789), assentaram as bases de uma burguesia avançada, em que as idéias de crescimento e de desenvolvimento econômicos passavam, necessariamente, por uma mudança no eixo produtivo da economia,

relegando o setor primário ao papel de setor subsidiário da estrutura econômica dos referidos países. Não esqueçamos o fato de que a Revolução Francesa foi um movimento encabeçado pela pequena burguesia, uma criação da modernidade que vem pôr fim aos resquícios de servilismo feudal ainda presentes na França em fins do século XVIII.

Em outros termos, a dinamização de ligações estratégicas e comerciais cada vez mais densas entre o campo e a cidade se afirma com o advento da indústria e, fundamentalmente, da divisão do trabalho e da solidificação do operariado (proletariado, em terminologia marxista).

### **A evolução da estrutura agrária do Japão: da restauração Meiji à Segunda Grande Guerra**

Após o último *xogunato*, ocorre a Restauração Imperial (1868), conduzida por Mutsuhiro, e conhecida como sendo *Restauração Meiji Tenno* (“governo ilustrado”) e a constituição de um sistema centralizado de poder. O período *Meiji* corresponde à constituição de um exército nacional e à primeira fase de reforma agrária do país (1871), na qual os títulos das terras, outrora pertencentes a senhores feudais (os *daimio*), foram transferidos aos servos. Na mesma medida que a desapropriação dos *daimio*, outra inovação aportada pela restauração *Meiji* no meio agrário japonês foi o pagamento do imposto rural não mais em espécie – em arroz –, mas em moeda. Tal inovação favoreceu os agricultores mais capitalizados que passaram a atuar como compradores da produção agrícola dos produtores menos capitalizados.

A segunda fase, entre 1947 e 1949, corresponde à série de reformas políticas, econômicas e sociais conduzidas pelo governador norte-americano, o general MacArthur, que se sucederam à derrota do Japão na Segunda Grande Guerra. Durante a segunda fase de reforma agrária foram aprofundados os mecanismos de acesso à terra, ao mesmo tempo em que o país liberava mão-de-obra agrícola para os centros urbanos e industriais, em franco desenvolvimento por conta da reconstrução pós-guerra. Em relação ao emprego setorial no Japão, D. Thorner (1979) demonstra que, entre 1880 e 1940, a mão-de-obra ocupada pela agricultura caiu de 76% a somente 44%. Em resumo, por conta da demanda urbana e das inovações tecnológicas da agricultura, em pouco mais de meio século o Japão deixou de ser uma economia camponesa feudal para transformar-se em uma nação industrial.

Se, hoje, o Japão é uma das maiores nações industriais do planeta, não poderíamos deixar de ressaltar que a dissolução do regime feudal e a construção de novas relações no mundo rural muito contribuíram para a perenidade das relações de trabalho (livre) e de consumo (capitalista).

### **Os modelos coletivistas de reforma agrária: a União Soviética e Europa Oriental, China**

Para se compreender o modelo coletivista de reforma agrária deve-se agregar à análise as enormes mudanças institucionais e socioeconômicas advindas com as revoluções socialistas e a transformação ocorrida no seio da classe camponesa, base das sociedades russa e chinesa.

No caso chinês, dois eventos se completam em relação à questão da terra: a Revolução Nacionalista (1911), que coloca um fim no modelo imperial de governo e a ascensão de Mao Tse-Tung (1949). Em ambos os eventos, gradualmente, a economia tradicional camponesa passa a ser dirigida pelo Estado.

Durante a reforma agrária de 1947-1952, ocorre a preservação da classe agrária rica. Todavia, em 1952, o Partido Comunista Chinês (PCC) - implementa uma reforma agrária com bases em parcelamento da terra e assentamento de um modelo de agricultura familiar. Tal sistema persiste até 1955-1956, quando tem lugar o advento das fazendas coletivas. Calcula-se que entre 50 mil e 100 mil indivíduos contrários ao modelo capitaneado por Mao Tse-Tung teriam sido encarcerados.

Já entre 1981-1983 destaca-se o segundo programa de reforma agrária. Tal programa poria fim ao modelo de coletivização implementado havia três décadas. Segundo Chris Bramall (2004), em dezembro de 1983, cerca de 94% dos estabelecimentos coletivizados haviam retornado ao modelo de agricultura familiar do início da década de 1950.

Passemos ao caso russo. Assombrando os imaginários popular e intelectual ao longo do século XX, a Revolução Bolchevique de 1917, segundo E. Hobsbawm, obteve dimensões real e fantasista maiores que as conquistas e utopias proporcionadas pelas conseqüências da Revolução Francesa de fins do século XVIII. Segundo o autor, “[...] a Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral. [...] A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna”. (HOBSBAWM, 1995, p. 62). Em termos de mudanças no mundo rural russo, o mais importante a ser destacado é a passagem de uma estrutura agrária

que poderíamos qualificar de medieval no período anterior à revolução, a uma estrutura institucional que lançou as bases do “produtivismo” agrícola na era pós-1917. Em outros termos, da vitória bolchevique aos anos de Lênin, a humanidade assistiu estupefata a passagem de uma agricultura baseada na servidão da mão-de-obra e com baixíssima incorporação de novas tecnologias a uma agricultura moderna, formada por cooperativas autogestionadas.

A Revolução Bolchevique tem suas origens no início da segunda metade do século XIX quando, e apesar do Czar Alexandre II ter suprimido o regime de servidão em 1861, a degradação do nível de vida do campesinato russo anunciava mudanças importantes já nos primeiros anos do século seguinte. Antecipando a revolução de 1917, os historiadores são unânimes em considerar três fatos históricos que exacerbaram os sentimentos que derrubariam o czar russo. Primeiro, a derrota para o Japão na guerra nipo-russa de 1905. Segundo, ocorrida no mesmo ano, a revolta dos marinheiros no Porto de Odessa, magistralmente transformada em filme no épico *O encouraçado Potenkin* (Sergei Einsestein, 1925), considerada uma das obras-primas da sétima arte. Terceiro, a opinião popular contrária à entrada da Rússia na Primeira Grande Guerra (1914-1918). Justamente, é esse último fator que estimula a burguesia urbana e o campesinato a apoiarem o grupo político dos bolcheviques em seu pleito para que a Rússia saia da guerra.

Com a forte pressão exercida pelas classes sociais que não davam apoio à nobreza, o Czar Nicolau II abdica do poder. Forma-se a república. Um inverno rigoroso que provocou a ruptura de estoques de cereais e de carvão incita novas manifestações populares. O resultado prático é a formação de um governo provisório tendo a sua frente Kerenski, um socialista moderado. Contudo, as sucessivas reticências de Kerenski no que tange à retirada das tropas russas do fronte de batalha europeu contribuem decisivamente para que seu governo seja contestado. Enfim, as condições históricas estavam reunidas para a subida ao poder dos bolcheviques. Setenta anos de socialismo real estavam apenas começando.

Vladimir Lênin assume o poder como líder do “Primeiro governo dos operários e camponeses da Rússia”. Todavia, a Rússia era uma nação majoritariamente agrária, com cerca de 80% de sua população economicamente ativa alocada nas atividades agrícolas. A classe operária não existia simplesmente porque as indústrias não existiam. Em dezembro de 1922, e de maneira visionária, Lênin lança a chamada Nova Política Econômica (NEP), um ambicioso plano de modernização

socioeconômica da Rússia, capitaneado e centralizado pelo novo Estado russo. A dimensão planetária de tal feito foi tamanha que a multiplicação de partidos de orientação comunista se multiplicam por todo o mundo. No Brasil, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) data justamente de 1922. Em 1924, a criação da URSS nada mais é do que o resultado da propaganda ideológica e do estímulo russo à formação de “governos populares” nos países da Ásia Central.

*A priori*, todas as condições históricas pareciam reunidas para provar que as utopias contidas nas revoluções dos trabalhadores pobres na Europa de 1848 haviam sido uma *avant première* do que ocorreria na URSS. O tempo se encarregou de mostrar que as conseqüências da revolução bolchevique não convergiriam para um governo popular, mas para um governo centralizador e ditatorial.

O plano quinquenal lançado em 1928 apontava na direção da industrialização e da solidificação dos *kolkozes* – fazendas coletivas onde a forma cooperativada de trabalho decretava a decrepitude dos antigos grandes estabelecimentos rurais, os *kulacs*. Os *kolkozes* eram o resultado concreto da reforma agrária bolchevique. O Estado fixava os preços e a quantidade desejada de produção. Os integrantes de um *kolkoze* tinham direito a uma porção de terra de sua responsabilidade. O excedente produtivo dessa porção poderia ser comercializado, individualmente, no mercado. Enfim, os *kolkozes* transformaram-se na cristalização do planejamento econômico soviético.

Na obra cinematográfica *Dr. Jivago* (David Lean, 1965), a desapropriação de um *kulac* e os desdobramentos dos acontecimentos de 1917 servem de pano de fundo para narrar as mudanças por que passaram as famílias aristocráticas na Rússia pós-czarista. De ordem ligeiramente diferente, o Estado criou os *sovietkozes*, estabelecimentos rurais gigantes formados para garantir a segurança alimentar da população urbano-industrial a custos baixos.

A chamada “grande revolução agrária” inicia-se ao longo da década de 1930, quando a política de coletivização das terras atinge os quatro cantos da URSS. De igual ordem, durante o período, a política de intimidação e de deportação aos campos de trabalho forçado atingiu entre oito e dez milhões de cidadãos soviéticos entre 1929 e 1934. Em 1941, a entrada da URSS na Segunda Grande Guerra (1939-1945) fornece novo ímpeto produtivista ao Estado soviético. Os esforços de guerra estimulam ainda mais a tecnificação das atividades rurais. O saldo da participação soviética na guerra foi impressionante: ao mesmo tempo em que contabilizou, extra-oficialmente, em torno de 20 milhões de vítimas, a

**URSS** surge no pós-guerra como um dos protagonistas da “guerra fria”, um conflito bélico-ideológico entre, de um lado, as utopias do socialismo real e, de outro, a democracia liberal capitaneada pelos **EUA**.

A necessidade de excedentes agrícolas cada vez maiores leva o Estado soviético a estimular processos tecnológicos fortemente redutores em termos da utilização de mão-de-obra. Portanto, resultado direto da mecanização da agricultura e do franco crescimento dos setores industrial e de serviços, a população rural decresceu ao mesmo tempo em que houve um rápido e contínuo desenvolvimento da metropolização nos países-membros da **URSS**. Como exemplo cabal da política agrícola soviética tem-se o mar de Aral, localizado entre as ex-repúblicas soviéticas do Cazaquistão e do Uzbequistão, uma zona definida pelo Estado soviético para a produção intensiva de algodão. Outrora um dos mares interiores com maior volume de água do planeta, a política de irrigação transformou a região próxima do mar de Aral em um território para a busca desenfreada de maiores excedentes produtivos. Hoje, contando com cerca da metade de seu volume original de água, o mar de Aral – e, evidentemente, as populações ribeirinhas – é conhecido como uma das maiores catástrofes ecológicas contemporâneas, vegetando como consequência da política agrícola e tecnológica centrada em um modelo bastante próximo daquele conhecido como *Revolução Verde*, como veremos adiante.

O modelo soviético de gestão sociopolítica centralizada começa a se exaurir já em fins da década de 1960. Auxílio militar, comercial e financeiro a movimentos políticos de cunho socialista nos quatro cantos do planeta e a corrida armamentista contra o inimigo ideológico – os **EUA** – provocaram esforços internos à **URSS** que foram sentidos no poder de compra e na qualidade de vida dos cidadãos soviéticos. Assim, se os limites ao avanço da economia planificada já são explícitos nos anos de 1970, eles se tornam insustentáveis na década seguinte. A flexibilização do modelo soviético torna-se realidade quando, em 1985, o projeto político capitaneado por Mikhail Gorbatchev, eleito novo secretário geral do Partido Comunista soviético, ganha o apoio da *duma* – parlamento – e da população em geral. Assim, a *perestroika* anuncia mudanças importantes em um modelo que, tornado burocrático, se distanciara inexoravelmente das utopias da revolução bolchevique. O modelo de economia de mercado apresentava-se como solução. Em 8 de dezembro de 1991, a **URSS** é dissolvida, dando lugar à Comunidade dos Estados Independentes (**CEI**).



A transformação das paisagens rural e urbana foi tamanha que, em meados dos anos 2000, a população rural, que outrora representava  $\frac{3}{4}$  da população total russa, viu-se diminuída a pouco mais de 12%. Trata-se de um paradoxo? Não necessariamente. Os dados estatísticos dos 70 anos de “ditadura do proletariado” apontam o aumento da produção de matérias-primas agrícolas ao mesmo tempo em que a URSS transformou-se em uma potência industrial.

Seguem-se anos de incerteza e, como resultado óbvio e esperado, ocorre a diminuição da produção agrícola nas repúblicas outrora soviéticas. Segundo dados oficiais, a queda de produção do setor agrícola foi de 9,4% em 1992 – com diminuição de cerca de 10% na área cultivada –, diminuição que se acentuou nos anos posteriores, chegando a –12% em 1994. Tal ciclo de depressão econômica perdura até 1998, quando os estímulos de investimento privado revertem, em parte, os resultados líquidos do início da década. Evidentemente, a desarticulação institucional dos *kolkoz*es, aliada ao clima anárquico que se instala com a incerteza de qual seria o lugar estratégico e geopolítico de uma Rússia não mais sob a égide do socialismo real, além do final da “guerra fria”, conduziram o país a um clima de incertezas que adentra o novo milênio.

Enfim, no que tange especificamente ao mundo rural, o decreto de 28 de dezembro de 1993 define a *deskulização* e a *desovietização*. No final das contas, trata-se de um final melancólico da política agrícola e agrária soviéticas ao mesmo tempo em que o mundo rural russo transforma-se em um setor governado pelas forças de mercado, ou seja, as forças privadas nas quais a desregulação e a falência do Estado centralizador governam as transações comerciais.

A queda do muro de Berlin (1989) e a conseqüente reunificação alemã, o colapso da União Soviética (1991) e a súbita falência dos governos de planificação central – os governos de partido único – marcariam, segundo E. Hobsbawm (1995), o final do “curto século xx”. Setenta anos de governo bolchevique, de contraponto à economia liberal, exauriram-se ao mesmo tempo em que as democracias norte-americana, européias e, mais especialmente, latino-americanas, investiam na redução da influência do Estado nas relações econômicas e propunham modelos de gestão estatal regradas pelas “livres forças do mercado”. Enfim, uma nova era se colocava em marcha.

Segundo E. Hobsbawm (1995), a Revolução Bolchevique triunfou durante mais de 70 anos devido a três fatores. Primeiro, o poder centralizador do PC russo, contando com um contingente de alguns milhões de membros; segundo, era

o único governo capaz de manter a unidade de um país gigantesco em termos territoriais; e, terceiro, derrubando os *kulaks*, promoveu uma reforma agrária em uma Rússia camponesa em que a produtividade da terra e do trabalho era medíocre quando comparada a das nações capitalistas européias. A desilusão viria a se cristalizar décadas após a vitória dos bolcheviques, mergulhando a Rússia, já na década de 1990, em uma selvagem economia de mercado.

A “reprivatização” dos estabelecimentos rurais na Europa Central e Oriental no início dos anos 1990 tornou-se realidade com os processos de independência dos países que formavam a URSS e das nações que, mesmo não fazendo parte da URSS, compunham o chamado bloco socialista na Europa e na Ásia Central. Assim, tal como reportam estudos do Banco Mundial, países como a Albânia onde apenas 4% das terras eram de propriedade privada antes do colapso da URSS e hoje a totalidade dos estabelecimentos rurais foram privatizados. O mesmo aconteceu com as repúblicas da Europa Oriental que passaram a integrar a União Européia (EU). Os casos de “reprivatização” das terras da República Tcheca, da Eslováquia e das chamadas “repúblicas bálticas” – Estônia, Letônia, Lituânia – atestam que entre 80% e 95% dos estabelecimentos rurais foram privados nos últimos 15 anos. Tais estatísticas contrastam com a situação que prevalecia antes do colapso soviético, em que a propriedade individual da terra respondia entre 5% e 10% do total dos estabelecimentos rurais dos referidos países (DEININGER, 2002).

### **A América Latina e a experiência dos “governos populares”: México, Guatemala, Nicarágua, Cuba**

Na América Latina, os processos de reforma agrária congregam elementos de populismo com elementos locais que se avizinham de elementos do socialismo real. Teoricamente, o populismo é um termo que designa “[...] a política posta em prática em sentido demagógico especialmente por presidentes e líderes políticos sul-americanos, os quais, com aura carismática, se apresentam como grandes defensores do povo [...] Fenômeno que surgiu no ambiente próprio das grandes cidades, implica um constante apelo ao ‘povo’ como massa indiferenciada”. (GALVÃO DE SOUSA, GARCIA, TEIXEIRA DE CARVALHO, 1998, p. 427). Enfim, o modelo latino-americano de populismo explica justamente o porquê da atenção dispensada pelos EUA em relação a *práxis* de governo dos chamados “governos populares” da América espanhola e da influência – para não dizer

participação direta – de sucessivos governos norte-americanos em golpes de Estado na América Latina.

Com as independências nacionais, majoritariamente ocorridas no primeiro quarto do século XIX, nada foi alterado em termos da estrutura de tenência da terra. A estrutura social oligárquica e a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários de origem européia foram a regra nas nações, agora independentes da América Latina.

Abaixo, expomos os modelos de reforma agrária implantados no México, na Guatemala, na Nicarágua e em Cuba. Trata-se de quatro distintos processos em que a questão da terra é integrada em um conjunto de transformações sociais e institucionais maiores, principal característica da *práxis* dos governos populares latino-americanos.

### ***México: dinâmica e declínio dos “ejidos”***

A reforma agrária mexicana, iniciada em 1915 e desmantelada em 1991 pelo Presidente Carlos Salinas de Gortari com a promulgação da “Nova Lei Agrária”, foi, incontestavelmente, a mais importante, a mais duradoura e a que atingiu o maior contingente de famílias e territórios em toda a América Latina. Para se poder entender a magnitude da questão da terra no México, faz-se necessário compreender as causas e conseqüências da “Revolução Mexicana”.

Dentre as causas da revolução, encontra-se a resistência à ditadura imposta pelo General Porfírio Díaz que, de 1876 a 1911, governou o México com mão-de-ferro. O chamado porfiriato consistia na proteção político-institucional da elite agrária do México independente, composta essencialmente de latifundiários brancos (de origem espanhola). Em um país majoritariamente constituído por uma população camponesa com fortes raízes indígenas e mestiças, a resistência ao porfiriato foi uma constante até a eclosão da rebelião camponesa na década de 1910. Emiliano Zapata, Francisco Pancho Villa, o advento da Constituição de 1917 e o governo de Venustiano Carranza são personagens e eventos que sustentaram a luta popular até a concretização da reforma agrária mexicana. Coube a Venustiano Carranza a desapropriação das grandes *haciendas*, e a conseqüente distribuição entre os trabalhadores rurais – com proibição de venda e/ou hipoteca –, propriedade dos adversários da Revolução Mexicana.

Segundo o historiador Voltaire Schilling, “as grandes *haciendas* perfaziam mais ou menos oito mil e se encontravam nas mãos de uma aristocracia agrária de

origem espanhola (os guachupines) não miscigenada, que perfazia menos de 3% das famílias mexicanas. Quer dizer, 3% da população detinham o controle das melhores terras do país. Numa escala intermediária vinham os ranchos, ocupados por pequenos proprietários de origem mestiça, e, por fim, os *ejidos*; reminiscência dos tempos astecas que reunia a população indígena. 95% dos camponeses mexicanos eram despídos de qualquer tipo de propriedade". (SCHILLING, 2002).

Os *ejidos* eram terras comunais, localizadas no entorno dos vilarejos. Em 1915, por meio do "Decreto de Reforma Agrária", o governo revolucionário decreta a reformulação e a reconstrução dos *ejidos* e sua doação aos antigos núcleos coloniais. Por meio da "Lei dos *ejidos*" (1920), estas terras adquirem um senso jurídico único que as garantem e as perenizam como "propriedade social". Do parcelamento dos latifúndios nascem lotes repartidos entre famílias camponesas. Estas famílias possuíam direito à herança, contudo não poderiam vender os referidos lotes.

A dimensão da reforma agrária mexicana pode ser medida pela quantidade de terras distribuídas e legalizadas. Entre 1915 e 1920, foram distribuídos cerca de 380 mil ha. Durante o governo seguinte, do Presidente Obregon, a reforma abrangeu pouco mais de 1,5 milhão ha, chegando, na segunda metade dos anos 1920, a cerca de 300 mil. Em 1935, já sob a presidência de Lázaro Cárdenas, foram distribuídos e regularizados 17 milhões ha sob a forma de *ejidos* para 770 mil camponeses (HERZOG, 1977).

Ao mesmo tempo em que a questão da terra encontra nos *ejidos* um importante apoio para garantir a segurança alimentar, tanto no campo quanto no meio urbano, o México se lança em um programa de industrialização e de prospecção de petróleo. Assim, durante o governo de Adolfo Lopez Mateos (1958-1964), torna-se necessário modernizar a reforma agrária tendo em vista o incremento da população das cidades. Em 1960, cerca de 47% dos estabelecimentos agrícolas pertencem a produtores privados que ocupam 57% das terras aráveis e 69% das terras irrigadas. Gradativamente, à medida que o México moderniza-se e industrializa-se, vão minguando os créditos à produção nos *ejidos*. Esta situação se agrava durante os anos 1970 e 1980 com o aumento das desigualdades socio-econômicas entre o campo e a cidade e o fenômeno do êxodo rural. A situação se torna insustentável politicamente durante a década de 1980 quando o país decreta a moratória, ou seja, o não pagamento de sua dívida externa.

Em 1º de janeiro de 1994 entra em vigor o *North American Free Trade Agreement* (Nafta) [Acordo de Livre Comércio Norte-Americano] entre o Canadá, os EUA, e o

México. No mesmo dia, os zapatistas, comandados pelo subcomandante Marcos, fazem sua aparição pública nas montanhas de Chiapas, o mais indígena e também o mais pobre dos estados mexicanos. Respeito e distribuição de terras aos povos tradicionais é a bandeira dos zapatistas, prenúncio da atualização das lutas em prol de melhores condições de vida ao povo mexicano. Em resumo, hoje, o México se apresenta como um Estado liberal, com 28 mil *ejidos* entregues à economia de mercado e cerca de três milhões de camponeses sem-terra.

### ***Guatemala: a reforma agrária de Jacobo Arbenz***

Entre 1944 e 1954, o crescente aumento das organizações indígenas e do campesinato estimularam o programa de reforma agrária do Presidente Jacobo Arbenz, cujo mandato iniciou em 1951. A pretensão de Arbenz era a de promover a industrialização e a repartição das terras na Guatemala. Assim, em junho de 1952, o Congresso guatemalteco aprova a Lei de Reforma Agrária cujos principais objetivos eram: (i) a eliminar os “resquícios de feudalismo”; (ii) eliminar as formas de servitude ainda presentes no meio rural do país; (iii) promover a emancipação econômica dos pobres e do contingente desprovido de terras; e (iv) promover a distribuição de crédito e de assistência técnica pública aos agricultores assentados. Os resultados imediatos de tal lei foram a multiplicação dos mandatos de expropriação – propriedades improdutivas com, no mínimo, 90 hectares - e a distribuição de cerca de 850 mil hectares de terras para 178 mil famílias, em que 600 mil hectares são fruto das expropriações e 280 mil hectares como resultado da distribuição de terras públicas. À época, calcula-se que cerca de 40% da população receberam algum benefício do programa de reforma agrária capitaneada pelo governo do Presidente Arbenz. O mecanismo de pagamento das terras pelos beneficiários de tal reforma era de dois tipos. Àquelas famílias que receberam lotes de terras improdutivas expropriadas deveriam transferir 5% do valor da colheita para os cofres do Estado. Já as famílias beneficiadas com terras públicas teriam o usufruto da terra assegurado mediante o pagamento de um aluguel de 3% sobre a produção obtida (TANAKA, WITTMAN, 2002).

Todavia, a América Latina do período do imediato pós-guerra até meados dos anos 1980 não possuía tradição de democracia política suficientemente enraizada, dando margem, portanto, a sucessivos golpes de Estado. Com a Guatemala não foi diferente. Frágil politicamente e com conflitos raciais constantes entre os descendentes dos povos pré-colombianos e aqueles descendentes dos

conquistadores europeus, a Guatemala conhece um golpe de estado em junho de 1954 encabeçado pelo Coronel Castillo Armas. A oposição à reforma agrária era liderada pelos proprietários rurais estrangeiros, setores da Igreja Católica e a classe média urbana “branca”.

O legado da política agrária durante o período de ditadura militar é duplo. Primeiramente, tem-se a opção tecnológica da *Revolução Verde*, adotada e incentivada pelo regime militar durante o período que levou à pauperização a economia campesina guatemalteca, em que, assim como no caso mexicano, o componente indígena é preponderante, vide a atuação da Coordenação Nacional de Indígenas e Camponeses (Conic). Segundo, e diretamente ligado ao aprofundamento dos ditames da *Revolução Verde*, destaca-se o aumento da concentração da terra: segundo dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)* [Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação], menos de 1% dos proprietários rurais detém  $\frac{3}{4}$  das melhores terras da Guatemala. Mais: segundo a referida instituição, cerca de 90% da população rural guatemalteca viviam abaixo da linha de pobreza no final da década de 1990.

Passados mais de 30 anos do golpe de estado, em maio de 1996, um acordo assinado entre representantes da Organização das Nações Unidas (ONU), do governo guatemalteco e do último movimento rebelde do País – o *Unidad Revolucionária Nacional Guatemalteca* – se puseram de acordo sobre a necessidade de eleições livres. Apesar do avanço no campo democrático-eleitoral, uma profunda desigualdade na tenência da terra persiste: cerca de 96% dos agricultores guatemaltecos detêm tão-somente 20% das terras aráveis do país, enquanto que 0,15% dos maiores estabelecimentos possuem 70% das terras (TANAKA, WITTMAN, 2004).

### ***Nicarágua: o “sandinismo” posto em prática***

Infelizmente, há muito pouco a ser comemorado nos 26 anos da Revolução Sandinista de julho de 1979. O nome da revolução provém da memória do herói Augusto César Sandino, um rebelde que se tornou popular como líder de milícias militares compostas por camponeses que combateram a ocupação norte-americana no país no decorrer da década de 1930. A revolução pôs fim à ditadura de Anastácio Somoza, que fincou pé no país em 1967. Somoza governou a Nicarágua com mão-de-ferro, não tolerando qualquer tipo de oposição e se

alinhando à política externa norte-americana do período, caracterizada pelo temor do “contágio” cubano na América Central.

A revolta popular foi encabeçada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), amargando a desapareição de mais de 40 mil milicianos que lutaram pelo fim da ditadura da família Somoza.

Segundo Cláudio T. Bornstein, “[no] final da Segunda Grande Guerra, Somoza era proprietário de 400 propriedades rurais e urbanas, incluindo assim boa parte das terras cultiváveis do país. Em 1953-54 obtém o monopólio de leite e derivados [...] Seria ir longe demais enumerar aqui todas as empresas pertencentes ao complexo econômico dos Somoza. Entre elas podemos citar a maior empresa aérea do país, LANICA, empresas de pesca e navegação marítima, financeiras, dois canais de televisão, radioemissoras e o Banco de Centroamérica, cujo próprio nome indica as pretensões hegemônicas dos Somoza”. (BORNSTEIN, 1982, p. 29).

Após a tomada do poder, e com o decisivo apoio da Igreja Católica – visceralmente influenciada pela *Teologia da Libertação* – os sandinistas combateram, por meio da Cruzada Nacional de Alfabetização (CNA) e Exército Popular de Alfabetização (EPA), aquilo que parecia ser a grande chaga do país: o iletrismo dos nicaraguenses que atingia pouco mais da metade da população. Resultados extra-oficiais apontam uma vitória parcial nessa luta dado que, hoje, há tão-somente 12% de analfabetos na Nicarágua. Com a conseqüente nacionalização dos bens da família Somoza, das minas, de importantes empresas estrangeiras e dos bancos, segue-se a redistribuição de renda e, evidentemente, a redistribuição da terra via um amplo processo de reforma agrária.

Para se ter uma idéia da amplitude da desigualdade na tenência de terras do país basta mencionar que apenas 575 estabelecimentos rurais detinham mais de 30% das terras cultiváveis. Inversamente, os estabelecimentos com menos de sete hectares detinham somente 3,4% das terras (BORNSTEIN, 1982). Em um país totalmente povoado e, principalmente, com pouquíssimas possibilidades de geração de empregos no meio urbano, tais dados se constituem em um problema grave. Todavia, a constituição de cooperativas sob o controle direto de camponeses foi implementada já nos primeiros meses do governo revolucionário. Especificamente, “[...] os decretos confiscando bens somozistas levaram à desapropriação de 819.000 hectares de terra pertencentes a 2.200 propriedades agrícolas. Deste total, 567.000 hectares eram aptos para o cultivo, constituindo-se

em praticamente 55% das terras cultiváveis da Nicarágua.” (BORSTEIN, 1982, p. 38). As terras mais capitalizadas, ou seja, aquelas que detinham benfeitorias e infra-estruturas modernas, constituíram-se em Áreas de Propriedade do Povo (APPs), passaram a ser exploradas pelo próprio Estado revolucionário.

Historicamente, a Nicarágua – e tal como vimos no caso da Guatemala – é um país dividido entre uma rica elite “branca”, de origem européia, e as populações indígenas e mestiças, a parcela mais importante da população nicaragüense. O setor agrícola do país se compõe de pequenos lotes de agricultura de subsistência (milho, feijão e sorgo) e de grandes estabelecimentos rurais dedicados à produção de frutas e principalmente de café, açúcar e algodão. O país não é diferente de outras pequenas nações da América Central, onde os grandes estabelecimentos são de propriedade de companhias estrangeiras de exportação de produtos tropicais.

Apesar de todo o voluntarismo patriótico, a economia do país era – e continua sendo – pouquíssimo diversificada. Assim, dada a desigualdade na tenência da terra, um pequeno país montanhoso – apenas 16% das terras são aráveis – com produção especializada em poucos produtos, com setores industriais e de serviços reduzidos e pouco desenvolvidos, e com uma população acima de cinco milhões de habitantes (densidade de mais de 45 habitantes/km<sup>2</sup>), só pode vingar sua revolução tendo o apoio dos países vizinhos. Na realidade, com a falência do modelo soviético, e com a notável exceção de Cuba, a Nicarágua não conheceu nenhum tipo de solidariedade na região. Tal como ocorrera com outras revoltas e “governos populares” na América Latina, os feitos e utopias da revolução sandinista estavam fadados a habitarem os livros de história.

A gradativa pressão diplomática, militar e ideológica dos **EUA** no Governo Ronald Reagan, aliada à penúria da população rural nicaragüense, pôs fim às utopias revolucionárias em poucos anos. Já em 1990, os sandinistas perdem as eleições para uma coalizão de partidos da oposição. As derrotas se foram sucedendo durante toda a década até a formação de uma coalizão entre o outrora revolucionário **FSLN** e o Partido Liberal Constitucionalista (**PLC**), direita liberal – para provocar a antecipação das eleições presidenciais, previstas para 2006. Hoje, segundo a **ONG Social Watch**, a Nicarágua tem investimentos abaixo da média esperada no combate ao analfabetismo – em franca expansão –, desnutrição, infra-estrutura de serviços, e políticas sociais dirigidas à infância.



### ***Cuba: a revolução (ainda) resiste***

Cuba tornou-se sinônimo de socialismo real desde o advento da Revolução Cubana de 1959. Evidentemente, e dada a estrutura de poder centralizado (partido único) implantada na ilha, a estrutura de tenência da terra deveria ser modificada para adequar-se aos imperativos da revolução socialista capitaneada pelo líder da revolução, Fidel Castro, e pelo comandante Che Guevara.

As origens da Revolução Cubana remontam ao final do século XIX com a dominação econômica e institucional de Cuba por parte da política externa norte-americana. Todavia, o ingrediente político que faltava à eclosão de um movimento contestatório à política neocolonialista capitaneada pelos EUA veio com o golpe de Estado de 16 de março de 1952, liderado pelo futuro ditador Fulgêncio Batista. Em outros termos, “Fulgêncio Batista liderou um golpe de Estado baseado na desconfiança [...] da participação de grupos de oposição nos sindicatos operários e no campo, levando a um descontentamento crescente dos defensores do fortalecimento da monocultura latifundiária açucareira”. (FILIPPI, 1998, p. 20).

Com a vitória dos rebeldes, em janeiro de 1959, se constitui a “primeira lei de reforma agrária”, documento que define as linhas mestras da repartição das terras cubanas. Todavia, em outubro de 1958, ou seja, antes da vitória revolucionária, os rebeldes se puseram de acordo sobre a prevalência da distribuição das terras cultiváveis aos camponeses em um documento intitulado “Derecho de los Campesinos a la Tierra”. Em 1963, como resultado definitivo da opção socialista de Estado, há a promulgação de uma “segunda lei de reforma agrária” que diminui substancialmente a quantidade de estabelecimentos rurais privados.

A desigual distribuição da propriedade da terra foi um dos componentes cruciais para, em um primeiro momento, provocar o apoio popular ao sucesso da revolução. Em 1952, apenas 28 estabelecimentos rurais dedicados à monocultura da cana-de-açúcar totalizavam pouco mais de 2 milhões de hectares. Tal magnitude correspondia a cerca de 40% dos estabelecimentos com área superior a 400 hectares. Mais: se somarmos os estabelecimentos dedicados à pecuária – segundo produto de exportação cubana no período pré-revolucionário – chegar-se-á a cerca de 95% do total dos estabelecimentos com mais de quatrocentos hectares. Juan V. Paz (1997) mostra que, comparando-se os dados do Censo Agropecuário de 1946 com a situação encontrada pelo governo revolucionário em 1959, houve um aumento de cerca de 27% na concentração fundiária da ilha.

A situação de tenência da terra no período imediatamente anterior à revolução revela uma profunda dependência em relação a poucos produtos, com especial destaque à cana-de-açúcar. Tal como destaca Juan V. Paz, “a estrutura do uso do solo [...] nos mostra que apenas 22% da área agrícola do país se encontrava cultivada e que a cana-de-açúcar representava 65,6% dessa área” (PAZ, 1997, p. 16). Ademais, do total do valor das importações cubanas durante a segunda metade da década de 1950, entre 27,5% (1958) e 30,4% (1955) eram compostas de produtos agrícolas, uma situação insustentável em um país que não possuía estruturas industriais nem um setor de serviços diversificado. Portanto, a geração de empregos dava-se majoritariamente no setor agropecuário da economia e este estava amplamente dominado por estabelecimentos agrícolas que produziam para a exportação.

Em 1961, o fortalecimento da Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANAP) dá legitimidade ao trabalho agrícola nas cooperativas nascidas imediatamente após a revolução. Desde o início, o governo revolucionário deu-se conta de que a reforma agrária desejada deveria ser apenas parte de um processo mais amplo de mudança econômica em que o estímulo à diversificação produtiva seria parte intrínseca do programa de governo socialista. Para tanto, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), definiu como área máxima de um estabelecimento agrário uma superfície não superior a 400 hectares e que, não necessariamente, dever-se-ia indenizar o proprietário do estabelecimento desapropriado. A parcela de terra poderia ser entregue a qualquer cidadão cubano que se dispusesse a trabalhá-la. Ademais, a primeira lei de reforma agrária define que 27 ha seriam o “mínimo vital” à subsistência de uma família assentada. Assim, até junho de 1961 são desapropriados 3.800.000 hectares, e 2.725.000 hectares são distribuídos a 101mil beneficiados privados. Segundo Juan V. Paz (1997), 93,8% dos beneficiados o foram com uma área não superior a 67 hectares. Vê-se, portanto, que da vitória da revolução em 1959 à distribuição das terras passam-se menos de dois anos, evidência cabal da importância da reforma agrária para o alcance das metas propostas pelos revolucionários como condição à obtenção maciça do apoio popular.

A “segunda lei de reforma agrária”, proposta e aprovada pelo parlamento cubano em 1963, decreta o caráter socialista da revolução, a necessidade de racionamento dos bens de consumo, e a integração de todas as forças revolucionárias em um partido único, o Partido Comunista Cubano (PCC). Dado o aumento de

rigidez por parte do Estado sobre os estabelecimentos constituídos a partir de 1961, muitas propriedades privadas foram abandonadas, sendo incorporadas pelo Estado sob a forma de cooperativas no modelo de *kolkozos* soviéticos, tal como vimos anteriormente. Assim, passou-se de 44% (1962) a 60,1% (1963) os estabelecimentos rurais estatais (PAZ, 1997).

A situação de gradativo abandono dos estabelecimentos privados em benefício do controle estatal direto perdurará até meados da década de 1980, quando a paranóia com uma possível invasão dos EUA na ilha aumentam não somente os gastos militares, mas também incrementa-se a política de racionamento de bens agrícolas.

A gradativa falência do modelo soviético, do qual a ilha de Cuba é visceralmente dependente – “trocava-se” açúcar cubano por petróleo soviético, entre outros bens – decreta mudanças profundas na relação do Estado cubano com o setor agrícola. Ademais, a política de embargo comercial patrocinada e estimulada pelos EUA provoca uma diminuição importante no volume de comércio cubano. Em 1993, o parlamento cubano aprova uma nova lei agrária que flexibiliza a tenência da terra para incentivar o investimento e a concorrência entre os proprietários privados. Na realidade, a nova lei tenta retirar da esfera estatal boa parte da responsabilidade da produção agrícola do país.

Tal como foi exposto no objetivo deste trabalho, a pluralidade de modelos de reordenamento fundiário e/ou de reforma agrária se constituem como reflexos de acontecimentos nacionais e de fatos internacionais. Em outros termos, a busca de um modelo universal e, portanto, transferível e adaptável a realidades socioeconômicas e político-institucionais distintas, se constituiria em uma temeridade em termos de política pública. Não raro, a aplicação de um modelo monolítico não se constitui em solução perene. \*

## Referências bibliográficas

- BEAUD, Michel. História do capitalismo. De 1500 até nossos dias. São Paulo, Ed. Brasiliense, 4ª ed, 1994.
- BENNETT, A. J. *Environmental consequences of increasing production: some current perspectives*. Agriculture, Ecosystems & Environment. vol. 82, nº 01-03, pp. 89-95, 2000.

- BERNSTEIN**, Henry. *Land reform: taking a long(er) view*. Journal of Agrarian Change, vol. 2, nº 4, pp. 14, nº 2, pp. 159-170, 2002.
- BORNSTEIN**, Cláudio T. *A reforma agrária na Nicarágua*. São Paulo, Editora Brasileira, 91 p., 1982.
- BRAMALL**, Chris. *Chinese land reform in long-run perspective and in the wider East Asian context*. Journal of Agrarian Change, vol. 04, nº 01-02, pp.107-141, 2004.
- BLOKLAND**, Kees. *Peasant alliances and 'concertation' with society. Bulletin of Latin America Research, vol land reform in long-run perspective and in the wider East Asian context*. Journal of Agrarian Change, vol. 04, nº 01-02, pp. 107-141, 1995.
- CARDOSO**, Ciro F. & **BRIGNOLI**, Héctor P. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1983.
- CARDOSO DE MELLO**, João M. *O capitalismo tardio – Contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 8ª ed., 182 p., 1982.
- CHONCHOL**, Jacques. *Systèmes agraires em Amérique latine: des agriculteurs préhispaniques à la modernisation consevatrice*. Paris, Éditions de l'ÍHEAL, 366 p., 1995.
- DEININGER**, Klaus. *Agrarian reforms in eastern european countries: lessons from international experience*. Journal of International Development, vol. 14, pp. 987-1003, 2002.
- DROULERS**, Martine. *Brésil: une géohistoire*. Paris, PUF, 307 p., 2001.
- FILIPPI**, Eduardo E. *Cuba: manual de sobrevivência no Caribe*. Porto Alegre, Editora Artes & Ofícios, 114 p., 1998.
- GALVÃO DE SOUSA**, José P.; **GARCIA**, Clóvis L. & **TEIXEIRA** de Carvalho, José F. *Dicionário de política*. São Paulo, T. A Queiroz Editora, 557 p., 1998.
- GANZIROLI**, Carlos. *O porquê da reforma agrária*. Econômica, vol. 4, nº 1, pp. 5-24, 2002.
- GARCIA**, Afrânio; **RIVRON**, Vassili & **BOUVIER**, Patrick. *Brésil: le siècle des grandes transformations*. Cahiers du Brésil Contemporain, nº 40, 2000. (disponível em: [www.ehess.fr/crbc](http://www.ehess.fr/crbc)).
- GOMES DA SILVA**, José. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*. Campinas, ABRA, 246 p., 1996.
- GRAZIANO DA SILVA**, José. *Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola*. Revista Agroanalysis, vol. 16, nº 03, pp. 08-11, 1996.
- GUEDES PINTO**, Luís C. *Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964-1984*. Reforma Agrária, ABRA, vol. 25, nº 01, pp. 65-92, 1995.

- GUIMARÃES**, Alberto P. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo, Paz e Terra, 5ª ed., 255 p., 1963.
- HERZOG**, Jesús S. *La Révolution mexicaine*. Paris, Maspero, 225 p., 1977.
- HOBBSBAWM**, Eric J. *Uma entrevista com Eric J. Hobsbawm*. Estudos Históricos, vol. 03, nº 06, pp. 264-273., 1990.
- \_\_\_\_\_. *A era dos extremos: o curto século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 497 p., 1995.
- HOBBSBAWM**, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. São Paulo, Paz e Terra, 459 p., 1997.
- HOFFMANN**, Rodolfo. *A estrutura fundiária no Brasil de acordo com o cadastro do Incra: 1967 a 1998*.
- MAY**, Peter & **BONILLA**, Olman S. *The environmental effects of agricultural trade liberalization in Latin America: an interpretation*. Ecological Economics, vol. 22, pp. 05-18, 1997.
- MITRANY**, David. *Marx contra o camponês*. Rio de Janeiro, Editora Ipanema, 167 p., 1957.
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. *La question agraire au Brésil et le Mouvement national des travailleurs ruraux sans terre*. In: **IRED** – Innovations et réseaux pour le développement, Peuples et pouvoir: organisations populaires en marche. Afrique – Amériques – Asie. Paris, L’Harmattan, pp. 239-287., 1999.
- \_\_\_\_\_. *Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre*. Famílias assentadas Brasil – Segundo o Governo – 1964-96 [disponível em [www.mst.org.br/biblioteca/assentam/assenta2.html](http://www.mst.org.br/biblioteca/assentam/assenta2.html) (13/10/2003)], 2 p., 2003.
- NAVARRO**, Zander. *Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul*. Brasil, 1978-1990. In: **NAVARRO**, Zander (org.) *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, pp. 62-105, 1996.
- NAVARRO**, Zander; **MORAES**, Maria S. & **MENEZES**, Raul. *Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento*. In: Servolo de **MEDEIROS**, Leonilde & **LEITE**, Sérgio. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, pp. 19-68., 1999.
- PAZ**, Juan V. *Procesos agrarios en Cuba*. La Habana, Editora de Ciencias Sociales, 252 p., 1997.

- RAES**, Forence. *Le Movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra au Brésil: entre luttes paysannes et 'nouveau mouvement social'*. Lusotopie 2001, pp. 63-90., 2001.
- RAMOS**, Marília P. *O "novo" e o "velho" ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR*. Santa Cruz do Sul, Editora da UNISC, 263 p., 1995.
- REDCLIFT**, Michael. *The environmental consequences of Latin America's agricultural development: some thoughts on the Brundtand Commission Report*. World Development, vol. 17, nº 03, pp. 365-377, 1989.
- REFORMA AGRÁRIA**. *Estatuto da terra: 30 anos*. Revista da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária, vol. 25, nº 1, 243 p., 1995.
- SCHILLING**, Voltaire. *A Revolução Mexicana* (disponível em [http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev\\_mexicana.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/rev_mexicana.htm)), 2002.
- SHANIN**, Teodor (org.). *Campesinos y sociedades campesinas*. México, Fondo de Cultura Económica, 404 p., 1979,
- SKIDMORE**, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo, Paz e Terra, 4ª ed., 608 p., 1991.
- SKIDMORE**, Thomas. *Uma história do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2ª ed., 356p., 1998.
- STÉDILE**, João P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 322 p., 1994.
- STÉDILE**, João P. & **TEIXEIRA**, Gérson. *A reforma liberal no campo: seis anos de mentiras* (mimeo.), 06 p., 2001.
- TANAKA**, Laura S. & **WITTMAN**, Hannah. *The agrarian question in Guatemala*. Country Background Paper, LRA – Land Research Actio Network, 21 p., 2002.
- TANAKA**, Laura S. & **WITTMAN**, Hannah. *Acordo de paz e fundo de terras na Guatemala*. In: **MARTINS**, Mônica D. *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo, Editora Viramundo, pp. 101-120, 2004.
- TAVARES DOS SANTOS**, José V. *Conflitos sociais agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais*. Cadernos de Sociologia, nº 6 – Produção familiar, processos e conflitos agrários, pp. 135-153, 1994.
- TEÓFILO**, Édson & **GARCIA**, Danilo P. *Políticas de terra, pobreza e desenvolvimento rural: o caso do Brasil*. Brasília, World Bank, Regional Workshops on Land Issues – Latin America Region, 36 p., 2002.
- THORNER**, Daniel. *La economía campesina como una categoría en la historia económica*. In: **SHANIN**, Teodor (org.) *Campesinos y sociedades campesinas*. México, Fondo de Cultura Económica, pp. 182-196, 1979.

**VIGNA DE OLIVEIRA**, Edécio. *A bancada ruralista: um grupo de interesse*. Brasília, INESC – Instituto de Estudos Sócioeconômicos, Argumento INESC, nº 08, 52 p., 2001.

**WILLIAMSON**, John. *The Washington Consensus as policy prescription for development*. (disponível em [www.iie.com/publications/papers/williamson0204.pdf](http://www.iie.com/publications/papers/williamson0204.pdf)), 22 p., 2004.

**WOO**, Wing Thie. *Some fundamental inadequacies of the Washington Consensus: misunderstanding the poor by the brightest*. Working Paper, Economics Department – University of California, 50 p., 2004.

**PARTE II**

Gênero, juventude  
e o cotidiano dos  
assentamentos rurais



# As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais

*Elisa Guaraná de Castro*<sup>1</sup>

## **Apresentação**

Qual a relação entre juventude e gênero? Essa é uma pergunta importante na medida em que os temas têm se aproximado em diferentes espaços de debate. Um caminho de análise é a configuração histórica das relações de hierarquia que engendram relações de poder na família e na sociedade brasileira (Stolke, 2006). A herança patriarcal que configurou a nossa sociedade moderna nos legou uma representação social de família e sociedade heteronormativa, ou seja, um padrão heterossexual, baseado na união de um homem e uma mulher, em que a figura masculina representa uma posição de poder na família e na sociedade. É nesse contexto histórico que compreendo a categoria “mulher” e a categoria “juventude” como se construindo nessa relação de poder e surgindo como identidades sociais não em oposição à família, mas a partir de processos de conflito, tensões, negociação, ou seja, de disputa – fruto dessas relações de poder. “Jovem” é uma categoria recente na identificação de relações de poder, diferente da categoria “mulher”. Mas o que as aproxima é a posição de subordinação em relação à figura masculina/chefe-de-família, na família e na sociedade. Outra aproximação seria o processo de representação social: por serem categorias que historicamente vêm se constituindo como aglutinadoras de ação coletiva e de representação política.

Este artigo propõe aprofundar o debate sobre “juventude”, mais especificamente, sobre “juventude rural” e apontar reflexões sobre a questão de gênero nos assentamentos rurais do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Para tal, foram utilizados, além do diálogo com a bibliografia sobre o tema, registros et-

1. Doutora em Antropologia – Museu da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ) e Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

nográficos, entrevistas, documentos, e outros materiais recolhidos em diferentes momentos. O principal material de pesquisa analisado neste artigo foi produzido para a tese *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural* (CASTRO, 2005)<sup>2</sup>. Este trabalho etnográfico foi realizado entre 2000 e 2003 e constou de uma investigação em um assentamento e um acampamento da Região da Baixada Fluminense, e do acompanhamento de redes de jovens que se estendiam dessas regiões rurais para seu entorno rural e urbano<sup>3</sup>. Durante esse mesmo período também foram observados e analisados encontros de *jovens rurais*, tais como 1º Congresso Nacional de Juventude Rural (2000), Encontro da Juventude do Campo e da Cidade, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em diferentes estados, 2002, dentro outros. Posteriormente, a pesquisadora acompanhou outros processos de organização e ação de *juventude*, Il Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), o Seminário Nacional do Plano Nacional de Juventude (SNPNJ)<sup>4</sup>, ambos em março de 2006, dentre outros como parte do Projeto de Pesquisa “As Jovens Rurais e a Reprodução Social das Hierarquias: relações de gênero na Construção da Categoria Juventude

2. Tese de doutorado do PPGAS/MN/UFRJ, orientado pelo professor Moacir Palmeira. O assentamento analisado foi formado em 1992 e tinha, à época da pesquisa, 69 famílias (328 pessoas). Optei por analisar todos os identificados como *jovens* e incluí aqueles que tinham um perfil semelhante, assim como as redes nas quais estavam inseridos, buscando compreender até onde essas redes sociais construíam e/ou reforçavam a categoria *jovem*. Com esse recorte cheguei a uma listagem de 127 “jovens”, com idades entre 12 e 32 anos. O corte etário foi construído a partir dessa classificação/auto classificação.
3. A idéia de redes sociais foi um norteador para o olhar da pesquisadora. Um aporte que balizou o trabalho etnográfico foi o de Gluckman (*apud* Bott, 1976::20), “O ponto-chave bem pode ser o que as redes fazem em termos da sociedade em geral e em termos do indivíduo. A família produz filhos e filhas, que são recrutados em vários grupos, em várias relações e categorias na sociedade em geral, incluindo outras famílias. [...] estas redes devem ser vistas também nos termos de sua relação com a estrutura institucional total, incluindo o que Barnes veio a chamar de “rede total”. (op.cit.: 20 e 21).
4. O Seminário Nacional do Plano Nacional de Juventude foi organizado pela Comissão Parlamentar de Juventude da Câmara dos Deputados e reuniu diversos *movimentos de juventude*.

*Rural em Movimentos Sociais no Brasil*" (DLCS/UFRRJ/CNPq)<sup>5</sup>. Foram utilizados, ainda, dados estatísticos do IBGE e da *Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária* (PNERA, 2005). Este artigo é um primeiro esforço de diálogo entre percepções sobre "o jovem" e "a jovem" nestes diferentes contextos.

## **Introdução**

Os movimentos sociais no Brasil são palco do surgimento de novas organizações de "juventude rural" como ator político. Isso é fortemente observado no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e em organizações religiosas evangélicas e católicas. Embora esse tipo de articulação não seja uma novidade – "juventude rural", ao longo da história e em muitos países, foi uma categoria ordenadora de organizações de representação social – hoje estamos testemunhando uma reordenação dessa categoria. Em comum, uma "juventude rural" que ainda se confronta como "classe object" (BOURDIEU, 1977), com preconceitos das imagens "urbanas" sobre o campo. Esse "jovem rural" se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, pequeno produtor familiar, lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos.

Assim, *jovem da roça, juventude rural, jovem rural* são categorias aglutinadoras de atuação política. Essa reordenação da categoria vai de encontro à imagem de desinteresse dos "jovens" pelo meio rural. Apesar dessa "movimentação", esse "novo

5. Este projeto está integrado ao projeto de pesquisa intitulado: "Os jovens estão indo embora?" – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil" (DLCS/UFRRJ/FAPERJ). Pretende aprofundar o debate teórico sobre juventude, além de traçar os processos de construção da categoria social juventude rural como ator político nos principais Movimentos Sociais rurais no Brasil. Como parte desse esforço estamos realizando o "Estudo sobre o perfil e a composição da juventude junto aos movimentos sociais rurais no Brasil" (FAPUR/NEAD/MDA/IICA). E o sub-projeto "As Jovens Rurais e a Reprodução Social das Hierarquias: Relações de Gênero na Construção da Categoria Juventude Rural em Movimentos Sociais no Brasil" (DLCS/UFRRJ/CNPq-Edital Gênero), que propõe analisar as relações de gênero nas percepções sobre a categoria jovem nos movimentos sociais de trabalhadores rurais. Esses projetos estão sob coordenação da Prof. Elisa Guaraná de Castro e a equipe que atua os desenvolvem é composta pelos pesquisadores Salomé Lima Ferreira prof. de Economia Doméstica UFRRJ; Alberto Di Sabatto Economista (UFF); Maira Matins e Luiz Carlos Vieira, mestrandos do CPDA/UFRRJ; e dos alunos de graduação da UFRRJ Andréa Cristina Matheus; Claudinez Gomes Felix; Joyce Gomes De Carvalho; Leonardo Costa; Maria Emília Barrios Rodrigues; Selma Fabre Dansi.

ator” é pouco conhecido e ainda muito negligenciado pelas pesquisas sobre o tema juventude<sup>6</sup>. *Juventude rural* também não se apresenta como foco prioritário para as políticas públicas de juventude. Pode-se afirmar que uma leitura possível para essa invisibilidade é o fato de ser percebida como “população minoritária”, mas, é possível afirmar que esse processo é parte da reprodução da hierarquia campo/cidade, que gera representações sociais sobre o campo e que fazem parte dos processos de reprodução das desigualdades sociais no campo.

A imagem de *jovens* desinteressados pelo campo e atraídos pela cidade não é nova, faz parte da literatura clássica sobre campesinato. Já no século XIX, Pestalozzi chamou atenção sobre o “problema”. Mais recentemente autores como Bourdieu (1962), Arensberg e Kimball (1968), Moura (1978), Heredia (1979), Champagne (1979), Woortman (1995), entre outros, tratam a questão como intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato, e como consequência da desvalorização do campo frente à cidade. O que torna a questão foco do debate atual é o contexto da política de reforma agrária<sup>7</sup> que vem sendo implementada no Brasil desde 1985. Nesse caso, autores como Abramovay (1998) apontam para a reversão no quadro de migração do campo para a cidade provocada pelo assentamento em massa de famílias no meio rural. Mas, segundo o autor, essa reversão estaria comprometida pelo êxodo dos *jovens*. Essa situação seria agravada pela tendência de migração maior entre as *jovens*, provocando o que denominou masculinização dos campos.

A tese (CASTRO, 2005) problematizou a tensão entre “ficar e sair” do assentamento. A “saída” do assentamento rural é diferenciada e varia de acordo com processos de socialização no meio rural, gerando os mais diversos arranjos dos filhos com o lote da família. Mas, principalmente, apontou diferenças quando observamos a questão a partir do corte de gênero. A “queixa” recorrente entre adultos quanto à saída dos jovens, se refere aos filhos homens solteiros. Somente os “jovens” rapazes se “queixam” da saída das jovens e a dificuldade de namorar

6. Nilson Wiesheimer (2005) realizou um levantamento dos trabalhos publicados sobre “*jovem no meio rural*” (entre 1990 a 2004). O autor identificou a pouca produção acadêmica sobre o tema e concluiu que a “migração e a invisibilidade” são as questões mais marcantes nos estudos.

7. A principal expressão dessa política de reforma agrária é o Plano Nacional de Reforma Agrária, centrada em uma política de assentamentos rurais e regularização fundiária em áreas de conflitos. (Ver site Ministério do Desenvolvimento Agrário – [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)).

e casar com alguém do assentamento. Ao resgatar os processos de socialização que geraram os “laços com a terra”, observa-se que essa saída, mais freqüente entre as “jovens”, pode ser lida como parte da reprodução social da produção familiar e não como algo apartada dessa lógica. A experiência de assentamentos rurais aponta para a tensão entre novas formas de se relacionar com a terra e a reprodução da divisão sexual do trabalho amplamente analisada nos trabalhos sobre campesinato.

### **Juventude rural: mais que uma minoria**

O debate sobre *juventude* está na ordem do dia. O Brasil – que era um dos únicos países da América Latina a não ter um espaço formal no Poder Público Federal para tratar o tema – implantou, em 2005, a Secretaria Especial de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude (CNJ). Ainda assim existe uma distância entre o acúmulo do debate sobre juventude urbana e juventude rural no Brasil. Os que são identificados como *juventude rural* são percebidos como uma população específica, uma minoria da população *jovem* do país. Com efeito, se formos tratar o tema exclusivamente a partir dos dados oficiais de população<sup>8</sup>, temos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2004), que a população de 15-29 anos é de 49 milhões de pessoas (27% da população total) dos quais 4,5% rurais, ou seja, 8 milhões de jovens. Mesmo apresentados como “minoria”, não se trata de um contingente pequeno.

No entanto, o debate deve considerar *juventude* para além de um recorte de população específica, mas, sobretudo a partir dos processos de interação social e as configurações em que está imersa. Neste sentido, “juventude” é, além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social. Esta segunda parte do artigo pretende trabalhar dois desafios: problematizar um dos “problemas” recorrentemente associado aos *jovens rurais*. Qual seja, a saída dos *jovens* do campo. E, segundo, analisar “juventude rural” como uma categoria que permite percebermos a arquitetura, as disputas, os conflitos na construção de uma categoria social.

8. Que carregam formas discutíveis de classificação rural/urbano. Ver CARNEIRO, 2005, entre outros.

“Juventude rural” tem se mostrado uma categoria privilegiada para observar os processos de disputa de classificações<sup>9</sup>. E, ainda, como as configurações sociais (ELIAS, 1990) tecem hierarquias como parte desse processo. Voltamos o olhar para essas pessoas que vivem a experiência do meio rural como *jovens*. Ou seja, se identificam ou são assim identificados. Pode-se afirmar que esta experiência não é linear e nem homogênea, e ocorre em diferentes planos, dentre os quais encontramos atravessada a questão de gênero. Ser *jovem rural* carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, em um contexto ainda marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção familiar, como veremos a seguir.

### **Os muitos significados de “ficar” ou “sair” – construções de atores políticos**

Diversos estudos no Brasil e em outros países apontam para a tendência da saída, nos dias atuais, de *jovens do campo* rumo às cidades<sup>10</sup>. Se essas pesquisas confirmam o deslocamento dos *jovens*, outros fatores complexificam a compreensão desse fenômeno. O “problema” vem sendo analisado por meio de dois vieses. Há certo consenso nas pesquisas quanto às dificuldades enfrentadas pelos *jovens* no campo, principalmente quanto ao acesso à escola e trabalho (PROJETO JUVENTUDE, 2004; CARNEIRO, 2005, PNERA, 2005, CASTRO, 2005). Outro viés tem como principal leitura a atração do *jovem* pelo meio urbano, ou ainda, pelo estilo de vida urbano (CARNEIRO, 1998 e 2005).

O trabalho etnográfico na Baixada Fluminense permitiu um mergulho em uma região onde os universos rural e urbano, embora muito próximos espacialmente, se mostram distanciados pela reprodução da hierarquia entre “ser do campo” e “ser da cidade” marcada por diferenças de condições de vida. O que se observou é a reprodução da hierarquia rural/urbano sob construções estigmatizantes, onde morar no campo é desvalorizado culturalmente, considerando-se também o que tange as diferenças de condições de vida. O estigma (GOFFMAN, 1980) que marca quem mora nessas áreas rurais é manifestado pela classificação de *morar mal*, para quem é morador de áreas associadas ao meio rural, em oposição a *morar bem*, para quem reside nos centros urbanos. Assim, a maioria dos *jovens*

9. Para o conceito de disputa de classificações ver BOURDIEU, 1982.

10. Ver DESER, 1999, ABRAMOVAY, 1998; CARNEIRO, 1998; MAJEROVÁ, 2000; JENTSCH, B. e BURNETT, J., 2000.

que afirmaram querer *ir embora*, relacionaram esse desejo a querer viver em um lugar melhor. Essa construção é fruto da percepção do tempo vivido em uma área rural desvalorizada socialmente nos espaços urbanos que freqüentam, tanto nas referências estigmatizadoras sobre a sua população, quanto pela “exclusão” ao acesso a serviços públicos e mesmo privados.

A tese (CASTRO, 2005) aponta para a necessidade de se repensar a idéia de “sair” e “ficar” como movimentos definitivos dos *jovens*, e observá-los, a partir das múltiplas formas em que se apresentam, podendo significar estratégias familiares de manutenção da terra, ou mesmo formas de se afastar da ação da autoridade paterna, como veremos adiante. Deve-se também analisar a “escolha” entre permanecer ou sair a partir das condições de reprodução social da família e de autonomia do *jovem*. Apesar das difíceis condições de vida e produção apontadas pelos próprios *jovens*, um número importante de “jovens” vem reafirmando querer ficar no campo e reconstrói a identidade rural visibilizado em processos organizativos dos movimentos sociais rurais.

A percepção, quase trágica, do total desinteresse dos *jovens* pelo meio rural é confrontada por essas manifestações de organizações de *juventude rural*, cada vez mais presentes no cenário nacional. *Juventude rural* é hoje uma categoria acionada para organizar aqueles que assim se identificam nos movimentos sociais no campo. Em alguns casos, essa organização como setor ainda está em discussão, em outros já está formalizado como no caso da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Via Campesina. Essas organizações são fruto de mobilizações e espaços específicos de discussão que vêm ocorrendo nos últimos anos e que foram mais intensos entre os anos de 2003 e 2007. Dentre os mais recentes, destacam-se o *I Congresso Nacional da Juventude Rural* (2000) – *II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural* (julho/2006) organizados pela Pastoral da Juventude Rural; *I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade* organizado pelo MST, em diferentes estados, 2002, *Seminário Jovem Saber*, realizado durante o *Grito da Terra Brasil*, maio/2006. O *I e II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar*, organizados pela Fetraf-Sul, em 2003 e 2006 respectivamente. Ou seja, a presença cada vez mais massiva de organizações de juventude aponta para um fenômeno em movimento. As demandas apresentadas por essas formas de organização revelam muito sobre como esses *jovens* se percebem. Se por um lado reforçam questões consideradas específicas, como acesso à educação e

à terra, por outro constroem essas demandas no contexto de transformação social da própria realidade do campo<sup>11</sup>. Por outro lado, a demanda por acesso a participação das mulheres em espaços de decisão, está presente nas organizações de juventude.

Acompanhar diferentes contextos, como um assentamento e um acampamento da Baixada Fluminense, e eventos regionais e nacionais da juventude rural desvelaram uma complexa construção da categoria *jovem rural*. As identidades estão permeadas pela circulação desses jovens em diferentes espaços percebidos como “urbanos” e “rurais”, assim como, por relações de autoridade e hierarquia, tanto na família, quanto nas esferas coletivas de organização do assentamento e das comunidades rurais. A tese (CASTRO, 2005) confirmou, por um lado, a tensão entre “ficar e sair” do meio rural. Por outro, demonstrou que essa “saída” é diferenciada e varia de acordo com processos de socialização no meio rural, gerando os mais diversos arranjos dos filhos com o lote da família. “Ficar e sair” do campo é mais complexo que a leitura da atração pela cidade, e nos remete à análise de *juventude rural* como uma categoria social chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo. A realidade cotidiana que atinge a pequena produção familiar recai fortemente sobre os “jovens rurais”. Mas, também, “ser jovem” no campo implica enfrentar “antigos” problemas, como o peso da autoridade paterna. Essas relações são reveladoras das construções e disputas de significados da categoria *juventude rural*, e da posição que os assim identificados ocupam na hierarquia das relações sociais, como trataremos a seguir.

11. Como podemos observar no documento “Carta Proposta da Juventude do Movimento Sindical...”, No item: “Propostas da juventude para a reforma agrária”- na qual vemos propostas como “1. Aumentar os valores do Pronaf e facilitar o acesso da juventude, principalmente, às linhas A e AC. Para que eles possam atender um maior número de jovens trabalhadores (as) rurais, oferecendo assistência técnica permanente. 2. Lutar para que os assentamentos de reforma agrária tenham políticas públicas que proporcionem infra-estrutura adequada, ou seja, que tenham acesso à eletricidade, saneamento, estradas, moradia digna, recursos hídricos, esporte, lazer e saúde. [...] 7. Mudar o modelo de reforma agrária fazendo com que ele seja adequado à realidade das regiões e considere os (as) jovens e as mulheres como público prioritário facilitando a esses o acesso à Terra. Esse novo modelo deve ser construído com a participação dos movimentos sociais e deve proporcionar condições reais para a permanência das pessoas na terra. 10. Garantir no cadastramento o acesso das pessoas solteiras, dando preferência aos jovens filhos ou filhas de agricultores(as) familiares e assalariados(as) rurais”.



## Juventude e juventude rural: hierarquia, controle e participação

*“O jovem acampado pra pegar terra no nome dele tem mais moral de falar do que um jovem que é filho de assentado.” (Túlio, acampado, solteiro, 23 anos)*

O processo etnográfico realizado para o desenvolvimento da tese mais uma vez foi revelador, e contribui para a percepção de relações de hierarquia que configuram a própria categoria *jovem rural*. Entrecruzadas pelo dilema “ficar e sair” do meio rural, mas principalmente pelo “peso” da autoridade paterna, as percepções sobre *juventude/jovem* que observamos em diferentes áreas analisadas (CASTRO, 2005) estão marcadas pela construção de que esse *jovem* deve ser vigiado e controlado. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens por meio das relações familiares e demais redes sociais, principalmente mulheres, que se estendem para os espaços que freqüentam.

Mas essa relação de autoridade não se restringe ao âmbito doméstico, se estendendo para contextos coletivos do assentamento. Os jovens entrevistados afirmaram que são tratados com descaso por parte dos *adultos* em determinados espaços, principalmente nos espaços de decisão política do assentamento, como assembleias e reuniões de associação. Essa “queixa” não é localizada, pois a encontramos nos relatos dos jovens do acampamento pesquisado, e mesmo em relatos em outros contextos, como em eventos nacionais de juventude, e, ainda, na fala de lideranças reconhecidas de movimentos sociais rurais.

A observação de espaços coletivos de organização do assentamento e os relatos nos demais espaços pesquisados fortaleceram a leitura de serem esses também espaços para onde se estende o alcance das redes sociais configuradas a partir das relações familiares, e, principalmente, a ação da autoridade paterna. Os relatos dos *jovens* sobre suas participações em reuniões foram marcados pela desqualificação das suas intervenções pelos *adultos*. São exemplos falas que expressam a falta de espaço para se participar das decisões no âmbito familiar, como: “Ele [pai] não ouve ninguém.” Nessas falas a figura que representa a autoridade é sempre masculina, principalmente o pai, mas podendo também ser representado pela figura do avô. Outras falas se referem aos espaços de organização de assentamentos e acampamentos, como em “Ninguém ouve os jovens”. Mesmo *jovens lideranças* de movimentos sociais, reconhecidos nacionalmente,

afirmaram vivenciar essa relação de subordinação tanto no espaço doméstico, quanto nos espaços de organização dos assentamentos e acampamentos. Em comum, relatos de episódios em que se consideram desvalorizados, tratados com pilhéria. A falta de acesso aos espaços de decisão daqueles que são percebidos como *jovens* é expressão dessas relações de subordinação. Mas, também, da pouca confiança advinda da associação dos *jovens rurais* ao desinteresse pelo meio rural e à atração pela cidade.

A observação em um acampamento também na Baixada Fluminense e ainda em eventos de *juventude rural* foi central para a percepção dos processos de hierarquia que marcam a construção da categoria *jovem/juventude rural*. E por isso passo a relatar mais detalhadamente essa fase da etnografia. Entrevistas e conversas informais, como o diálogo com Waldemar<sup>12</sup> (“adulto”, integrante da direção do acampamento), reforçaram questões e aprofundaram percepções sobre as relações de hierarquia. Na fala de Waldemar a categoria *jovem* aparece marcada pelo tensionamento *jovem* em oposição a *velho*, como podemos observar na seguinte passagem:

“E: Uma liderança como o Vinícius [19 anos, participa da coordenação do acampamento], o pessoal mais velho respeita?

*Waldemar*: Respeita, tem respeitado bastante. Embora ele esteja num processo de formação e comete alguns erros ainda e os velhos não perdoam. [...] o fulano é uma liderança, enquanto está acertando, eu estou com ele, ele errou já cai de pau porque ele é jovem. [...] se eu erro e um outro erra, o idoso [...] tem sempre uma saída. Mas se um jovem erra [...] cai em cima [...], só é disputa – “Eu tenho que provar pra ele que ele tem que me respeitar. Ele é jovem, então, ele tem que me respeitar. Mas, enquanto ele está fazendo certo, eu não posso questionar porque ele está fazendo certo. Na hora que ele erra, é aí é que eu vou entrar pra mostrar pra ele que ele tem que me respeitar.”

12. Os nomes dos informantes são fictícios.

Assim, a “disputa” envolve a legitimação da autoridade dos *velhos*, reproduzindo a estrutura hierárquica da família nos espaços de decisão do acampamento. A participação dos *jovens* é tensa, como contou Túlio (23 anos)<sup>13</sup>,

“E: Você sente que nas instâncias do acampamento tem espaço pros jovens? Vocês falam? São ouvidos? [...]

Túlio: Não. [...] Ele acaba sendo batido pelo mais velho. Quando ele dá uma idéia, mesmo que a idéia dele seja certa, primeiro faz a errada do mais velho pra depois fazer a certa dele. [...]”

Um elemento central é a diferença entre as percepções sobre os que são identificados como *jovens* que estão na posição de filho ou agregado de um integrante do *movimento* de ocupação, e de *jovens* que estão “por conta própria”. Ainda, segundo Túlio, o fato de ser responsável pelo futuro lote faz diferença. Nesse caso, geralmente são homens e solteiros. Nessa posição, a condição nos espaços de decisão parece mudar e esse *jovem* é “ouvido”. Assim, nesse contexto, pretender o lote, isso é, participar do *movimento* sem a presença de uma autoridade paterna, diferencia o significado de *ser jovem*. A presença de pai e filho em espaços de decisão revela a posição de subalternidade do segundo. Como na seguinte fala de Túlio,

“Túlio: É, mas quando a gente, pelo menos aqui no acampamento, o jovem acampado pra pegar terra no nome dele, ele tem mais uma moral de falar do que um jovem que é filho de acampado.

E: Esse não tem espaço? [...]

Túlio: Ah, ele fala, até fala, mas começa a cortar no meio do caminho ou quando espera falar depois dá um esporro. Então o jovem acaba se escondendo. [...]”

A observação nesse acampamento e as falas lá recolhidas apresentaram uma complexa construção da categoria *jovem*. Mesmo quando o *jovem* ocupa um lugar de direção, a hierarquia e sua posição de subalternidade em relação aos *adultos*/

13. Aos 16 anos, Túlio, que morava em um assentamento na Baixada Fluminense, entrou para o movimento social, participou de um acampamento, de um Curso de Formação do movimento e integrou a sua direção regional. Ao entrar neste acampamento, aos 21 anos, logo ingressou em sua coordenação.

*pai* continuam a ser reproduzidas. As “queixas” reforçaram a difícil participação em espaços de decisão e o acesso ainda mais limitado *da participação das mulheres* identificadas como *jovens*. A difícil participação das mulheres no acampamento foi outra questão ressaltada pelos entrevistados, como Yolanda, acampada (25 anos), e por Vinícius (da coordenação do acampamento, 23 anos),

“*Vinícius*: Mulheres, tem menos aqui, se tiver é menos de dez. [...]”

*E*: E participam?

*Yolanda*: [...] As novas não, mas as mais velhas participam sim. [...]

*Vinícius*: [...] Na coordenação do acampamento nós só somos homens. [...] Tinha uma mulher, não tem mais. [...] o homem acaba se enciumando, imagina a mulher na coordenação e ela tomando a decisão no acampamento, ajudando nas discussões e ele em casa, então ele não aceita isso. [...]”

As diferentes inserções da pesquisadora contribuíram para a percepção do tensionamento gerado por conflitos com a autoridade paterna nos assentamentos e acampamentos rurais, onde os que são identificados como *jovens* carregam uma imagem marcada pelo *descompromisso* e *desinteresse*, associada à falta de legitimação como *produtor rural*. Assim, recai sobre eles uma construção ainda mais complexa de “classe object”, isso é, das percepções dominantes sobre “ser rural” em um mundo urbano. Ou seja, são estigmatizados em espaços urbanos por meio de identificações como a de *roceiro*, e em casa são tratados como “muito urbanos” para terem interesse pela terra. Esse fator reforça a deslegitimação social da atuação dos que são identificados como *jovem* em espaços de representação e organização nos assentamentos e acampamentos. As *jovens* sofrem ainda mais com a forte presença da autoridade paterna, e se a atuação dos *jovens* em espaços de direção e/ou decisão é conflituosa para os homens, para as *jovens* é quase inexistente.

Podemos afirmar que “não ouvir os jovens” em espaços de decisão nos assentamentos e acampamentos estaria calcado na percepção de pouca seriedade e deslegitimação dos filhos por serem *jovens*, expressa em falas dos adultos como *eles não querem nada*, e na prática de não considerarem a opinião dos que são identificados como *jovens* nos momentos de decisão seja na família, seja nos espaços coletivos de organização.

*Juventude/jovem* tem representado, neste cenário atual, acima de tudo, relações de hierarquia social. *Juventude* definida, seja como “revolucionária/transformadora”, seja como “problema”, é, muitas vezes, tratada a partir de um olhar que define hierarquicamente o papel social de determinados indivíduos e mesmo organizações coletivas. *Juventude/jovem*, associado à transitoriedade do ciclo-de-vida ou mesmo biológico, transfere para aqueles que assim são identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. *Juventude rural* é uma categoria particularmente reveladora dessa configuração de relações de hierarquia. A análise dessa categoria permite percebermos como os processos de construção de categorias sociais configuram e reforçam relações de hierarquia social. Um recorte central para a compreensão da reprodução social de relações de poder e de subordinação é olharmos mais de perto para a “posição” que ocupa a “jovem mulher” nesse cenário, como veremos a seguir.

### **Problematizando juventude e gênero na política de assentamentos rurais**

Ser “jovem rural” carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão. Mas ser “jovem rural” e mulher representa uma situação de “inferioridade” na hierarquia social, ainda maior. As “jovens” vivenciam intenso controle social, dentro e fora da família, exclusão dos processos de produção agropecuária, de sucessão e herança, e ainda, dos espaços de decisão. Observamos que o peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote. Se a autoridade paterna cria mecanismos de vigilância e controle sobre os “jovens” é ainda mais presente na relação das famílias com as jovens. Se os rapazes são controlados quanto aos locais que freqüentam fora do assentamento, principalmente à noite, as moças não têm autorização para circularem sozinhas, têm que estar em companhia de algum homem da família. Embora a violência seja um elemento concreto na região e reconhecido por todos, o controle dos pais vai muito além da preocupação com a exposição à violência urbana. Isso não é apenas característica de um período, uma idade específica. O controle é exercido enquanto o “jovem” estiver vivendo com os pais, principalmente no caso das filhas, o que reforça a “saída” de casa e do assentamento como forma de alcançar autonomia. A “resposta” ao controle e à exclusão tem sido a saída da maioria das “jovens” da área rural estudada.

Mas, esse processo vem se desenhando de forma perversa, pois essa “saída” é precedida, em um número considerável de casos, pela gravidez na condição de solteira, muitas vezes precoce, podendo ou não ser seguido de casamento, e finalmente a saída.

Se podemos afirmar que a relação com a terra é diferenciada e varia de acordo com processos de socialização no meio rural, gerando os mais diversos arranjos dos filhos com o lote da família, as diferenças são ainda mais evidentes quando observamos a questão a partir do corte de gênero.

Ao observarmos, no assentamento analisado, as “queixa” de “adultos” – pais, mães, avós, tios – quanto à saída dos *jovens*, estas apareciam mais associadas à saída dos filhos homens solteiros. A preocupação com a saída, em grande quantidade, das jovens do assentamento rumo à cidade próxima aparecia com mais frequência na fala dos rapazes. A principal “queixa” dizia respeito à quase impossibilidade, hoje, de namorar e casar com alguém do assentamento. Ao se analisarem os processos de socialização no assentamento fica evidenciado que essa “saída” pode ser lida, como foi dito na Introdução deste artigo, como parte da reprodução social da produção familiar e não como algo apartado dessa lógica. Nesse sentido, a experiência de assentamentos rurais aponta para a tensão entre novas formas de se relacionar com a terra e a reprodução da divisão sexual do trabalho amplamente analisada nos trabalhos sobre campesinato (ARENSBERG, 1968; HEREDIA, 1979; BOURDIEU, 1962, entre outros). Esse foi o caso dos relatos sobre a divisão do trabalho no assentamento observado.

Segundo os relatos, há diferenças entre a participação de filhos e filhas. Os *jovens* relataram que no período do acampamento todos os *meninos e meninas* trabalhavam em grupo, inclusive em projetos de produção. A partir do início do assentamento, os filhos homens passaram a ser mais solicitados e, nos primeiros anos, alguns tiveram a possibilidade de cultivar um “pedaço” de terra no lote dos pais, cujo retorno financeiro era dos próprios filhos.

Dois casos-exceção reforçam essa percepção. Os casos da família do Sr. Jaques e da D. Diana, e da família do Sr. Tadeu e da Dilma contribuíram para analisarmos essa questão. Essas duas famílias são as únicas na qual só há filhas. Nos dois casos, as filhas mais velhas atuavam intensamente no lote nos primeiros anos do assentamento. A filha do Sr. Tadeu foi apontada por mais de um informante como uma das *jovens* mais atuantes, ao lado de “jovens homens”. A inexistência de filhos homens nessas famílias pode ter gerado a necessidade do trabalho das

filhas. As falas de Jaqueline, sobre sua própria atuação, e de Simone, filha mais nova do Sr.Tadeu, sobre a atuação da sua irmã Taís contribuem para se observar a intensidade da inserção. No primeiro relato, Simone fala sobre a divisão do trabalho na família. Simone diferenciou dois momentos, quando não podia trabalhar por ser alérgica à *coisa de mato*, e quando, com o casamento e saída da irmã do assentamento, mesmo com a alergia teve que trabalhar.

"E: Você ajudava em casa?

*Simone:*Ham, ham, eu ajudava.

E: No lote também?

*Simone:* De vez em quando. Porque era minha irmã mais velha que ajudava lá dentro, antes dela casar. Eu arrumava a casa, que minha mãe ia pra roça ou ia pra Casa de Pedra fazer doce. [...] eu sempre gostei assim de mexer com plantas, com os animais. Eu que cuidava dos animais. Era cabrito, porco, galinha e marreco que tinha lá. Eu cuidava de todos eles, acordava cedo e ia cuidar deles depois ia pra escola. Eu tinha alergia a negócio de mato.... aí minha mãe não deixava, eu ficava toda empolada. Ficava só indo no quintal mesmo e cuidando dos bichos.

E: E tua irmã? [...]

*Simone:* Minha irmã sempre batalhando na roça, minha irmã e minha mãe, sempre lá. Minha irmã que catava o quiabo, eu '- eu vou nada, deixa aqui mesmo..' Tá doido! Ela sempre gostou. Minha irmã sempre lutando, sempre lutando lá junto com a minha mãe e tudo. [...] Aí depois que ela casou [...] aí eu tive que ajudar. Tinha que botar roupão tinha que botar casaco, senão eu ficava toda empolada [...]"

Nesse segundo relato, Jaqueline descreve o "direito" dos *meninos* terem uma parte do lote para sua própria produção e a divisão do trabalho.

"E: Porque você acha que as meninas não se interessavam?

*Jaqueline* – Eu acho talvez pela diferença de oportunidade porque [...] os meninos tinham o deles e cada um tratava o seu. Arrumava as vezes terreno à meia ou do próprio pai. Cada um tratava o seu, colhia o seu, vendia o seu. Ajudava o pai, mas a maioria era dele, ajudava assim, colher a do pai, mas o que ele fizesse o dinheiro era dele. E já as meninas não. Além de ter os afazeres da casa [...] tinha a escola, a maioria dos meninos não estudava, é só mais as meninas que estudavam. E quando fazia não tinha aquele dinheiro todo, é seu está aqui, você fez é seu. Eu tive no começo aquela parte da horta, aquele pedacinho ali

porque meu pai plantou, a gente ajudando, só que ele não pode, por outras colheitas, ele não pode cuidar daquele pedaço. [...] A coisa também foi assim em vez de eu ir ajudar eu que cuidava da casa e minha mãe ia ajudar ele [pai]. Então acho que o mais era isso das meninas, porque as mães iam pra roça e as meninas ficavam em casa.”

Mas, chama a atenção a referência recorrente à escola. A descrição da não participação das *jovens* na produção esteve sempre associada ao desinteresse por esse tipo de trabalho e ao interesse na escola. A *saída* mais freqüente de mulheres *jovens* do que dos *rapazes* foi explicado por Jaqueline e outros *jovens*, como decorrência do fato de as *meninas* freqüentarem mais a escola. Mas, pode ser lido como o inverso, as *meninas* freqüentariam mais a escola, por estarem menos envolvidas com a produção e mais com os afazeres domésticos e criação de pequenos animais, muitas vezes substituindo a mãe. Nesse sentido, esse discurso expressa o processo de internalização das probabilidades objetivas (BOURDIEU, 1962), ou seja, o discurso dos próprios “jovens”, que afirma não participarem mais da produção no lote, porque estudam ou porque não gostam, seria fruto da reprodução da divisão sexual do trabalho familiar na área.

Se hoje a maioria das “jovens” não quer mais permanecer no lote, nem todas rejeitam a identidade rural – e algumas, valorizam o período do acampamento e início do assentamento por terem podido participar, naquela época, da produção. As filhas – que participaram intensamente do período do acampamento em diversas tarefas, inclusive de produção agrícola – aos poucos foram sendo direcionadas para se ocuparem exclusivamente das tarefas domésticas.

A categoria “jovem rural”, como uma categoria social chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo, nos remete para “antigas” e “novas” questões no que tange ao recorte de gênero. As áreas observadas trouxeram para o debate as múltiplas formas e possibilidades de tratar a relação com a terra. Os diferentes processos de socialização influem na reprodução social das “heranças”, e das relações entre homens/mulheres, pais/filhos atravessados pelas relações de gênero, definindo posições e relações de poder.

Nesse contexto, devemos ressaltar as mudanças que buscaram garantir a participação das mulheres na gerência do lote. Um exemplo é a obrigatoriedade do documento que atesta a posse do lote, e, posteriormente a própria titulação, serem assinados pelo casal. Contudo, observa-se ainda a reprodução da divisão



sexual do trabalho, aonde a gerência do lote permanece, na maioria das vezes, com o homem-chefe-de-família. \*

## Referências bibliográficas

- ABRAMO**, Helena W. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. In: **PERALVA**, Angelina e **SPOSITO**, Marília (Orgs.) *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, n.5/6, São Paulo: **ANPED**, 25-36, 1997.
- ABRAMOVAY**, Ricardo *et al.* *Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.
- AMIT-TALAI**, Vered e **WULFF**, Helena (orgs.). *Youth Cultures – a cross-cultural perspective*. Londres e Nova York: Routledge, 1995.
- ARENSBERG**, Conrad M. & **KIMBALL**, S.T. *Family and Community in Ireland*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1968.
- BOURDIEU**, Pierre. *Celibat et condition paysanne*. In: *Études Rurales*, n.5/6, abril/setembro. Paris: *Études Rurales*, n.5-6, 32-109, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Une classe objet*. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 17-18, novembro, 2-5, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Ce que parler veut dire – L'économie des échanges linguistiques*, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A Juventude é apenas uma palavra*. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.
- CARNEIRO**, Maria José. *O ideal rurubano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais*. In: **TEXEIRA**, F.C.; **SANTOS**, R.; **COSTA**, L.F. (Orgs.) *Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares*. RJ: Campos, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Juventude rural: projetos e valores*. In: **ABRAMO**, H.W. e **BRANCO**, P.P.M. (Orgs.), *Retratos da Juventude Brasileira*. SP: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 73-87, 2005.
- CASTRO**, Elisa Guaraná de. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.
- \_\_\_\_\_. *As Jovens Rurais e a Reprodução Social das Hierarquias*. In: **WOORTMANN**, E. F.; **HEREDIA**, B.; **MENASCHE**, R. (Orgs.), Margarida Alves. *Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: **MDA / IICA**, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Os jovens estão indo embora? Juventude Rural e Reforma Agrária*. In: *Revista Proposta*, nº 107/108 **DEZ** 2005/**MAR** 2006.

- \_\_\_\_\_. *O Paradoxo 'Ficar' e 'Sair': caminhos para o debate sobre juventude rural*. In: **FERRANTE**, V.L.S.B.; **ALY JR**, O. Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo : Uniara/Incra/Abra, 2005
- \_\_\_\_\_. *A Escolarização nos Assentamentos Rurais: uma caracterização comparativa*. In: Estudos Agricultura e Sociedade, n. 12, Rio de Janeiro: **CPDA/UFRRJ**, 80-103, 1999.
- CASTRO**, M. G. (Coord., et al.). *Cultivando vida desarmando violências*. Brasília: Unesco, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.
- CHAMPAGNE**, Patrick. *Jeunes Agriculteurs et veux paysans: crise de la succession et apparition du "troisieme àge*. In: Actes de la Recherche em Sciences Sociales. Paris: Editions Minuit, n. 26,27 – mars – avril, 83-107, 1979.
- COULON**, André. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995.
- DESER**/ Comissão de Jovens do Fórum Sul dos Rurais da **CUT**. *Perspectivas de Vida e Trabalho da Juventude Rural na Região Sul*. Convênio: **CERIS**/Fórum Sul dos Rurais da **CUT/DESER** (mimeo) 1999.
- ELIAS**, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- FLITNER**, Andreas. *Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude*, In: **BRITTO**, S. (Org.) Sociologia da Juventude, I – da Europa de Marx à América Latina de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 37-67, 1968.
- FORACCHI**, M. M. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: **EDUSP**, 1972.
- GLUCKMAN**, Max. *Prefácio*. In: **BOTT**, E. Famílias e rede social. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 11-25, 1976.
- GOFFMAN**, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- HEREDIA**, Beatriz A. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JENTSCH**, B. & **BURNETT**, J. *Experiences of rural youth in the risk society: the transition from education to employment*. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural (mimeo), 2000.
- LEITE**, S. et al. *Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: Um estudo a partir de áreas selecionadas*. Estudos Nead, n. 6, São Paulo: Unesp/Nead, 2004.
- LEVI**, G. e **SCHMITT**, J. *Introdução*. In: *História da Juventude*. SP: Companhia das Letras, v. I, 1996.

- MAJEROVÁ, V.** *Future of youth in Czech countryside*. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural (mimeo) 1982.
- MANNHEIM, Karl.** *Sociologia. Coleção Os Grandes Cientistas Sociais* (org. FORACCHI, M.M.). São Paulo: Ática, 1982.
- MARGULIS, M.** *La Juventude es más que una plabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- MOURA, Margarida M.** *Os Herdeiros da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NOVAES, Regina R.** *Juventude/ juventudes?* Comunicações Iser, nº 50, ano 17. RJ: Iser, 1998.
- PNERA. DF: MEC/Inep/MDA/Incra/Pronera.** Disponível na Internet <http://www.inep.gov.br>. 2005.
- PROJETO JUVENTUDE.** SP: Instituto Cidadania, 2004.
- STOLCKE, Verena** "O Enigma das Interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos Impérios Transatlânticos do século XVI a XX", *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1):336, janeiro-abril, 2006, pp. 15-41.
- THÉVENOT, L.**(1979): "Une Jeunesse difficile. Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 26-27, março-abril, 3-18.
- TORRENS, João.** Representação do rural e do urbano na juventude rural no Sul do Brasil. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural (mimeo), 2000.
- WEISHEIMER, Nilson.** Estudos sobre os Jovens Rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico. Brasília: Nead/MDA, 2005.
- WOORTMAN, Ellen F.** Herdeiros, Parentes e Compadres. São Paulo-Brasília: Hicitec/Edunb, 1995.

# Juventude e educação em assentamentos do brejo paraibano

Marilda A. Menezes <sup>1</sup>

Edgard Malagodi <sup>2</sup>

Francisco R. Marques <sup>3</sup>

## Introdução

Embora ainda não tenhamos um processo amplo de reforma agrária no Brasil, a experiência de construção dos assentamentos rurais tem sido bastante rica. Nos milhares de assentamentos existentes no Brasil, há um grande número de dificuldades, mas, também, um leque amplo de respostas criativas e originais. O debate tem girado em torno de algumas questões, consideradas como centrais: 1) êxito ou fracasso dos assentamentos; 2) acerto ou erro das políticas públicas e dos governos; 3) validade dos objetivos finais da reforma agrária. A partir de nossa experiência de pesquisa e de trabalhos de extensão no brejo paraibano, compreendemos que a criação dos assentamentos constitui um novo espaço aos trabalhadores rurais e suas famílias, que lhes permite tanto reconstruir suas vidas atuais no presente, como redefinir suas perspectivas para o futuro, e, ainda, estabelecer com a sociedade envolvente um nova relação produtiva e social. Nesse contexto relativamente amplo é possível colocar as questões específicas de juventude e educação, que obviamente terão também suas especificidades históricas, regionais e locais.

A emergência dos estudos sobre a juventude rural no Brasil poderia ser situada em quatro dinâmicas diferentes. A *primeira*, a expansão e revitalização da agricultura familiar a partir da formação de assentamentos de reforma agrária e de

1. Professora de Sociologia da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), Universidade Federal de Campina Grande e Pesquisadora do CNPq, e-mai: marildamenezes@uol.com.br
2. Professor de Sociologia da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), Universidade Federal de Campina Grande, e-mai: emalagodi@uol.com.br.
3. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGS), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

políticas públicas de crédito, específicas para esse segmento, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A *segunda* são os processos de revitalização de alguns espaços rurais, tanto por meio da melhoria de infra-estrutura de saúde, educação, lazer e transporte (estradas), como por meio da expansão de alternativas de renda (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2000). A *terceira* dinâmica seria a constituição dos jovens como atores políticos, através de organizações próprias como a Pastoral da Juventude Rural, ou dos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), os quais têm contribuído para a mobilização dos jovens por demandas materiais, sociais e de representação política (BRANCO, 2003; CASTRO, 2004). A *quarta* dinâmica diz respeito à continuidade das migrações de jovens rurais, que tanto se direcionam para regiões de monocultura, onde trabalham em safras agrícolas como o corte de cana-de-açúcar, como para cidades, onde se engajam em diversas atividades produtivas, a exemplo da construção civil, do setor de serviços, serviços domésticos, vigias, porteiros, etc. (MENEZES, 2002; 2004; SILVA, 2006). Cabe reconhecer que, se a temática da juventude rural é nova como objeto específico de pesquisa, ela tem sido tratada em vários estudos do campesinato brasileiro e da família rural (HEREDIA, 1979; STOLKE, 1986), bem como em estudos de migrações entre o campo e a cidade (DURHAN, 1978; GARCIA JR., 1989; MENEZES, 1985 e 2002).

Há um reconhecimento entre os pesquisadores de que a juventude rural não é uma categoria homogênea (CARNEIRO, 1998 e 2005; GUARANÁ, 2004; STROPASOLAS, 2002; WANDERLEY, 2003; WEISHMEIER, 2004); mas marcada por uma grande diversidade relacionada a contextos econômicos, sociais e políticos específicos (WANDERLEY, 2003; CARNEIRO, 2005).

Neste artigo, trataremos do processo de inserção produtiva dos jovens em assentamentos rurais no Brejo Paraibano, considerando a associação entre trabalho e aprendizagem de um ofício e as expectativas e experiências com relação à obtenção de educação formal e não-formal.

### **O trabalho e a aprendizagem das crianças e jovens**

Pilões é um município marcadamente rural, localizado na região do Brejo Paraibano, com população total de 7.800 habitantes, sendo 5.007, da área rural, e 2.793 habitantes, da área urbana. (IBGE, 2000). Trata-se, portanto, de um município essencialmente rural, no qual a agricultura ocupa em torno de 80% da mão-de-obra, enquanto as outras atividades como a pecuária, o comércio, os serviços em

geral e o setor público ocupam um lugar bem menos importante. Na produção agrícola aparecem com destaque as lavouras permanentes de banana, e secundariamente, o urucum, caju, goiaba, laranja, manga, jaca e outras frutas; as lavouras temporárias de mandioca, milho, feijão, fava e batata-doce, que destinam-se na sua maior parte ao autoconsumo. Desde a ocupação territorial até a última década do século anterior, a cana-de-açúcar foi a cultura predominante. No entanto, a crise da agroindústria sucroalcooleira na região, provocou uma redefinição do espaço agrário, resultando no surgimento de assentamentos de reforma agrária e de uma ampliação das comunidades de agricultores familiares.

A relação com a terra e a situação atual dos assentados tem como pano de fundo a experiência, ainda muito presente na vida das pessoas, de terem sido nas décadas passadas, moradores de engenho, e depois, trabalhadores de usina. Cecília, por exemplo, que na época da usina tinha entre 12 e 13 anos, nos conta que seus pais “não tinham liberdade para plantar nada, trabalhavam obrigado, com horários rígidos para cumprir”. Hoje, segundo ela, planta-se o que se quer, e cada um organiza seu próprio horário de trabalho. Fala ainda da diversidade de cultivos no lote do pai, da boa alimentação e considera isso uma riqueza. Outro jovem, Álvaro, do Assentamento São Francisco, ao mencionarmos o tema da diferença entre o tempo da usina e o de hoje, expressa um ar de alívio por ter superado esse passado e fala da semi-escravidão em que viviam: “... A gente trabalhava de sábado a sábado e se falhasse meio dia na segunda feira, por exemplo, era 15 dias de suspensão”. Ainda hoje, a menção dos tempos da usina provoca um sentimento de indignação, pela lembrança da exploração. E em seguida, Álvaro fala com entusiasmo da cultura da banana, dizendo que os assentados que se dedicam a essa cultura conseguem renda suficiente para sustentar a família.

É significativo o percentual da população jovem nos assentamentos, assim como no conjunto do município: nos três assentamentos pesquisados no município de Pilões, cerca de 40% são jovens entre 15 e 29 anos. Os jovens começam a trabalhar muito cedo, entre 7 e 10 anos, o que confirma a pesquisa de **HEREDIA** (1979) e **NASCIMENTO** (2003).

No trabalho de crianças e jovens das famílias assentadas, observa-se não apenas a divisão de tarefas por sexo e idade, mas, também, a transmissão, por meio de gerações, de um aprendizado das atividades materiais e de um conjunto de valores que constroem a identidade do grupo social. Assim, o trabalho

constitui-se, como um valor central, na socialização de meninos e meninas. Em pesquisa recente realizada em três pequenos municípios, Glória de Goitá, Ibi-mirim e Orobó, Estado de Pernambuco, Wanderley constata que, entre os filhos de agricultores,

“... os jovens, desde muito cedo, recebem dos pais a formação para o trabalho, no interior do próprio estabelecimento familiar. Com efeito, nas entrevistas, a grande maioria dos jovens declara já ter aprendido, na família, a ser agricultor, tornando-se, assim, capazes de assumir, num futuro próximo, a responsabilidade sobre um estabelecimento, reproduzir os valores atribuídos aos seus antecessores e – o que é significativo – declaram gostar do que fazem”. (WANDERLEY, 2006: 64).

A centralidade do trabalho na socialização de meninos e meninas em famílias assentadas e camponesas indica a relação cotidiana entre o mundo da criança e do adulto. Embora a sociedade moderna, desde o século **xv** caminhe no sentido da separação do mundo das crianças e adultos, Ariès ressalta que em alguns grupos sociais, como é o caso de camponeses, artesãos, pescadores, e outras categorias sociais cuja organização social fundamenta-se no trabalho familiar, permanece um antigo modo de vida, sem uma separação tão visível entre o mundo das crianças, dos jovens e dos adultos:

“as crianças do povo, os filhos dos camponeses e dos artesãos (...) conservaram o antigo modo de vida que não separa as crianças dos adultos, nem através do traje, nem através do trabalho, nem através dos jogos e brincadeiras”. (ARIÈS, 1986:81).

No século **xv**, o trabalho doméstico e artesanal era identificado com aprendizagem, como uma forma de educação:

“A criança aprendia pela prática, e essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda mais porque na época não havia (e por muito tempo ainda não haveria) limites de uma profissão. (...) Assim, toda a educação se fazia através da aprendizagem, e dava-se a essa noção um sentido muito mais amplo do que o que ela adquiriu mais tarde. As pessoas não conservavam as próprias crianças em casa: enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contrato, para que com elas morassem e começassem suas vidas, ou, nesse

novo ambiente, aprendessem as maneiras de um cavaleiro ou um ofício, ou mesmo para que freqüentassem uma escola e aprendessem as letras latinas.” (ARIÈS, 1986 :228/9).

O trabalho das crianças, no contexto dos processos de socialização da família camponesa, embora possa conflitar com direitos básicos da criança, como fase da vida dedicada à escola e vivência lúdica, é, também, parte de um modo de vida centrado na associação entre trabalho, família e terra (WOORTMANN, 1990: 23).

### **A divisão do trabalho na família**

Quanto à divisão do trabalho e às relações de gênero no interior dos lotes, as meninas são socializadas desde muito cedo em diversas atividades agrícolas, como semear e colher feijão e milho. Embora, o trabalho das filhas seja necessário para ajudar os pais na agricultura, elas são poupadas para poderem se dedicar mais ao trabalho doméstico e à escola. Os meninos são integrados desde muito cedo no trabalho agrícola, aprendendo todas as atividades e etapas do ciclo agrícola. Segundo os pais, eles estão apenas “ajudando”, termo que simboliza o aprendizado do saber agrícola e que se diferencia de “trabalhar”, quando já realizam todas as atividades agrícolas. Nesse momento, estão adquirindo autonomia no processo produtivo, porém ainda dependentes do pai quanto à gestão dos recursos financeiros (MENEZES, 2004, p. 9). Em muitas famílias, os jovens com 14 anos de idade já incorporaram o habitus de agricultor, sabendo executar todas as tarefas agrícolas. Apesar da diferenciação entre a inserção de meninos e meninas no trabalho agrícola, a regra pode variar, dependendo da composição de sexo e momento no ciclo de vida. Para as famílias cujos filhos mais velhos são homens, as mulheres são mais poupadas do trabalho no roçado e se dedicam mais à casa e aos estudos, mas em famílias em que as filhas são as mais velhas, elas podem se inserir desde tenra idade no trabalho e aprender todas as atividades, como bem narra Dona Geralda, 47 anos, mãe de oito filhos, nas seguintes idades: quatro mulheres com 27, 26, 10 e 17 anos, dois homens com 14 e 13 anos e duas mulheres com 10 e 9 anos. A divisão do trabalho na agricultura baseia-se na intensificação da jornada de trabalho da mãe, no trabalho das filhas, além do trabalho do pai e na iniciação prematura dos filhos homens, que com 13 e 14 anos fazem todas as atividades na agricultura, inclusive as que são consideradas mais pesadas, como roçar e colher a banana. O fragmento a seguir mostra a narrativa de Dona Geralda explicando a lógica da divisão do trabalho entre os membros da família:



*Pergunta* – E as meninas, trabalhavam?

*Dona Geralda* – Sim, elas sempre trabalhavam. Só que era difícil. Que às vezes não gostavam não, eu achava melhor que elas ficassem em casa. Quando eu chegasse do roçado tava tudo pronto, né. Elas indo para o roçado quando eu chegasse em casa tinha que fazer aqueles serviços. Aí eu não gostava não. Mas, elas gostavam. Às vezes essa que é mais véia (se refere a Anaiza, de 27 anos, casada), às vezes ela pegava assim uma enxada e saía escondido pro roçado. Aí eu mandava ela vim prá casa e eu ficava.

*Pergunta* – ...e porque a senhora não deixava ela ficar no roçado e a senhora vinha pra casa?

*D. Geralda* – Por causa que eu achava assim que elas era muito nova pra tá trabalhando no roçado. E eu dizia vá pra casa que em casa é melhor.

*Pergunta* – Isso que idade era?

*D. Geralda* – Era uns dezesseis anos, eu acho bom que elas fiquem em casa, mas também quando digo faça o serviço, se quiser ir vá.

A narrativa de Dona Geralda mostra o dilema entre a necessidade do trabalho agrícola e doméstico das filhas. Embora o trabalho das filhas fosse necessário para ajudar os pais na agricultura, a mãe prefere intensificar o seu próprio trabalho na agricultura, para que as filhas realizem o trabalho doméstico e se dediquem à escola.

Segundo alguns autores, as crianças e jovens trabalham com os pais na agricultura até casarem e não têm autonomia nem na organização das tarefas nem na apropriação da produção, pois a *prioridade* são as necessidades do conjunto da família (HEREDIA, 1970; STANEK, 1998<sup>a</sup>; 1998b). Nos assentamentos estudados, o chefe da unidade produtiva distribui as tarefas de acordo com a capacidade de trabalho dos membros da família, tamanho da terra e necessidades da família. No entanto, em várias famílias entrevistadas, os jovens, especialmente os homens, também participam de decisões sobre a organização do trabalho e comercialização. Este é o caso de Antonio, 20 anos, e Joseilton de 18 anos.

O relato de Antonio, 20 anos, filho mais novo de Seu José Rosa e de Dona Maria Rosa, moradores do Assentamento Redenção, mostra elementos interessantes:

“Lá em casa é meu pai sempre quem dá as decisões, mas às vezes eu opino para nós fazer outra coisa; ele concorda comigo, mas geralmente eu sigo os conselhos dele, que é acostumado a trabalhar, ele manda eu fazer uma coisa e eu faço, quando ele não pode ir, eu vou mais minha mãe e minha irmã. Quando ele quer que nós vamos

fazer um serviço tudo num canto só, nós vamos, pra acabar mais rápido e ir para outro. Quando ele quer passar um veneno assim no lote e eu e minha irmã, como nós já tem mais conhecimentos do que o veneno pode causar, aí nós não deixa ele passar. Tem uns pés de árvore lá em casa e se fosse por ele, cortava era tudo, mais eu e minha irmã sempre conserva os pés de planta. Pés de fruteira. Ele não gosta muito de pés de árvore dentro da banana dele, porque ele diz que ensombra e os pés não cresce. Mas nós não deixamos ele cortar”.

A narrativa de Antonio sobre a relação com o pai na organização do trabalho agrícola menciona a autoridade do paterna como gestor da unidade de produção e detentor do saber agrícola. No entanto, há uma relação de cooperação entre pai e filho, em que o saber e a opinião do filho têm importância não apenas na distribuição de tarefas, mas, também, na introdução de novas práticas e cuidados ambientais na exploração do lote, como, por exemplo, a preservação das árvores frutíferas e um maior cuidado de não utilização de agrotóxicos no lote.

A narrativa de Joseilton, 18 anos, assim como a de Antonio, também evidencia a autoridade do pai na gestão do processo produtivo, mas, também, o respeito ao saber e decisões do filho na escolha das culturas comerciais e nas estratégias de renda da família:

“Lá em casa, como meu pai tem sempre serviço, ele vai sempre limpar mato mais minha mãe e cavar terra, eu vou roçar a bananeira só. Esta semana como ele já tinha terminado o dele, ele foi me ajudar na banana. Ai quando amanhece o dia, se tiver dois serviços, um vai pra um e o outro pra outro, agora se tiver só um, vai todo mundo pra aquele canto. Já fica certo de noite para onde cada um vai. Sempre que tem um serviço ele diz, tu faz isso que eu vou fazer aquilo. Eu gosto mais de roçar e ele gosta de limpar, ai ele limpa e eu roço. E minha mãe sempre vai alimpar um feijão, tirar uma palha de banana que é mais maneiro. E assim é. É todo dia. De primeiro, eu sempre reclamava, tinha uma preguiça de morrer de ir pra o roçado, mas agora eu entendo que tem que trabalhar pra sobreviver aqui no assentamento. Eu sempre procuro ajudar ele, só acho meio ruim quando eu quero ir para uma festa que ele não quer deixar, porque eu vou pedir dinheiro a ele, mas quando eu tenho meu dinheiro ele diz, pode ir você já tem seu dinheiro. Mas, meu relacionamento com meu pai é o melhor possível, às vezes que nós começa a discutir porque eu digo que só trabalho, trabalho, chega um domingo não tem dinheiro pra sair, ai ele acha ruim modê isso.”

“Ele sempre pergunta a eu se dá certo ou não, como por exemplo a cana, ele pergunta se vamos plantar ou não, aí eu digo: pai dá um trabalho danado, quando agente vai tirar (a colheita), só dá prá pagar o carro que vai levar a cana, é melhor plantar banana que é mais fácil, só roçar, cavar, ta lá.”

### **As necessidades específicas dos jovens**

O jovem, por meio da participação na divisão familiar do trabalho e de sua inserção no processo decisório, cresce e se socializa integrado à dinâmica da unidade familiar. No entanto, esta inserção na lógica da produção e do consumo familiar, muitas vezes, situa-se numa relação de conflito com os seus próprios desejos, demandas e interesses. O fragmento a seguir retirado da entrevista de Ednaldo, 30 anos, Presidente da Associação de Redenção mostra os dilemas dos jovens para atender suas necessidades:

“... aqui o jovem pode trabalhar, mas só que não tem a condição de trabalhar. O jovem aqui fala muito em ir embora por que aqui não tem um meio de vida, o da cidade ainda arruma emprego na cidade, no comércio, e aqui ele reclama muito porque chega final de ano, chega as festas de São João e eles não têm o dinheiro de comprar uma roupa, pede ao pai e o pai não tem condição, hoje os assentamentos não dá condição de fazer isso. E eles falam hoje em ir embora do assentamento, se tivesse um desenvolvimento para os jovens, ele continuavam dentro do assentamento, eles iam ter o dinheiro de comprar a roupa, de ir numa festa, muitos pensam em ir embora, porque muitos jovens arrumam uma namorada e não têm condição de chamar a namorada e dar um refrigerante a ela. É isso que eu acho que a dificuldade dos jovens é muito grande aqui dentro do assentamento. A rua sempre tem muitos jovens desempregados também, mas eles arrumam sempre uma ajudazinha num supermercado, um empreguinho, um trabalho só pra ajudar. Enquanto os do assentamento não têm isso”.

Vários outras narrativas sobre as necessidades dos jovens poderiam ser inseridas neste texto. Antes de uma análise teórica sobre essas necessidades não atendidas pelas famílias dos assentamentos do município de Pilões, vamos ver o fragmento da narrativa de Cícera, 22 anos do Assentamento Veneza:

*Pergunta* – Que tipo de necessidade fez você sair do assentamento?

*Cícera* – Minha família é um pouco grande, somos quatros irmãos e dois irmãos, quando eu pedia uma coisa a meu pai, uma roupa nova, uma calça, dinheiro para comprar xampu, condicionador, essas coisas assim, se ele desse pra mim, ele tinha que dar para as outras irmãs também, e no momento ele não tava podendo, o que a gente tirava da terra, só era pra se alimentar e pagar outras continhas mais. A gente prá poder comprar uma calça jeans, teria que esperar ou eles vender uma banana ou um pedaço de macaxeira, e se ele desse para mim, minha irmã ia ficar com raiva com certeza, então ele não podia dar pra ninguém. Quando ele tivesse condições de comprar pras quatro, ele comprava, e com isso, fui botando na cabeça que eu teria que trabalhar, arrumar um serviço, não é muito bom, mas a principal forma foi essa que levou eu ter que sair, abandonar os estudos...

Os dois fragmentos acima sinalizam com um desequilíbrio entre o que é produzido nos lotes e o não atendimento das necessidades de consumo das famílias, principalmente dos jovens. As múltiplas estratégias na gestão da produção e consumo familiar, como as alternâncias de produtos, a aplicação diferenciada da força de trabalho em suas dimensões espacial e sexual, são procedimentos otimizadores na busca da satisfação das necessidades dos membros da família. Nesse contexto é que se moldam algumas estratégias, tais como o trabalho assalariado em outros lotes, a migração para as usinas de Pernambuco e São Paulo, ou outros grandes centros urbanos, a venda de produtos agrícolas, no caso, a banana. Em todas essas estratégias, o objetivo é a obtenção de recursos monetários para o atendimento de necessidades não supridas pelo trabalho nos lotes.

Antônio, 20 anos, do Assentamento Redenção, trabalha alguns dias por mês como assalariado em lotes vizinhos, fazendo a limpa do mato, roçando, colhendo a banana, e ganha em média R\$ 30,00 por semana. Outros jovens migram temporariamente para trabalhar no corte de cana nas usinas de São Paulo, outros baseiam-se nas experiências de seus pais, pensam em estratégias de renda complementar à produção agrícola.

“Se for pra eu casar pensando viver da agricultura, Deus me livre. Eu acho que aqui mesmo não existe ninguém vivendo só da agricultura, porque lá em casa tem uma carne de carneiro que vende, tem o bar aqui de painho. Só da agricultura, só da terra ninguém vive não”. (Antônio, 20 anos).

A instalação no assentamento e a vida atual das famílias estão marcadas por um grande número de dificuldades: inadimplência e endividamento dos pais, venda da produção a atravessadores, queda no preço dos produtos, falta de assistência técnica, falta de crédito, além da enorme dificuldade que enfrentam até hoje para montar a infra-estrutura adequada, de capital mínimo para cuidar da lavoura, para a formação das culturas permanentes, criação de qualidade, instalações rurais etc. Todas essas dificuldades são vivenciadas de maneira peculiar pelos jovens assentados, e os influencia na construção de suas estratégias de vida. A renda obtida pela venda da produção anual de bananas, principal produto da região, somada à renda obtida com os cultivos de subsistência, é insuficiente para atender o consumo das famílias e, conseqüentemente, suprir satisfatoriamente as demandas dos próprios jovens. Vejam o fragmento a seguir:

“No nosso sítio (lote) por enquanto só tem a renda da banana mesmo, é o salário da família, só para manter a casa mesmo. Quando a gente precisa de outras coisas, a gente se vira, porque lá tem um pedaço de terra junto do rio, aí a gente planta legumes e meu pai sai vendendo nas casas das pessoas, na sexta e no sábado” (Severina, **PA** Redenção).

As alternativas de emprego e renda no próprio município de Pilões ou no entorno são bastante restritas. Essa situação é similar aos pequenos municípios de Pernambuco estudados por **WANDERLEY** (2006) e apontam para sérias dificuldades dos jovens associarem atividades agrícolas e não-agrícolas no município. Concordamos com a autora quando afirma:

“Nas áreas estudadas, como os dados demonstraram, a pluriatividade constitui mais uma demanda dos jovens do que, efetivamente, uma alternativa concreta aos seus projetos de vida”. (**WANDERLEY**, 2006: 68).

Assim, apesar da conquista da terra e das pressões do Incra contra a saída de assentados para trabalhar fora do assentamento, observamos que é recorrente a migração de jovens solteiros, homens e mulheres, e também de casados, titulares dos lotes. Dadas as dificuldades de manutenção da família e atendimento das necessidades, a migração tem sido uma estratégia de obtenção de renda monetária; não representando uma ruptura com a família ou com o lote. No

entanto, muitos jovens têm priorizado a educação como uma estratégia de profissionalização e de melhoria das condições de vida.

### **Educação formal e informal: um projeto para hoje e para o futuro**

Os especialistas em desenvolvimento rural têm adquirido, gradativamente, maior consciência da grande contribuição que os jovens rurais, com seu ímpeto criativo e construtivo, sua melhor disposição diante das inovações e seus níveis educacionais mais altos que o das gerações anteriores, podem fazer para os processos de desenvolvimento rural integrado na América Latina e Caribe. Contudo, ainda existem poucos organismos especializados que possuam experiência de trabalho com os jovens rurais. São extremamente escassos os projetos gerais de desenvolvimento rural que, em seus marcos teóricos, estratégias e atividades, levem em conta os jovens e suas potenciais contribuições ao desenvolvimento. Estes jovens padecem atualmente da mesma “invisibilidade” aos olhos dos planejadores e executores de projetos integrados de desenvolvimento rural, que até há alguns anos afetava as mulheres rurais (DURSTON, 1998:7).

Para DURSTON (2002:2), a juventude rural é uma etapa da vida muito particular e complexa que requer uma estratégia específica. Assim, os jovens têm necessidades particulares insatisfeitas, direitos específicos não plenamente exercidos e aportes potenciais não realizados. A não-autonomia no processo de produção e geração de renda na agricultura faz com que muitos jovens encontrem na migração uma possibilidade de atender às suas necessidades de consumo pessoal e de construir suas identidades de gênero e de idade. As propostas alternativas de geração de renda como projetos coletivos – horta, granja – podem se constituir em saídas para a realização das necessidades específicas dos jovens. Quanto à participação política como direitos específicos, no caso dos assentamentos, eles estão alijados da vida associativa, pois não podem ser associados; conseqüentemente, esses jovens não podem participar dos cargos de direção das associações. No que se refere às potencialidades, trata-se de compreender as estratégias de reprodução dos jovens rurais como, por exemplo, a combinação entre a agricultura familiar e o trabalho assalariado. Existe ainda a necessidade de as políticas públicas serem específicas para os jovens e não complementares aos programas de desenvolvimento.

Para o autor, se o foco na juventude segue simplesmente ausente do marco conceitual que dá origem às estratégias e objetivos dos projetos públicos, evi-

dentemente seria difícil que surgissem atividades desenvolvidas para incorporar explicitamente os jovens no desenvolvimento rural. Para começar a tornar visíveis os jovens rurais nesse contexto, é necessária uma visão teórica coerente, que ainda está em processo de construção, da juventude rural latino-americana. Portanto, um enfoque adequado da transição desde a infância até a vida adulta no mundo rural na América Latina também serviria para as instituições que trabalham exclusivamente para os jovens, já que seus programas com frequência carecem de uma estratégia ampla e clara. Tal enfoque seria especialmente útil se fosse embasado por um marco teórico sólido, que relacionasse o mundo juvenil com os processos econômicos e sociais mais amplos e com os principais desafios que permeiam o desenvolvimento rural em geral (idem, p.7).

No debate sobre o futuro da juventude e o desenvolvimento do meio rural, a questão da educação é recorrente. É no período da adolescência que emergem os conflitos entre os filhos de agricultores familiares: ficar na propriedade ou sair para estudar na cidade, ser agricultor ou mudar de profissão. Para o autor, existe um desejo muitas vezes não manifesto por parte da família de que esses jovens permaneçam no sistema agrícola, porque são parte integrante de sua força de trabalho ou porque os próprios pais almejam a segurança na velhice. Nesse mesmo contexto, aparece hoje com mais intensidade a valorização do estudo, sinônimo de uma possível alternativa entre o trabalho fora do espaço rural, para o jovem, a família, e a trajetória social de ser colono. (STROPASOLAS, 2002:280-281).

Portanto, um dado relevante para a discussão sobre o desenvolvimento rural, partindo-se das perspectivas dos jovens rurais, é a educação ou os “estudos” na linguagem dos mesmos. Normalmente, a educação é vista como uma possibilidade de sair do assentamento e não para capacitá-los à profissão de agricultores e futuros sucessores dos mais velhos nas atividades agrícolas. Talvez aí esteja uma questão interessante a ser discutida, que suscita uma nova concepção de educação voltada para a valorização da vida no campo e que procure formar os jovens com habilidades que venham a ser úteis no dia-a-dia frente às atividades que são chamados a executar. Em pesquisas recentes, STROPASOLAS (2002: 178), CASTRO (2004), BERGAMASCO *et al* (2005) e WANDERLEY (2006) constata a valorização da educação tanto para os pais quanto para os jovens. CASTRO (2004), por exemplo, na sua pesquisa sobre jovens rurais em um assentamento na Baixada Fluminense, constata que os estudos aparecem como uma grande

preocupação dos pais e dos próprios jovens, passando a ser uma questão central para as famílias e sendo colocado como mais importante do que o trabalho no lote. WANDERLEY (2006: 82) em estudo de jovens em pequenos municípios de Pernambuco aponta:

“O estudo é considerado, pela maioria dos jovens, como um dos principais caminhos para a melhoria de sua vida e de preparação para o futuro. De fato, 309 jovens (50,2%) afirmam que o objetivo mais importante do estudo é melhorar a sua vida. A estes, acrescente-se os jovens para os quais a educação favorece a possibilidade de encontrar emprego, no próprio município (95 – 15,4%) – ou em outro lugar (90 – 14,6%)”.

Nos três assentamentos por nós pesquisados, quanto ao nível de escolaridade, observa-se que a maioria dos jovens na faixa etária entre 15 e 30 anos, está cursando entre 4ª. e 8ª. série ou ensino médio.

**Tabela I – Idade e Escolaridade**

Idade	Escolaridade				Total Geral	
	1ª a 4ª Série	4ª a 8ª Série	Ensino médio	Curso Técnico		
10 – 15	2 40%	3 60%			5	100%
15 – 20	2 13,34%	6 40,00%	7 46,66%		15	100%
20 – 35	2 22,22%	3 33,34%	4 44,44%		9	100%
25 – 30	1 100%				1	100%
30 e mais	2 66,67%	1 33,33%			3	100%
<b>Total</b>	<b>9 27,28%</b>	<b>13 39,39%</b>	<b>11 33,33%</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>

O levantamento na escola municipal de ensino fundamental em Pilões demonstra que entre os 73 alunos, da 5ª a 8ª série: 36% têm entre 12 e 15 anos, 40% entre 15 e 18 anos, 20% entre 18 e 21 anos e 4% entre 21 e 24 anos (Tabela II).



**Tabela II – Idade e Escolaridade**

Idade	Ensino fundamental				Total	
	5ª	6ª	7ª	8ª	2º	
12 – 15	17 65,38%	5 19,23%	4 15,38%		26	100%
15 – 18	15 50%	9 30%	6 20%		30	100%
18 – 21	6 42,86%	4 28,57%	4 28,57%		14	100%
21 – 24	1 50%		1 50%		2	100%
24 – 27						
27 – 30			1 100%		1	100%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>18</b>	<b>16</b>		<b>73</b>	<b>100%</b>

Fonte: Fichas da Escola Municipal de Pilões.

Devido ao atraso escolar, os jovens ao terem 18 anos, estão, na sua maioria, cursando entre a 6ª e 8ª séries do ensino fundamental e, uma pequena proporção, o segundo grau. Nessa idade, eles tendem a deixar os estudos, devido à necessidade de trabalhar o dia todo no lote ou migrar para trabalhar fora da localidade. Em pesquisa realizada em assentamentos em São Paulo, **BERGAMASCO et al** (2005: 395) constataam:

“Observa-se que há maior evasão dos adolescentes entre 15 e 17 anos. Este fato pode ser explicado por ser esta a faixa de idade dos adolescentes que começam a trabalhar mais efetivamente no lote.”

Apesar do atraso escolar dos jovens, ao compararmos os dados de escolaridade entre os jovens e seus pais verificamos que há uma melhora significativa de escolaridade. A Tabela III referente à escolaridade de todos os membros das famílias entrevistadas, incluindo filhos e pais, portanto, idades que variam entre o e mais de 55 anos, demonstra-nos que a faixa etária de mais de 30 anos é formado, em sua maioria, por analfabetos, semi-analfabetos ou com escolaridade entre 1ª e 4ª séries.

**Tabela III** – Idade e Escolaridade de todos os membros das famílias.

Idades	1ª a 4ª ensino fundamental	4ª a 8ª ensino fundamental	Ensino médio	Analfabeto	Semi-analfabeto	Sem idade escolar	Total geral
0 – 5	2 100%						2 100%
5 – 10	11 100%						11 100%
10 – 15	6 37,5%	9 56,25%			1 6,25%		16 100%
15 – 20	4 14,81%	19 70,37%	2 7,4%		1 3,71%	1 3,71%	27 100%
20 – 25	11 44%	10 40%	3 12%	1 4%	1 4%		25 100%
25 – 30	7 41,17%	4 23,52%			5 35,31%		17 100%
30 – 35	2 20%	2 20%			6 60%		10 100%
35 – 40	2 20%	3 30%			5 50%		10 100%
40 – 45	3 27,27%			2 18,18%	6 54,55%		11 100%
45 – 50	2 40%			1 20%	2 40%		5 100%
50 – 55				3 50%	3 50%		6 100%
55 e +	1 6,66%			7 46,67%	7 46,67%		15 100%
<b>Total</b>	<b>51 32,9%</b>	<b>47 30,32%</b>	<b>5 3,3%</b>	<b>14 9,03%</b>	<b>37 23,87%</b>	<b>1 0,58%</b>	<b>155 100%</b>

Quanto à escolaridade dos 155 membros das famílias, temos que 32,9% estão entre 1ª e 4ª série, 30,32% estão entre a 4ª e 8ª séries do ensino fundamental. A maioria dos que estão nesses níveis de escolaridade são crianças e adolescentes, por exemplo, 80% das 47 pessoas que têm ou estão cursando de 4ª a 8ª séries estão situadas na faixa etária entre 10 a 25 anos. A quantidade de semi-analfabetos (só escrevem o nome) é de 23,87%, sendo que a maior parte, 43,2% têm mais de 40 anos.

O que é significativo é que houve uma melhora na escolarização dos jovens quando comparada aos seus pais. O aumento da escolarização dos jovens rurais pode estar relacionado a vários fatores como: ampliação do número de vagas nas escolas, projetos de vida de morar na cidade, a necessidade de trabalho fora do lote, visto que até os empregos mais modestos nas cidades e até mesmo nas usinas de cana-de-açúcar exigem um certo nível de escolarização; os programas governamentais, tipo bolsa-escola, que funcionam como “estimulantes educacionais”, pois os pais só recebem o dinheiro se os filhos estiverem regularmente matriculados; entre outros. A maior escolaridade dos jovens em relação aos pais também foi identificada por **WANDERLEY** (2006: 79) para Pernambuco e por **BERGAMASCO et al** (2005: 395) para São Paulo.

O processo de educação dos jovens não se resume à escolarização formal, mas é também constituído da aprendizagem prática de certos ofícios como pedreiro, padeiro, mecânico, etc. Nos três assentamentos pesquisados, identificamos vários casos de jovens, especialmente homens, que aprenderam diversas profissões urbanas ou de comercialização nos locais para onde migraram e isso tem se constituído como um capital cultural importante nas estratégias de reprodução social no lote. Este é o caso de Genaro, 27 anos, filho de família assentada no PA Veneza, interrompeu o estudo na 7ª série do ensino fundamental por considerar impossível conciliar o trabalho na agricultura com a escola. Ficar e sair para ele tem sido uma estrada de mão-dupla: já saiu para o Rio de Janeiro, onde trabalhou numa padaria, e voltou. Em seguida, trabalhou de pedreiro em Pilões e agora está pensando em trabalhar por uns tempos em Guarabira, para depois retornar ao assentamento novamente. Sobre sua experiência no Rio de Janeiro, ele a considera positiva, embora não pretenda voltar para lá. A profissão de pedreiro foi adquirida no próprio assentamento junto com os amigos, logo após retornar do Rio de Janeiro. Ele nos informa que foi apenas graças a algumas amizades que conseguiu um empréstimo no banco e comprou algumas cabeças

de gado. Ao pagar a dívida contraída, tomará um novo empréstimo para aquisição de ovelhas. Assim, as estratégias desenvolvidas por Genaro são bastante diversificadas: incluem a migração para o Rio de Janeiro onde aprendeu a profissão de padeiro, o trabalho na agricultura com culturas de subsistência, a criação de animais e, mais recentemente, o trabalho como pedreiro, que é, segundo ele, a profissão mais rentável. Como a maioria dos jovens assentados, a percepção de Genaro do trabalho agrícola no lote da família é marcada pela percepção de ser um trabalho desvalorizado, sobretudo em função do fato dessa atividade não contribuir para que os jovens tenham sua renda monetária própria.

Genaro afirma que a falta de renda monetária estimulou a sua saída para uma cidade grande (no caso, o Rio de Janeiro), onde já tinha parentes estabelecidos. Na história de Genaro, a saída para o Rio representa claramente uma busca de condições que permitam seu retorno ao assentamento, o que não encerra sua história de migrante sazonal, pois terá que sair novamente, e já faz planos de uma nova saída, agora para um município vizinho, Guarabira, a cidade que polariza o Brejo setentrional do Estado da Paraíba. Familiarizado com os trabalhos de pedreiro, atividade na qual ele demonstra bastante segurança, e na qual, inclusive, é encorajado pelo olhar da mãe (“essa cerâmica foi ele quem sentou”), e podendo contar com os saberes de outros ofícios, como o de padeiro, por exemplo, Genaro, manipula e recorre aos diversos tipos de saberes, de modo a garantir a sua autonomia na família, ou seja, fazer o necessário investimento no lote, construir a sua casa e criar as condições para ali morar com a sua futura esposa.

Embora Genaro tenha interrompido a educação formal na 7ª série, impossibilitado de conciliar com o trabalho, seu processo educativo não se interrompeu, mas, continuou por meio do aprendizado prático como padeiro e pedreiro. Ele adquiriu um capital cultural diversificado importante para compor com as atividades agrícolas. Ao mostrarmos a importância da educação informal por meio do aprendizado prático inserido nas múltiplas atividades econômicas desenvolvidas pelos jovens, não queremos deslocar a importância da educação formal, mas, registrar, que o processo educativo no sentido de aprendizagem de saberes, habilidades, valores dos jovens rurais envolve tanto espaços institucionais de educação quanto do seu cotidiano, vinculados às suas trajetórias de vida. Nessa perspectiva, concordamos com a análise de **MELO et al.** (2003:14) quando enfatiza a necessidade de associar educação formal com não-formal:

“Para a inclusão dos agricultores familiares nos novos mercados que se configuram, é preciso que uma política de desenvolvimento econômico venha associada a uma proposta de melhoria na educação formal e não-formal, recuperação do atraso escolar e na capacitação profissional destes agricultores, sob pena deste espaço ser novamente ocupado por grandes produtores ou outros profissionais, aumentando a exclusão no campo”.

Há, portanto, uma questão emergente, que é a necessidade de cursos de capacitação e treinamento, para os jovens de hoje, voltados às atividades do meio rural, sejam diretamente agrícolas, de beneficiamento, de comercialização ou de industrialização. Esse tipo de formação poderá se constituir em uma alternativa importante para a sustentabilidade dos jovens e suas famílias no meio rural, enquanto medidas mais estruturais na educação formal alterem as condições de formação dos jovens rurais e dos futuros agricultores. \*

### Referências bibliográficas

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2ª ed. RJ: Guanabara, 1986.
- BERGAMASCO, S.M.P. et al. A formação escolar em assentamentos rurais: desafios para as novas gerações. In: *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)* Orgs. Vera L.S.B. Ferrante e O. Aly Junio. Incra, Abra, Uniara, 2005.
- BRANCO, M.T.C. *Jovens Sem-Terra. Identidades em movimento*. Curitiba: Ed. da UFPB, 2003.
- CARNEIRO, M.J. Juventude rural: projetos e valores. In: *Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. In: Abramo, H.W. e Branco, P.P.M. (Orgs.) . São Paulo: Instituto Cidadania/ Editoria Fundação Perseu Abramo, 2005, p.243- 262.
- CARNEIRO, M. J. T. *O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al (Orgs). *Mundo rural e política*. R. Janeiro, Campos/Pronex, 1998. 95-117.
- CASTRO, E.G. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2004.
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. e STOLCKE, V. (orgs.). *A questão Agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p.p. 133-164..

- DURHAN, E.** *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo. Perspectiva, 1978.
- DURSTON, J.** *Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual*. Santiago do Chile, CEPAL, 2002. (Políticas Sociales, 28).
- \_\_\_\_\_. *Juventud rural y desarrollo em América Latina: estereotipos y realidades*. Cepal. Santiago de Chile, junho de 2000.
- \_\_\_\_\_. *La juventud rural excluída de América Latina reduciendo la invisibilidad*. Santiago de Chile: Cepal, setembro de 1997.
- HEREDIA, B.** *A morada da vida*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- GARCIA Jr., A. R.** *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero. Brasília – CF: Ed. UnB, 1989.
- MELLO, M.A. et al.** *Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores*. XLI Congresso da Sober. Juiz de Fora, MG, 27 a 30 de Julho de 2003. Grupo de Pesquisas 12 [Questões sociais no meio rural]; [http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos\\_cientificos/2003/educacao\\_formal.pdf](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2003/educacao_formal.pdf)
- MENEZES, M.A.** *Migration Patterns of Paraíba Peasants*. In: Latin American Perspectives, Issue 135, Vol. 31, no. 2, março, 2004a, p. 112-134.
- \_\_\_\_\_. Oliveira, M.G.C. e Miranda, R.S. *Juventude em Assentamentos rurais*. Trabalho apresentado na 24ª Reunião Brasileira de Antropologia. Recife 12 a 15 de junho de 2004b. Fórum de Pesquisa 09: Família contemporânea: relações intergeracionais e de gênero.
- \_\_\_\_\_. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes*. RJ: Relume Dumará, JP: Ed. UFPB, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Memória de infância de homens e mulheres camponeses*. In: Trajetos. Rev. Pós-Graduação em história Social, UFC, v. 2, n. 3, dez. 2002, p.185-207.
- \_\_\_\_\_. *Memórias de famílias de camponeses – migrantes (homens e mulheres) – 1950-1990*. Cap. IV – O trabalho das crianças em famílias camponesas. Relatório de Pesquisa, CNPq, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho*. Tese de Mestrado. Campina Grande, UFPB, 1985.
- NASCIMENTO, K.** *O trabalho das crianças nas famílias camponesas*. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, UFCG, 2003.
- SILVA, Marcelo S.** *Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e as identidades da juventude rural*. Dissertação de Mestrado, Campina Grande, PPGS-UFCG/UFPB, 2006.

- STANEK, O. As estratégias familiares. In: LAMARCHE, Hugues (coord.) *A agricultura familiar*; 2. *Do mito à realidade*. Campinas, Unicamp, 1998a. p. 119-148.
- \_\_\_\_\_. O trabalho familiar agrícola e a pluriatividade. IN: LAMARCHE, Hugues (coord.) *A agricultura familiar*; 2. *Do mito à realidade*. Campinas, Unicamp, 1998b. p.149-173.
- STOLKE, V. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital* (1850-1980). SP: Ed. Brasiliense, 1986.
- STROPASOLAS, V.L. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro (SC)*. Tese de Doutorado. Florianópolis, UFSC, 2002, 335 p.
- TARGINO, I.; MOREIRA, E. R.; Figueiredo, E.A. de. Aspectos da dinâmica da população rural do Nordeste Brasileiro na década de 1990. In: *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. M.,N. B. WANDERLEY (org.). Campinas, Ed.Polis/CERES,2004, p. 127-142
- TARGINO, I. e MOREIRA, E. Êxodo rural na Paraíba: análise do período 1991-96. In: Santos, T.F. (org.) *Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste: questões atuais e emergentes*. Recife: FJN, Editora Massangana, 2000.
- TARGINO, I. e MOREIRA, E. Migrações sazonais e saúde do trabalhador. *Travessia*, Vol. VII, nº 20, set-dez 1994, p. 13-6.
- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- \_\_\_\_\_. (1979) *Clase, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona, Editorial Crítica S.A.
- WANDERLEY, M.N.B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*. P.87-145, n.15, Outubro 2000.
- \_\_\_\_\_. *Juventude rural: Vida no campo e projetos para o futuro*. Projeto de Pesquisa (mimeo) 2003.
- \_\_\_\_\_. *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Relatório Final. Pesquisa Financiada pelo CnPq, mimeo, maio de 2006.
- WEISHEIMER, N. *Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS*. Porto Alegre, UFRS, Dissertação de Mestrado, 2004.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, jan/jun. 1990.

# O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido

*Marisa de Fátima Lomba de Farias<sup>1</sup>*

As pesquisas sobre assentamentos de reforma agrária<sup>2</sup> apresentam análises que envolvem diferentes dimensões da vida nesses espaços sociais, desde a chegada à terra, até as formas de produção, de organização espacial e social dos lotes. Por outro lado, demonstram que não se trata de uma contextura social de fácil entendimento, visto que no processo de constituição dos assentamentos estão presentes diversos atores e projetos de vida, bem como os projetos dos mediadores e do próprio Estado. Esses sujeitos procuram organizar as relações internas de modo a apresentar para a sociedade uma alternativa viável a um número maior de pessoas: o acesso à terra e, conseqüentemente a uma qualidade de vida superior àquela que tinham em outros tempos e em outros lugares.

Mas, se o objeto geral é mais ou menos comum, os caminhos são muito diferentes, haja vista que os diferentes projetos, pouco a pouco, se mostram

1. Professora Adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados (**UFGD**), Faculdade de Ciências Humanas/Curso de Ciências Sociais. Doutora em Sociologia pela Faculdade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp–Araraquara). E-mail: marisa.lomba@ufgd.edu.br
2. As pesquisas recebem apoio financeiro da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPq**). Estas são desenvolvidas em Mato Grosso do Sul e delas participo como coordenadora ou pesquisadora-colaboradora, sendo elas: Vida de Mulheres em Assentamentos de Reforma Agrária no Município de Itaquiraí-**MS** (**UFGD**/Fundect – Pesquisadora-Coordenadora, Marisa de Fátima Lomba de Farias), Assentamentos Rurais no Sul de Mato Grosso do Sul: estudos econômicos e sociais das mudanças no meio rural. (**UFGD/CNPq**/ Fundect – Pesquisadora-Coordenadora) Retratos da Vida nos Assentamentos Taquaral e Sul Bonito: as fotografias como instrumentos reveladores da (re) construção de novos lugares. (**UFGD**/Fundect – Pesquisadora-Coordenadora, Alzira Salete Menegat) Religiões, Religiosidades e Cultura Política nos Movimentos e Assentamentos Rurais na Porção Meridional de Mato Grosso do Sul. (**UFGD**/Fundect – Pesquisador-coordenador, Damião Duque de Farias).



conflituosos, às vezes em menor ou maior grau, demonstrando que a “vida é difícil de ser vivida”<sup>3</sup>.

Os homens e mulheres chegam aos assentamentos e trazem histórias de vida que se apresentam como forte definidor das estratégias familiares, (re) estruturando as alternativas para a permanência nesta terra que foi conquistada, na maioria das vezes, com muito sacrifício, sob a lona preta, com pouca comida, mas com esperanças de alcançarem dias melhores.

Desse modo, a concepção de assentamento como um novo espaço social, passível de conflitos sociais, em diversos âmbitos, é encontrada em vários autores, uma vez que é um espaço de poder onde são construídos diversos projetos. (Cf. **FARIAS**, 2002; **FERRANTE**, 1994, 1998, 2005, **NEVES**; 1997). Os assentamentos rurais significam, então, um período novo, porém difícil na vida das famílias, que vivem entre o encantamento e o desencantamento, entre o conhecido e o desconhecido, entre o existente e o que está por vir, como se esperassem “chegar setembro para a boa nova entrar nos campos”<sup>4</sup>.

Os assentamentos rurais devem ser entendidos considerando sua temporalidade dinâmica e, também conflituosa, espaço-tempo onde encontramos subjetividades diferenciadas e distintos projetos familiares que se cruzam e se conflitam cotidianamente. Não podemos construir uma visão linear – com padrões e modelos únicos e homogêneos – das condições de permanência na terra, principalmente porque não é possível estabelecer uma unidade de ações no interior desse espaço social. Neste se conflitam constantemente as múltiplas necessidades e anseios das pessoas. Em outras palavras, devemos atuar nos assentamentos, entendendo-os como um espaço em construção, onde encontramos também as rupturas, frente aos variados projetos presentes no cotidiano das famílias.

Cotidiano é considerado como o dia-a-dia transcorrendo, em certa medida oprimindo o presente e impedindo que sonhos se aforem diante das dificuldades de sobreviver, como diz a música “a gente vai levando... a gente vai levando”<sup>5</sup>. Segundo Certeau (1998, p. 31), “[...]. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio caminho de nós mesmos,

3. **ROSA**, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio Editora, 1963.

4. Trecho da música *Sol de Primavera*, de Beto Guedes e Ronaldo Bastos.

5. Trecho da música *Vai Levando*, de Caetano Veloso.

quase em retirada, às vezes velada.” Por essas e outras, o cotidiano deve ser compreendido em sua complexidade, aberto a situações adversas, aos encontros e aos desencontros, passível de novas disposições e recomposições. É impossível uma definição que se complemente por si só, haja vista o movimento do real e as relações tecidas nas interações entre os grupos de famílias; entre estas, os mediadores e o Estado.

Nessas redes de relações, que se tecem no cotidiano, observam-se momentos de conflitos gerados pela complexidade existente. Por outro lado, os sentimentos de solidariedade renascem no dia-a-dia, confirmando a presença de diferentes estratégias dessas famílias para a organização da vida nos assentamentos.

Isso acontece porque a família é o sujeito fundamental do processo de luta pela terra e na terra. Suas decisões e ações marcam uma vida de constante busca por bem-estar para os membros familiares, construindo uma identidade caracterizada pelo modo de vida dos sujeitos e marcada por um passado aberto para as possibilidades, as especificidades e as variadas conotações do presente, abrindo brechas mais dinâmicas ao futuro e, talvez, a um novo modo de vida. Terezinha<sup>6</sup> demonstra o processo de luta pela sobrevivência que é anterior ao assentamento:

“Tudo que tem na minha vida é importante pra mim, [...] mesmo os momentos que eu... passei por dificuldade... passei... é sofri muito, muito sofrimento, talvez doença na família, esse tipo de coisa, assim, mas pra mim... eu acho que isso foi um ‘aprendiz’, porque quando você está sofrendo,... você está passando o momento difícil na sua vida, você está aprendendo a viver. Você está aprendendo a ter uma vida... é que você pode estar preparada, você fica preparada pra qualquer momento que você pode enfrentar na sua vida então quando vem surge mais dificuldade você já está preparada pra enfrentar elas...”

Mas a minha vida eu acho muito importante, eu sou uma mulher muito feliz eu gosto muito de sorrir, eu gosto muito de brincar, eu sou muito feliz. Tenho passado por maus momentos, mais a felicidade está sempre... está junto comigo, me acompanha... e mais também eu achei assim... *porque tudo que eu sonhava na minha vida... era de um dia eu ter um pedaço de terra, pra morar em cima pra viver com minha família.* E eu passei muito tempo trabalhando de empregada dos outros trabalhei de... de arrendatária, depois trabalhei de... de funcionária pública, trabalhei nas lavouras, trabalhei... sofri muito em

6. Depoimento coletado durante as pesquisas citadas em nota de rodapé n° 1.

todo tipo de trabalho... fui doméstica." (Moradora do Assentamento Sul Bonito, 2005, grifo nosso).

Neste cenário – o assentamento –, o cotidiano é um espaço-tempo intrincado, sem delimitações precisas; pode dominar e limitar as sensações, as emoções e os desejos das mulheres e dos homens – mas como nada é definitivo –, consegue abrir as brechas para a transformação, edificada em pequenas porções, ao passo que essas mulheres e esses homens se comunicam, são criativas e criativos, agem, reagem, se indignam, rememoram momentos vividos, choram, se emocionam. Enfim, vivem o dia-a-dia, redesenham o cenário do assentamento, mesmo sabendo que “viver é perigoso”, mas como diz Pablo Neruda: “Evitemos a morte em doses suaves, recordando sempre que estar vivo exige um esforço muito maior do que o simples fato de respirar. [...] Estejamos sempre vivos”. Neste “Cotidiano, espaço-tempo que rompe o curso do tempo e a materialidade do espaço.” (PÉREZ, 2003, p.105):

“Cotidiano é movimento, é construção social e histórica da ação humana. Ao produzir a cultura e a história, homens e mulheres produzem vida, a sua vida – como indivíduos e como espécie –, fluxo vital que os coloca diante de estados inéditos, num movimento permanente de tornar-se: criando, aumentando e intensificando suas potencialidades e energias.” (PÉREZ, 2003, p.117, grifo da autora).

Portanto, o cotidiano dos assentamentos rurais, no qual as pessoas “produzem a sua vida”, a sua história e deixam fluir as tristezas, as alegrias, as manifestações festivas e de dor; um movimento diário de vir a ser, tornar-se, fazer-se; deve ser entendido como um espaço-tempo de conflito – inerente às relações sociais –, pois há momentos de incertezas e de insegurança, isso ocorre desde a divisão dos lotes até o dia-a-dia de permanência na terra.

Não se trata, então, de um espaço de harmonia somente, mas sim, de instabilidades e (re)equilíbrios, quando as relações sociais e de interesses são marcadas por continuidades e descontinuidades. Nem sempre é fácil trilhar este caminho, muitas vezes, as famílias vivem um desencanto frente às necessidades de reconstruírem o projeto familiar, fazem escolhas, que poderão facilitar ou dificultar a permanência na terra e, espera-se dessas famílias êxito e sucesso, com parâmetros de exigências economicistas definidos por outros grupos, *a priori*, principalmente pelo Estado e também pelos mediadores da luta pela terra.

Nesse redemoinho de situações contínuas e descontínuas, pode-se afirmar que, em alguns momentos, cada grupo de pessoas parece falar línguas diferentes, em tons que não se combinam, ou seja, há, segundo Romano, um *choque de valores e expectativas*, não somente entre as famílias, mas também entre os “[...] princípios organizadores dos mediadores (igualitarismo) e os princípios de uma grande parte das populações camponesas assentadas (hierarquia)” (ROMANO, 1994, p. 257), o que leva a momentos de desencantamento neste espaço-tempo novo e diferente.

Nas pesquisas em assentamentos, é possível observar a existência do confronto entre os objetivos dos mediadores e os valores, a cultura e o modo de vida, os desejos e sonhos de cada mulher e de cada homem. Os mediadores também sentem dificuldades em planejar suas intervenções, considerando o assentamento em todas as suas *continuidades e discontinuidades*.

Desse modo, ocorrem disputas que interferem na atuação dos mediadores ao objetivarem a liderança e a legitimidade no cotidiano dos assentamentos, já que, em muitos casos, estão junto às famílias desde a ocupação da terra e esperam posições afirmativas perante os seus princípios organizativos.

Além dos conflitos entre os mediadores e as famílias, salientados e observados durante pesquisas desenvolvidas e em andamento, é possível acrescentar mais um agente no contexto deste conflito, o Estado. Este expõe uma ideologia racionalista e produtivista para concretizar metas que respondam às expectativas do mercado e dele próprio, o que resulta na força do agronegócio buscando se viabilizar como propostas para os assentamentos, porém, com resistência das famílias e dos mediadores.<sup>7</sup>

A sociedade de modo geral e, principalmente, o Estado esperam que as famílias assentadas alcancem uma produtividade que corresponda à demanda do mercado; somente assim, estariam fortalecendo, ou melhor, ratificando seu projeto de reforma agrária economicista. Com isso, o Estado contribui ainda mais para o processo de desencantamento desde os primeiros anos de permanência

7. Como um exemplo, podemos destacar as informações divulgadas na imprensa, no início do mês de maio de 2005, quando um grupo de famílias ocupou a sede do Inra, no município de Ponta-Porã para reivindicar mudanças no projeto de reforma agrária para a Fazenda Itamarati, cujo modelo implantado pelo Estado estava consolidado nos princípios do agronegócio. Na fazenda já se desenvolvia o plantio de soja e o Estado pretendia continuar com o modelo utilizado pelo antigo proprietário. A partir de 2006, podemos frisar as manifestações contra a expansão da cana-de-açúcar no Estado, com uma preocupação tanto ambiental, quanto social.

na terra, na medida em que implementa políticas públicas e espera “sucesso”, ou seja, que as famílias correspondam a seus intuitos político-partidários na manutenção do controle das esferas de decisão do grupo dirigente. (Cf. LEITE; HEREDIA; MEDEIROS *et al*, 2004).

O Estado não entende os assentamentos como espaço social estruturado sob uma temporalidade dinâmica e, sobretudo em construção, nem mesmo compreende os projetos familiares estruturados sob diversas subjetividades, heterogeneidades e representações sociais se misturando e se redesenhando no assentamento, tanto que, apresenta parâmetros lineares de permanência na terra ao estabelecer uma unidade de ações que agridem as múltiplas necessidades e anseios das famílias.

Frente a esse contexto, as mulheres e os homens vivem, segundo Ferrante (1998), um jogo de forças em que o Estado empreende uma política de arranjos e rearranjos sob uma *violência programada*. Essa violência ocorre sob o prisma de uma lógica de tempo linear, que significa variadas imposições no dia-a-dia das famílias, tais imposições se confrontam com as experiências passadas, com o modo de vida e o projeto gestado pelas famílias. Por tudo isso, os conflitos e tensões vêm à tona, as famílias resistem a esse jogo de força estatal, que nega uma história já construída na trajetória familiar. A mesma autora destaca:

“Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica do território expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do grande capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo [...]. Assim, falar em trama de tensões implica em ressaltar os pontos críticos, os nós górdios das relações construídas por distintos atores [...]” (FERRANTE, 2005, p. 15)

Assim, em muitas situações, as famílias são avaliadas como atrasadas, sem uma história e/ou uma experiência significativa, principalmente por instituírem uma outra relação com este território, de proximidade com a terra para plantar e para viver. O Estado intervém no intuito de modelar interesses, necessidades, desejos e o saber-fazer que as mulheres e os homens adquirem em suas trajetórias. Tal objetivo ocorre mediante a implementação de técnicas agrícolas que devem ser dominadas pelos assentados e assentadas, modelos de cooperação rural e de agrovilas, dentre outras; buscando corresponder à lógica capitalista equiparada

por elementos valorativos contábeis de modernidade, inclusão, integração ao mercado, produtividade, melhor dizendo modelos economicistas.

Todas essas ambigüidades fundantes das relações sociais tecidas no cotidiano dos assentamentos rurais evidenciam problemas diversos gerados por expectativas discordantes entre as próprias famílias, suscitados pelo outro, o Estado, que fixa regras totalmente abstratas, procurando designar as múltiplas dimensões da vida dos sujeitos, ou provocados pelos mediadores que nem sempre conseguem corresponder aos anseios das mulheres e dos homens.

São problemas, muitas vezes, relativos às dificuldades que as famílias encontram para que, na situação de assentamento, consigam dar nova força às relações solidárias que alicerçavam a vida no acampamento, relações que poderiam contribuir para a constituição de um nós, facilitando a permanência na terra. (Cf. **FERRANTE**, 1994, 2005).

Tendo em vista essas reflexões, nota-se que o cotidiano nos assentamentos de reforma agrária é marcado por especificidades, mas também por continuidades e descontinuidades mais ou menos comuns, mesmo em diferentes regiões, com variações climáticas e considerando a qualidade da terra, a história de luta que marca uma trajetória não é comum a todas as famílias. Esse cenário é encontrado em várias pesquisas, nos diversos estados brasileiros. (**FERRANTE**, 2005; **SAUER; PEREIRA**, 2006).

O que queremos dizer é que os assentamentos são espaços sociais imprecisos, tendo em vista outros já existentes, e onde são lançadas as representações sociais, principalmente aquelas que devolvem à terra o sentido de aconchego, de fertilidade de mãe protetora que está sempre pronta a receber quem dela necessite.

Por isso, observamos a permanência, nos assentamentos, de alguns valores como, por exemplo, os referentes à criação da “vaquinha”. O uso do diminutivo visa caracterizar o sustento e não a intenção de ampliação do rebanho, destinado ao corte. Além de que, esse interesse também é influenciado pelas características dos lotes que, na maioria, já estavam preparados com plantio de pasto ou possuíam uma área reduzida. Por isso, as famílias recriam alternativas e estratégias familiares, procurando manter a referência de agricultores, de pessoas que não esperam enriquecer lidando com a terra, mas almejam uma vida mais tranqüila, advinda da perspectiva da “terra que tudo produz, da terra mãe que não vai desamparar seu filho”.

Novamente o sentido da incompletude, o querer transformar a vida, mas o ressurgimento das referências que prendem as famílias aos antigos valores, já bastante modificados, porém, vivos em sua memória. Trata-se da mudança com inconstância, segundo Galvão:

“A essência da vida é o movimento e a mudança. Esse, o sentido dela: o de um processo dinâmico, sem pressa, constante na sua inconstância. Esse sentido impregna as próprias figuras do falar de Riobaldo, quando à vida se refere: “[...] os erros e volteios da vida em sua lerdeza de sarrafaçar. A vida disfarça? Por exemplo”. (GSV, 82) Querer ter alguma certeza no seio do movimento e da mudança é atentar contra a desordem natural das coisas, que é a sua ordem recôndita. Como diz Riobaldo: “No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Não se queira. Viver é muito perigoso [...]”. (ROSA, 1963 apud GALVÃO, 1986, p.82).

Nesse sentido, o assentamento também “resulta de um processo de subjetivação” (GOMES, 1995, p.36), surgido a partir de componentes da memória, da experiência, do projeto familiar, bem como de expressões originadas na luta pela terra, no período de permanência no acampamento e quando as famílias enfrentam a necessidade de mudança de vida: a chegada ao assentamento. Trata-se de um processo constante na sua inconstância, o cotidiano, no qual são lançados todos os sonhos, os desejos, os risos, e, por que não, os sofrimentos, as decepções. Tanto que o cotidiano que se engendra no espaço-tempo dos assentamentos é ao mesmo tempo presença e ausência, é um campo do possível e:

“[...] permite conceber o virtual, isto é, a produção de um espaço diferencial que se opõe ao homogêneo, fragmentado, hierarquizado, e contempla o uso tendo como ponto de partida o vivido como obra que incorpora a utopia. [...] O espaço aparece como um campo de possibilidades concretas, teatro e cenário do imprevisto.” (CARLOS, 1996, p. 134).

Como afirma Carlos (1996), o espaço é um campo também de imprevistos, nele o vivido abarca a utopia, sendo, então, o lugar das possibilidades concretas, onde a vida vai seguindo rumos mais ou menos incertos, onde os projetos familiares vão pouco a pouco se configurando, ou se (re)estruturando, como espiral, na concepção de Sartre (1987), com certo movimento contínuo, mas descontínuo em grande medida, isso porque, os homens e mulheres empreendem todas

as suas forças para que o projeto familiar se concretize, mas não sabem como efetivamente conseguirão desenhá-lo.

Ao refletirmos com Sartre (1987), percebemos que as mulheres e os homens, nos assentamentos, vivem momentos de confrontos constantes entre as escolhas e decisões implícitas nos projetos familiares e as alternativas que lhes apresentam os outros projetos. E nessa busca, o trabalho na terra é de fundamental importância, pois é um dos impulsos para a operacionalização dos planos para o futuro, já que, trata-se de uma atividade consciente que poderá resolver situações que dificultam a reprodução familiar.

Nesse contexto, os sujeitos lançam mão de gestos e papéis internalizados desde a infância, sendo que existem momentos de superação e de conservação dos costumes e valores que estão arraigados na experiência pessoal, na projeção para o futuro, como salienta o autor:

[...] ao mesmo tempo que estes são passado-ultrapassado, eles aparecem, através de toda a operação, como passado-ultrapassante, isto é, como futuro. Nossos papéis são sempre futuros: aparecem a cumprir, ciladas a evitar, poderes a exercer, etc. [...] Se é um papel, é um papel que se inventa, que não se deixa de aprender em circunstâncias sempre novas e que quase só se conhece no momento de morrer. Complexos, estilo de vida e revelação do passado-ultrapassante como futuro a criar fazem uma única e mesma realidade: é o projeto como vida orientada, como afirmação do homem pela ação e é ao mesmo tempo esta bruma de irracionalidade não-localizável, que se reflete do futuro em nossas recordações de infância e de nossa infância em nossas escolhas racionadas de homens maduros." (SARTRE, 1987, p. 159).

Portanto, os gestos e papéis, mesmo recriados, se misturam com a "cultura popular costumeira", entendida a partir da experiência, empregando "o conceito dos antagonismos, ajustes e (às vezes) reconciliações de classe." (THOMPSON, 1998, p. 69). Essa simbiose de cultura, gestos e papéis, que são inseparáveis do projeto, se alterna na experiência de cada família, criando uma "coloração específica", um "estilo" para cada novo projeto que ressurgem no assentamento, "a um nível dado de integração: por este motivo, uma vida desenvolve-se em espirais; ela volta a passar sempre pelos mesmos pontos mas em níveis diferentes de integração e de complexidade." (SARTRE, 1987, p. 158).



Nesse movimento em espirais, a família busca as condições materiais de existência, colorindo o projeto e ultrapassando “o campo das possibilidades instrumentais”, principalmente implementando ações nem sempre aleatórias, mas com uma base de significação que advém de sua experiência. De modo que, a família é a mediação entre os indivíduos que a compõem e a sociedade, tendo a ação como uma experiência em movimento, ou seja, passado e presente se articulando com vistas a um devir.

Do exposto, a permanência nos assentamentos recoloca para as famílias um novo cenário em que os projetos podem ser gestados, estes que não deixaram de existir, mas são reconstruídos buscando elementos na experiência do passado, redefinindo o presente diante das condições concretas de vida impostas pela sociedade capitalista que a cada dia expropria e exclui maior número de pessoas. Além do mais, na reconstrução de seus projetos, as famílias lançam esse conjunto objetivo de representações de um mundo internalizado, assimilado, reinventado, para além da vida presente.

Muitas famílias lançam suas expectativas diante da terra conquistada, “que é de todo mundo”, “foi Deus quem fez” para um futuro melhor, espelhado nas estratégias familiares. São pessoas que desejam estruturar uma vida com liberdade e mais digna nos assentamentos. Vale ressaltar as considerações de Geneci<sup>8</sup>, ao destacar que viver na terra tem um sentido de privacidade, de possibilidade de renda e especialmente significa ter liberdade. Certamente esses sentidos estão impregnados em sua identidade:

“Principalmente a *privacidade*, e a o lugar que dá *emprego* né? Eu acho que, eu não teria morando na cidade, eu vou passear na casa dos vizinhos assim mais pra viver num lugar... [...] fechadinho, fora da minha casa assim, minha cabeça eu acho que pira, eu não consigo viver assim, eu acho que principalmente é isso né? [...] a *liberdade*...” (Moradora do Assentamento Sul Bonito, 2005, grifo nosso).

Nessa nova terra, os entes familiares projetam referências antigas e atuais com a possibilidade de um reenraizamento que poderá reestruturar e alicerçar suas relações e suas memórias, quem sabe esfaceladas diante de tantas andanças, ante um longo período nos acampamentos. Percebemos, aqui, o imbricamento

8. Depoimento coletado durante as pesquisas citadas em nota de rodapé nº 1

do passado, a que nos reporta Thompson, o presente sendo construído e o futuro, como o possível objetivado de Sartre.

Sobre a memória que permite um reenraizamento destas famílias e este imbricamento passado-presente-futuro, vale destacar também Silva (2001), esta autora postula a existência de um “processo de encarnação da memória”, que foi “esfacelada” por situações de ruptura, de violência, quando a tristeza toma conta do ente feminino. Essa “encarnação” ocorre efetivada por uma recuperação de fragmentos das lembranças que vão, pouco a pouco, recompondo o vivido e criando alternativas para o futuro.

Esse processo foi apresentado por várias famílias que, diante de sofrimentos diversos anteriores e durante o acampamento, procuraram criar perspectivas futuras e continuaram a lutar pela terra, incentivadas pela busca de liberdade. São, portanto, os fragmentos das lembranças familiares que permitem o “trabalho de lembrar”. (SILVA, 2001).

A família é o instrumento, “[...] é o próprio produto de certo desenvolvimento das técnicas e, em última análise, das forças produtoras” (SARTRE, 1987, p. 161) nos assentamentos, objetivando a concretização do futuro possível, ou seja, de um novo projeto que possibilitará modificar profundamente “a situação de base por uma tomada de consciência de suas contradições” (SARTRE, 1987, p. 161), bem como das relações sociais contraditórias no novo espaço social.

“No espaço se reencontram a brecha objetiva (sócioeconômica) e a brecha subjetiva (poética), pois aí se inscrevem e, mais ainda, se realizam as diferenças, da menor à extrema. O espaço torna-se o lugar e meio da emergência e realização das diferenças (...). Obra e produto da espécie humana, o espaço sai da sombra como o planeta do eclipse.” (LEFEBVRE, 1975, p. 223 apud CARLOS, 1996, p. 134).

Portanto, nos assentamentos, as brechas vão se configurando em meio às homogeneidades e às diferenças entre as famílias. Estamos a falar de um cotidiano que:

“[...] é ao mesmo tempo abstrato e concreto: institui-se e constitui-se a partir do vivido. Com isso, ele traz o vivido ao pensamento teórico e mostra aí uma certa apropriação do tempo, do espaço, do corpo e da espontaneidade vital. Apropriação está sempre em

vias de expropriação. O cotidiano, ele próprio, é uma mediação entre o econômico e o político [...]” (SEABRA, 1996, p. 76-77).

Precisamos pensar acerca do vivido nos assentamentos rurais, considerando as espontaneidades, as ambigüidades, as contradições, bem como todas as possibilidades e as limitações desse vivido, o que dele está aparente e/ou oculto na representação. Ao construirmos as redes de relações, no interior dos assentamentos, as famílias procuram definir/(re)definir estratégias de permanência na terra, lançando mão de seu saber-fazer e novos saberes, principalmente nas definições das alternativas de produção, passando pelas escolhas entre o trabalho individual e o coletivo, relativos à concepção de terra que trazem de outros tempos.

As famílias vivem momentos de definição produtiva, em meio às indecisões entre as referências anteriores e as novas necessidades, e as mulheres são protagonistas nesse processo. Elas procuram criar mecanismos de discussão e de participação para definirem alternativas de produção com características coletivas e solidárias, imprimindo novas conotações nas relações de trabalho, criando mecanismos para o reconhecimento de seu estatuto de trabalhadora rural<sup>9</sup>. Como exemplos, apontamos os estudos para a implantação de uma organização coletiva e de uma cooperativa nos assentamentos Tamakavi, Boa Sorte, Santa Rosa e Guassu, no município de Itaquiraí (MS).

No Assentamento Tamakavi, por exemplo, presenciamos a organização de atividades em parceria com a prefeitura do município e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Naquele momento, as mulheres (dos assentamentos Tamakavi e Boa Sorte) discutiam a possibilidade de efetivarem pequenos negócios, no caso, atividades de artesanato e a estruturação de outras opções para geração de renda, como uma panificadora e a produção artesanal de farinha.

Essas iniciativas são esforços para propiciarem alternativas de renda às famílias dos assentamentos, efetivando um trabalho coletivo e solidário. Sabemos

9. No mês de abril de 2007, falamos com Dona Apolônia, no Assentamento Lua Branca em Itaquiraí (MS). Ela havia recebido sua primeira aposentadoria como trabalhadora rural e vislumbrava um futuro melhor com essa renda adicional, por outro lado, outra mulher desse mesmo assentamento espera há anos pelo benefício. São marcas da ambigüidade e das dificuldades encontradas por estas famílias ao longo da luta pela permanência na terra.

quão importante se torna o trabalho para a estruturação de subjetividades que definem o campo da produção de sentidos para a vida social.

A subjetividade é compreendida como um processo amplo de construção de sentidos, constituído de modo individual, coletivo, social, cultural e histórico, portanto, se delinea diante de múltiplas experiências constituídas cotidianamente, quando o sujeito se define e cria sentidos para sua própria ação no mundo.

Pressupõe-se que há uma correlação entre ser e estar no mundo, influenciada pelas vivências dos sujeitos e dos grupos sociais. Assim, afirma-se que a subjetividade é um processo complexo de definição de sujeitos, de indivíduos singulares e de suas posições sociais e históricas.

Diante disso, ratifica-se a importância da relação direta com a terra para a configuração da identidade da mulher trabalhadora rural, para que seu trabalho não seja uma atividade complementar, mas fundamental para a reprodução familiar. Dessa forma, ela estaria compondo um núcleo decisório já no interior da família, com possibilidades de ampliação para o espaço público, já que estaria fortalecida e em um processo de empoderamento (DEERE; LEON, 2002), porém, sem negar a existência de conflitos, dificuldades e decepções.

Toda essa imensidão de sentidos e sentimentos envolvendo as famílias reforça as imprecisões da vida cotidiana, em ritmos desencontrados, em alguns casos se redefinindo em novas melodias, mediatizando o vivido<sup>10</sup> e o concebido, havendo entre ambos um espaço, no qual efetiva-se o percebido, sendo este as representações do mundo e o mundo das representações. É quando se instituem as relações, se estruturam os valores, os desejos, as necessidades, as ações, as transformações e/ou as permanências do modo de vida das famílias assentadas, constituindo as concepções de mundo e de terra.

Desta sorte, ao refletir a organização da vida nos assentamentos, é importante considerar o sentido da representação que é a própria apropriação do valor socialmente aceito na delimitação dos valores que organizam e caracterizam os projetos familiares, bem como a aceitação e/ou rejeição dos projetos e valores apresentados pelos mediadores e pelo Estado.

A aceitação e/ou rejeição desses valores se estende aos grupos nos assentamentos, quando a representação assume uma conotação falsa e verdadeira ao mesmo tempo. Falsa porque não consegue atender e corresponder ao que

10. Segundo Seabra (1996, p. 80), o vivido está no "âmbito de imediatidades".

supõe, porque dissimula as finalidades reais dos diferentes projetos socialmente aceitos para um e para outro; e verdadeira por agregar as relações, reforçando os limites e os bloqueios a um tempo futuro. No entanto, as pesquisas podem surpreender outros valores tecidos de representações que abrem espaço para o desvelamento das construções que dominam, de modo a desvendar tais relações, abrindo-se para a exploração do *possível*. (Cf. LEFEBVRE, 1983).

As representações, nesse sentido, estão no interior das práticas sociais, não sendo necessário ou possível delimitar uma rígida separação entre as duas dimensões – falsa e verdadeira –, pois os sujeitos sociais vivem movimentos de justaposição entre ambas. Ou seja, as representações saem da luta abstrata e se incorporam na vida concreta, nas práticas sociais e simbólicas, no vivido de cada homem e mulher.

Essas e outras reflexões transcorrem nas discussões acerca da vida nos assentamentos de reforma agrária. Nesse sentido, a reflexão teórica sobre as representações sociais demonstra que estas estruturam as relações sociais e sustentam as formas de domínio, mas, também, permitem sonhar e imaginar. A relação entre as duas perspectivas possibilita chegar ao possível, a uma construção qualitativa das relações entre homens e mulheres, negando aquelas representações que ocultam/bloqueiam a história e cerceiam a capacidade de resistência à dominação de variadas formas.

Assim, é importante pensar a mudança social sem prevê-la antecipadamente ou partindo dela mesma, mas pensá-la a partir daqueles que fizeram a mudança e carregam um “saber-fazer”, que em determinadas conjunturas conduz à resistência ou à adaptação. E ainda, entender qual a contribuição das mulheres nesse processo, qual seu “saber-fazer” e quais as resistências que são construídas cotidianamente ou são reinventadas a partir de outros momentos históricos ou outros grupos sociais.

Com essas considerações, queremos revelar que, a conquista da terra parece oferecer aos sujeitos sociais – mulheres e homens – a oportunidade de uma vida mais digna, um sonho que povoa a memória individual e a memória coletiva, constituídas por meio das experiências vividas e revividas por várias gerações.

Mesmo que, em tempo recente, estes homens e mulheres não tenham construído modos de vida rural, compartilham da experiência e da nostalgia do paraíso e, ainda, da representação da *Terra Mater*, que “mostra-se como mãe e nutridora universal”, compondo um cosmos em que se “manifestam a ordem,

a harmonia, a permanência, a fecundidade” (ELIADE, 1996, p.100). E mais, a *Terra Mater* carrega, em si mesma, um relacionamento místico com a fecundidade da mulher, “a sacralidade da mulher depende da santidade da terra. [...] A fecundidade feminina tem um modelo cósmico: o da *Terra Mater*, da mãe universal.” (ELIADE, 1996, p.121).<sup>11</sup>

No depoimento de uma senhora assentada, é possível verificar o significado que a terra possui para ela – a fertilidade, que é sempre um consolo ao sofrimento do dia-a-dia na cidade:

“Eu acho que a maneira da pessoa realizar um sonho, se não tem estudo, morar na cidade e não tem estudo... a única maneira que ele tem é de vim pro sem-terra... porque a terra é a mãe... tudo que você colocar na terra ela produz... é um feijão ou arroz, batata, milho e tem pessoas que estão na cidade grande passando fome. Porque não vem pra luta, porque não tenta um pedacinho de terra? Pode vim com sua família, filhos.” (Lourdes, Assentamento Sul Bonito, 2000).<sup>12</sup>

A terra é como mãe que dá a vida e por ela é responsável, nutrindo seus filhos de alimento e alento. Essa representação é percebida em diversos depoimentos colhidos em pesquisas. Vejamos o que disse um homem: “A terra é a mãe, né... vender a terra é vender a mãe da gente... e isso não é correto. Primeiro que suja a imagem do Movimento... da própria reforma agrária”. (Pajé, morador do Assentamento São Manoel, 1996).<sup>13</sup>

Sendo assim, a terra, aos olhos das famílias, é o aconchego, o porto seguro, banhado pela fecundidade da terra e da mãe, ambas nutridoras de sonhos e acalentos que povoam o imaginário e desejos de homens e mulheres que buscam um lugar para reescreverem sua história. Esse sentimento também é reforçado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)<sup>14</sup>: “[...] A terra é mãe

11. Podemos citar também: “Terra-mãe como definidora da identidade dos trabalhadores assentados”. Reflexões de D’Aquino, 1997.

12. Depoimento coletado durante desenvolvimento de pesquisa de doutorado, por mim realizada neste assentamento.

13. Depoimento coletado durante projeto de extensão realizado neste assentamento nos anos de 1996 e 1997.

14. Música: Não somos covardes, de José Pinto, do CD do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): Arte em Movimento.

do lavrador, é quem lavra este chão, pois ela sendo repartida aumenta esse pão. O pão que encherá a mesa do trabalhador por isso é bem justa esta luta contra o opressor [...]”.

A terra é também a comodidade definitiva, a certeza de descanso na vida e na morte, como destaca Terezinha:

“[...] meus netos tão crescendo aqui e eu tenho esperança que eu só vou sair daqui, desse pedacinho de terra o dia que eu sair pro cemitério, o dia que eu for plantada [risos] porque por enquanto eu estou plantando e um dia eu vou ser plantada... então... é a esperança que eu tenho... é que eu vou continuar aqui...” (Moradora do Assentamento Sul Bonito, 2005).

Maria de Lourdes<sup>15</sup> também fala neste “fim”, a morte, que poderia chegar já que alcançou seu objetivo, conquistou à terra e nela fincou suas raízes: “Faço... de novo... faço tudo de novo... E até chegar a hora... [referindo se à morte] eu estou contente também.” (Moradora do Assentamento Guassu, 2007).

Estamos a dizer que determinadas representações construídas no cotidiano dos assentamentos, principalmente essa que devolve às famílias a crença em dias melhores, pois “em se plantando, tudo dá”, fortalece a concepção de terra para viver, para produzir e para criar os filhos, uma vida que poderia chegar ao seu fim, pois a felicidade foi alcançada. Tais representações desbloqueiam o tempo linear definido pelas regras mercadológicas e permitem o afloramento de alternativas à imposição de projetos que significam uma submissão das pessoas à obrigatoriedade de uma produção agropecuária quantitativa, que corresponda aos objetivos do agronegócio, como sendo a única alternativa de desenvolvimento.

As representações da *Terra Mater* permitem abrir frestas mais amplas, que se estendem por todo o vivido, criam mecanismos de resistência e de criatividade para estas pessoas, contribuem para a valorização dos seus próprios conhecimentos, de seu saber-fazer, de sua cultura, de seu modo de vida e fortalecem uma experiência produzida fora do mercado e dos organismos do Estado.

Essas experiências são observadas na trajetória de pesquisa, especialmente entre as mulheres que estruturam experiências de produção coletivas, discutidas

15. Depoimento coletado durante as pesquisas citadas em nota de rodapé nº 1.

nos grupos, incentivadas pela necessidade de aumentar a renda familiar, mas também, buscam autonomia e emancipação femininas.

Porém, todos esses sonhos e representações de terra de fartura e de aconchego não estão livres de conflitos, de opressão e ambigüidades, próprias da fragmentação do cotidiano, passível de limitações, mas aberto ao possível. Por isso, “viver é perigoso”. (ROSA, 1963).

É como diz a música, “a gente vai levando... a gente vai levando”<sup>16</sup> a vida e “esperando chegar setembro e a boa nova entrar nos campos”<sup>17</sup>. Uma vida carregada de algumas representações que bloqueiam o vivido em limitações, fragmentações e conflitos do cotidiano, mas também, de outras que abrem os sentidos e as práticas às mudanças qualitativas nas relações sociais no interior dos assentamentos.

Deixemos que as palavras de Terezinha concluam nossas reflexões,

“Ah menina... eu acho que *a minha vida é maravilhosa aqui...* eu acho que eu fiquei até mais nova viu [risos]. Deus me livre... a vida que eu tinha antes era uma vida muito sofrida e depois que eu cheguei aqui... aqui a gente começou a viver... a gente vive mais sossegado, mais tranqüilo, a minha vida melhorou 100%.” (Moradora do Assentamento Sul Bonito, 2005, grifo nosso). \*

## Referências bibliográficas

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Mundialização do Espaço. In: MARTINS, José de Souza. (Org.) *Henri Lefebvre e O retorno à Dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- D´AQUINO, Teresinha. *A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento rural das Terras de Promissão-SP*. *Revista Cadernos CERU*. Série 2, n. 8. São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP, 1997.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

16. Trecho da música *Vai Levando*, de Caetano Veloso.

17. Trecho da música *Sol de Primavera*, de Beto Guedes e Ronaldo Bastos.



- \_\_\_\_\_. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FARIAS**, Marisa de Fátima Lomba de. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da Travessia na Luta pela Terra*. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2002.
- FERRANTE**, Vera Lúcia Botta. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas. In: **MEDEIROS**, Leonilde Servolo. et. al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EdUNESP, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Assentamentos rurais e agricultura regional: contrapontos e ambigüidades*. In: XIV Congresso Mundial de Sociologia. 1998, Montreal, Canadá. (Mimeografado).
- \_\_\_\_\_. Introdução. In.: **FERRANTE**; Vera Lucia Botta; **ALY JÚNIOR**, Oswaldo. (Org.). *Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de São Paulo. São Paulo, 2005.
- FERRANTE**; Vera Lucia Botta; **ALY JÚNIOR**, Oswaldo. (Org.). *Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de São Paulo. São Paulo, 2005.
- GALVÃO**, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Guimarães Rosa*. São Paulo: Publifolha, 2000. (Folha explica)
- GARCIA**, Regina Leite. Tentando compreender a complexidade do cotidiano. In: (org.) *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.
- GOMES**, Iria Zanoni. *A recriação da vida como obra de arte: no assentamento, a desconstrução/reconstrução da subjetividade*. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- LEFEBVRE**, Henri. *La presencia y la ausencia: contribucion a la teoria de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Nietzsche*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- LEITE**, Sérgio; **HEREDIA**, Beatriz, **MEDEIROS**, Leonilde. et al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

- LUTFI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As Representações e o Possível. In: In: MARTINS, José de Souza. (Org.) *Henri Lefebvre e O retorno à Dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.
- \_\_\_\_\_. LEITE, Sérgio. (Org.) *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.
- MÉSZÁROS, István. *A obra de Sartre: busca da liberdade*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói, RJ: Eduff, 1997.
- PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. Cotidiano: história(s), memória e narrativa. Uma experiência de formação continuada de professoras alfabetizadoras. In: GARCIA, Regina Leite. (org.) *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.
- ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. MEDEIROS, Leonilde et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.
- ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio Editora, 1963.
- SARTRE, Jean-Paul. *Sartre no Brasil: conferência de Araraquara; filosofia marxista e ideologia existencialista (1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1986. (Pensamento Crítico, v. 65).
- \_\_\_\_\_. *O existencialismo é um Humanismo; A imaginação; Questão de método*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores).
- SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes. (Orgs.) *Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A Insurreição do Uso. In: MARTINS, José de Souza. (org.) *Henri Lefebvre e O retorno à Dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOUZA, Maria Izabel Porto de. *Fronteiras do cotidiano*. In: GARCIA, Regina Leite. (org.) *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In.: MEDEIROS, Leonilde Servolo. *et. al. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

**PARTE III**

Mediadores e representação  
nos assentamentos rurais:  
o difícil diálogo

# O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural<sup>1</sup>

*Delma Pessanha Neves<sup>2</sup>*

Venho, por longo processo de pesquisa, pondo em destaque alguns dos sistemas de pensamento e ação subjacentes à formação e ao reconhecimento do assentado como ator econômico e político. Enfim, analisando a configuração de percepções e práticas inerentes ao processo de assentamento rural. Em grande parte dependente dos meios postos em prática pelos demais agentes em presença, seja os que cooperam na sustentação dos objetivos da reforma agrária, seja os que atuam na contraposição ou na intencionalidade do refluxo da consolidação do assentado, este ator, todavia, só pode ser conhecido por esta própria tensa construção, em si mesma portadora de dilemas frente à impositiva gestão de alternativas, mas muito mais de constrangimentos. É por esse jogo, reconhecido por ele, e seus mediadores e pesquisadores na temática como um dos dilemas básicos à construção socioeconômica da categoria social, que se pode acompanhar os modos de objetivação dos programas de assentamento rural. Por isso, neste artigo, privilegio analiticamente os meios postos em prática para a exigida emergência da representação política entre os assentados, inclusive pelos efeitos da concorrência entre diversos mediadores que, diante de tal visibilidade, investem no controle das alternativas de construção de redes de intercâmbio, nos fluxos inerentes aos circuitos de mercado de produtos, bem como sobre os deslocamentos de posições sociais que tal integração provoca. Considero a constituição de campos de disputas, mas a

1. Os dados da pesquisa aqui considerados foram obtidos no quadro do levantamento sobre condições de comercialização pelas associações afiliadas ao Pavilhão 30 da Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (Ceasa-RJ), sob patrocínio do Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (Idaco), entre junho de 1999 e maio de 2000.
2. Antropóloga, professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisadora do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

partir de unidades sociais onde os projetos coletivos são comumente gestados e rearticulados pelos assentados, posto que neste jogo, eles (os projetos) se apresentam como fundamentais para a contextura de definição de regras, de reconhecimento de interesses definidos como coletivos, de estratégias correspondentes, de estilos de comportamento, todos recursos refenciadores da mobilização política e da constituição do grupo. Centro, então, a análise no estudo das associações, unidades sociais a partir das quais os assentados tendem ou são levados a se conceber (comumente pela imposição da condição de afiliado) como atores dotados não só de interesses a serem representados por porta-vozes institucionais, bem como da condição de interlocutores na gestão do processo de assentamento.

A mudança de posição – baseada na posse-propriedade da terra, da casa, dos instrumentos de trabalho, no acesso à carta de crédito, na construção de relações mercantis para a compra de bens de produção e para a circulação das mercadorias por eles produzidas – insere os assentados num mundo onde o documento, a contabilidade e a escrita se fazem necessárias. A vinculação a mundos sociais mais amplos exige que eles ultrapassem a cultura oral e paroquial e assumam modos formalizados de existência individual e social. A relação com a burocracia do Estado impõe então outras formas de saber e de representação de si mesmos. Para participarem desse processo, os trabalhadores em assentamento são muitas vezes dependentes de mediadores políticos voltados para o investimento na elaboração de um ideário sobre a própria organização política, todavia segundo a crença hegemônica e unívoca no corporativismo ou fundada na constituição de uma associação de produtores.

Entretentes, a organização social a partir da associação corresponde aos objetivos políticos dos técnicos das instituições intermediárias, nos casos aqui em apreço, especialmente a Emater-Rio (empresa estadual de assistência técnica e extensão rural), embora acima de tudo eles estejam voltados para a viabilidade do processo produtivo. Os extensionistas sociais desenvolvem então um proselitismo sobre a importância política da organização associativista. Em entrevistas, reuniões, assembléias ou visitas domiciliares estimulam a reflexão, ou melhor, a adesão ao lema das vantagens comparativas do associativismo em contraposição ao individualismo. Instigam o depoimento dos assentados, homens e mulheres, e comprometem-nos publicamente com a idéia que impõem à reflexão. As necessidades apresentadas e as conquistas obtidas são assim incorporadas como

temas pertinentes aos modos de construção da concepção sobre si mesmos e do grupo que devem representar.

A proposta de formação de uma associação, por ser geralmente estranha à prática política dos trabalhadores que almejam a condição de assentados, suscita a reflexão coletiva sob diversos planos. Fazendo aparecer a consciência de sua razão de ser, é preciso, contudo, que os assentados lidem com a alternativa de se atribuir uma representação política e um projeto coletivo. Incute-se a necessidade que eles assumam o desejo de construção de um futuro próprio e relativamente comum. Impõe-se assim a superação de pulsões das imagens contemplativas, de organização do processo de assentamento como algo acabado e amplamente regulado por agentes estatais, que dessa condição concedem a propriedade da terra e o direito de usá-la para o cultivo; impõe-se ainda a internalização do dever participativo ou da responsabilidade na construção de possibilidades de objetivação do assentamento. Mais que tudo, nesse processo, os assentados são levados a aprender a lidar com a concorrência de representações diversas sobre este futuro esperado e desejado.

A organização política sob a modalidade associativista, praticamente, visa não só à constituição da representação delegada, mas também, como parte desse próprio processo, dotar o assentado de condições de concorrência para fazer circular no mercado pequenas quantidades de produtos. Por isso, para entender as formas de integração política e econômica dos assentados como agentes econômicos, destaco a compreensão das condições de existência deste produtor a partir das relações que subjazem à produção social. Demonstro assim os resultados plausíveis e mais objetivos do processo de assentamento. Eles podem ser expressos na produção agrícola levada aos diversos circuitos de mercado. Complementarmente, no reconhecimento deste ator como parceiro no jogo de disputa e de troca que consubstancia, na situação por mim privilegiada, os diversos agentes afiliados a variados circuitos de mercado.

A valorização da ideologia associativista tende a moralizar as igualdades de condição social ou conceber formalmente a iguadade de direitos, ambas ainda baseadas numa suposta igualdade de chances. Como a integração, no plano dos modos de constituição de cada assentado, ocorre diferenciadamente, a análise não pode deixar de compreender este modo de produção de adesão. Por essa razão, também deve incidir sobre as maneiras diversificadas pelas quais os assentados objetivam a produção social e se inserem nos circuitos de trocas

econômicas e políticas. Estas alternativas diversas de integração pressupõem a construção diferenciada de representações sobre si mesmos, de cálculos econômicos, de estratégias políticas e, portanto, de posições sociais. Esta diversidade é também expressiva das circunstâncias heterogêneas em que ocorre o processo de assentamento e das elaborações específicas sobre o senso de limite e de possibilidades que cada assentado, individualmente ou por meio do seu grupo de residência, incorpora.

A análise sobre a prática de comercialização de agricultores que controlam menor volume de meios produtivos tem sido comumente orientada pelo estudo das unidades de produção; ou sobre os produtos definidos como mercadoria, atribuindo, sob racionalidade externa, um papel complementar aos bens voltados para autoconsumo. Esta perspectiva morfológica de compreensão da prática social impõe o entendimento da relação entre a unidade de produção e o mercado como domínios que se interligam a partir das estratégias de resistência à subordinação pelo produtor. Construindo o olhar analítico sobre a unidade familiar encapsulada pelo mercado, a tendência é submergir a especificidade das relações das unidades produtivas à adequação a regras abstratas ou contrapô-las à dinâmica das estratégias familiares. Enfatizando o peso das relações familiares e de parentesco, alguns autores tendem a trazer à tona a especificidade das relações sociais que aí estão em jogo, ao mesmo tempo em que aderem à tendência a pensar a vida social pela segmentação em redes, em povoados ou sob a metáfora dos domínios. Ademais, tendem a superdimensionar aquelas relações como matriz única ou privilegiada de valores e referências para a organização da produção e da relação com o mercado<sup>3</sup>. E, concomitantemente, tendem a desqualificar as outras motivações dos produtores na luta pelo acesso

3. Tanto é assim que, na literatura que se volta para o estudo das unidades de produção nas relações subjacentes à atividade agrícola, a tendência consagrada é segmentá-la em produção capitalista e produção familiar, como se essa contraposição por si só pudesse dar conta das múltiplas especificidades.

A caracterização *unidade familiar de produção* pauta-se num sistema classificatório construído a partir de adjetivações dicotomizadas cujo termo contraposto é a unidade capitalista de produção agrícola ou a empresa. Submissas a uma perspectiva de raciocínio dualista, tipológico e ordenador (homogeneizador) da heterogeneidade, as valorizações das características de cada unidade fundamentam-se na descontinuidade e na polaridade. A contraposição por vezes é tão acentuada que o conhecimento de um tipo pressupõe a caricaturação do outro ou o seu desconhecimento como forma específica de organização da produção.



a determinados recursos e serviços<sup>4</sup>. Os produtores agrícolas, em decorrência, são concebidos como agentes econômicos no sentido restrito ou como meros perseguidores da egoística sobrevivência física e social<sup>5</sup>. São pensados pela integração a redes sociais por onde circulam apenas as mercadorias necessárias à reposição do processo produtivo e apartados do consumo improdutivo – de bens que qualificam simbolicamente a posição ocupada e a visão de mundo; ou que expressam os investimentos na representação do prestígio social e nas motivações para se integrar à luta pela sua constituição como assentado. Assim sendo, tais unidades de produção são entendidas pelas supostas determinações internas, pelas características e necessidades próprias, mas são subtraídas da interdependência com outros princípios de ordenação social.

Se a análise que considera a unidade produtiva e o mercado como domínios descontínuos valoriza a especificidade das relações que aí estão em jogo, insistentemente tem incidido sobre o mesmo problema metodológico: a exclusiva pressuposição de que as relações objetivas por si sós estruturam as práticas individuais. Contudo, a negação simplificada desta perspectiva tem conduzido ao ponto de vista oposto, por isso mesmo também reducionista: a suposição de que o agente social responde pela estruturação das relações sociais e, assim, que sua capacidade de se associar é condição básica, e por vezes até única, de superação de barreiras e contraposições (inclusive das pertinentes à luta de classes que a bandeira da reforma agrária exprime).

Os problemas metodológicos decorrentes dessa divisão entre agricultura capitalista e familiar tem sido por mim analisados em outros textos. Ver Neves, 1993, 1995, 1997.

4. E essa secundarização não é inocente porque seu entendimento implicaria o estudo a partir do jogo de forças, da luta de classes, das modalidades de concorrência pelo controle da parte da renda ou do lucro que comumente é apropriado por outros setores ou segmentos da sociedade. Quando as relações de mercado aparecem no estudo das unidades familiares de produção estão limitadas a alguns tipos de circuito, à relação desigual de troca que leva o produtor agrícola a vender mercadorias por baixos preços e a adquirir produtos de alto valor, acentuando a transferência de parte da produção excedente e do rendimento. Ressaltam-se a subordinação, a intermediação e as estratégias adotadas para minimizar os efeitos dessas imposições. Outras vezes destaca-se a vinculação ao mercado de trabalho, mas olhada do ponto de vista da necessidade de venda de força de trabalho pelo produtor para completar os recursos financeiros necessários à reprodução do processo produtivo ou da família.
5. Sobre essa perspectiva de análise, ver também **LOVISOLO**, 1989, **MUSUMECI**, 1988 e Paulilo, 1990.

No caso aqui considerado, como o produtor se encontra em processo de constituição nesta posição (e esta será a proposição mais geral que orientará a análise), a unidade de estudo estará recaindo sobre as relações que, para tanto, os agentes sociais envolvidos construíram e constroem. Esta participação está sendo compreendida como produto específico das posições ocupadas nesta concorrência por recursos politicamente instituídos como raros, situação a partir da qual os assentados integram redimensionadamente as experiências e as visões de mundo que lhes definiam socialmente. Esta perspectiva será então mantida para compreender a inserção no processo produtivo e no mercado de bens, serviços e mercadorias, bem como as descontinuidades na participação na vida formalmente associativa. Assim procedendo metodologicamente, pretendo aproveitar a especificidade dos casos considerados para contribuir para o entendimento menos reificado das relações de produção; das articulações recíprocas entre unidades de produção e mercado; e das negociações entabuladas para correlacionar modos próprios de organização política com aqueles apoiados em regras e critérios formais.

Na constituição do assentado, a relação do produtor com o mercado torna-se mais dramática. A inserção no programa de assentamento pressupõe um certo saber sobre o processo de trabalho na agricultura, mas aceita e até deve aceitar o desconhecimento sobre a comercialização, domínio de regras e de socialização próprias, por isso mesmo aprendido no processo em que o produtor mercantil assim se conforma. A precariedade de recursos materiais e financeiros recorrente em processos de assentamento aí produz então efeitos mais agudos e riscos de inviabilidade. A subordinação aos intermediários da circulação de mercadorias se torna mais grave porque é um mal necessário à constituição e reprodução do grupo de produtores. Novas alianças e redes sociais, quando construídas ou reproduzidas, devem ser continuamente administradas, condição que tende a deslocar a posição dos mediadores das instituições estatais, impotentes diante de outras regras de concorrência e comumente referenciados a formas de comercialização cuja lógica se ampara numa racionalidade empresarial: aumento da produção, da produtividade e do lucro. Por isso mesmo, é a inserção nas redes de comercialização que assegura certa autonomia relativa frente aos representantes das instituições tutelares, possibilitando aos assentados algumas alternativas de escolha e de projeção do futuro, mesmo que criando outras dependências. Além disso, opera na demonstração da legitimidade e do consentimento das formas

de intervenção técnicas, motivo pelo qual neste momento melhor se expressam as decepções recíprocas.

No estado do Rio de Janeiro, no ano de 1997, quando os dados do censo da reforma agrária no Brasil foram divulgados e, portanto, uma avaliação imediatamente anterior ao período do trabalho de campo, estavam em curso 54 projetos de assentamentos de trabalhadores rurais, derivados de ações dos governos federal e estadual. Desse total, 28 núcleos estavam sob a administração do governo estadual, a cargo, naquele momento, do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj); e os 26 projetos restantes referiam-se aos processos gerenciados pelo Governo Federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em especial pela Superintendência Regional do Estado. Os assentamentos patrocinados pelo governo do estado abarcavam 2.730 famílias instaladas em 36.081,69 hectares, perfazendo uma área média por família de 13,11 ha. E os assentamentos pertencentes ao Incra, incorporavam 3.250 famílias, ocupando 39.219,71 hectares, redundando numa área média por família de 12,07 hectares (cf **MEDEIROS e LEITE** (Orgs.), 1997: 1)<sup>6</sup>.

Sob quaisquer das formas de tutela institucional, o processo naquele contexto apresentava-se inacabado e afigurava-se longo, se avaliado a partir do ponto de vista das proposições que definem o programa de reforma agrária. Os recursos, quando eram transferidos, não respeitavam à dinâmica do processo de elaboração de projetos individuais e coletivos, mas refletiam os desencontros derivados da atribuição da secundária importância política do processo e dos órgãos do Estado dele responsáveis. E se os desencontros eram a tônica nos modos de institucionalização do processo pelo Incra, estes eram praticamente inexistentes para os vinculados ao Iterj.

A pesquisa-levantamento que referenciou a obtenção de informações aqui analisadas, teve por objetivos: 1) levantar fatores das mais diversas ordens que interferiam negativamente no desenvolvimento da comercialização pelos agricultores; 2) compreender as expectativas e as formas de concepção de soluções no tocante à comercialização dos produtos por parte dos agricultores assentados que se encontravam associados, bem como de seus representantes políticos institucionais.

6. Ver **SCHMIDT et al.** 1998.

Em torno de cada associação, o trabalho de campo se desdobrou nas seguintes estratégias de levantamento de dados:

- » Análise das formas de organização das associações, considerando os fatores intervenientes no padrão de afiliação e de relação entre representantes e representados, segundo o ponto de vista dos dirigentes passados e presentes.
- » Análise da perspectiva dos produtores associados, de modo a entender as diversas formas de organização da produção e da comercialização, a visão construída sobre a associação, as formas de participação, as críticas e as sugestões.
- » Levantamento das modalidades de comercialização e avaliação comparativa das alternativas oferecidas no Pavilhão 30 da Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa-RJ), sediada no município do Rio de Janeiro – ou em circuitos de mercado local ou regional (cf. **PROJETO** de **PESQUISA**, 1999).

Foram entrevistados, mediante questionário e levantamento de dados qualitativos, o maior número possível de associados, jamais, pela exiguidade do tempo, ultrapassando 10 deles em cada assentamento. Eles foram escolhidos, após construção de uma visão preliminar das relações sociais vigentes em cada agrupamento, de modo a considerar a diferenciação social entre os produtores. Essa diferenciação social contemplou as condições de produção e renda, as formas e os modelos de comercialização, as diversas e contraditórias formas de participação política, as modalidades de uso da força de trabalho, entre os princípios mais expressivos. Pelos objetivos da pesquisa-levantamento de dados qualitativos, importava muito mais a diferenciação socioeconômica e política entre eles, bem como a diversidade de avaliação das alternativas contempladas para reprodução social.

O trabalho de campo foi realizado em três etapas, conforme a distribuição territorial das associações, entre os meses de setembro e outubro de 1999. Neste texto, levo em conta os dados sistematizados a partir de entrevistas com dirigentes de associações e associados, em processo de assentamento, leitura de atas de reuniões e assembléias arquivadas nas associações e observação direta junto a vendedores em praças de mercado.

### **O associativismo: crença autoglorificada e descontextualizável**

Diante das mudanças nas formas de afiliação produzidas pelos efeitos de orientações de conduta mais individualista, na sociedade ocidental o associativismo tem insistentemente, sob diversos contextos políticos, apresentado-se como

solução para muitos males.<sup>7</sup> No bojo do processo de redemocratização da sociedade brasileira, expressivo de diversos modos de encaminhamento de um conjunto de reivindicações advindas principalmente de segmentos populares, sobressai-se a luta pelo acesso à terra e por modos de organização de interesses coletivos, constitutivos dos agentes políticos então emergidos. Para dar corpo ao encaminhamento dessas duas demandas sociais, um dos modelos institucionais encontrados foi o associativismo. Ele foi reconhecido como a forma mais legítima de comunicação delegada e de intervenção nos modos de constituição do Estado de direito. Assim, durante a década de 1980, diversos assentamentos rurais e associações de produtores agrícolas (assentados ou não) foram se constituindo. Aos associados, foram atribuídas múltiplas funções de gestão do processo de assentamento. E dentre estas se destaca a intermediação no processo de comercialização, nó górdio do processo de circulação social da produção, porque momento no qual o produtor, dadas as relações de força que aí imperam, submete-se a um conjunto de mecanismos de transferência de valor excedente, por vezes tão brutal que inviabiliza a atividade agrícola e, não muito raro, impõe a proletarianização, o assalariamento e um empobrecimento incompatível com a manutenção da atividade com fins econômicos imediatos.

A partir de então, a constituição do associativismo como forma institucionalizada de organização de interesses coletivos não cessou de se expandir, sendo mesmo imposta como condição de diálogo e negociação dos produtores agrícolas com os representantes de órgãos do Estado, mormente os encarregados de colocação em prática de políticas de governo e programas públicos.

Alguns recursos e modos de constituição dos assentados foram assim consolidados. Entretanto, sob o império de princípios liberais referenciadores da hegemônica organização social e econômica, especialmente no que tange às relações de mercado, eles próprios valorizados pelo decantado pressuposto da construção do empreendedor individual e concorrencial, isso é, de certa forma, constitutivos da posição do produtor mercantil, os interesses coletivos tendem a ser secundarizados. O fluxo desta forma de encaminhamento de demandas propendia então a perder sua tão proclamada eficácia. Agregando, mediante o associativismo, as produções individuais para enfrentar concorrência, todos

7. Sobre essas mesmas questões, ver **NEVES** (2005).

produtores terminavam por acumular problemas coletivos e tentavam se salvar descobrindo aqui e ali saídas individuais e complementares.

Se os efeitos desses processos têm sido reconhecidos por radicalizados diagnósticos (o associativismo está em crise), eles, no entanto, são imputados ao egoísmo e ao individualismo dos assentados. Por contraponto, os produtores, todavia, reafirmam: a agricultura praticada em pequena escala e sustentada no trabalho familiar, frente a este mercado tão concorrencial, está em crise, sobretudo se condenada à especialização ou se o agricultor não criar modos de diferenciação das condições de inserção no mercado. As estratégias por eles adotadas no sentido de racionalizar custos não conseguem corresponder aos preços praticados no mercado. Continuar a produzir se apresenta, por vezes, como ato de irracionalidade, especialmente se o processo produtivo exige altos custos de capital, de força de trabalho e de deslocamento das mercadorias. Como os princípios norteadores do liberalismo não se realizam para a maioria dos produtores aqui considerados, a mágica e unívoca solução associativista ou cooperativista tem sido cada vez mais reafirmada, mas muitas vezes para se contrapor aos atos individuais daqueles e poucas vezes às imposições de lógicas mercantis estranhas a essa forma de organização produtiva. Entrementes, alguns produtores insistem em considerar a valorização de medidas marginais e locais, mais compatíveis ao seu controle, e a pulverização de atividades diversificadas, nem sempre assegurando aumento do rendimento segundo a lógica produtivista imperante na economia. Por isso, longe de expandirem a agricultura especializada, geralmente mais compatível com a orientação associativista e cooperativista, porque em tese consagrada como recurso para assegurar a minimização de custos entre os pequenos produtores, eles optam, cada vez mais, por uma diversificação agrícola. Por ela procuram administrar o encaminhamento de pequenas parcelas de produto aos mercados locais, de modo a vir a atender outro objetivo fundamental: preservar a apropriação do patrimônio familiar (terra, residência e estilo de vida) e cultural, ampliando sua rede de relações e de reconhecimento social.

Para a elaboração deste artigo, considero sete associações e respectivos assentamentos, situados no Estado do Rio de Janeiro, conforme discriminação a seguir.

Caracterização dos assentamentos e respectivas associações:

Município	Assentamento	Órgão resp.	Nº famílias	Área (ha)
Trajano de Moraes	Santo Inácio	Incra	51	705
Teresópolis	Santa Rita/Alpina	Incra	94	1.108
Mangaratiba	Serra do Piloto	Iterj*	60	**
Cachoeira de Macacu	S.J. Boa Morte	Incra	428	3.903
Conceição de Macabu	São Domingos	Seaf	130	1.287
Seropédica	Moura Costa	Incra	52	271
	Casas Altas	Incra	71	586

Fonte: MDA/Incra – SD: Tipos de projetos criados e número de famílias assentadas em reforma agrária, 10/02/2006.

\* Atualmente Seaf.

\*\* Sem informação naquele contexto.

1. Associação de Pequenos Produtores Rurais de Caixa d'Água e Barro Alto – Cooperativa Agropecuária, Industrial e Comercial de Barro Alto e Caixa d'Água – Assentamento Santo Inácio – Trajano de Moraes.
2. Associação dos Produtores Rurais de Santa Rita (APPRSR) – Assentamento Alpina – Teresópolis.
3. Associação dos Trabalhadores Rurais da Serra do Piloto – Assentamento Rubião – Mangaratiba.
4. Cooperativa Agropecuária Nova Esperança de São José da Boa Morte – Assentamento São José da Boa Morte – Cachoeiras de Macacu.
5. Associação de Produtores Agrícolas de São Domingos – Cooperativa de Produtores Agrícolas de São Domingos Ltda – Assentamento São Domingos – Conceição de Macabu.
6. Associação dos Microprodutores Rurais Assentados pelo Incra – Assentamento Moura Costa – Seropédica.
7. Associação de Pequenos Produtores do Mutirão Eldorado, Assentamento Casas Altas – Seropédica.

## **Caracterização das associações pesquisadas<sup>8</sup>**

### ***1 – Associação de Pequenos Produtores Rurais de Caixa d'Água e Barro Alto – Cooperativa Agropecuária, Industrial e Comercial de Barro Alto e Caixa d'água – Trajano de Moraes***

A Associação dos Pequenos Produtores de Barro Alto e Caixa d'Água, do Projeto de Assentamento Santo Inácio, foi fundada em 13 de junho de 1988. Em 6 de abril de 1996, foi substituída pela Cooperativa Agropecuária, Industrial e Comercial de Barro Alto e Caixa d'Água, composta por 46 sócios, inscritos por cota individual de capitalização de R\$50,00.

Para atender à comercialização proposta pelos assentados, contava com os seguintes equipamentos: escritório (móveis: estante, mesas, cadeiras, computador, máquina de calcular e telefone), caminhão Mercedes-Benz 23/18 completo, trator 275 com carreta, arado e grade, dois galpões com 200 m<sup>2</sup> cada, uma agroindústria de beneficiamento da banana (constando de uma estufa ou sala de climatização), um pátio para complementar o processo de amadurecimento das bananas, uma sala para preparação das bananas e desidratador ou forno para secar banana, depósito para embalagem e empacotamento. Por ocasião do trabalho de campo, dotava-se de capacidade para beneficiar outros produtos como abacaxi, tomate, caqui, mas era utilizada apenas para banana. A casca desse produto pode ser utilizada para fabricação de farinhas e geléias, mas, até aquele momento, não havia planos para incorporar o aproveitamento deste subproduto.

O patrimônio foi constituído com o crédito do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procer), mas também por fundo comum, advindo de lucros obtidos em festas comunitárias (utilizado para reforma do galpão, compra de portas e janelas, compra de trator e tobata, construção de casa de farinha).

#### *a) A comercialização da banana sob contrato*

No que tange à comercialização, a diretoria da cooperativa constituía contrato de compra de banana e orientava os cooperados quanto ao padrão de qualidade da produção, de modo a facilitar a concorrência no circuito do mercado.



Em face da constituição de um grande patrimônio material, não plenamente utilizado pelos assentados, a diretoria da cooperativa desenvolvia inúmeras atividades para outros demandantes, de modo a assegurar e preservar os bens e a instituição comun.

Ao se especializar no beneficiamento de banana – banana-passa, com refugos e balas – a diretoria abandonou a atuação como agente intermediário da comercialização de hortigranjeiros, de banana *in natura* na Ceasa-RJ e as relações então estabelecidas com a administração do Pavilhão 30 (construído com apoio do Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (Idaco) e da União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30 (Unacoop) da Ceasa-RJ, para agregar produtores que se valem do trabalho familiar), embora ainda possuísse a pedra (espaço exclusivo para exposição de mercadorias).

Essa opção tomada por alguns dos cooperados não foi bem acatada por outros deles. Alegavam estes críticos que, por vezes, a diretoria secundarizava os interesses dos associados. Respaldados nessa avaliação, eles preferiam se integrar a circuitos constituídos por concorrentes vendedores, advogando que estes ofereciam melhores condições de atendimento, inclusive assiduidade na prestação do serviço. Outros, além disso, mantiveram o contrato informal de venda com os antigos atravessadores, com os quais mantinham contrato desde a condição de parceiros na fazenda que fora expropriada para fins de reforma agrária, e que comercializavam no Pavilhão 21 da Ceasa-RJ (destinado a produtor familiar não associado que comercializa diretamente produtos agrícolas sob sua produção).

Por esses motivos, a diretoria da cooperativa não pode operar contando apenas com os cooperados. Integrava, em concorrência com o papel dos atravessadores, a disputa pela produção de agricultores localizados fora do assentamento.

O beneficiamento da banana se torna viável nos meses correspondentes ao inverno, quando aumenta o consumo. Nos meses correspondentes ao verão, é praticamente interrompido (as fábricas suspendem as atividades entre o período de Natal e Carnaval). Essa sazonalidade tem consequências quanto à racionalidade de usos dos equipamentos e da formação da renda, porque, mesmo beneficiados, os produtos não podem ser estocados após 180 dias. Por isso, muitas vezes a diretoria da cooperativa devia contar com redes de trocas com as fábricas com as quais estabelecia a concorrência.

Da mesma forma, para assegurar a reprodução institucional, a diretoria da cooperativa integrava um programa de atendimento aos produtos agrícolas consumidos na merenda escolar. Teoricamente o programa visava absorver a

produção dos assentados, mas, na prática, estes não conseguiam sustentar as exigências do contrato, por não corresponderem à diversidade de produtos. De qualquer forma, muitos dos assentados começavam a se preparar para se especializar nos produtos que são demandados pelos programas de alimentação da merenda escolar.

No momento da pesquisa, a diretoria da cooperativa, para tornar exequível o projeto ou tal alternativa de integração dos assentados ao mercado, necessitava ir à Ceasa-RJ comprar os produtos. Segundo a avaliação de seus representantes, a dificuldade maior era a falta de organização dos produtores. Alguns consideravam que eles deveriam se especializar por produto. Cada um seria então responsável por abastecer um ou dois dos produtos necessários ao elenco de compras da cooperativa. Mas achavam a solução difícil porque os cooperados não se reuniam para discutir, não atendiam à convocação para assembleias. Para facilitar a organização mediante participação em assembleias, o motorista da Kombi da cooperativa passava em dias de reunião, para trazer e levar todos os cooperados e, mesmo assim, poucos compareciam.

Uma outra razão alegada para a dificuldade de criação de alternativas coletivas de comercialização dizia respeito ao projeto individualizado de cada família. De um modo geral, contudo, a questão básica estava articulada ao fato de os titulares do lote serem idosos e de seus filhos terem migrado. Por isso, havia um certo desânimo no sentido de aumentar a produção e melhorar a produtividade.

A comercialização a ser realizada na Ceasa-RJ tem diminuído drasticamente. Quando eles encaminhavam produtos para essa praça de mercado, preferiam o Pavilhão 21 e o atravessador. Alegavam os assentados que eles produziam em pequena quantidade, dificultando o encaminhamento autônomo da produção à longa distância. Só encaminhava para a Ceasa-RJ, o produtor que se especializava em certos produtos mercantis.

#### *b) O mercado local*

Os assentados da unidade territorial em jogo estavam sempre referidos a um tipo de comercialização mais tradicional, em que os produtos diversificados eram consumidos no próprio mercado local. Essa era a forma que eles estavam crescentemente adotando, inclusive tentando abrir novos espaços de comercialização, embora com alguns problemas, dado o pequeno contingente de população urbana no município de Trajano de Moraes.

O eucalipto, especialização de cultivo por um dos assentados, era comprado por um comerciante local de loja de construção. O produtor praticamente mantinha um contrato de venda com esse comprador. Por tal opção, o assentado diminuía o uso da força de trabalho na produção agrícola e garantia tempo livre para se afiliar a mercado de trabalho assalariado, fora do assentamento.

A maior parte dos assentados estava integrada ao mercado local. Operava como feirante ou vendia para feirantes, que circulavam nas feiras dos municípios de Conceição de Macabu, Trajano de Moraes e até Nova Friburgo. Para tanto, eles se valiam do sistema de transporte coletivo de ônibus para escoar a produção. Eles também levavam a produção até Trajano de Moraes, em carrinho-de-mão, e de lá, então, tomavam o ônibus.

## **2 – Associação dos Produtores Rurais de Santa Rita (APPRSR) – Assentamento Alpina – Teresópolis**

A despeito da desapropriação da fazenda onde se dá o processo de assentamento ter ocorrido em 1987, a associação só foi criada em 1989, por desdobramento da Associação de Moradores da Fazenda Alpina, instituída no Governo Sarney, para receber e redistribuir leite. Por influência de técnico supervisor do Inkra, os assentados foram levados a criar a associação de produtores, instituição então destinada a viabilizar o projeto de assentamento. A imposição desta finalidade restringiu o tipo de associado: os elegíveis ao crédito Procerá. Os interesses dos moradores foram seccionados, desaparecendo os modos de canalização das proposições daqueles não elegíveis ao assentamento. A nova associação ficou então restrita a 92 assentados e destes, apenas 60 eram associados participantes.

A Associação possui como patrimônio viabilizador da comercialização no atacado e à distância: um galpão, um caminhão 74 doado pelo Ministério do Interior. No momento do trabalho de campo, todos esses recursos estavam desativados porque a diretoria não dispunha de verba para consertar o caminhão.

A diretoria da Associação alugava então um caminhão para levar as mercadorias para o Pavilhão 30 (Rio de Janeiro), veículo de propriedade de um dos assentados e diretor comercial da Associação. Os membros da diretoria projetavam constituir uma divisão de trabalho em que o associado encarregado da prestação de um determinado serviço receberia porcentagem sobre o valor a este atribuído, de

modo a tentar assegurar continuidade na oferta e no acesso a rendimentos para si e para os associados.

A produção neste assentamento era diversificada (variedade de hortigranjeiros, frutas de clima temperado, mel, leite e pequenos animais como galinha, perus, coelhos e trutas). Por essa mesma razão também eram bastante diferenciadas as formas de integração ao mercado:

*a) Comercialização de produtos orgânicos*

Venda direta ao consumidor, em feiras específicas organizadas nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, e por encomenda. Os produtos, por ocasião da pesquisa, não eram levados para a Ceasa-RJ, porque eram colhidos em pouca quantidade e nem sempre, nesse mercado atacadista, naquele contexto, a qualidade do orgânico pode ser considerada pela atribuição de sobrevalor. Havia então esforços de mediadores vinculados à Unacoop, espaço exclusivo para comercialização de agricultores familiares, no sentido de aumentar a produção de orgânicos e, sob maior volume, encontrar meios de circulação no Ceasa-RJ.

*b) A inserção no mercado local*

Os produtores se valem de caronas e de serviço de transporte coletivo – ônibus – para levar a produção para a feira em Teresópolis, especialmente aos sábados. Quem dispõe de viaturas entrega em quitandas, mercearias e em domicílios pré-contratados. A moradia de parentes na cidade facilita a criação de mercado em rede, de relações pessoais, e permite melhorar a apropriação do rendimento.

*c) Comercialização no atacado – Ceasa-RJ*

Os produtores deste assentamento interromperam a comercialização na Ceasa-RJ por problemas de manutenção do caminhão. Os agricultores estavam, então, sujeitos a compradores, que recolhiam a produção na porta dos sítios. Consideravam-se ainda mais prejudicados porque os atravessadores só passavam pelos sítios quando os produtos adquiriam bom preço no mercado. Eles recorrentemente perdiam, então, o valor da produção por impossibilidade de comercialização. Também nesse momento, do trabalho de campo, por meio da mediação de um dos assentados, eles retomaram esta forma de comercialização. Alguns assentados, no entanto, estavam cadastrados no Pavilhão 21 (dedicados a produtores e intermediários) e comercializam a produção de vizinhos. Dirigiam-se ao Rio de

Janeiro duas a três vezes por semana. Por conseguinte, do ponto de vista dos assentados, a comercialização por intermediários do circuito mercantil oferecia menor lucratividade, mas maior estabilidade na circulação dos produtos.

O intermediário, naquele contexto indicado pela diretoria da Associação, procurava controlar a capacidade de compra pela demanda recorrente no Pavilhão 30. Para tanto, complementava os volumes, adquirindo produtos de outros agricultores em centros comerciais intermediários, como o Posto da Prata. A julgar por essa estratégia, o intermediário da circulação mercantil encontrava, por tomar decisões por si próprio, formas mais adaptativas aos fluxos de expansão e restrição no mercado de hortigranjeiros.

Os serviços prestados por este intermediário abarcavam a distribuição de caixas ou recolhimento de produtos para serem amarrados em molhos, recolhimento dos produtos na porta dos sítios, transporte, venda e pagamento, de 15 em 15 dias, conforme valor alcançado pelas mercadorias. O valor financeiro das caixas necessárias para embalagem dos produtos variava, no segundo semestre de 1999, entre R\$ 0,50 e R\$ 3,00. Alguns produtos entravam na circulação mercantil com preço estabelecido, o risco e a sorte das oscilações sendo atribuídos ao intermediário. Se o produtor desejasse se agregar para vir pessoalmente comercializar sua produção hortigranjeira, deveria, independentemente da qualidade das transações, pagar de antemão o frete por caixa, alcançando, no contexto, R\$ 0,70.

O intermediário da comercialização mantinha uma divisão de trabalho com filhos e agregados, de modo que uma equipe, durante o dia, recolhia a produção, enquanto os que iriam se dirigir ao Rio dormiam para trabalhar à noite. Essas relações de trabalho inerentes à comercialização não contemplavam assim os critérios definidos pela legislação pertinente. Nesse caso, o trabalho familiar é fundamental, exatamente porque orientado por outros princípios diretos e indiretos de remuneração. Todavia, a incorporação de toda a equipe só alcançava sentido se engajada na comercialização de volumes de produção que ultrapassassem a recorrente capacidade produtiva dos assentados.

Os vendedores redistribuíam as sobras com representantes de instituições de assistência social que, após o período das vendas, dirigiam-se a eles nos pavilhões 21 ou 30, para solicitá-las. Portanto, os agricultores e revendedores participavam de um outro circuito de redistribuição, mas também de apropriação gratuita do excedente de trabalho, já que o Estado, ao não atender adequadamente às suas

funções em assistência social, apropriava-se, gratuitamente e consentidamente, em nome de valores inerentes à prática caritativa ou solidária, de um conjunto de mercadorias, mas desprovidas de valor enquanto tal.

### ***3 – Associação dos Trabalhadores Rurais da Serra do Piloto – Assentamento Rubiã – Mangaratiba***

A Associação foi criada em 29 de maio de 1988, visando apoiar a expressão pública e política da ocupação da Fazenda Rubião, por trabalhadores rurais – moradores e posseiros. O processo de assentamento vem sendo tutelado pelo Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) e, até o momento do trabalho de campo, a titulação do lote de terra não havia sido alcançada. Ela agregava 97 associados, 50 deles com participação mais ativa.

No decorrer do processo de assentamento, os trabalhadores rurais obtiveram apoio financeiro e político da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de alguns vereadores e prefeitos locais, da extinta Legião Brasileira de Assistência, do Idaco e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Por meio dessas intermediações, os associados foram constituindo o seguinte patrimônio comum: centro administrativo e secretaria da associação, na antiga casa sede da fazenda expropriada; dois caminhões cujos anos de fabricação são 1972 e 1988; câmara de climatização de banana; estufa para banana; três burros e cangalhas para transporte das bananas do local de produção ao posto de recolhimento pelo caminhão; casa-de-farinha de banana (no contexto do trabalho de campo ainda sem utilização).

Os agricultores produziam banana, aipim, inhame, caqui, tangerina, encaminhados duas vezes por semana para o Pavilhão 30 da Ceasa-RJ; e abacate, aves, ovos e hortaliças para o comércio local.

As condições de encaminhamento da produção para a Ceasa-RJ eram instáveis, porque os dirigentes da Associação não conseguiam administrar um fundo de manutenção dos veículos. A capacidade de poupança dos dirigentes da associação era limitadíssima, inclusive por inadimplência dos associados. A cada desgaste maior dos veículos, a comercialização era interrompida, até que recursos externos fossem transferidos. No momento da pesquisa, apenas um caminhão oferecia condições objetivas de tráfico, mas havia recentemente retomado as atividades após longo período de inatividade por necessidade de conserto.

Pelas dificuldades de objetivação do processo de assentamento e como os produtores ainda não dispunham de títulos de apropriação da terra e de crédito,

eles administravam muitas incertezas. Orientavam-se pelo aproveitamento dos recursos produtivos da forma mais imediata possível e, portanto, menos mercantil. Para tanto, o cultivo mais viável era a da banana. Com esta orientação, tentavam minimizar a dependência do assalariamento. Os investimentos produtivos estavam mais concentrados nos equipamentos coletivos, contudo, de difícil manutenção.

Com a ajuda de burros e do serviço de tropeiro, a diretoria da Associação agregava à prestação de serviços de comercialização, a derrubada e o transporte dos cachos de banana até a porteira do sítio, por onde passava o caminhão para recolher a carga. Os produtores se encarregavam de preparar a banana para a venda, ocupando-se do deslocamento para e na estufa e para a câmara de climatização.

Todas as famílias assentadas cultivavam banana, mas nem todas comercializavam por intermédio da Associação. Alguns produtores vendiam diretamente a compradores particulares.<sup>9</sup>

Para alguns poucos produtores, o baixo valor alcançado pela banana e a instabilidade na sua comercialização eram compensados pela diversificação da produção e pelo assalariamento. A diversificação da produção, contudo, orientava-se para o autoconsumo ou para utilização marginal de mercados locais. Dada à baixa densidade populacional na sede do município, os volumes absorvidos nestas praças de mercado eram diminutos. Os produtores que transferiam hortigranjeiros para o mercado contavam com o fluxo de passageiros na BR-101, durante os fins de semana. Mas esta alternativa estava circunscrita aos que eram proprietários de carros bastante desgastados.

#### **4 – Cooperativa Agropecuária Nova Esperança de São José da Boa Morte – Assentamento São José da Boa Morte – Cachoeiras de Macacu**

Por um processo de fissão com a antiga Associação dos Produtores Rurais de São José da Boa Morte, em 25 de setembro de 1994 foi provisoriamente criada a Associação Nova Esperança de São José da Boa Morte. Ela viria a ser transformada em cooperativa, como o foi em 6 de janeiro de 1997, sob o nome Cooperativa Agropecuária Nova Esperança de São José da Boa Morte. Agregava, ao final de 1999, 220 cooperados mediante cota de capitalização de R\$ 50,00.

9. Termo utilizado para referência ao vínculo com intermediários externos à cooperativa ou à associação.

O processo de assentamento destes cooperados é tutelado pelo Incra, que até o momento da pesquisa não havia concluído os investimentos previstos pelo programa de reforma agrária. Os funcionários da instituição rediscutiam com alguns dos assentados o valor da terra a ser paga para obtenção do título definitivo.

Os produtores individualmente ou pela cooperativa encaminhavam ao mercado os seguintes produtos: aipim, quiabo, feijão, inhame, milho verde, batata-doce, maxixe, pimentão, vagem, abobrinha, limão, coco verde e tangerina.

A Cooperativa prestava serviços de preparação do solo e de venda dos produtos junto à Ceasa-RJ, nos pavilhões 30 e 21. Quanto ao apoio à comercialização, os dirigentes ofereciam serviços de transporte graças à propriedade de um caminhão Mercedes-Benz 708, 1988, adquirido por crédito coletivo junto ao Proceca. A demanda por essa prestação de serviços vinha sendo reduzida, fato que debilitava o deslocamento do caminhão para o Rio de Janeiro. Foi então reduzida a oferta a uma viagem por semana e, mesmo assim, nem sempre provido de carga que compensasse o custo do deslocamento. A diretoria da Cooperativa tentava negociar com um dos comerciantes particulares, o atendimento aos cooperados, especialmente os que preservavam a posição e o direito adquirido. A Cooperativa também investia no sentido de estabilizar a participação dos cooperados, mas sem ter alcançado efeito positivo. Além disso, vários cooperados adotavam a inadimplência no pagamento dos usos dos instrumentos, dificultando o planejamento do pagamento do crédito por eles contraído. Quando a diretoria da Cooperativa participava da comercialização, limitava o número de dias de viagem. Os atravessadores, complementando a oferta, asseguravam-na todos os dias.

Os produtores encontravam várias outras alternativas de comercialização em mercados mais próximos, em feiras populares (o caso mais citado foi a Rocinha, no Rio de Janeiro), em sacolões, seja por meio de atravessadores, seja por incorporação de todo o processo de produção social mediante a aquisição de veículo próprio.

A diretoria da Cooperativa mantinha serviços próprios de recuperação dos gastos dos veículos, mas transformava esta autonomia em aumento de custo. Para administrar o risco de perda do patrimônio, a diretoria da Cooperativa se lançava no mercado como mais uma prestadora de serviços, embora os preços fossem diferenciados conforme a condição de cooperados adimplentes, de



cooperados inadimplentes e de não-cooperados. Além disso, a diretoria da Cooperativa investia na compra de pedras no Pavilhão 21, de modo a corresponder aos interesses mercantis dos cooperados, que lá preferissem expor e negociar suas mercadorias.

### ***5 – Associação de Produtores Agrícolas de São Domingos – Cooperativa de Produtores Agrícolas de São Domingos – Conceição de Macabu***

A Associação de Produtores Agrícolas de São Domingos foi fundada em 4 de fevereiro de 1987, como recurso institucional de administração local e de intermediação do processo de assentamento. Em face da constituição de alternativas mais amplas para administrar o patrimônio, visando também ultrapassar os objetivos restritos do processo de assentamento, inclusive incorporando pequenos proprietários vizinhos, foi criada, em reunião ordinária da entidade do mês de maio de 1996, a Cooperativa de Produção Agrícola de São Domingos.

Os objetivos atribuídos ao associativismo ultrapassavam desde o início o processo de assentamento local, para integrar investimentos de objetivos políticos mais amplos, como o desenvolvimento e a modernização da estrutura agrária, criando o conagraçamento e a união em torno da luta pela reforma agrária. Portanto, os assentados contavam com razões mais amplas ou complementares para constituição de engajamentos e adesões, professando a luta pela reforma agrária como missão política.

A Cooperativa, no momento da pesquisa, contava com 77 cooperados, com participação ativa, cabendo a cada um o pagamento de R\$ 50,00 para composição do capital social.

Para tornar viável a comercialização de banana, aipim e coco, os dirigentes da cooperativa incorporaram diversos recursos ao patrimônio da associação, como pedras no Pavilhão 30, depósitos e oficinas, um telefone, dois caminhões para curta e longa distâncias, um trator grande Beltec para deslocar a colheita da banana da área de lavoura ao espaço de recolhimento pelo caminhão. Ainda no momento da pesquisa, o trator estava fora de utilização, por ter sido avariado num acidente durante a colheita da banana, em locais de difícil acesso.

Os produtos cultivados eram escolhidos, tendo em vista a demanda do mercado e o uso restrito de força de trabalho, ao lado da adequação ao tipo de solo, de modo a não depender tanto de adubo e irrigação. Por isso, a produção de hortigranjeiro se dirigia ao mercado local.

Havia limitações para a criação de gado de leite e de corte pelo tamanho da área, tipo de solo, mas os assentados vinham desenvolvendo essa atividade. Havia criação de galinhas e porcos e exploração de piscicultura e de apicultura.

Com produção bastante diversificada, os assentados se integravam a vários circuitos de comercialização:

*a) Mercado local:*

*Feira de Conceição de Macabu*

Esta praça de mercado absorve os produtores que diversificavam e pulverizavam a produção, de modo a levar, a cada semana, uma pequena porção de produtos hortigranjeiros e pequenos animais – porcos e galinhas – e mel, etc. Os custos dessa forma de comercialização eram dos mais baratos porque baseavam-se no uso de meios de transporte como: bicicleta, moto, carroça, cavalo e pequenas viaturas próprias. Eles podiam alcançar maior ou menor amplitude de redes de consumidores, alguns chegando até mesmo à cidade de Niterói.

*A agroindústria leiteira e os açougues*

O gado de corte e o descarte eram vendidos a açougueiros sediados em Conceição de Macabu. O leite era recolhido duas vezes por semana no sítio dos produtores que possuíam resfriador, geralmente concedido para acondicionamento da produção diária de vizinhos. O contrato era estabelecido por cotas, com pagamento mensal.

*Compradores ambulantes*

Eles circulavam entre os sítios comprando excedentes eventuais, especialmente aipim e coco. O pagamento era feito de imediato.

*b) O mercado a distância*

*Atravessadores*

Esses agentes eram tradicionais compradores de banana, que recolhiam a produção para ser comercializada na Ceasa-RJ no Pavilhão 21.

*A cooperativa e a intermediação na Ceasa-RJ no Pavilhão 30*

A direção da Cooperativa oferecia, duas vezes por semana, os serviços de transporte e também de comercialização, caso o cooperado não quisesse acompa-

nhar essa atividade na Ceasa-RJ. No primeiro caso, o produtor pagava R\$ 1,00 por caixa. Se incluísse a segunda alternativa, esse custo se acrescia de R\$ 0,50, também por caixa. Além dessa alternativa, a diretoria administrava a oferta de deslocamentos da produção para cidades dos Grandes Lagos, segundo proposições dos cooperados.

A diretoria da Cooperativa enfrentava dificuldades para comercialização porque o volume de produção era baixo. Os produtores se encontravam desestimulados em face do valor alcançado pelos produtos. Consideravam-se em desvantagem para concorrer com produtores identificados como os do Estado de Minas Gerais, que, segundo os entrevistados, produziam com apoio da irrigação e da mecanização. Avaliavam a Ceasa-RJ como o pior lugar para comercializar, pois centraliza uma excessiva oferta, assim avaliada como conseqüência da expansão do processo de reforma agrária.

Os baixos lucros dificultavam a manutenção do capital de giro da Cooperativa, atingindo o fundo de manutenção dos implementos, situação que criava descontinuidade na oferta de serviços e propiciava a concorrência dos atravessadores. Os caminhões e tratores, quando danificados, eram retirados de atividade por longo período de tempo.

Essa não era a única alternativa de comercialização dos produtos agrícolas no Pavilhão 30 da Ceasa-RJ. Alguns assentados levavam diretamente sua própria produção, complementada pela de vizinhos assentados. Utilizavam as pedras nos dias em que a diretoria da Cooperativa não encaminhava a produção dos cooperados.

Esses produtores iam comercializar diretamente porque não aceitavam o pagamento pela média da variação dos preços da totalidade das mercadorias, tal como acordado em assembléia e registrado em ata. As bananas de melhor qualidade eram vendidas imediatamente e por melhores preços. As outras, mais tarde e por preços mais baixos. As despesas de frete e comissão recaíam igualmente sobre todos, na proporção da quantidade encaminhada. Os lucros eram assim homogêneos, independentemente do investimento na melhoria da qualidade do produto.

Os assentados consideravam que a comercialização com a Ceasa-RJ devia ser crescentemente abandonada e vislumbravam como solução a comercialização sob contrato, situação que devia ser mediada por instituição estatal, centralizadora da compra no atacado de produtos para escolas, hospitais e presídios. Outrossim,

consideravam que órgãos do Estado deveriam intervir criando sistemas de feiras locais ou em espaços de concentração de consumidores populares como as favelas. Reivindicavam a colaboração estatal por subsídios para minimização dos custos de transporte, já que o valor alcançado pelos produtos nem sempre conseguia cobri-lo.

Os projetos de melhoria eram elaborados do ponto de vista dos dirigentes das instituições, nem sempre vindo ao encontro das auto-reconhecidas necessidades dos produtores. Era o caso da construção do prédio para beneficiamento do leite, com recursos advindos do Programa Comunidade Solidária que, ao final, foram convertidos para instalação de cooperativa de consumo, sem condições de reprodução por falta de recursos financeiros para compra de estoques de mercadorias e concorrência com preços de supermercado.

### ***6 – Associação dos Microprodutores Rurais Assentados pelo Incra – Assentamento Moura Costa – Seropédica***

Esta associação foi fundada em 27 de setembro de 1995, por fissão de uma associação precedente, Associação Sol da Manhã, em virtude da segmentação do processo de assentamento e diferenciação de modos de tutelagens institucionais. Dos 51 assentados que se vinculavam ao programa de reforma agrária posto em prática pelo Incra, apenas 27 eram associados e destes uns 10 eram participantes de fato, inclusive com pagamento de mensalidade.

A primeira associação, intitulada Sol da Manhã, expressiva do movimento originário de agregação dos candidatos ao assentamento, desapareceu ou, como definem os assentados e ocupantes, desfacelou, pela inatividade. E a outra, expressão do desdobramento da diferenciação política, foi inviabilizada pela desmobilização e pela contraposição dos que dela foram excluídos.

As dificuldades contextuais para organização política, em grande parte se deviam aos efeitos desta diferenciação dos ocupantes. Tendo participado do mesmo processo de luta para ocupação, liderados por representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (**MST**), diferenciaram-se em face da solução burocrática encontrada pela legislação, que só beneficiou 51 famílias, deixando 29 delas sem reconhecimento formal e legal. Enquanto os primeiros já dispunham de título definitivo de propriedade da terra, contabilidade da dívida a ser paga, crédito (para plantio de mudas de coco, cidra e maracujá) e assistência técnica pelo Projeto Lumiar, os demais permaneciam na mesma situação original, afora

as ajudas pontuais asseguradas por algumas instituições. Sem titulação, não conseguiam crédito e se sentiam limitados para elaboração de projetos. A falta de recursos levava à circulação dos ocupantes e sua substituição por pretendentes que não correspondiam, em termos de interesses, às proposições ideológicas da reforma agrária e das suas pressupostas formas de luta.

No momento do trabalho de campo, em face do aceno com uma solução pela classificação de posseiros e reconhecimento por usucapião, os 29 ocupantes que continuaram na terra sem classificação ou reconhecimento oficiais, vinham se mobilizando, especialmente por grupo de vizinhança, para obter recursos advindos, ora da Secretaria Municipal de Agricultura, destinados à melhoria da capacidade produtiva do solo (aração, preparação de pequenos açudes e postos artesanais), ora do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Os recursos coletivos que eles haviam adquirido, no início do processo de luta pela objetivação da apropriação da terra e das condições de produção, foram pulverizados e sucateados. O trator, adquirido por alguns produtores com o recurso do Procefa/Incra, ficou com os reconhecidos assentados. Com a fissão na organização associativa, o caminhão, adquirido em conjunto, ficou para a antiga Associação Sol da Manhã. No momento do trabalho de campo, entretanto, havia virado sucata.

Os limites para a apropriação produtiva da terra eram diversos. A produtividade estava muito baixa, dada a extrema necessidade de irrigação. A construção de poço artesanal era inalcançável para eles, pois que custava, em média, R\$ 28.000,00. Para uns – e os mais atingidos eram aqueles que foram beneficiados com o reconhecimento oficial da ocupação da terra –, o solo era avaliado como de baixíssima qualidade. Havia baixadas totalmente improdutivas em consequência de, em tempo anterior à ocupação, terem sido utilizadas para atividades extrativistas com um determinado tipo de areia ou saibro. Os sítios, por vezes, estavam localizados nessas baixadas, extensas crateras, altamente inviabilizadas para uso produtivo, dadas às péssimas condições de fertilidade e à falta de recursos financeiros de seus apropriadores para beneficiá-los. Havia também baixadas assim produzidas por terem sido utilizadas pela companhia de estrada de ferro para aumentar a altura do leito da linha férrea. Segundo os produtores, essas foram áreas raspadas e não suportavam o plantio de bens de raiz. Além disso, elas eram constantemente atingidas por excesso de chuvas.

Outros sítios constituídos em solos elevados, menos vulneráveis aos efeitos climáticos, caso em especial de enchentes, contudo, eram mais atingidos nos períodos de estiagem, dada a quase total ausência de recursos para controlar tais efeitos (alguns pequenos açudes para criação de peixe, uns poucos poços artesanais e a chuva). Os produtores de um modo geral não dispunham de sistema de apropriação de água, salvo, em certos casos, para uso doméstico. Poucos deles tinham acesso a um poço ou açude para minorar a inadequação entre cultivo e condições climáticas desfavoráveis.

O tempo produtivo estava dividido em época das chuvas (entre setembro-outubro e março) e época das secas (entre abril e agosto). Na primeira época, entre setembro-outubro e março, os cultivos se tornavam possíveis, exatamente porque os produtores só contavam com esse tipo de acesso à água. Contudo, a quantidade de água nem sempre era a adequada, geralmente em excesso por tempestades tropicais ou por enchentes, fator que dificultava ainda mais o escoamento das mercadorias e a deambulação de pessoas, além de sol abrasador e altas temperaturas do verão. Na época das secas, além da falta de água, atuavam negativamente na associação de fatores produtivos o sereno e as baixas temperaturas.

A despeito de os produtores tentarem jogar com a sorte e apostar em associação de fatores um pouco mais favoráveis, mesmo que ao preço de colheitas com baixa produtividade, eles contavam e recontavam casos de perda total dos investimentos e do uso da força de trabalho em lavouras totalmente danificadas e sem ajuda para cobertura de riscos. Vejamos o depoimento abaixo:

“Eu plantei dois hectares de milho, nasceu, cresceu, mas não deu uma boneca. Tive que usar para fertilizante da terra. No verão passado, plantei muito quiabo. Veio uma tempestade e arrastou tudo na chuva”.

Após vencerem as dificuldades para reprodução do processo produtivo, perdiam recorrentemente a lavoura, como era o caso do jiló, com pulgões. Perdiam também as lavouras por excesso de vento e por destruição por animais. Alguns não apresentavam condições de construir cercas e outros se aproveitavam desta condição para incorporar, a princípio, pastos naturais, mas pelos riscos inerentes, também as lavouras em curso. As dificuldades para construção de cercas limitavam também a criação de pequenos animais, inviáveis economicamente se criados

confinados, segundo a avaliação dos entrevistados. Essa limitação tinha seus desdobramentos na concentração de esterco, recurso relativamente perdido diante das dificuldades de expansão da criação.

Alguns produtores tentavam melhorar a fertilidade da terra, cercando pequenos espaços pouco produtivos ou em pousio e alugando-os para criação de gado. Ao pequeno rendimento do aluguel de pasto, acresciam os pequenos ganhos em fertilidade.

As dificuldades se ampliavam porque na época das chuvas não só eles, mas todos os produtores da região, dedicavam-se ao plantio dos mesmos produtos hortigranjeiros, razão pela qual o preço alcançado era muito reduzido e na maior parte dos casos, negativo.

O círculo de constrangimentos então se fechava. Se no período de chuvas interrompiam as atividades remunerativas complementares para se dedicarem às lavouras, perdiam não só a renda agrícola, como o acesso a rendimentos e salários, bem como ao trabalho autônomo.

Em 1997, por meio de ação do corpo de funcionários do Incra foram construídos alguns trechos de estradas dentro do espaço do assentamento, mas as condições técnicas da construção foram indesejáveis. As chuvas destruíram parte do leito, cujas bordas foram caindo. No momento da pesquisa, em certos trechos só passava um pequeno veículo.

Estando descapitalizados e contando com áreas diminutas, entre 4 e 8 hectares – dispersão levada em conta nesta pesquisa, porque correspondente aos 10 casos analisados –, não conseguiam aumentar a criação de animais para facilitar o acesso ao esterco, insumo insubstituível pela ausência de recursos para compra de fertilizantes químicos. Como os produtores não tinham acesso a insumos que beneficiassem o solo, o crescimento da planta se dava apenas por meios naturais. Se não os tinham por meios industriais, nem por isso podiam ser beneficiados pela produção sem agrotóxico, dada a má qualidade do produto. Contando apenas com força de trabalho e os recursos naturais deteriorados, não alcançavam um padrão de produção que pudesse valorizar os produtos pela qualificação de orgânicos.

Enfim, havia, no contexto da pesquisa, um clima de desengano e falta de perspectiva. O crescente empobrecimento dos produtores e o esvaziamento populacional da área de assentamento e da ocupação eram, então, provas cabais do descenso. A única expectativa que vislumbravam estava sempre na

dependência de alguma instituição externa, que lhes viesse trazer alento e apoio financeiro e material.

Excetuando o patrimônio imobiliário (galpão e garagem) construído pelo Incra e com auxílio do Idaco/Amar, erguido no período de funcionamento da associação precedente, a diretoria da nova agremiação política não conseguia gerir o processo de aglutinação de interesses dos representados. Recentemente ao momento da pesquisa fora construída uma estufa com recursos do Pronaf e da **UFRRJ**. Com a venda de mudas, a diretoria da Associação e as instituições patrocinadoras desta construção projetaram a criação de alternativas para autonomia financeira dos associados. Estes colaboraram com mão-de-obra e manutenção dos plantios, um deles, que habitava próximo, dedicava-se diariamente ao cultivo das mudas.

Pela proximidade de grandes mercados de consumo popular, foram estimulados a vender na porta e a vender a lavoura, isso é, estabelecer um cálculo geral, descontados os gastos com a colheita e o transporte da roça ao caminhão ou Kombi. Se a transferência de excedentes era nesse caso intensa, os produtores se consideravam poupados dos custos de reprodução do patrimônio coletivo de instrumentos viabilizadores da comercialização à distância e do uso de força de trabalho para a colheita. Os filhos podiam então migrar para inserção em outros mercados de trabalho e os pais se especializarem em cultivos adequados a esta forma de demanda mercantil (aipim, milho, cana-de-açúcar, coco, frutas).

Estavam dotados de uma série de justificativas que legitimavam, aos seus olhos, a apropriação da terra sob processo de reforma agrária sem utilização mercantil. Entretanto, nem todos reuniam as condições básicas para se dedicarem à comercialização sob tamanha dificuldade: acordar de madrugada, levar produtos nas costas até ponto de ônibus ou caminhão, expor-se na rua, até tarde e sem almoço, e ainda cultivar. Eram geralmente mais idosos e seus filhos, dados os limites impostos pelas instituições que deviam tutelar o processo de assentamento, não puderam construir um projeto de reprodução como sucessor do pai. A unidade de produção não reunia condições para incorporar plenamente nem um trabalhador adulto.

A inexistência de meio de transporte levava os produtores a lidarem com o acaso para alcançar a venda dos produtos: "Vendo na feira, através de algum amigo, quando passa e me chama. Quando não passa um amigo ou posso conseguir uma carona, levo de carrinho-de-mão até a Dutra, para vender em feira livre, em



Nova Iguaçu, Paracambi, Morro Agudo. Fico esperando algum caminhão passar. Quando passa, levo nele. Eu levo tudo nas costas, eu e meus filhos. Nós todos vamos pra feira pra poder levar as mercadorias”.

Indagados sobre o destino da produção, respondiam de imediato: “estraga no pé”; “o aipim passou do tempo de colher e estragou”; “a cana ficou dura porque não foi colhida”; “quando aparece gente, eles pegam. Quando não, a mercadoria até estraga no pé”. “O comércio mais perto é Seropédica, mas é muito fraquinho”. “O prejuízo maior aqui é com escoamento”. “Pr’aqui, precisa fazer um projeto para um caminhão. Quando teve Sol da Manhã, tinha, mas depois ficou pra lá e tudo se acabou”. Justificam-se então: “meu negócio é comer”; “melhor ter uma boa alimentação, para não precisar gastar com remédio”.

Os constrangimentos do transporte viabilizador do acesso ao mercado não alcançavam apenas a oferta da mercadoria, mas também o acesso aos insumos por preços mais baratos, no momento adquiridos pelo mesmo sistema de deslocamento de pacotes: nas costas e por meio de ônibus ou bicicleta.

A despeito de todas essas dificuldades, alguns circuitos de comercialização podiam ser sistematicamente caracterizados:

*a) Os camelôs e a compra no portão*

Era o mais amplamente utilizado, no momento da pesquisa. Fundava-se na espera por um camelô que batia à porta para colher e comprar, no atacado, parte das lavouras. Os produtos assim circulados eram o aipim, o coco, a cana, em especial, mas também os hortigranjeiros. Esta forma de comercialização, naquela ocasião, não se reproduzia favoravelmente, pelo afastamento dos camelôs. Os produtos se estragavam pelo chão ou na lavoura. Vendedores de rua de forma clandestina, os camelôs tinham se submetido a pressões advindas da administração das prefeituras municipais, da concorrência com supermercados e, segundo ainda avaliação dos entrevistados, eles tinham sido inviabilizados pela falta de recursos financeiros ou diminuição do poder de compra pela população trabalhadora. Percebiam o peso dos investimentos dos órgãos do Estado no sentido de regular a sociedade, regulação que se manifestava negativamente pela proibição: impossibilidade de vender hortigranjeiros livremente na rua, de vender animais abatidos em casa, de instalar barracas nas rodovias privatizadas. Ressaltavam os entrevistados que esse circuito fora dinamizado no início do Plano Real, quando agentes do Governo Federal, interessados em teatralizar a sociedade da bonança e da fartura, fizeram

vistas grossas ou autorizaram a venda de hortigranjeiros nos lugares de concentração da circulação da massa de trabalhadores, constituindo-se espontaneamente inúmeras pequenas feiras que funcionavam durante o dia e até 22 ou 23 horas. No contexto do trabalho de campo, os camelôs estavam sendo reprimidos por esta iniciativa e desaparecendo, também pela concorrência entre eles mesmos. Essa inviabilidade era explicitada pela mudança de comportamento dos camelôs, antes assíduos e honestos, naquele momento desaparecidos e caloteiros. Alguns desapareceram deixando para trás imensas dívidas e prejuízos. De um modo geral, se o camelô não residisse num raio de espaço sob controle das relações sociais dos produtores, ele era reconhecido pela imagem que construía com os produtores e localizado pela feira ou local onde erguia a barraca para venda. Se desaparecesse, ele era requalificado por boatos e informações dispersas, que explicavam seu comportamento pela falência ou endividamento incontrolável.

Vinculando-se a este circuito, os produtores se reconheciam incluídos no abastecimento das camadas populares, dado o destino dos produtos oferecidos ou as características das praças de mercado para onde se dirigiam. Também se reconheciam portadores dos mesmos efeitos de políticas e opções governamentais que incidiam sobre a ampliação do empobrecimento da massa trabalhadora. Destacou um dos entrevistados: “Na feira, a gente chega a oferecer até três pés de alface por R\$ 1,00 e, mesmo assim, o pessoal não compra porque não tem dinheiro.”

#### *b) A venda em feiras populares dos municípios da Baixada Fluminense*

Os produtores se inseriam neste circuito como feirantes, nem sempre muito sistemáticos, mas segundo alternativas abertas pelas formas de controle do governo municipal. Para se instalarem como feirantes, pagavam o frete de transporte de produtos por um caminhão, que deslocava os produtos para diversas praças, as mais citadas foram: Morro Agudo, Posse, Queimado, Seropédica, inclusive o Pechinchão da Rural. Integravam-nos ao circuito, os freteiros, antes sistemáticos, mas no contexto do trabalho de campo, raros. Antes mais facilmente localizados, posteriormente deviam ser procurados e muitas vezes eram desconhecidos. Tal era o caso de produtores localizados mais próximos à Rodovia Dutra, que ficavam na beira de estrada com as caixas de produtos aguardando que aparecesse um caminhoneiro que lhes oferecesse carona ou lhes cobrasse pelos serviços prestados, geralmente R\$ 1,00 por volume ou caixa.

Para se livrarem desse custo, muitos deles transportavam os produtos em ônibus, por vezes com baldeação, ou, se melhor administrassem alguma poupança, por meio de pranchas movidas por burros. O privilégio de possuir prancha e burro podia redundar em prática de reciprocidade negativa, num duplo sentido: ora os vizinhos se encarregavam gratuitamente e sucessivamente de transportar produtos, sem ganho como contrapartida; ora o proprietário cobrava frete; e ora se tornavam intermediários, comprando eles próprios pequenas quantidades dos vizinhos, contudo, situação mais rara. Na maior parte dos casos, eles ganhavam pelo frete prestado. Esse serviço podia também ser prestado por jovens que possuíssem bicicleta e que se encarregavam de escoar a produção do sítio à feira de Seropédica.

Por tais alternativas, os assentados eram impingidos a reduzir ao máximo a produção de excedente, para permitir o transporte nas costas até o ponto de ônibus ou de caminhão, bem como dentro do próprio ônibus. Como a linha de ônibus foi suspensa, naquele momento eles não contavam mais com esta alternativa. Estavam quase sempre de olho no portão, na angustiada espera que passasse alguém que oferecesse, por vezes não importa a que preço, mas que assegurasse a racionalidade da utilidade do produto do seu trabalho, objetivado no olhar constante do desperdício, dos produtos caindo por terra de maduros, ou da alegria de pássaros que se deliciavam com a fartura de algumas frutas e certos legumes ou verduras.

### *c) Comércio a distância*

A situação da produção e da comercialização já fora diferente, quando, mediante a prática associativista e o volume da produção, eles tiveram acesso a um caminhão que levava sistematicamente a produção para o Pavilhão 30 da Ceasa-RJ. O circuito, ao final de 1999, estava praticamente interrompido pelo estado precário e inviável do caminhão e pela perda de vitalidade da associação. Não conseguindo recursos para a manutenção do caminhão e não conseguindo apoio dos produtores que, diante de preços baixos, optaram por minimizar o esforço dispendido, inclusive transferindo a colheita para os camelôs, o circuito da venda no atacado foi secundarizado. A entrada dos camelôs e a opção por esse tipo de comercialização ajudaram a eliminar e atribuir falta de sentido ao uso do caminhão, hoje abandonado ao tempo.

Como legado da associação precedente, alguns assentados vinculados ao Incra utilizavam a pedra no Pavilhão 30 da Ceasa-RJ, mas sob atendimento dos serviços

de transporte oferecidos pela diretoria da Associação de Pequenos Produtores do Mutirão Eldorado. Encaminhavam para este mercado pequenas quantidades de produtos hortigranjeiros, bem como aipim, jiló, maxixe e quiabo.

Antes de se ausentarem desse circuito, alguns produtores tentaram se associar aos assentados de Eldorado, valendo-se do caminhão que transportava produtos para a Ceasa-RJ. Esse caminhão esteve contudo parado por inexistência de motorista. Os produtores do PA Moura Costa e do Sol da Manhã procuraram então se inserir em novas formas de comercialização. Tendo esse caminhão voltado a circular e a prestar aquele serviço, alguns produtores estavam se valendo desse recurso para encaminhar produtos, não só convencionais como orgânicos.

Outra alternativa criada e incorporada, mas no período do trabalho de campo extinta, era o uso do caminhão de produtores de Paracambi, conforme acordo estabelecido pela mediação de dirigentes da Unacoop. Nesse caso, eles levavam os produtos em carrinho-de-mão até à Via Dutra e lá carregavam no caminhão de Paracambi.

Outrora, havia ainda a opção do encaminhamento para a Ceasa-RJ, a partir de produtores individuais dotados da propriedade de caminhão e da inscrição para autorização da comercialização como produtor individual no Pavilhão 21.

### ***7 – Associação de Pequenos Produtores do Mutirão Eldorado – Assentamento Casas Altas – Seropédica***

A associação foi criada em 30 de outubro de 1992. Contava, no segundo semestre de 1999, com 40 associados dos 70 assentados. Eles estavam constituídos sob diferenciação de orientação produtiva:

- a. Os mais jovens, dotados de outras alternativas para expansão da produção (expectativa de vida, atividades financeiras complementares, colaboração no trabalho familiar, disponibilidade para freqüentar mercados e correr riscos), constituíam-se como produtores mercantis. Estavam, então, geralmente abertos a novas oportunidades, aderindo a proposições de instituições que lhes oferecessem assistência técnica.
- b. Os mais velhos, que não contavam com trabalho familiar, salvo ajudas restritas da esposa, reproduziam um estilo de vida que objetivava o modelo de autoridade paterna da família extensa. Sua casa se apresentava como refúgio para os filhos desempregados, para os netos apartados dos pais, para o encontro do grupo de familiares e de parentesco, nas festas e nos fins de semana. Orgulhavam-se

da produção para o autoconsumo, seja direto ou intermediário, e de complementar o rendimento dos filhos com o acesso a vários alimentos, outrossim mais saudáveis. Colocavam em prática a orientação produtiva do autoconsumo com venda de excedentes, no entanto dificultada pela inserção descontínua nas relações de mercado. Esses limites passavam então a reafirmar a orientação produtiva: plantar para comer, plantar para o gasto, consumo assim ampliado pela reprodução do grupo familiar, vizinhos, parentes e visitas, inclusive o pesquisador, como tentavam fazer prova da fartura, oferecendo bananas, aipim, coco etc. Reproduziam, enfaticamente e com distinção, um estilo de vida, situação que lhes conferia especial dignidade social.

Não dispondo de perfeitas condições de saúde, as ausências das relações do mercado se deviam muitas vezes aos impedimentos do trabalho produtivo por doenças prolongadas ou deficiências: pressão alta, problemas na coluna vertebral, cataratas, hérnias, entre as citadas.

Para efeitos de comercialização da produção dos associados, a diretoria da Associação contava com o seguinte patrimônio: sede da associação, escritório (equipado), cozinha com fogão industrial, onde eram produzidos doces com destinação mercantil, caminhão em funcionamento, galpão para armazenar produtos e casa-de-farinha.

No momento do trabalho de campo, oferecia frete de caminhão para transporte de produtos para a feira de produtos orgânicos, na Glória, na cidade do Rio de Janeiro; e comprava e revendia sementes a preços mais baixos que os praticados no mercado.

A partir da experiência de comercialização junto ao Pavilhão 30 da Ceasa-RJ e orientados por formas de ampliação da produtividade e apresentação dos produtos, os assentados, em assembléia extraordinária, decidiram conjuntamente formalizar os investimentos no sentido de alcançar a comercialização junto ao Pavilhão 21, espaço que qualificavam como mais adequado à oferta e à demanda dos produtos que colocavam no mercado.

Os assentados se integravam a vários circuitos de mercado, constituídos conforme os produtos fossem exclusivamente orgânicos ou beneficiados por agrotóxicos; e circulados pela mediação dos dirigentes da Associação até os pontos de feira, ou por compradores atacadistas que os encaminhavam para a Ceasa-RJ.

O único ou principal comprador (intermediário) no assentamento recolhia os produtos no portão do sítio dos produtores e os encaminhava à Ceasa-RJ.

Comprava qualquer quantidade oferecida. Passava na frente dos sítios deixando as caixas para os produtores, descontando o valor no momento do pagamento. Esse serviço era valorizado pelos produtores porque se consideravam liberados desta ocupação. O intermediário vendia em seu próprio nome, no Pavilhão 21, portanto como produção própria e mediante boletim de produção. Tinha tradição na atividade, tendo permanecido na concorrência com outros que desapareceram, inclusive deixando de pagar aos assentados. Operava como agente do capital mercantil, adiantando, sob a forma de crédito, serviços de trator e retroescavadeira, sementes, inseticidas, adubos, etc. Era considerado pelos fregueses como agente complementar à associação, com a vantagem de, sob o mesmo preço, manter estabilidade na oferta de serviços, situação nem sempre alcançada pelos dirigentes institucionais. A estabilidade era explicada pela sua riqueza em recursos financeiros e instrumentos de trabalho, mas também por contar com trabalhadores vinculados por redes de parentesco. A estabilidade do comprador é moralmente valorizada porque os outros, segundo os assentados, desistem por serem fracos (precária capitalização) e não quererem enfrentar essas estradas ruins. Por todos esses atributos, os assentados por vezes se viam como meeiros do comprador. Boa parte dos assentados preferia construir a estabilidade da relação com o comprador ou subdividir o encaminhamento dos produtos, de modo a não construir descontinuidade na relação de mercado.

Operando com esse sistema de crédito, o comprador impunha o mesmo padrão de atendimento aos dirigentes da Associação, embora essa instituição não operasse na apropriação do mesmo grau de excedentes que aquele intermediário. A periodicidade da prestação de serviços pelo comprador era recurso por todos valorizada: terças e quintas-feiras e domingos, a mercadoria era recolhida, e sábado o pagamento era efetuado. O comprador não operava com preço fixo, variando conforme as condições de venda, valor do qual era descontada a taxa do frete e do valor das caixas.

Os assentados não faziam alusão ao grau de exploração posto em prática pelo comprador, considerando que os produtos agrícolas não alcançam preço elevado. Definido como pessoa honesta e justa, atribuíam a ele um papel fundamental, sua ausência significando a irrealização da mercadoria, ou “ficar com a produção na roça”.

Os dirigentes da Associação anteriormente mediavam a comercialização na Ceasa-RJ – Pavilhão 30, mas, por problemas na manutenção do caminhão, ausência

de motorista e pela diminuição do volume da produção como estratégia para se distanciar dos riscos dos baixos preços, foi se tornando irracional transportar e comercializar a produção dos assentados.

A desistência dos dirigentes da Associação em mediar esta forma de comercialização também se devia a suspeitas que sobre eles eram imputadas, de não estarem apresentando a informação correta quanto ao preço dos produtos alcançado num mercado tão instável. Sentindo-se injustiçados diante dos esforços colocados em prática para assegurar a comercialização, foram secundarizando esse papel.

Os assentados ainda valorizavam a alternativa apresentada pelo comprador atacadista, embora sustentada em alta transferência de excedentes, alegando a inexistência de transporte para vender pequenas quantidades em feiras. A maioria não dispunha nem mesmo de carro velho, enfrentando até dificuldades para adquirir produtos no mercado, desde os bens de consumo produtivo ao improdutivo. Boa parte se locomovia por bicicleta até Seropédica para obter a maior parte dos recursos e bens de que necessitava.

No contexto da pesquisa, a diretoria da Associação operava na intermediação da feira de produtos orgânicos. Esse circuito era também mediado pelos técnicos das instituições de assistência e pela Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (Abio), que outorga o selo de garantia. Não só a produção como a comercialização correspondiam a respostas a estímulos institucionais, aceitos não só em face da concepção e estilo de vida, como também do valor agregado que o produto conseguia obter. Esta opção foi valorizada por alguns deles, que se encontravam desanimados com os preços alcançados na Ceasa-RJ. Referenciados por certa estabilidade no preço dos produtos orgânicos, o intermediário vendedor comprava-os sob preço previamente estabelecido, efetivando o pagamento logo do retorno de cada feira. Mas, os produtores orgânicos, em torno de seis a sete, também podiam se dirigir à feira por meio do transporte da Associação, pagando R\$ 0,80 por caixa ou volume. O representante da associação levava a sua própria produção, pela qual assumia a responsabilidade de pagar R\$ 50,00 por carreto. O motorista era contratado pela Associação, segundo as tarefas acordadas para prestação de serviços.

Os dirigentes da Associação também se encarregavam de vender alguns dos produtos obtidos em cultivos coletivos e a produção de doces preparados por um grupo de mulheres.

### **Considerações finais**

A comercialização constitui um ato totalizante na vida social do agricultor, porque resulta de tomadas de decisão que levam em conta múltiplos fatores, nem sempre exclusivos aos princípios que operam no mercado. Se alguns deles podem ser aferidos porque são relativamente comuns aos diversos tipos de produção familiar, outros são imponderáveis, porque dependentes de configuração de fatores e forças associadas em contextos socioeconômicos e culturais precisos.

Os fatores genéricos que limitam as alternativas de comercialização favorável ao produtor têm sido objeto de reflexão por parte dos mediadores institucionais dos serviços de apoio à pequena produção. Há certos acordos sobre os atuais constrangimentos impositivos da dependência ou falta de alternativa e submissão aos meios de extração do valor do trabalho. Algumas soluções têm sido estimuladas como a transformação ou beneficiamento do produto, condição que permite programar, estocar e escolher o momento mais oportuno de circulação de mercadorias. Para isso, o produtor deve desenvolver capacidade de planejar a comercialização, produzindo mercadorias referenciadas por planos de produção. Essas medidas demandam infra-estrutura, como cozinha artesanal, implantação de pequenas agroindústrias ou de pequenos projetos de beneficiamento de produtos, armazenamento e apoio em transporte. As condições de implementação dessas medidas, nem sempre são colocadas em prática segundo sistematicidade que minimize o constrangimento de uma série de fatores que interferem negativamente na comercialização.

Outro investimento que vem sendo colocado em prática por agentes institucionais diz respeito ao estímulo e ao apoio à organização de comunidades de produtores ou à construção de um sistema de divisão de trabalho político, capaz de instituir a delegação da representação. Por isso, a internalização do espírito de corpo é fundamental à formação profissional e à representação institucionalizada.

Os representantes delegados dos agricultores e agentes de equipe técnica constituída mediante instituições prestadoras de serviços aos produtores familiares têm não só se articulado em redes de instituições irmanadas pelos mesmos objetivos e intenções, como têm facilitado a articulação entre os próprios produtores por meio de associações ou cooperativas e entre estas próprias instituições.



Desse empenho e compreensão do problema, bem como desse investimento em ações articuladas, emerge a constituição de espaços especializados para a comercialização no atacado<sup>10</sup>.

Todavia, os projetos tendem a ser implantados sob solução parcial: inexistência ou fragilidade no trabalho de assessoria técnica oficial para a melhoria das condições de produção e de fortalecimento das organizações de representação dos agricultores. Algumas poucas associações ou cooperativas receberam caminhões, mas nenhum galpão para acumular a produção havia sido, até o contexto da pesquisa, construído.

O projeto político que instituiu o Pavilhão 30 na Ceasa-RJ, destinado exclusivamente ao tipo de produtor aqui em foco, previu a reunião de 38 associações, organizações que vinculariam 5 mil associados em potencial. Tal proposta, todavia, não ocorreu de fato. Em junho de 1992, avaliava-se que apenas 10 associações comercializavam no Pavilhão 30, esse número oscilando ainda para mais ou para menos em função de outros fatores. As poucas associações que aí comercializavam não conseguiam ocupar o espaço obtido a partir de longo processo de luta, condição que criava novas frentes de disputa, pois facilitava ou ampliava as incursões de produtores individualizados e concorrentes. Além disso, não houve resposta favorável quanto aos padrões recomendados pelas exigências de comercialização – quantidade e qualidade. Outrossim, o desejado espírito associativista não foi consolidado. As associações eram, como demonstrei, instáveis porque assim também eram as diretorias, em sistemática rotatividade de diretores e, mais que isso, em adoção de um estilo de administração marcado pela descontinuidade das ações, porque assim também era o volume e a diversidade da produção.

10. Na definição do projeto, foi considerado pequeno produtor aquele que detém, individualmente, ou em conjunto com seus dependentes, a posse, uso ou propriedade do imóvel rural, cuja área não ultrapasse a dois módulos fiscais fixados pelo município; obtenha valor global da produção agropecuária não superior a 500 vezes o Meio Valor de Referência (**MVR**), no caso dos suínos, 400 vezes no de olerícolas e avícolas e 200 vezes nos demais casos; resida no imóvel ou comunidade rural; realize a exploração deste imóvel utilizando predominantemente mão-de-obra familiar e tenha como principal atividade em tempo e renda a exploração do imóvel rural. Definiu também que somente as associações e/ou cooperativas que têm no mínimo 80% do seu quadro social ativo constituído por pequenos produtores poderiam participar dessa estrutura de comercialização.

O enfrentamento das dificuldades apontadas foi adotado pela criação de uma instância agregadora e facilitadora da especialização na divisão de trabalho da representação de interesses. A constituição da Unacoop previa então a agregação de pequenos produtores capitalizados e em processo de constituição pela reforma agrária, por meio de suas associações locais. Essa forma de institucionalização propiciou, durante certo período, maior dinamização às formas de ocupação e uso do Pavilhão 30, inclusive pelas seguintes alternativas apropriadas: 1) centralizar certas modalidades de comercialização que consomem maior tempo e mais sofisticação na gestão das relações sociais; 2) racionalizar certos serviços como a administração da utilização de veículos. Criada a partir da agregação de 14 associações, em 1999, ela incorporava 66, correspondendo a aproximadamente 10 mil famílias. As associações se espalhavam por todo o território do Estado do Rio de Janeiro. Ela oferecia inúmeros serviços vinculados ao objetivo da formação profissional – espaço para troca de idéias, informações, orientações – infra-estrutura para comercialização – Sistema Integrado de Comercialização (SIC), mercado de indústria caseira, mas esbarrava com limites para sua atuação, em face de respostas não favoráveis por parte das diretorias das associações e dos associados, do valor dos produtos agrícolas e da diferenciada localização das respectivas associações e correspondentes produtores.

A importância abstrata e essencialista atribuída ao movimento associativista vem sempre caracterizada pela capacidade de auto-organização política de um determinado segmento da população. Por si mesma, é considerada expressiva da postura valorizada ou qualificada como eficaz para criar opinião pública e mecanismos de pressão. Na prática, contudo, suas ações decorrem do espírito empreendedor e visionário de indivíduos diferenciadamente dotados de potencialidades privilegiadas: maior conhecimento do universo institucional do Estado, melhor acesso a profissionais vinculados a contextos externos, melhor capacidade de se expressar em linguagem mais próxima aos dos profissionais cuja atuação seja desejada pelos associados supostamente beneficiários.

A ideologia do movimento associativista é abstratamente resumida no *slogan*: A partir de hoje, unidos venceremos. Enquanto idéia-valor, ela é missionariamente reforçada em todas as reuniões. Nesses eventos, os dirigentes acentuam a necessidade de que todos se mantenham organizados, isso é, reunidos e conscientes dos desdobramentos deste movimento de reordenação por categoria sociopo-

lítica<sup>11</sup>. Assim sendo, entre os recursos-moeda para circulação da pressão política, os adeptos do movimento associativista conclamam o número de presentes em reuniões e rituais.

As associações, embora constituídas mediante proselitismo enfatizador da importância do associativismo, não estão integradas a um movimento mais amplo de defesa dos interesses dos assentados ou dos pequenos produtores, como uma categoria profissional e política. Há troca de reconhecimentos mútuos, como presença de dirigentes em ocasiões solenes e há, descontinuamente, encontros estaduais de associações. Nem os dirigentes da Unacoop (através de reuniões de dirigentes na Ceasa-RJ), nem os da Fetag-RJ – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, colocavam em prática formas de engajamento para construção da visibilidade política deste agrupamento de produtores. Este era um dos pontos de estrangulamento quanto aos desdobramentos da capacidade organizativa dos associados. Referidos a um projeto próprio, individual ou coletivo, neste caso construído mediante o reconhecimento dos problemas comuns, os associados eram exaustivos na demonstração de nós górdios que impunham descontínuos programas de intervenção pública às associações que, por isso mesmo, deviam institucionalmente desfilarem múltiplas e diferenciadas afiliações a instituições do Estado. Atribuindo-se, na vida prática, outros objetivos, os associados, caso a crença no valor do associativismo partisse deles mesmos, poderiam encontrar razões diferentes para se engajar nas atividades desenvolvidas a partir das associações, todavia exclusivamente referidas às intermediações na oferta de assistemáticos recursos financeiros e materiais para os assentados.

As instituições que colaboram na construção da categoria econômica e política *assentados* oferecem recursos cuja necessidade é definida pela imposição. Essa prática estimula a diversificação extremada ou a fragmentação dos vínculos entre os associados. Cada agricultor tenta então se valer das disposições possíveis. Enquanto uns acenam com a comercialização fundada na especialização, outras estimulam a diferenciação. Agregando número relativamente pequeno de produtores, essa subdivisão termina sendo fatal para a vida institucional, cuja

11. Preleção para incentivar a luta comunitária, fundamentada na crença de que a união faz o engrandecimento da associação (Ata da reunião de 9 de março de 1992).

prática se sustenta em aumento de custos financeiros para alcançar a constituição do assentado dotado de plenos direitos.

Os cursos que por meio das associações eram oferecidos, a despeito de atenderem a um mesmo padrão, terminavam por assegurar possibilidade de diferenciação e diversidade de orientações. Os dirigentes e os assentados referiam-se à realização de cursos (avicultura caipira, apicultura), de modo muito fragmentado e sem avaliar os efeitos práticos. Tanto é que os beneficiários nem sempre sabiam informar qual a instituição que prestou o curso, os objetivos e, até mesmo, o nome do curso que freqüentou.

O não-comparecimento às reuniões não expressa total desinteresse pelos temas lá tratados. Segundo um presidente entrevistado: “No outro dia, todos saem perguntando a A e a B o que aconteceu”. E, na ocasião, sentenciou: “O pessoal é desconfiado”. Pergunta-se então: Desconfiado de quê? A desconfiança é de tal forma reconhecida pela naturalidade, que a interpretação se torna auto-evidente, destacando, antes de tudo, a falta de confiança ou de crença na luta pelo rompimento com a exclusão da atenção pelos serviços públicos.

Os membros da diretoria das associações se consideravam prestadores de serviços voltados para o bem comum, todos referenciados às reivindicações da presença das instituições do Estado por meio de serviços básicos, dos quais a população se encontrava excluída. Qualificavam, sugestivamente, estas reivindicações como retificações, mesmo que na prática se tratassem de instalações. Embora conclamassem o apoio dos associados como forma de legitimação das reivindicações, operavam pela demonstração do espírito empreendedor distintivo de histórias singulares; ou de habilidades individuais referenciadas ao conhecimento privilegiado de outros universos. Fundavam sua atuação na demonstração da capacidade de realizar atividades em prol do bem comum, comprovada pela capacidade de insistir e messianicamente acreditar na eficácia da pressão política. Por vezes, agregavam tais iniciativas individuais à formação de comitativas; e oficializavam a amplitude e a legitimidade da demanda ao abaixo-assinado, modo de formalizar a base de apoio político que desfrutavam ou construíram.

O atendimento precário às solicitações ou o descaso das autoridades instituídas para com tais reivindicações estimulavam a circularidade e a concorrência. Cada diretor crendo e fazendo crer que seu engajamento pudesse ser mais eficaz. De qualquer forma, os dirigentes das associações terminam por reproduzir a posição de demandante delegado ou porta-voz que, insistentemente, encontra razões

para continuar a reivindicação. Por exemplo: melhorias parciais para a escola, construção do posto médico sem médico ou sem recursos de infra-estrutura, atendimento parcial quando a emergência pressupõe disponibilidade do serviço por 24 horas, posto policial dotado de um militar sem substituição; colégio inaugurado, mas desprovido de serviço de energia e água.

Por essa prática, a diretoria da associação se apresentava como mediadora de demandas, sua competência sendo julgada pela capacidade pessoal de correr atrás, tão mais valorizada quanto mais os benefícios correspondessem à prestação de serviços públicos. Por exemplo, para melhoria nas condições de iluminação pública, a diretoria teve que corresponder à certa contrapartida: a elaboração e confecção de um mapa da região, recurso considerado necessário para elaboração do plano institucional<sup>12</sup>.

As associações e, posteriormente, as cooperativas eram concebidas como modo de administração local. A agregação de recursos e sua constituição como patrimônio comum a ser preservado e transmitido estavam orientadas por valores que referenciavam a vida familiar e a socialização dos sucessores nesta apropriação. Enfrentando a escassez de recursos e a concorrência de múltiplos demandantes, os agentes econômicos que investiam na expansão do patrimônio eram, ao fim e ao cabo, socializados para a construção de competências relativamente raras e individualizadas.

A maior parte dos estudos sobre os produtores familiares aponta para um fator básico de diferenciação socioeconômica: a comercialização. É nesse espaço da produção social que eles transferem gratuitamente parte do rendimento auferido e que percebem a possibilidade de acumulação sucessiva a partir de pequenos ganhos auferidos pela revenda de produtos agrícolas dos vizinhos co-associados. A atividade comercial é geralmente contida e avaliada quanto aos riscos incontroláveis, administráveis tão-somente pela capacidade de absorção de prejuízos, enfim, desde que não atinjam a manutenção do patrimônio familiar. Os riscos não dizem respeito apenas às incertezas presentes no circuito das mercadorias, mas são também derivados da inexistência ou da precariedade de medidas de melhoria das condições de solo (áreas montanhosas de uso limitado,

12. O pedido dificilmente é atendido na totalidade da demanda. Neste caso, a Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj) substituiu 20% das lâmpadas públicas queimadas.

várzeas inundáveis), de estradas, de utilização de veículos para transporte das mercadorias e do controle estabilidade de espaços em praças de mercado.

Os produtores, na impossibilidade de eliminá-los, orientam-se pela racionalizada minimização dos riscos, mesmo que ao preço de se especializar num produto mercantil básico e de pouco valor, a banana é o exemplo mais acabado. Por fim, eles são também contidos por praticarem processo de trabalho basicamente manual e não compensável pelo aumento do número de trabalhadores. Na condição de assalariados, mesmo que a preço vil, quando complementam a força de trabalho de unidades de produção no interior do assentamento, o valor alcançado pelos produtos não incorpora a remuneração desse pagamento. Na condição de força de trabalho familiar, mesmo que os filhos consentam na auto-exploração, o valor alcançado pelos produtos não atende às necessidades do consumo de família numerosa. Por isso, muito geralmente, o processo de trabalho se baseia na cooperação do casal. Essas adversidades se intensificam pela concorrência com produtores de outros estados, cujas condições de produção são avaliadas como melhores, ou os produtores, por se encontrarem tradicionalmente instalados, não se encontravam em fase de constituição, mas reprodução, mesmo que simples, do patrimônio produtivo e familiar.

Por todos os fatores aludidos, as relações que se estruturam entre produtores e vendedores são orientadas pela reciprocidade negativa, na qual o roubo e o passar para trás imperam. Todos que dela participam, mesmo na condição de perdedores, devem alcançar o conhecimento destas formas de imposição da apropriação gratuita do trabalho. Assim, a desconfiança não deriva da desinformação. Pelo contrário, é constitutiva das relações entre os parceiros: os compradores acusam vendedores de camuflação da qualidade da mercadoria e vendedores acusam os compradores de desqualificação da mercadoria e do roubo, geralmente, naquele contexto, mediado pelo cheque sem fundo. Assim orientados, os produtores, avaliando o desempenho dos funcionários da associação ou da cooperativa nas praças de mercado, põem em destaque um inegável lucro e desconsideram os custos da comercialização, especialmente os assumidos pelo comprador. A forma de organização associativa, criada para operar na intermediação e concorrência, não consegue registrar sua legitimidade na melhor administração dos custos de circulação da mercadoria. Pelo contrário, impõe a descontinuidade pelas dificuldades de gestão de fatores escassos, incapazes de oferecer as bases necessárias à participação assídua e concorrente nas praças de mercado.

Ora, do ponto de vista dos produtores, a administração das tarefas de intermediação deveria operar como recurso assegurador da incorporação de valor e não transferência de parte do rendimento. Como tal expectativa não se realiza, eles tendem a reproduzir o mesmo padrão de reciprocidade negativa, apropriando-se de parte do valor da produção que cobriria os custos desse processo. Adotam, então, atitudes de inadimplência no pagamento das mensalidades, reivindicam dilatação de prazos para pagamento de serviços, aumentam o peso da carga estipulada em relação à unidade de pagamento e rompem com a afiliação diante de obstáculos, mesmo que passageiros. Pergunta-se então: de onde se afirma e se reafirma que o associativismo é a única saída para produtores que concorrem no campo da produção social em condições desvantajosas – porque pulverizadas?

Os atravessadores, como visto, conseguem melhor administrar os ganhos nos custos da intermediação porque geralmente impõem a si e aos filhos ou familiares, condições de trabalho extremamente duras – jornadas de trabalho longas, hospedagens precárias, alimentação deficiente, tudo isso fundamental para viabilizar o projeto de acumulação.

Administrando os fatores negativos por lógicas que legitimam compensatoriamente a auto-exploração, decidindo individualmente sobre a eliminação de fatores adversos – defeitos mecânicos e desgaste do caminhão, por exemplo, os atravessadores ou particulares podem minimizar os custos de intermediação comercial. E pela assiduidade na oferta de serviços, podem impor formas de ganho que transferem para o produtor agrícola os riscos da oscilação dos preços das mercadorias. É a estabilidade na oferta de serviços que assegura ao atravessador maior competência no processo concorrencial. E essa estabilidade é a condição rara a ser atingida por associações e cooperativas.

Desprovidas de fundos financeiros para agilizar a reparação e conservação do veículo, operando com transferências imediatas de pagamento da remuneração ao trabalhador ou produtor contratado, os dirigentes das associações não conseguem adotar uma competência na administração dos fatores que interferem negativamente na estabilidade da comercialização.

Lidando com mercadorias geralmente perecíveis, os produtores devem investir no controle da transferência do produto para o mercado. E como as relações negativas que aí imperam são relativizadas pela demonstração da fidelidade como fator básico de constituição da parceria, aliar-se ao atravessador é ainda a alternativa menos arriscada.

Como a solução vislumbrada para construção de um patrimônio produtivo para o assentado e para a melhoria desse patrimônio pelo produtor tradicional tem sido a organização associativa, outras alternativas e soluções por eles encontradas não são consideradas e avaliadas pela melhor eficácia. Comprovadamente, o associativismo se sustenta em valores externos aos modos de vida dos agricultores. Ora ele responde à necessidade de mobilização para constituição do ator político, ora à necessidade de mobilização para o reconhecimento da cidadania. No primeiro caso, ele tende a ser estimulado por instituições engajadas no processo político de redistribuição da terra – CPT, Fetag, MST. No segundo, ele passa a se constituir como braço local instrumental à transferência de raros e fragmentados bens e recursos, sendo as associações atreladas aos órgãos estatais que tutelam o processo de assentamento – Iterj, Incra ou organizações não-governamentais.

Como as associações complementam a prestação de serviços por instituições públicas e privadas, elas são de fato braços capengas, provisórios e descontínuos de programas inexistentes ou ineficazes. Os agentes vinculados diretamente ao exercício de políticas públicas se alimentam de proposições e até de concorrência por modelos de integração, mas não precisam dar provas da competência e da eficácia, posto que, indiscutível ou inquestionavelmente, explicam os contrangimentos pelos efeitos da inadequada postura política de associados e seus dirigentes. Para que as associações se imponham como instituição de mobilização política, seria preciso que estivessem integradas e engajadas a movimentos de afiliação mais gerais, correspondentes a uma específica e objetiva concepção de participação democrática e de constituição da cidadania; seria preciso que fossem capazes de integrar os associados na definição de um nós mais amplo, que ultrapassasse o paroquialismo, e, por contraposição aos outros, que permitisse aos dirigentes se referenciar a outros universos sociais que não sejam apenas os locais. Enfim, contraditoriamente, as políticas e os programas estatais não operam na valorização do associativismo porque recorrentemente não se abrem às demandas elaboradas por projetos políticos dos produtores. Pelo contrário, são instrumentos de imposição de regras e soluções, cujos critérios e prerrogativas estão longe do atendimento das necessidades e das correspondências às condições sociais de vida e de produção dos assentados.

E assim sendo integrados, os assentados concebem as instituições como espaços de concorrência para a apropriação individual de bens e recursos. Esse



exercício de apropriação por meio da mediação institucional, ao mesmo tempo que amplia a capacidade do titular em lidar com os representantes das instituições que lhe são externas, também facilita a concentração do atendimento de suas alternativas individuais. Em princípio, acreditam então (e, por vezes, comprovam) os assentados: ocupar posição de poder é desfrutar do reconhecimento da autoridade e do privilégio de melhor acumular alternativas de acesso a recursos materiais e simbólicos. Por isso, a construção do representante delegado instiga as elaborações coletivas em torno dos aspectos considerados perversos no exercício do poder e da autoridade. Os assentados suspeitam dos perigos, dos desdobramentos negativos e da inviabilidade prática do exercício da representação política, porque definida como autoridade a partir ou por um deles mesmos. Avaliam os possíveis ou potenciais riscos do processo de diferenciação social em curso e da inexistência de interesses comuns na resolução de determinados problemas. Desnaturalizando os modos de organização e sustentação das relações de poder, reelaboram idéias sobre o papel do porta-voz ou dos membros da diretoria de uma associação; e explicitam assim suas concepções práticas sobre o exercício da autoridade. Se é fato que *a priori* os membros da diretoria, esperando por faccionalismo, têm reconhecido o privilégio de facilitar o acesso aos recursos para si e para seus apoiadores, contudo, neste contexto, também devem, diante da concepção política prenunciada por seus representados para assegurar controle, administrar a explicitação pública desta ilegitimidade e as pressões dos ressentidos e excluídos deste acesso privilegiado. Enfim, provar, para assegurar legitimidade, que não se vale do cargo para se diferenciar ou que não desvia recursos para benefícios pessoais.

Concluindo, é importante, de qualquer forma, reconhecer: o momento de constituição do representante político-institucional por intermédio das associações corresponde assim ao da percepção de que a apropriação e a redistribuição dos bens devem se referenciar a outro sistema de regras, cuja aplicação, em princípio, inflinge aquelas que regulavam as relações personalidades que gerem as afiliações privilegiadas de parentesco e vizinhança. Por isso, o momento da criação de uma associação também o é de expressão de uma série de conflitos entre os impositivamente associados e destes com os mediadores escolhidos ou impostos; enfim, uma violência simbólica pela imposição política de outras formas de organização social. \*

## Referências bibliográficas

- LOVISOLO, Hugo Rodolfo *Terra, Trabalho e Capital: produção familiar e acumulação*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde e LEITE, Sérgio (Coords.) *Assentamentos rurais no Rio de Janeiro: uma abordagem introdutória*. Relatório parcial de pesquisa patrocinada por Convênio Finep/CPDA/UFFRJ, junho de 1997.
- MUSUMECI, Leonarda *O Mito da Terra Liberta*. São Paulo, Editora Vértice/Anpocs, 1988.
- NEVES, Delma Pessanha. Políticas públicas: intenções previstas e desdobramentos Inesperados. *Ciências Sociais Hoje*, 1993, São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1993, p.46-85.
- \_\_\_\_\_. *Reforma Agrária: idealizações, irrealizações e plausibilidades*. *Reforma Agrária*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Vol. 25, Nº 1, janeiro-abril, 1995, p.185-204, 1995b.
- \_\_\_\_\_. *Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói, Eduff, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O associativismo e a imposição do agricultor solidário*. Campinas. II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais. Unicamp, 2005. (cd) v. 1.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. *A Integração no Sul do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, Editora da Universidade de Santa Catarina, 1990.
- SCHMIDT, Benício Viero, MARINHO, Danilo Nolasco C. e ROSA, Sueli L. Couto (Orgs.) *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília, Editora da UnB, 1998.

Assentamento	Fundação	Patrimônios	Formas de comercialização	Instituição Financiadora
Associação de Pequenos Produtores Rurais de Caixa d'Água e Barro Alto – Cooperativa Agropecuária, Industrial e Comercial de Barro Alto e Caixa d'Água – Trajano de Moraes	1988	Escritório completo (computador e telefone), caminhão Mercedes-Benz 23/18, trator 275, carreta, arado e grade, 2 galpões (com 200 m <sup>2</sup> cada). Agroindústria de beneficiamento de banana (estufa e sala de climatização), desidratador, forno para banana, depósito para embalagem e empacotamento.	Contrato de produção de banana por assentados e produtores vizinhos com a cooperativa e abandono da comercialização <i>in natura</i> na Ceasa-RJ. Contrato com Programa de Merenda Escolar, mediante aquisição complementar para atender à diversificação da demanda. Comercialização individualizada de banana <i>in natura</i> com intermediários. Encaminhamento de produtos diversificados ao mercado local.	Crédito Procera e fundo comum (festas comunitárias).
Associação dos Produtores Rurais de Santa Rita – Assentamento Alpina – Teresópolis	1989	Galpão e caminhão 1974.	Comercialização no Pavilhão 30 Ceasa-RJ por meio da associação e mediante contrato com caminhoneiro. Comercialização diversificada em mercado local e/ou feira de produtos orgânicos. Comercialização individualizada no Pavilhão 21 Ceasa-RJ.	Crédito Procera.

Assentamento	Fundação	Patrimônios	Formas de comercialização	Instituição Financiadora
Associação dos Trabalhadores Rurais da Serra do Piloto – Mangaratiba	1988	Secretaria, 2 caminhões (1972 e 1988), câmara de climatização de banana, estufa para banana, 3 burros e cangalhas para transporte das bananas, casa-de-farinha de banana.	Comercialização pela associação no Pavilhão 30 da Ceasa-RJ. Comercialização individualizada com intermediários ou em feiras locais.	Comissão Pastoral da Terra, colaboração de alguns vereadores e prefeitos, transferências da extinta Legião Brasileira de Assistência, do Idaco – Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária e do PACS.
Cooperativa Agropecuária Nova Esperança de São José da Boa Morte – Cachoeiras de Macacu	1997	Um caminhão Mercedes-Benz 708, 1988.	Comercialização pela associação no Pavilhão 30 e individualizada no Pavilhão 21 da Ceasa-RJ. Constituição de feiras livres em favelas no RJ.	Incra.
Associação de Produtores Agrícolas de São Domingos – Cooperativa de Produtores Agrícolas de São Domingos – Conceição de Macabu	1987	Pedras no Pavilhão 30 Ceasa-RJ, depósitos e oficinas, telefone, 2 caminhões, 1 trator Beltec.	Comercialização pela associação no Pavilhão 30 da Ceasa-RJ e em mercados a distância. Incorporação de mercado local (feira, agroindústria leiteira, açougues e intermediários ambulantes).	Programa Comunidade Solidária.

# Diagnósticos participativos em assentamentos rurais no entorno de estação ecológica: o diálogo possível entre Ibama e agricultores

*Luís Antonio Barone*<sup>1</sup>

## **Introdução**

A integração entre a política de preservação ambiental aplicada na Região Amazônica e as expectativas dos atores sociais instalados na parte brasileira da maior floresta do planeta é um dilema que ultrapassa os limites de uma legislação severa ou de um simples recurso às práticas culturais das chamadas populações tradicionais (índios, ribeirinhos ou seringueiros). Uma gama de trabalhadores sem-terra ocuparam vastas áreas desse território, demandando uma política de desenvolvimento rural com características específicas, adequadas à sustentabilidade dos complexos ecossistemas amazônicos. O governo brasileiro tem adotado uma série de iniciativas para a proteção de importantes áreas da Região Amazônica, atribuindo ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama)<sup>2</sup>, como agente oficial, a responsabilidade de enfrentar concretamente este problema.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada na região centro-norte do Estado de Roraima, a fim de subsidiar a elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica (Esec) de Maracá, uma das Unidades de Conservação geridas pelo Ibama nesse Estado. A pesquisa buscou levantar as condições socioeconômicas dos moradores do território do entorno da Esec – área que está sendo

1. Sociólogo, professor-assistente, Doutor no Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da **FCT/Unesp** – Campus de Presidente Prudente – e-mail: labarone@uol.com.br
2. No início de 2007, o governo federal inicia uma reestruturação no órgão, dividindo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) nas suas funções de fiscalização ambiental e política de conservação (esta última cabendo ao novo Instituto Chico Mendes).

definida como Zona de Amortecimento da Estação Ecológica. Tal denominação é atribuída à região do entorno imediato de uma Unidade de Conservação (BRASIL, 2000). Sua abrangência territorial e a definição de normas regulatórias de sua ocupação é uma atribuição do órgão responsável pela administração da unidade (no caso, o Ibama), mas com sua elaboração – prevista no Plano de Manejo – compartilhada com a comunidade ali residente. Diante disso, como parte do esforço investigativo desse referido subsídio, decidiu-se, ao lado dos agentes do Ibama (analistas ambientais), pela realização de diagnósticos participativos (modalidade Diagnóstico Rápido Participativo – DRP) junto às comunidades de três Projetos de Assentamentos (PAs) implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na área de entorno da Esec (territórios que contornam a Estação, num perímetro de 10 quilômetros de suas divisas).

O trabalho de campo foi realizado em janeiro de 2006. Participaram da pesquisa e dos DRPs as comunidades dos PAs Paredão (município de Alto Alegre/RR), Bom Jesus e Tepequém (ambos no município de Amajari/RR). Os DRPs foram montados a partir de ferramentas simples do tipo “problema-solução” e reuniram número representativo de agricultores assentados nos três Projetos. Embora aprimorasse o levantamento de informações sobre tais comunidades, debatendo diretamente com elas seus problemas, o propósito dessa atividade não foi tão somente investigativo. O “encontro” entre agentes do Ibama e os assentados, fora do contexto usual de fiscalização, parece importante para legitimar a presença do órgão junto a essa população, propiciando espaços de diálogo e a reflexão sobre a prática dos agentes oficiais em sua busca por cumprir suas atribuições.

Esclarece-se, aqui, que a terminologia para designar essa técnica de pesquisa e mobilização comunitária difere para cada instituição. É verdade que as metodologias têm diferenças, mas todas são essencialmente voltadas para a elaboração de diagnósticos participativos. Tais diagnósticos não são uma novidade nos programas de desenvolvimento agrícola. Segundo Petersen e Romano (1999), eles começam a ser realizados há pelo menos 30 anos, quando os fracassos evidentes de programas impostos de transferência de tecnologia levaram a que se pensasse quais eram e como se manifestavam os problemas das comunidades. A evolução desses diagnósticos (por vezes chamados de Diagnósticos Rurais Participativos – DRPs – ou Diagnósticos Rurais Rápidos – DRRs), desde então, passa a incorporar cada vez mais a dimensão participativa.

A técnica levada a cabo neste diagnóstico, uma variante dessas metodologias, é denominada Diagnóstico Rápido Participativo (portanto, também DRP) e baseia-se nos critérios de Petersen e Romano (1999). Sua origem está nas ações de planejamento e extensão desenvolvidas no País desde o período da redemocratização (anos 1980). Tais técnicas ganharam uma adesão importante, desde os anos 1990, com o desenvolvimento de manuais oficiais de orientação técnica – como o Guia Metodológico para Diagnóstico de Sistemas Agrários (Garcia Filho, s.d.), utilizado para elaboração de Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais do Inra. Esse tipo de DRP já foi utilizado pelo pesquisador responsável pela consultoria em trabalhos anteriores (BARONE, FERNANDES e SIMONETTI, 2000; FERNANDES, 2000). É importante salientar, na apresentação desta metodologia, que a opção pela realização do DRP foi tomada, sobretudo, para ampliar o diálogo entre o Ibama e a população assentada no entorno da Esec Maracá, incluindo sua participação na discussão dos problemas regionais. Nesse sentido, vale citar o Guia Metodológico para Diagnóstico de Sistemas Agrários: “o diagnóstico não é somente um estudo técnico, mas também de legitimidade” (GARCIA FILHO, s.d., p. 13).

A seguir, após uma contextualização do histórico de ocupação e evolução socioeconômica do Estado de Roraima, serão apresentados dados sumários sobre os três Projetos de Assentamentos envolvidos nas atividades do Plano de Manejo da Esec Maracá e um relato das reuniões feitas com as comunidades para os DRPs. Na conclusão, além da síntese dos problemas vivenciados e percebidos pelas comunidades, buscar-se-á refletir sobre o estágio desse diálogo entre Ibama e comunidade.

### **Roraima: o extremo norte do Brasil**

O Estado de Roraima é a unidade da Federação com o território mais ao Norte do País. Seus limites territoriais são: ao norte, a República da Venezuela; ao sul, os estados do Amazonas e Pará; a leste, a República Cooperativista da Guiana; e, a oeste, suas fronteiras são em parte com o Estado do Amazonas, em parte com a República da Venezuela. A área total do Estado é superior a 224.000 km<sup>2</sup> e sua população está distribuída por seus 15 municípios, somando, aproximadamente, 400 mil habitantes.

Grande parte da vegetação de Roraima integra a Floresta Amazônica e, nessa condição, é considerada pela Constituição Federal como “patrimônio nacional”, cuja utilização deve obedecer a parâmetros legais que assegurem sua preservação.

Como um estado da Região Amazônica, no entanto, Roraima apresenta uma grande variedade de fisionomias vegetais, sendo classificada em oito regiões fitoecológicas: 1) savana; 2) savana estépica; 3) vegetação lenhosa olitográfica dos pântanos; 4) floresta ombrófila densa; 5) floresta ombrófila aberta; 6) floresta estacional semidecidual; 7) área de tensão ecológica e 8) refúgio ecológico. Essa heterogeneidade se deve ao forte gradiente pluviométrico do sul para o norte do Estado, além dos diversos substratos geológicos e as variações de altitude. Embora as savanas tenham tido importância capital no processo histórico de ocupação do território, a floresta ombrófila densa (típica da Amazônia), prevalece no sudeste e noroeste do estado (SEPLAN/RR, 2003).

**Figura 1:** Estado de Roraima (na ponta da seta, a Esec Maracá)



A legislação de preservação ambiental levou a que, no Estado de Roraima, fossem implantadas algumas Unidades de Conservação (UCs), sendo a Estação Ecológica Maracá (Figura 1) uma delas. A Esec Maracá (na verdade, um arquipélago



fluvial no Rio Urariquera) localiza-se na porção centro-norte do estado (município de Amajari) e conta com uma vegetação de transição entre a savana e a floresta (área de tensão ecológica) – a leste – até a vegetação típica da Região Amazônica (floresta ombrófila), na sua porção oeste.

O histórico de ocupação de Roraima sofre, desde muito antes do século **XX**, o influxo da ação governamental. No entanto, essa ocupação está diretamente relacionada à sua especificidade ambiental. Isso porque perto de 17% do território, nas suas partes leste e centro-norte, é coberta por savanas – também conhecidas como serrados, campos ou, na linguagem dos habitantes locais, como “lavrado”. Essa vegetação propiciou, a partir do século **XVIII**, o desenvolvimento de uma pecuária tradicional. A ocupação humana colonial seguiu o curso do Rio Branco, tendo início com a construção, em 1775, do Forte de São Joaquim e da Vila de São Felipe, em local estratégico, na confluência dos rios Urariquera e Tacutu – formadores do Rio Branco (SEPLAN, 2003).

Seguindo o propósito de colonizar a região, nesta mesma época são estabelecidas as primeiras “fazendas reais” – estabelecimentos oficiais – para a criação de gado nos campos nativos. No século **XIX**, a criação de gado se difunde com a formação de grandes fazendas, inclusive com a chegada de migrantes nordestinos a partir da década de 1870. A ocupação, historicamente, se deu ao longo do Rio Branco e ao redor do povoado de Boa Vista, num formato de “raquete” (BARROS, 1995). Após o rápido ciclo da borracha<sup>3</sup>, que estimulou o incremento populacional e econômico na Amazônia na virada do século **XIX**, a garimpagem será o indutor da ocupação de Roraima, tornado território federal em 1943. A construção da **BR-174**, ligando Manaus à Venezuela, nos anos 1970 (outra medida estratégica do regime militar), foi um marco contemporâneo da ocupação de Roraima que, com a Constituição Federal de 1988, tornou-se estado.

Ao lado da tradicional pecuária – cujas transformações determinam, em muito, a configuração espacial de Roraima –, a atividade mineradora pode ser considerada fundamental para o desenvolvimento do atual Estado de Roraima (Rodrigues,

3. Segundo Barros (1995, pp. 50-51), embora tenha havido uma exploração do látex na área florestal do baixo Rio Branco, esta nunca foi comparável às cifras alcançadas por outras áreas amazônicas. A espécie vegetal explorada nessa área era de qualidade inferior e encontrava-se em grande dispersão. No entanto, o autor constata um aumento populacional derivado da extração do látex no território do hoje Estado de Roraima.

1996). A mineração esteve presente desde o início do século **xx** e proporcionou mudanças na paisagem socioeconômica da região. Segundo Rodrigues (1996), autor que estuda especificamente essa atividade, três períodos se sucederam na garimpagem em Roraima. O primeiro teve como centro o então município de Boa Vista do Rio Branco, com a descoberta de diamantes nos rios Maú e Tacutu, em 1912. Essa atividade mineradora continuou até a década de 1960. No decorrer desse primeiro ciclo, descobriu-se diamantes na Serra do Tepequém, o que provocou um grande afluxo de população, a formação de povoados e uma certa diversificação econômica. Na década de 1940, a atividade mineradora era o setor econômico mais importante da região do atual estado, sendo responsável por mais de 80% de suas exportações.

O aprimoramento técnico da mineração determina o segundo ciclo mine-rador. Embora localizado nas mesmas regiões do primeiro período de garimpagem, a partir de meados da década de 1960, a mecanização dará a tônica nesse empreendimento, inclusive com o aproveitamento do ouro como subproduto da mineração diamantífera. Nesse período, se descobriu jazidas de cassiterita a noroeste de território, em terras habitadas pelos Yanomami. A construção da **BR-174**, que atravessa o território roraimense de sul a norte também é marca desse ciclo, na medida em que facilitou a chegada de gente e equipamentos, bem como o escoamento da produção.

O terceiro momento histórico do garimpo em Roraima inicia-se com o súbito aumento no preço internacional do ouro, que quase quadruplicou nos últimos anos da década de 1970. Com o esgotamento das jazidas de outras regiões mineradoras da Amazônia (como Serra Pelada), em meados dos anos 1980, Roraima assistiu a uma verdadeira “corrida do ouro”. A população roraimense quase triplicou nesta década e a produção aurífera foi a maior de sua história, atingindo seu auge entre os anos 1988 e 1990. Nesse período, a exploração de jazidas em áreas indígenas – notadamente no caso dos Yanomami – foi intensa, gerando reações da sociedade civil do País e do exterior. No entanto, em Roraima, a economia e grande parte da população passaram a viver em função dessa atividade, que congregou mais de 40 mil garimpeiros na virada das décadas de 1980 e 1990. A utilização de transporte aéreo em larga escala marca esse período, com a construção de inúmeras pistas de pouso clandestinas, mais tarde destruídas por ordem do Governo Federal (Rodrigues, 1996).

Após o arrefecimento da mineração, em grande parte reprimida pelo governo federal, a população voltou a suas atividades anteriores – como a pecuária tradicional, a agricultura (começa nesta época a cultura de arroz em Roraima) e a exploração madeireira. O excedente populacional gerado pela atividade de garimpo voltou-se para a cidade de Boa Vista e passou a buscar terras em projetos de assentamentos dirigidos pelo Instituto de Terras e Colonização de Roraima (Iteraima) ou pelo Incra – informação repetida em vários depoimentos colhidos durante o trabalho de campo.

A ocupação do território de Roraima, ligada a movimentos migratórios, terá, nas últimas décadas, nos amazonenses e em naturais dos estados nordestinos do Maranhão e do Ceará, seu principal suprimento humano. A atividade mineradora e a disponibilidade de terras serão os grandes estímulos para esses migrantes, aliados às políticas de atração de recursos humanos levadas a cabo pelos governantes do período pós-1964.

Da ocupação da área centro-nordeste, explorada pela pecuária tradicional nas terras do lavrado, as principais direções do desenvolvimento foram o norte/noroeste, em função da mineração, e a porção sul de Roraima, ocupada a partir da construção da rodovia **BR-174**. Enquanto a garimpagem foi reprimida no quadrante mais ao norte, a ocupação da região sul levou à formação de novos municípios – como Rorainópolis, surgido de uma imensa colonização, que, para além da ação oficial, acabou por atrair milhares de trabalhadores.

A situação fundiária de Roraima é bastante complexa. Segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado, corrigidos neste relatório, da área total de Roraima, 116.881 km<sup>2</sup> são contingenciados, sendo 100.965 km<sup>2</sup> contingenciados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) (com mais de trinta áreas indígenas), 2.747 km<sup>2</sup> pelo Exército, e 13.169 km<sup>2</sup> pelo Ibama (**SEPLAN/RR, 2003**)<sup>4</sup>.

Desse modo, perto de 45% das terras roraimenses são áreas indígenas, assim como 5% do território é composto por áreas de preservação/conservação. Essa situação explica, em muito, a pressão sobre as áreas contingenciadas. As irregula-

4. No documento oficial consultado (Seplan/**DEE**/Deplae-RR. Perfil socioeconômico de Roraima. Boa Vista, Seplan/RR, agosto/2003) foi constatado um erro na medida de área informada no item “Estrutura Fundiária” (p. 06). Ali, as cifras correspondem à área em quilômetros quadrados (Km<sup>2</sup>), mas estão apresentadas em hectares (ha).

ridades fundiárias são grandes, com destaque para o recente conflito envolvendo a homologação de uma área contínua de terra para uma reserva indígena.

Apesar dos conflitos quanto à questão fundiária, os sucessivos governos, pressionados pelos interesses locais, têm aberto muitas estradas. A partir da década de 1970, muitas rodovias foram construídas, ligando fazendas e povoados, que se transformaram, mais tarde, em municípios. Essa rede de estradas facilitou a ocupação de novas terras, ignorando se eram áreas indígenas ou de preservação permanente. Esses caminhos aceleraram a agressão ao meio ambiente – com a extração predatória da madeira – e foram os vetores da chegada de migrantes, assentados nos projetos do Incra e do Iteraima. Também facilitaram a retomada da mineração, na década de 1980.

As estradas vicinais se alongam segundo o desenho conhecido como “espinha de peixe”, transversalmente ao eixo da estrada principal e formam a maior parte dos atuais 3 mil Km de estradas estaduais. Sua construção e manutenção são constantes, devido à destruição causada nos períodos de chuvas (maio a agosto). Com as novas estradas, grupos de colonos se embrenham cada vez mais na floresta, em busca de novas terras. Muitas dessas glebas (regularizadas ou não pelos órgãos oficiais) são vendidas, após a retirada das madeiras e a transformação das áreas em pastagens (SANTOS, 2004). Esse processo (observado no trabalho de campo) é conflituoso, pois se dá com o açambarcamento das terras dos assentamentos do Incra pelos pecuaristas, deslocando os rebanhos para o sul-sudeste do estado, bem como para os seus quadrantes centro-oeste e noroeste – caso este observado na pesquisa deste diagnóstico.

A ocupação do território de Roraima deve-se, em muito, ao processo de colonização oficial. Ainda segundo Santos (2004), é a partir das colônias, pontos de fixação da população na zona rural, instaladas junto às estradas de “integração”, que a maior parte do território roraimense foi efetivamente ocupada e explorada. Prova disso é que oito dos 15 municípios de Roraima tiveram origem em colônias oficiais (Mucajá, Alto Alegre, Cantá, Caroebe, São João da Baliza, São Luiz do Anauá, Iracema e Rorainópolis).

O estímulo a essa política de ocupação parte dos governos locais, desde a época do território federal, e ganha mais instrumentos com a criação do Iteraima, em 1992. Porém, o governo federal também realiza, por meio do Incra, uma política de assentamento no estado, área considerada “prioritária” para a dita reforma

agrária no período do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, durante o Governo Sarney (SOUZA, 2001).

Assim, o acesso à terra tem sido facilitado por objetivos estratégicos (ocupação do “vazio”), políticos (atender à demanda dos “sem-terra” e criação de uma clientela eleitoral) e econômicos (liberação de áreas florestais para a exploração agropecuária). Isso acontece sem levar em consideração as restrições ambientais e as condições de infra-estrutura e de mercados, o que torna os assentamentos quase como locais de passagem para muitos trabalhadores, que os abandonam depois de um certo tempo (SANTOS, 2004).

Esse mesmo autor dá conta de que, geralmente após a ocupação e derrubada da área florestal permitida para o plantio de culturas temporárias, o assentado enfrenta a dificuldade de continuar a produção naquela área. Utilizando-se de técnicas rústicas para implantar a lavoura, como a queima do mato e a chamada “roça no toco” (isso porque o agricultor não consegue realizar a destoca na área de plantio), o assentado vê a rebrota da vegetação nativa acontecer muito rapidamente, na forma de “juquirá”, vegetação secundária muito persistente e fechada. Conseguir plantar dois ou três anos consecutivos depende, sobretudo, de sorte. No mais das vezes, o agricultor avança sobre a área de reserva de seu lote, desmatando e queimando, pois é mais fácil do que combater a juquirá (sobretudo sem o recurso à motomecanização).

Além de desrespeitar a lei ambiental ao cortar mata virgem além do permitido, a queima é um risco para o ambiente roraimense. Nos anos de forte estiagem, uma queima de roça pode desdobrar-se em perigosos incêndios, como os ocorridos nos anos 1997/1998, que queimaram perto de 18% da vegetação de cobertura do estado (BARBOSA e FEARNside, 2000). Como alternativa para controle da vegetação invasora e, ao mesmo tempo, valorização do lote, a formação de pastagem nas áreas desmatadas (outrora áreas de cultivos anuais) é comum. Isso propicia o fenômeno da concentração das terras das colônias e assentamentos, abandonadas ou vendidas depois de alguns anos de tentativa de implantação de uma agricultura bastante deficiente – situação comum para toda a Amazônia, é bem verdade.

Agrava esse quadro a atuação do setor de fiscalização do Ibama, que tem buscado, nos anos recentes, ser rigoroso com relação ao cumprimento da legislação ambiental. Além de punir os agricultores que queimam suas roças fora do período determinado pelo órgão (existe um cronograma do Ibama para a

queima), ainda exige o cumprimento da Medida Provisória 2.166, que estabelece a reserva ambiental de 80% da área das propriedades rurais. Considerando o fato de alguns lotes de assentamentos terem área inferior a 20 hectares – como os dos PAs Jatapu (município de Caroebe), Vilena (município de Bonfim) e mesmo alguns lotes do assentamento Bom Jesus (município de Amajari), na área de entorno da Esec Maracá – a área útil para agropecuária de um lote de assentamento é exígua, tornando a subsistência da família de colonos uma tarefa quase impossível.

A discussão acerca de um desenvolvimento sustentável, embora presente nos discursos, pouco impacto tem nos rumos da economia local (ressalve-se, com relação a isso, o setor de turismo ecológico – ainda pequeno – e a defesa, polêmica é verdade, dos reflorestamentos de acácia, como “ecologicamente corretos”). A discussão de alternativas ambientalmente adequadas e economicamente rentáveis para os agricultores do entorno da Esec Maracá – uma das expectativas dessa população, percebida quando do trabalho de campo – poderá ser um ponto de partida interessante para práticas de subsistência e obtenção de renda que não destruam o patrimônio ecológico da região.

### **Os assentamentos do entorno da Estação Ecológica Maracá**

Além de uma população indígena e, a partir do início do século **xx**, uma ocupação via pecuária nas áreas de transição ecológica – que atualmente tem penetrado em direção à floresta, a ocupação do entorno da Esec Maracá tem se dado, desde o final dos anos 1980, também por meio de projetos oficiais de colonização (Iteraima e Incra). Na área do entorno (calculado preliminarmente num raio de 10 km. dos limites da Esec), estão partes dos PAs Paredão (Alto Alegre), Tepequém e Bom Jesus (Amajari) – todos implantados pelo Incra (Figura 2). Observou-se, porém, que os projetos do Incra, muitas vezes, são instalados em áreas contíguas aos projetos de colonização do Iteraima. Assim é, no caso dos PAs Paredão – vizinho a uma colônia do Iteraima (de nome Alto Alegre, mas conhecida pelos assentados como “Paredão Velho”, implantada em 1976) – e Tepequém, também implantado de forma contígua à colônia Tepequém do Iteraima (1989). Aliás, nesse caso, a colônia do Iteraima e o assentamento do Incra são popularmente conhecidos como “Trairão”, nome do principal rio que corta a região. Seguem, na tabela abaixo, dados básicos sobre os três Projetos de Assentamentos que estão na área de entorno da Esec, visitados no trabalho de campo.

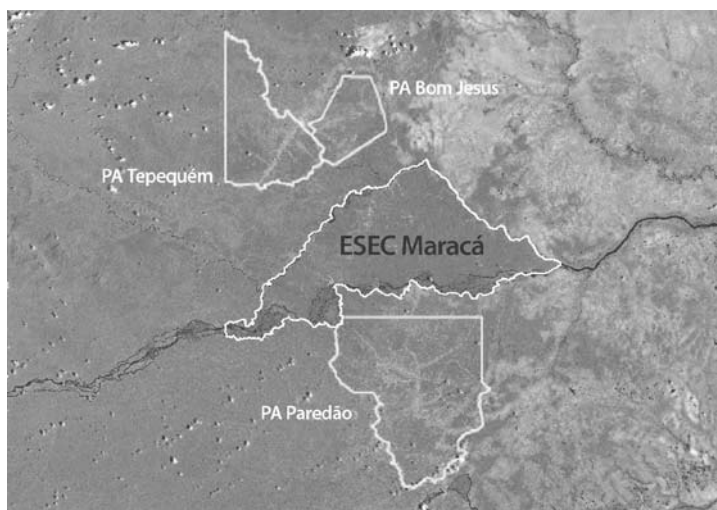
**Tabela 1:** Projetos de Assentamento (Incra) no entorno da Esec Maracá

Nome	Ano de Instalação	Área (ha)	Capacidade UAF	Nº de Beneficiários	Nº de Residentes (Sec. Saúde/RR)
Paredão	1987	–	1.375	850	640
Tepequem	1992	36.866	1.538	395	482
Bom Jesus	1999	17.629	300	212	330

Fonte: Incra/RR e Departamento de Epidemiologia da Secretaria Estadual da Saúde/RR<sup>5</sup>.

Uma primeira consideração a respeito dos PAs objeto de investigação/intervenção, é com relação à população ali residente. Conforme a Tabela 1, além da grande diferença entre o número potencial de lotes (unidades de agricultura familiar – **UAFs**) de cada assentamento e o número de famílias que oficialmente receberam lotes (beneficiárias), os números de residentes em cada PA, fornecidos pelo Departamento de Epidemiologia da Secretaria Estadual da Saúde/RR, demonstram um claro esvaziamento, situação a ser discutida a seguir.

5. Os dados desta tabela foram citados, em parte, por Santos (2004). Sobre essa informação original acrescentaram-se os dados sobre o PA Bom Jesus (não coberto pela pesquisa do autor supra) e a informação colhida junto ao Departamento de Epidemiologia da Secretaria Estadual da Saúde de Roraima, em janeiro de 2006, sobre a população atendida pelos Postos de Atendimento de Saúde nas localidades em tela (os três PAs). Essa informação específica trata do número de indivíduos constantes nos cadastros dos postos e é um número de referência a mais, já que o cálculo de população rural moradora em assentamentos é especialmente difícil. Com relação ao número de moradores efetivos, sem a realização de um censo não se pode ter mais que estimativas.

**Figura 2:** Localização da Esec Maracá em relação aos PAs do entorno.

Fonte: Ibama/RR – Trabalho de campo (janeiro/2006).

O histórico de implantação desses PAs está diretamente relacionado à política de estímulo à ocupação do Território Federal (depois estado), levada a cabo a partir dos anos 1970. Percebe-se, pela localização dos assentamentos, que Incra e Iteraima competem nesse processo de assentamento. Conforme apontado no capítulo de contextualização, essa concorrência, não poucas vezes, expressa o conflito entre a União e o estado no tocante à questão fundiária, apenas uma entre outras questões que opõem a União e os interesses (políticos e empresariais) do Estado de Roraima. Nas entrevistas realizadas, porém, não foi constatado nenhum conflito institucional específico no processo de instalação dos PAs. Não foi encontrado, no trabalho de campo, nenhuma forte relação entre os assentados do PA Paredão e o chamado “Paredão Velho” (Colônia Alto Alegre). O município de Alto Alegre conta com uma população de 22 mil habitantes (segundo dados do IBGE para 2005). A produção agrícola do assentamento Paredão (sobretudo a horticultura ali desenvolvida) é importante na economia local e regional.

Com relação ao PA Tepequém (também chamado de Trairão), o esvaziamento constatado não significa que os assentados deixaram os lotes definitivamente. Muitas famílias beneficiárias do PA Tepequém (Incra) residem na vila da colônia



Tepequém (conhecida como Vila Trairão – Iteraima), sobretudo devido às péssimas condições das estradas e ausência de estrutura de serviços na vila do PA Tepequém (chamada de “Vila Nova”). Ali, embora existam instalações – como de um posto de saúde – o mesmo nunca esteve em funcionamento. Todos os beneficiários do PA Tepequém reportam à Vila Trairão para atendimento escolar ou de saúde.

Para os moradores do PA Tepequém, portanto, existe uma continuidade (geográfica e histórica) entre os dois assentamentos. Em entrevistas realizadas na Vila do Trairão, levantou-se a existência de um movimento pela emancipação político-administrativa da vila – que se tornaria a sede do município de “Maracá”. Mais adiante, portanto, na apresentação da infra-estrutura social do PA Tepequém, serão incluídos dados sobre a infra-estrutura social da colônia Tepequém (Vila Trairão), do Iteraima. No caso do PA Bom Jesus, verificou-se que esse projeto é composto por duas frentes de ocupação (preliminares à implantação oficial do assentamento). Uma delas partiu exatamente da colonização do Trairão (Tepequém), cuja proximidade não tem configurado um trânsito maior porque não existe estrada que cubra os poucos quilômetros que separam os limites dos dois assentamentos. A população do município de Amajari é bem reduzida (6 mil habitantes, segundo dados do IBGE para 2005), tornando importante esses núcleos de assentamentos visitados.

### **Os diagnósticos participativos nos assentamentos**

Constata-se, num primeiro momento, que o envolvimento dos assentados dos três PAs do entorno da Esec Maracá foi notável (com presença variando de 27 a 49 assentados). A metodologia usou de ferramentas simplificadas do tipo “problema-solução” e procurou respeitar a organização interna dos assentamentos. Dessa forma, os assentados puderam refletir em grupos – e depois na reunião com todos – sobre seus problemas. O momento de troca de informações foi útil para dirimir dúvidas da comunidade e consolidar a informação acerca dos principais problemas dos assentamentos, conforme vistos pelos assentados.

Apenas no PA Paredão aconteceu uma mescla de assentados de diferentes vicinais (e de diferentes associações, portanto). No caso do PA Tepequém, dada a grande quantidade de moradores da Vila Trairão (a reunião aconteceu na Vila Trairão), o DRP dividiu o grupo de presentes entre moradores da colonização e do PA. Já no PA Bom Jesus, dividiu-se os presentes entre grupo da “Bola” e grupo da

“espinha de peixe” (denominado ali, grupo da vicinal), respeitando a divisão que os próprios assentados mantêm. Em todas as reuniões, as mulheres formaram um grupo à parte – opção para valorizar e preservar o direito de discussão dessa representação (Petersen e Romano, 1999).

### **1. O problema da infra-estrutura**

Em todos os grupos dos três assentamentos, o principal problema apontado foi a falta de infra-estrutura nos PAs. Do grande rol de deficiências nessa área, as condições das estradas aparecem com destaque. De fato, o próprio veículo da equipe do DRP (um utilitário com tração nas quatro rodas) encontrou dificuldade para transitar pelas estradas dos assentamentos. No período das chuvas – mais intensas entre os meses de maio a agosto –, o acesso com veículos motorizados fica impraticável. Apesar disso, motos e caminhões fazem esses caminhos praticamente o ano todo. Isso implica diretamente na oferta de transporte de passageiros – praticamente inexistente nos assentamentos. No caso do PA Tepequém, no qual a maioria dos agricultores mora na Vila Trairão, existe uma linha de ônibus regular até Boa Vista – mas, nem por isso, as estradas são boas. Nos outros PAs, as pessoas devem pegar carona no caminhão da Feira do Produtor (que passa de uma a duas vezes por semana) ou pagar uma “passagem” para os moradores que têm veículos para serem levados até um ponto pelo qual passe um ônibus de linha.

Outros equipamentos sociais apresentam-se de forma irregular nos três PAs estudados. Enquanto o PA Paredão conta com alguns equipamentos de infra-estrutura em funcionamento (posto de saúde com presença semanal de médico, escolas, quadra e campo de futebol), os outros dois assentamentos não têm esses equipamentos. Se, conforme já apresentado, a maioria dos assentados do Tepequém residem na Vila Trairão (fora do PA, portanto), não existe tanta pressão para que as instalações comunitárias nesse assentamento funcionem. O posto de saúde não funciona e a escola de 1ª a 4ª série funciona de forma precaríssima. Nem por isso, diga-se de passagem, o atendimento à saúde na Vila Trairão é minimamente aceitável: o posto, quase abandonado, “só tem médico em época de eleição” (disse um participante do DRP).

No caso do PA Bom Jesus, a ausência de equipamentos é mais gritante. O posto de saúde não funciona (os moradores vão até à Vila Trairão para qualquer necessidade) e a escola encontra-se em condições precaríssimas, até mesmo sem água (a água consumida na escola é buscada num córrego). A carência de

professores e a dificuldade de transporte escolar é comum nas três localidades, embora seja mais gritante nos PAs de Amajari (Tepequém e Bom Jesus).

Água e energia elétrica também são problemas. O PA Paredão é servido de uma pequena rede de energia, que cobre apenas a vila e a área comunitária. Ali não é cobrado nada pela energia, porém o fornecimento é restrito a determinados horários (manhã e noite). Os assentados reclamam desta limitação, mas essa é a contrapartida do fornecimento gratuito. Fora da vila, energia elétrica só tem quem possui gerador próprio (movido a diesel). Esta última situação é a condição de abastecimento de eletricidade nos outros projetos de assentamentos. Novamente, o fato de muitos assentados do PA Tepequém morarem na vila Trairão, permite que eles se sirvam da rede de energia que essa localidade dispõe. Ali, os moradores pagam R\$ 3,00 para a Companhia Elétrica de Roraima (CER), porém têm o fornecimento mantido durante todo o tempo. No Bom Jesus, não existe qualquer equipamento público para geração de energia. Como poucos assentados dispõem de gerador, essa população é a que mais sofre pela falta de eletricidade.

O abastecimento de água, por sua vez, se dá fundamentalmente por poços simples. A falta de energia elétrica impede a instalação de bombas no PA Bom Jesus, o único no qual foi registrado o consumo humano da água de córregos. Na Vila Trairão e no PA Paredão, foram citados problemas com a qualidade da água do poço profundo.

A cobrança da atuação mais eficiente das autoridades municipais foi a tônica da discussão sobre as soluções. Com relação às estradas e à energia elétrica, os governos estadual e federal foram citados também (como uma cobrança sobre o Programa Luz para Todos, por exemplo). A falta de organização dos assentados para pressionar pelas melhorias foi citada – notadamente pelas mulheres dos três projetos – e ressalta-se, também, que, sobretudo para os moradores do PA Tepequém, uma possibilidade de emancipação da Vila Trairão – que se tornaria sede de um novo município – aparece como uma solução para os problemas de infra-estrutura elencados. Embora os moradores da localidade relatassem sobre um projeto nesse sentido, informações colhidas na Secretaria de Planejamento do Estado negaram essa expectativa de ampliação do número de municípios em Roraima.

## **2. O Incra, a produção e a assistência técnica**

A ausência de uma atuação firme e conseqüente do Incra, órgão promotor dos assentamentos pesquisados, também pautou o debate sobre os problemas dos

assentamentos. De fato, a falta de recursos humanos é algo que prejudica em muito o órgão – algo que ocorre em todo o País. Porém, inúmeros problemas decorrentes da omissão e do protelamento por parte do Incra complicam o quadro do desenvolvimento desses PAs.

Como exemplo maior dessa postura do Incra, tem-se a situação do assentamento Bom Jesus. Na reunião realizada ali, a principal reclamação com relação ao Incra é o protelamento da averbação e reconhecimento da área de reserva coletiva. Esse problema vem desde a implantação do Bom Jesus, resultado de dois modelos distintos de assentamento. Uma parte importante do PA Bom Jesus foi planejado como um assentamento no formato radial (também chamado “Margarida” – ou “Bola”, como dizem os assentados do Bom Jesus). Assim, a partir de uma área central, com funções comunitárias, os lotes são dispostos ao redor, tendo um dos lados margeando a área central. Porém, complementando o projeto, os lotes foram demarcados com uma área bastante reduzida (chegando a lotes com menos de 20 hectares) – redução que seria compensada com uma reserva legal coletiva, disposta nos extremos do assentamento.

Há anos o Incra tem o dever de averbar tal reserva, coisa que não o faz. Com isso, o Ibama não pode considerar a área de reserva planejada como tal. Portanto, os assentados dessa parte do Bom Jesus não podem utilizar mais do que três ou quatro hectares para o cultivo agrícola. Ressalta-se que outra parte do PA Bom Jesus não sofre essa restrição. Esta parte foi demarcada de forma tradicional, a partir de uma vicinal-tronco, com lotes de aproximadamente 60 hectares – e áreas “livres” para exploração medindo, em média, 12 hectares.

Em todos os assentamentos, a reivindicação no quesito produção girou em torno do apoio ao aumento da produtividade dos roçados – procedimento que poderia diminuir a necessidade de queimar novas áreas para implantar mais roçados. Pouco se falou de atividades agroextrativistas ou outras que se pautem por critérios de sustentabilidade ambiental. No mais das vezes, as idéias convergiram para a implementação do pacote agrícola convencional, como a reivindicação recorrente da motomecanização da agricultura (tratores), que possibilitaria um aproveitamento melhor da área já desmatada (superação da técnica do roçado de toco e melhor combate à juquira).

Nas conversas mantidas com os técnicos do Ibama que acompanhavam a pesquisa (membros da equipe da Estação Maracá), não havia, até então, qualquer idéia acerca de alternativas que melhorassem a produção desses assentados. Se

essa questão não está colocada para o Ibama nesta situação específica, a partir do estabelecimento da área de amortecimento da Estação Ecológica, ela será tema de discussão obrigatória.

Sobre a assistência técnica, fundamental para o encaminhamento de qualquer projeto produtivo mais completo, os assentados reclamam da total ausência de pessoal acompanhando os poucos projetos levados a cabo por meio do Pronaf. Uma empresa de assessoria, contratada para responder por tal assistência (denominada “Êxito”), após montar os projetos – exclusivamente para criação pecuária –, nunca mais se fez presente nos três assentamentos.

O encaminhamento das soluções, a partir da opinião expressa pelos assentados nas reuniões do DRP, pressuporia uma maior presença do Estado (em todos os níveis) nas regiões dos assentamentos. No caso do PA Tepequém, citou-se até mesmo a possibilidade da emancipação político-administrativa da “Vila Trairão”, que passaria a ser o município de “Maracá”, como alternativa para melhoria da infra-estrutura social e, até mesmo, da assistência técnica. O Incra e o Ibama foram, também, bastante cobrados em ações de regularização dos projetos de assentamentos e de educação ambiental, como forma de se evitar penalizações recorrentes às quais os assentados são submetidos.

### **Por uma conclusão**

Constatou-se que, salvo raras exceções, a população ignora o que é uma Estação Ecológica e, até mesmo, a localização da vizinha Esec Maracá. Além disso, os assentados criticam o Ibama por sua severidade na fiscalização e repressão às queimadas, sem desenvolver uma ação educativa sobre o manejo da floresta e o uso do fogo no controle da vegetação que invade as áreas de cultivo. Não se tem clareza sobre qualquer atividade econômica sustentável, algo que o próprio Ibama também não está preparado para desenvolver junto aos agricultores a serem envolvidos no Plano de Manejo.

A constituição do Conselho Consultivo da Estação Ecológica, etapa necessária para a implementação do Plano de Manejo, certamente carregará tensões aferidas nesta pesquisa. Além do desconhecimento (que pode ser considerado mútuo), uma série de reivindicações dos assentados não parece fazer eco junto aos analistas ambientais.

Até que ponto o desenvolvimento e a implementação de uma política de sustentabilidade desses territórios oficialmente colonizados cabem ao órgão

responsável pela conservação ambiental? E ao Incra (ou ao Iteraima, quando for o caso)? A integração de políticas públicas, por meio dos órgãos federais, parece bastante distante em Roraima. O caso da não-averbação da área de reserva coletiva na parte da “Bola” do PA Bom Jesus é um exemplo. O Ibama não demonstra – ao menos sem uma forte pressão dos assentados – interesse em enfrentar esse dilema, prevalecendo um rigor legalista e fiscalizatório (os assentados “devem obedecer à lei”, dizem os técnicos do Instituto).

Trazer tratores para os assentamentos do entorno da Esec Maracá (reivindicação dos assentados) será a solução? Apenas algumas lideranças – sobretudo no PA Tepequém – citaram especificamente alternativas agroextrativistas, como a exploração de frutas nativas ou a implantação da cultura do açaí. Diferente do Estado do Acre, reconhecido por seus projetos sustentáveis, em Roraima essa questão parece – sobretudo na região objeto do estudo – pouco discutida. Os projetos econômicos mais visíveis estão ligados à grande agricultura comercial, alguns até com um rótulo de “sustentabilidade” – como é o caso da implantação do reflorestamento com a acácia, que busca (no período da pesquisa), atestado de ambientalmente adequado.

O aprimoramento da infra-estrutura social nos assentamentos é outra necessidade bastante evidente. A ausência de um adequado abastecimento de água (PA Bom Jesus), as deficiências no sistema de saúde (com mais ou menos cobertura, problema em todos os assentamentos estudados) e carências na educação da população – sobretudo jovem – demandam uma ação pró-desenvolvimento comunitário. Como pessoas tão desassistidas poderão co-gerir uma Estação Ecológica, sem solucionar antes, seus problemas básicos?

Desafios é o que não faltam nesse diálogo necessário, que visa aprimorar a gestão democrática das Unidades de Conservação do País. No caso de Roraima – e especificamente na região da Estação Ecológica de Maracá –, os primeiros passos foram sendo dados nesse diálogo. A realização dos DRPs teve como um dos objetivos justamente possibilitar essa aproximação dialógica, embora ressalta-se que essa facilitação não foi bem compreendida pela equipe de analistas da Estação Ecológica. É inegável, no entanto, que a gestão da Estação Ecológica, a partir dos marcos atualmente em vigor, incorporará as tensões sociais decorrentes de uma política pública de assentamento em áreas florestais, cuja principal característica – aliás, recorrente em todo o País – é o descaso com um planejamento racional para o desenvolvimento dessas experiências de distribuição de terras.

A capacidade que o Ibama terá para lidar com essas tensões será determinante para o sucesso da gestão participativa da Estação Maracá (ou de qualquer outra UC). Além de uma capacidade de interlocução, de ação educativa com caráter popular, apresenta-se para o órgão o desafio de gerir um fórum que precisa ser mediador de uma série de reivindicações das populações moradoras do entorno que, enfim, não se limitam aos assentados em projetos do Incra, mas incorporam indígenas e produtores rurais mais tradicionais – além de um número não preciso de agentes sociais clandestinos, como garimpeiros e grileiros, que às vezes contam com apoio velado das autoridades regionais. *Alea jacta est...* \*

### Referências bibliográficas

- BARBOSA**, R. I. e **FEARNSIDE**, P. M. *As lições do fogo. Revista Ciência Hoje*. Vol. 27, nº 157, jan/fev. 2000.
- BARONE**, L. A.; **FERNANDES**, B. M. e **SIMONETI**, M. C. L. *Assentamentos rurais e desenvolvimento socioeconômico: notas de uma atividade de intervenção*. Retratos de Assentamentos, Araraquara, FCL/Unesp, v. 6, no. 08, pp. 55-67, 2000.
- BARROS**, N. C. C. *Roraima – paisagem e tempo na Amazônia setentrional*. Recife, Ed. UFPE, 1995.
- BRASIL**. *Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – **SNUC**. Brasília, 2000.
- FERNANDES**, B. M. (Coord.). *Relatório do projeto de extensão Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Nova Conquista – Rancharia/SP* (Convênio Unesp/Incra), São Paulo, Proex/Unesp, 2000.
- GARCIA FILHO**, D. P. *Guia Metodológico para Diagnóstico de Sistemas Agrários* (Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO). Brasília, s/d.
- IBGE** – Disponível na Internet: [www.ibge.gov.br/cidadesat/](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/)
- PETERSEN**, P. e **ROMANO**, J. O. (Orgs.) *Abordagens participativas para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro, **AS-PTA/ActionAid-Brasil**, 1999.
- RODRIGUES**, F. S. *“Garimpando” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sociopolítica* (Dissertação de mestrado). Belém/PA, **UFPA**, 1996.
- SANTOS**, N. P. D. *Políticas Públicas, Economia e Poder: o Estado de Roraima entre 1970 e 2000* (Tese de Doutorado). Belém/PA, **UFPA**, 2004.
- SEPLAN/DEE/DEPLAE/RR**. *Perfil socioeconômico de Roraima (atualização 2003)*, Boa Vista, Seplan/RR, agosto 2003.
- SOUZA**, C. M. *Gaúchos em Roraima*. Porto Alegre, **EDIPUCRS**, 2001.

# Estratégias agroecológicas de intervenção em assentamentos humanos: extensão para um rural sustentável<sup>1</sup>

*Maristela Simões do Carmo*<sup>2</sup>

*Mauro Sérgio Vianello Pinto*<sup>3</sup>

*Valeria Comitre*<sup>4</sup>

## **1. Introdução**

A hegemonia do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, no qual se inclui a modernização conservadora da agricultura, não garantiu a exclusão da fome e da miséria da maioria da população. Ao contrário, acentuou a pobreza, a desnutrição, a degradação da base dos recursos naturais, a perda da qualidade de vida no meio rural, em especial a violência que migrou da cidade para o campo, “produzindo” além de *commodities*, roubos, seqüestros e assassinatos, onde existia tranqüilidade e harmonia com a natureza.

Na base do modelo de desenvolvimento se encontra, ainda, a necessidade de uma reforma agrária plena, cuja falta, nas palavras de Herbert de Souza (Betinho), é o pecado original desse modelo. Enquanto a nossa sociedade e a elite governante não reconhecem esse “pecado”, os atores envolvidos com a temática e as

1. Apresentado na mesa redonda “Os assentamentos na agenda das políticas públicas: integração forçada, estratégias de sustentabilidade e diversificação”, no Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais, Araraquara, 29 de novembro a 1º de dezembro de 2006.
2. Professora-adjunta da **FCA/Unesp** – Botucatu e professora-colaboradora do Programa de Pós-Graduação da Feagri/Unicamp, e-mails: stella@fca.unesp.br; stella@agr.unicamp.br.
3. Professor-assistente da **FCA/Unesp** – Botucatu, e-mail: vianello@fca.unesp.br.
4. Pesquisadora científica do Instituto de Economia Agrícola da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (**IEA/APTA/Saasp**), e-mail: comitre@apta.sp.gov.br.



políticas públicas, ainda tímidas, buscam saídas para minimizar o quadro de crise econômica e socioambiental que se abate no rural contemporâneo brasileiro.

Nesse cenário, os desafios se colocam na superação dos limites impostos pelo modelo convencional, procurando recuperar e preservar os recursos naturais e integrar os agricultores familiares no desenvolvimento global do País. Na base desse encaminhamento se encontra a discussão sobre desenvolvimento rural e agricultura sustentável.

Embora esses sejam conceitos controversos e pouco precisos, tornaram-se objetivos úteis, uma vez que reconhecem a complexidade das interações socioeconômicas com o meio ambiente, focando a produção agrícola para além da técnica, com uma formatação social, mediada por atores cultural e economicamente desiguais na sua capacidade produtiva.

No esforço de inserir a sustentabilidade no modelo atual, há espaços para a integração de uma racionalidade ecológica na produção agropecuária. As agriculturas de bases ecológicas (orgânica, biológica, natural, biodinâmica, permacultura, etc.) já têm uma ampla aceitação na sociedade, apesar de se encontrarem, ainda, grandes dificuldades para a instalação de “monoculturas ecológicas”, que viabilizem a produção em grande escala de *commodities* limpas, ou seja, sem resíduos químicos.

As dificuldades maiores, porém, surgem quando se trata de procurar os espaços dos agricultores familiares descapitalizados nessa produção. Em primeiro lugar, “não se perde tempo” com esse público, pequenos agricultores, porque, precisa-se de alimentos em abundância que garantam a manutenção do modelo, e em segundo lugar são os apelos do mercado, instância reguladora máxima do processo global neoliberal, que indicam os rumos das políticas para a agricultura.

Nesse ponto é que se torna importante a política do Ministério do Desenvolvimento Agrário (**MDA**) para a extensão rural aos agricultores familiares. A abordagem dessa política

“... abre o caminho para a participação e o controle social sobre as políticas públicas, de modo que se estabeleçam possibilidades concretas para que o aparato estatal e os serviços públicos em geral fiquem à disposição da população, particularmente daqueles segmentos até então alijados do processo de desenvolvimento” (**MDA**, 2004:3).

O objetivo deste artigo é estabelecer os elementos necessários para a interligação entre a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e os fundamentos da Agroecologia, como um suporte teórico para as estratégias de intervenção das agriculturas de bases ecológicas e os processos participativos, que conduzam à construção de um novo modelo de desenvolvimento para o rural brasileiro. A construção de tal modelo leva em consideração o que alguns autores chamam de Extensão Rural Agroecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, 2004).

## **2. A política nacional da Ater (Pnater)**

A Pnater nasceu do desafio de se criar meios institucionais para apoiar estratégias para o desenvolvimento rural sustentável, tendo como público-alvo os agricultores familiares em suas várias modalidades, pequenos agricultores, assentados, quilombolas, povos indígenas, e outras populações tradicionais como pescadores artesanais, ribeirinhos e extrativistas. Idealizada para funcionar de forma participativa, tal política pretende “contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho” (MDA, 2004:3). O ponto alto dessa política é a preocupação em abrir espaços para a integração e inclusão social dos segmentos mais pobres da população rural brasileira.<sup>5</sup>

Os princípios orientadores da Ater têm como guia a pluralidade, as diferenças regionais e, também, econômicas e ambientais, que existem no meio rural, no sentido de assegurar uma assistência pública, gratuita, participativa, educativa, multidimensional e de qualidade, que respeite o potencial local para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Nas suas diretrizes, compatíveis com o ideal da sustentabilidade, a estrutura pública tem que introduzir mudanças institucionais que transformem suas práticas convencionais frente ao desenvolvimento da “difusão de inovação”, evoluindo para novos paradigmas tecnológicos que orientem a extensão rural pública em novas bases.

Essa transformação se dá para além da transmissão de conhecimentos do pesquisador ao agricultor. Faz-se necessário construir o saber tecnológico a partir

5. Cabe lembrar que a Constituição Federal (1988) e a Lei Agrícola (1991) determinam que a União forneça o serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para os pequenos agricultores de forma gratuita.

dos distintos agroecossistemas e suas, também distintas, bases culturais, sociais e econômicas. Por esses motivos, em suas novas práticas, os serviços públicos da Ater estão sendo executados com o emprego de metodologias participativas, tendo o extensionista o papel principal de educador e facilitador do desenvolvimento da comunidade de forma sustentável. Sem a preocupação de transferir o “pacote tecnológico”, esse agente atua estimulando o potencial endógeno da localidade em manejos sustentáveis que coloquem os processos produtivos ao lado das dinâmicas ecológicas.

A nova política nacional de Ater, ao mesmo tempo em que exige um novo extensionista, necessita também de novas posturas institucionais, pautadas por princípios completamente diferentes da extensão difusionista da *Revolução Verde*, entre eles:

“adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia”;

“desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável” (MDA, 2004:7).

Os serviços de Ater, voltados a uma nova extensão rural, aos agricultores familiares, em especial aos assentados, têm, portanto, obrigatoriamente, entre suas diretrizes, o fortalecimento dessa categoria de agricultores. O objetivo geral desses serviços públicos é assim expresso na Pnater: “estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não-agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações” (MDA, 2004:9).

Fica claro que, nessa nova política de extensão da Ater, a agricultura familiar e a agroecologia caminham de mãos dadas na direção da construção de um novo modelo de desenvolvimento para a população pobre do rural brasileiro.

### 3. Agroecologia: conceitos e contrapontos

A partir da linha de atuação da Pnater, em que se coloca a Agroecologia como eixo orientador das ações previstas nos objetivos da Assistência Técnica e Extensão Rural, procura-se, a seguir, fazer uma síntese dos elementos conceituais, e também os contrapontos do seu significado, que configuram as bases teóricas agroecológicas.

Atualmente, fala-se muito em agroecologia como saída (mágica?) para os problemas dos assentamentos rurais. Para muitos, no entanto, não está claro o que seja a agroecologia, que na maioria das vezes é conceituada como um sistema de produção, uma prática agrícola, ou tecnologias mais amigas do ambiente natural. Mas, será que a perspectiva agroecológica se traduz apenas na ecologização das técnicas agrícolas?

#### 3.1. Bases conceituais da agroecologia

Embora a ecologização da agricultura faça parte do seu escopo teórico, a Agroecologia é considerada um campo do conhecimento e de investigação científica, além de oferecer ferramentas importantes para a intervenção na realidade. Como uma estratégia metodológica, tem potencial para avaliar o efeito das tecnologias sobre os ecossistemas e a sociedade.

A Agroecologia é considerada um novo enfoque científico que representa um salto de qualidade em direção à agricultura com sustentabilidade em seus aspectos multidimensionais. Ademais, ela também é vista como estratégia metodológica de transformação social (GUZMÁN, 2001). Para Eduardo Sevilha Guzmán, “A Agroecologia é o manejo ecológico dos recursos naturais por meio de ações sociais coletivas que mostram alternativas à atual crise civilizatória”. (GUZMÁN, s/d.:1).

A base epistemológica dessa nova ciência vai se constituindo a medida que a ciência ocidental moderna convencional começa a ser questionada face às dificuldades de apresentar respostas a uma realidade em crise. Segundo Hecht (*apud* MOREIRA; CARMO, 2004: 46), o pensamento agroecológico foi influenciado pelas

“ciências agrícolas (através das interações ecologia/agronomia/sociologia), de diferentes abordagens metodológicas para as análises agroecológicas dentro das ciências agrárias, do ambientalismo como contribuinte intelectual, da ecologia, dos sistemas de produção indígenas e camponeses, dos trabalhos antropológicos e de geógrafos e dos estudos de

desenvolvimento rural por meio das análises de impactos sociais da tecnologia, dos efeitos perniciosos da expansão do mercado de *commodities*, das implicações nas mudanças das relações sociais, das transformações nas estruturas de posse da terra e da crescente dificuldade de acesso aos recursos comuns pelas populações locais”.

Tendo o agroecossistema<sup>6</sup> como unidade de estudo, a matriz do conhecimento agroecológico interliga dois princípios fundamentais.

O primeiro – preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas (saúde ecológica) – está voltado aos ensinamentos ecológicos básicos de preservação e aumento da biodiversidade nos sistemas produtivos dentro de um ecossistema. O objetivo é atingir a auto-regulação e sustentabilidade biológicas nos complexos sistemas agrícolas, para que as “interações ecológicas e a sinergia entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das plantas”. (ALTIERI, 1998:18). Um agroecossistema em equilíbrio entre suas partes (solo, plantas, luz solar, umidade, ciclo de nutrientes, microorganismos, etc.) tem condições de minorar as perturbações surgidas pela ação do homem, dirigindo-as, o mais próximo possível, às condições naturais, com a intenção de restaurar a capacidade de recuperação (resiliência) e a potência das complexas interações inerentes à dinâmica e biodiversidade dos ecossistemas naturais.

O segundo princípio – preservação da diversidade cultural das populações (saúde cultural) – se reporta à atuação sociocultural dos agricultores em suas respectivas localidades, que seguem trabalhando o agroecossistema de acordo com conhecimentos acumulados da interação entre os elementos da natureza, os organismos vivos e suas práticas agrícolas. Esse conhecimento, via de regra, extrapola o aspecto produtivo resultando em estratégias multidimensionais do uso da terra. Nesse caso, é fundamental o aporte do etnoconhecimento, como a bagagem do saber de grupos étnicos adquirida sobre o meio ambiente, visto que o agroecossistema é considerado o produto da evolução homem-natureza, no qual se acumulam as transformações sobre o ecossistema natural provocadas pelas práticas humanas.

O foco é que os agricultores familiares sejam os atores e construtores do desenvolvimento mais adequado à sua existência, manutenção e reprodução. A

6. Para entender mais sobre agroecossistema ver FEIDEN, 2005 e HECHT, 1999.

Agroecologia contribui com os instrumentais metodológicos para que a participação comunitária seja a força coletiva que desencadeia e sustenta o processo.

A crise da ciência ocidental moderna tem alertado os agroecologistas não só para os problemas mais visíveis dos impactos ambientais gerados pela tecnologia, mas também, e principalmente, para o conhecimento acumulado dos agricultores, camponeses e populações tradicionais, na sua interação com os ecossistemas e a produção agrícola.

O pensamento da ciência convencional se apóia em teorias que tenham a finalidade de universalizar o conhecimento, procurando por leis gerais a serem aplicadas em qualquer situação. Na visão agroecológica não se desprezam as leis gerais que regem o universo (e nem seria possível), mas se coloca a imprescindível importância da inter-relação das partes em um processo dado pelas condicionantes da natureza local, do conhecimento acumulado e, dos valores socioculturais da população lá residente.

Para **ALTIERI**, 2002, a Agroecologia é uma ciência que fornece os princípios básicos para estudar e manejar ecologicamente os agroecossistemas produtivos, que conservem os recursos naturais apropriados culturalmente, que sejam socialmente justos e economicamente viáveis.

A sustentabilidade, a partir da sua característica multidimensional (ecológica, social, econômica, cultural e política), é uma busca permanente para os agroecologistas que almejam a produção agrícola em ecossistemas capazes de, indefinidamente, se manter e reproduzir socioambientalmente. As bases epistemológicas da Agroecologia<sup>7</sup> são, portanto, dadas pelo aporte de diferentes disciplinas científicas como a biologia, ecologia, agronomia, antropologia, sociologia, ciências políticas, teorias do desenvolvimento, entre outras, além dos movimentos sociais, voltados todos à compreensão dos efeitos das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e as possibilidades de transformação da sociedade.

Para um entendimento conceitual mais direcionado, podem-se considerar três conceitos-chave, ou pilares básicos, na concepção agroecológica: a co-evolução, o potencial endógeno e a participação.

7. Para saber mais sobre a contribuição das diferentes teorias científicas à Agroecologia ver **CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS**, 2006, e **NORGAARD**, 1989.

### 3.2. *A abordagem co-evolucionista*

Para saber como os homens interagem nos ecossistemas, para verificar como os vários sistemas agrícolas foram desenvolvidos desde o início de sua implantação nas comunidades tradicionais, é fundamental o conhecimento antropológico da co-evolução entre os homens e a natureza. A convivência dos seres humanos com o ambiente natural traça a história co-evolutiva da humanidade nos diferentes ecossistemas, de tal sorte que os sistemas agrários são produtos da interação mútua entre grupos sociais. Os agroecossistemas são, portanto, frutos da construção social dessa evolução conjunta, e na qual, a produção agrícola se constitui no resultado das pressões socioculturais e econômicas sobre os recursos naturais.

Os sistemas sociais, compostos de subsistemas de conhecimento, valores, técnicas, organizações, entre outros, vão interagindo num processo dinâmico de mútuas influências, em constantes mudanças e pressões sobre o meio ambiente.

“Os cientistas, ao assumirem, por exemplo, que as pragas podem ser consideradas isoladamente do sistema como um todo (atomismo), preconizam a aplicação de pesticidas que, por sua vez, co-evoluem com as pragas, interferindo ainda na forma como o agricultor vê o processo produtivo. De fato, os cientistas podem ser considerados como agentes que influenciam e aceleram o processo co-evolutivo, introduzindo múltiplas mudanças que muitas vezes não se adequam à complexidades social e ambiental das comunidades rurais. Apesar de os sistemas ambientais e sociais co-evoluírem constantemente, nem sempre as mudanças constituem um benefício às populações e ao meio ambiente das futuras gerações”. (Norgaard e Sikor *apud* MOREIRA; CARMO, 2004:50).

Dentro dessa visão, os agroecologistas não aceitam verdades universais para a exploração da natureza, já que cada agroecossistema tem uma história co-evolutiva diferente. E é na co-evolução como um todo que se compreende a natureza das partes, o que não quer dizer que o conhecimento convencional deva ser rejeitado. O que embasa a Agroecologia é a fusão do saber tradicional com a ciência moderna, cartesiana, de tal forma que o conhecimento avança com a participação dos agricultores, e no local em que ocorre a produção, o que é muito diferente de se aplicar a ciência, da mesma forma e para todos os agricultores, como se fossem iguais, na totalidade do universo.

Portanto, seria bastante saudável que a ciência moderna se mostrasse propensa a uma abertura epistemológica, no sentido de reconhecer a pluralidade de saberes e métodos de investigação científica, de tal forma que, combinando-se com o conhecimento sobre os sistemas agrários tradicionais, a partir de um diálogo horizontal, conduzisse a melhoramentos, tanto nos agroecossistemas tradicionais quanto nos modernos, na direção de torná-los mais ecológica e socialmente sustentáveis (CASADO; MOLINA; GUZMÁN, 2000). E com isso reduzir a supremacia absoluta do mercado como mecanismo hegemônico, e único regulador, dos meios bióticos e sociais com características extremamente divergentes (LEFF, 2002).

Os agroecossistemas modernos são reflexos das premissas científicas, base da agricultura química e homogeneizadora das relações sociais e ambientais, em oposição aos pressupostos agroecológicos, que nos remetem aos multi-ensinamentos das várias áreas do conhecimento, tendo na abordagem co-evolucionista premissas alternativas que conduzem a um tratamento não dogmático da ciência (Quadro 1).

Os pressupostos da ciência convencional, ao universalizar o método científico, estão se distanciando da capacidade de prever problemas, uma vez que os riscos ambientais e sociais minam o progresso incondicional, seja técnico ou econômico. A produção de alimentos aumenta juntamente com a fome e a pobreza, as bases naturais se deterioram ao lado do progresso técnico, e as crises social e ecológica se aprofundam, apontando a necessidade premente de se repensar o modelo de desenvolvimento adotado.



**Quadro 1** - Premissas dominantes na ciência moderna e suas alternativas<sup>1</sup>

Premissas dominantes	Premissas alternativas
Atomismo: Os sistemas consistem em partes não intercambiáveis e que são simplesmente a soma de suas partes.	Holismo: As partes não podem ser compreendidas separadamente do seu todo e o todo é diferente da soma de suas partes. As partes podem desenvolver novas características ou podem surgir partes totalmente novas.
Mecanicismo: As relações entre as partes estão fixas, os sistemas se movem continuamente desde um ponto de equilíbrio a outro e as mudanças são reversíveis.	Sistêmico: Os sistemas podem ser mecânicos, mas também podem ser determinísticos, ainda que não previsíveis ou contínuos, porque eles são caóticos. Ou simplesmente muito descontínuos. Os sistemas também podem ser evolutivos.
Universalismo: Os fenômenos complexos e diversos são o resultado de princípios universais subjacentes, que são em número reduzido e não se modificam no tempo ou no espaço.	Contextualismo: Os fenômenos são contingentes sobre um grande número de fatores particulares de tempo e de lugar. Fenômenos semelhantes podem ocorrer em tempos e lugares distintos devido a diferentes fatores.
Objetivismo: Podemos permanecer à parte do que tentamos compreender.	Subjetivismo: Os sistemas sociais e especialmente os naturais não podem ser compreendidos separadamente de nossas atividades e valores, e como os temos entendido, atuando sobre eles no passado.
Monismo: Nossas formas separadas e individuais de entender sistemas complexos estão fundidas dentro de um todo coerente, e não com regras universais.	Pluralismo: Os sistemas complexos só podem ser conhecidos mediante padrões múltiplos e diferentes de pensamento, sendo cada um deles necessariamente uma simplificação da realidade. Padrões diferentes são extrinsecamente incongruentes.

1. Adaptado de **NORGAARD** e **SIKOR** (2002).Fonte: **MOREIRA; CARMO**, 2004.

### 3.3. *Potencial local*

É no sentimento de localidade que aflora mais um pilar da Agroecologia, que é o potencial endógeno local, como contraponto importante à dimensão global. Cada comunidade é um espaço peculiar, específico e diferenciado, tanto no que se refere aos recursos naturais disponíveis, quanto às ações socioculturais das pessoas ali viventes.

Os ecossistemas naturais se conformam em processos dinâmicos, com fluxos de energia e matérias, e relações interativas dos organismos bióticos existentes, de tal maneira que se alteram para agroecossistemas como ecossistemas artificializados pela ação dos seres humanos. Seus componentes bióticos e abióticos, interações físicas, químicas e biológicas, podem processar insumos e obter produtos, que, segundo os cânones da agricultura industrial, aumentam progressivamente a produtividade por área. Nesse processo há uma redução continuada de plantas e animais, que são substituídos por poucas espécies “melhoradas” e de alta produção.

Mesmo as comunidades tradicionais alteram o ecossistema natural para obter produtos que supram suas necessidades físicas e culturais, de acordo com a relação que desenvolvem com a natureza e a pressão sobre os recursos naturais, levando em conta suas concepções de vida, moradia e padrão de consumo.

Dependendo do grau de artificialização do ecossistema, pode-se, no limite, o que muitas vezes acontece na proliferação dos agroecossistemas de tecnologia intensiva em capital, causar a deterioração drástica dos recursos naturais, como a erosão do solo e os processos de desertificação inerentes à disseminação da agricultura moderna (ALTIERI, 2002).

Nos agroecossistemas de máxima interferência humana, os mecanismos naturais são trocados por formas artificiais, com lógicas de redução de complexidade e de ligações sistêmicas, o que leva aos diferentes graus de perturbação. Porém, os ecossistemas das mais variadas origens possuem resiliência, e podem voltar às condições anteriores à pressão exercida. Por esse motivo, quando as forças locais são devidamente acionadas é possível a alavancagem de um desenvolvimento mais direcionado à sustentabilidade, uma vez que a capacidade de regeneração dos ecossistemas naturais são tanto maiores quanto menores são as condições adversas a que são submetidos. No seu conjunto, os ecossistemas têm alta resiliência, e apresentam características de estabilidade na sua estrutura

e relações internas, devido, em grande parte, à diversidade e complexidade de seus organismos.

Pensando nessa direção, tanto a apropriação da natureza quanto as particularidades sociais podem ser atendidas na busca por tecnologias mais próximas ao potencial inerente aos agroecossistemas específicos em sua estrutura e funcionamento. É, portanto, imprescindível a pesquisa tecnológica para a produção local, alertada também pelo fato de muitos sistemas tradicionais se encontrarem em processo de degradação. A atenção ao processo de conversão/transição agroecológica, para implantar as bases do modelo produtivo mais adequado ao ecossistema original, leva em consideração os aspectos ecológicos, biológicos, agrônômicos, socioculturais e econômicos no (re)desenho dos sistemas produtivos para processos agroecológicos.

A Agroecologia dá especial ênfase ao forte sentimento dos agricultores pertencerem a uma localidade, tendo nos lemas dos movimentos sociais “terra para trabalhar e morar” ou “local de trabalho e vida”, os nortes de sua atuação comunitária. Terra para deixar para os filhos, água para as gerações futuras: são pressupostos que estão na base da necessidade de se privilegiar os processos endógenos de mudança a partir do nível local.

Os conceitos de local e global não devem ser vistos apenas como oposição permeando o objeto de estudo, mas uma oposição de métodos. A endogenia do local é caracterizada por uma identidade regional, com elementos físicos e humanos específicos. Por esse motivo, a concepção de território é fundamental em análises agroecológicas, na qual a absorção da singularidade do rural é um desafio metodológico na formulação de políticas públicas locais (CARMO, 2005).

A intensificação da globalização das relações comerciais só faz reforçar a necessidade de promover o fortalecimento do poder local, colocando limites sociais e ambientais às determinações do mercado. Este é o espaço em que se definem os desafios aos atores sociais do desenvolvimento, no sentido das transformações de um novo rural, entre eles agricultores, pesquisadores, professores e extensionistas.

A dimensão local, ao considerar, de forma sistêmica, a propriedade agrícola, a organização comunitária e os demais marcos das sociedades rurais, articula os sistemas de conhecimentos tradicionais, portadores do potencial endógeno, que permitem alavancar a biodiversidade ecológica e sociocultural (GUZMÁN, s.d.). As forças sociais que surgem dessa endogenia são a base da evolução dos

princípios agroecológicos. É por aí que se conseguem os desenhos participativos de métodos endógenos de melhoria socioeconômica que possam conduzir às transformações para sociedades sustentáveis.

### **3.4. Da dependência à participação**

O terceiro pilar da Agroecologia está na participação das comunidades para que possam ser a força geradora das transformações sociais e desenvolvimentistas. A ação social coletiva incentiva a integração efetiva dos atores locais, em especial os agricultores familiares, assentados e trabalhadores rurais, na proposta de se romper a estrutura de poder imposta pelo modelo de tecnologia desenvolvimentista, no qual não há diálogo, mas dependência dos socialmente mais fracos aos dominantes no poder. A perspectiva participativa e o diálogo têm que ser constantes, na pesquisa, extensão e políticas públicas, em seus vários níveis de atuação.

Numa reinterpretação idealista da questão do poder, o enfoque agroecológico abre para a participação como mola propulsora do enfrentamento entre um modelo artificial e aquele em novas bases epistemológicas que faculta a palavra e a ação aos protagonistas até então alijados do processo desenvolvimentista.

A ação social coletiva é, pois, a proposta que potencializa a atuação dos protagonistas locais no desenho de novas bases para a exploração dos agroecossistemas. A elaboração de propostas que levem a ações coletivas está no centro de uma abordagem agroecológica e se configura, na perspectiva multidimensional, como o principal fundamento para a busca do desenvolvimento sustentável.

No processo de construção da Agroecologia, e dentro da concepção da abordagem participativa, cabe especial referência aos métodos de investigação ação participativa, como aproximação à realidade estudada. Não se trata de ida do pesquisador ao campo para conhecer a realidade local, embora tal seja de primordial importância, mas sim de introjetar nos caminhos investigativos um alto grau de implicação e compromisso com os atores e com a realidade investigada (CASADO; MOLINA; GUZMÁN, 2000).

A proposta da investigação *ação participativa* retira o habitante da zona rural da posição de mero expectador para levá-lo à protagonista do processo. Os agricultores, em especial os de base familiar, e os trabalhadores rurais, que ainda compõem a grande maioria da população rural brasileira, devem ser as referências básicas para o desenvolvimento de pesquisas direcionadas aos agroecossistemas diferenciados.

*"Desde una dimensión productiva es posible establecer mecanismos participativos de análisis de la realidad que permitan entender el funcionamiento de los procesos económicos por los que se extrae el excedente generando de esta forma, la referida acumulación del poder. Este tipo de análisis permite establecer propuestas alternativas que (desde el desarrollo de tecnologías em finca hasta el diseño participativo de métodos de transformación local) va introduciendo elementos de transformación em dicha estructura de poder". (FUNTOWIC; JERRY apud GUZMÁN, s.d).*

### 3.5. Contrapontos entre agroecologia e agriculturas de bases ecológicas

Quando se pensa na questão da sustentabilidade vem à tona a evolução do progresso técnico na agricultura e suas interfaces com os recursos naturais. A fase de ecologização da agricultura, que ainda procura se estabelecer como conjunto de tecnologias amigas do meio ambiente, vem abrindo espaços para os sistemas produtivos ecológicos ou de bases naturais.

A preocupação com os impactos ambientais, gerada pela intensificação da agricultura moderna, é o primeiro alerta para a busca por práticas de agricultura sustentável, que conservem os recursos naturais, mas sem comprometer os níveis de produção que garantam a segurança alimentar.

Logo, a preservação do "capital" natural está diretamente ligada à sustentabilidade ambiental da agricultura, e está na base das agriculturas não convencionais, também conhecidas como alternativas, entre elas a agricultura orgânica<sup>8</sup>. Procuram usar técnicas que respeitem o meio ambiente, para que se altere pouco o equilíbrio ecológico entre os elementos presentes nos agroecossistemas.

De acordo com os graus para tipificação de um ambiente sustentável, a sustentabilidade fraca implica no fortalecimento do primado da técnica à medida que o capital natural pode ser integralmente substituído pelo capital material, produzido pelo homem, como um perfeito substituto apoiado pelo ufanismo tecnológico (GOODLAND, 1994). Se adotada uma política de desenvolvimento de

8. A agricultura orgânica, neste texto, é tomada como representante das demais correntes de agriculturas de base ecológica, pela sua aceitação no mercado e reconhecimento da legislação brasileira. A Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências, apresenta no parágrafo segundo do artigo primeiro que "O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.

fraca sustentabilidade, é possível, no limite, converter pelo uso de técnicas avançadas, todo ou a maior parte do capital natural existente em capital material.

Por outro lado, no modelo da forte sustentabilidade os dois tipos de capital não são realmente substitutos, mas se complementam nas atividades produtivas, de tal sorte que o desenvolvimento econômico vai sempre depender do volume e manutenção do estoque de capital da natureza<sup>9</sup>.

Nessa forma de ver a exploração da base natural de recursos, a sustentabilidade nas agriculturas ecológicas se coloca diferentemente da Agroecologia, que procura estabelecer conhecimentos teóricos para esses diferentes movimentos de ecologização da agricultura.

Os dados de produção, área e valor dos produtos orgânicos têm apresentado altas taxas de crescimento, embora em valores absolutos ainda sejam comercializados em nichos especiais de mercado (WILLER; YUSSEFI (eds), 2007). No entanto, as agriculturas ecológicas, tendo a orgânica como referência mais comum, mesmo que tenham premissas filosóficas ou religiosas/espirituais, acabam por se transformar, na sua prática, em sistemas produtivos cujas tecnologias apenas respeitam o meio ambiente na tentativa de preservar os recursos naturais e conviver harmoniosamente com a natureza. A meta é a obtenção de sistemas de produção de bases técnicas, com a substituição de insumos, para a produção de alimentos saudáveis, limpos de agroquímicos, nutricionalmente melhores que os convencionais, e que possam atender a uma clientela exigente e disposta a consumir produtos diferenciados mesmo sendo mais caros.

As agriculturas de bases ecológicas podem, então, ser identificadas com práticas agrícolas ou sistemas que reintegram a “racionalidade” ecológica à produção, promovendo ajustes nas bases convencionais da agricultura química, com a intenção de torná-la mais amigável ao meio ambiente (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Para os produtos orgânicos, como sucedâneos dos seus correspondentes obtidos de forma convencional, torna-se suficiente à proibição dos insumos químicos, agrotóxicos em especial, com a preocupação do atendimento a um rol de procedimentos que lhes garantam o selo da certificação e que lhes forneçam a garantia sobre um bem considerado de crença.

9. GOODLAND, 1994, descreve ainda um terceiro grau para a sustentabilidade que é a “absurdamente” forte (tradução literal), em que não se podem exaurir os recursos naturais não-renováveis e, só explorar os renováveis quando a capacidade de reposição for maior que o consumo.

Visto sob esse ângulo, o mercado orgânico, ao ditar regras semelhantes ao do produto convencional, mesmo que com restrições normativas tópicas de produção, considera de forma reduzida as necessidades ambientais e sociais para maximizar o atendimento da demanda de uma clientela voltada ao consumo de produtos sem agroquímicos. Fica claro, nesse estágio da transição agroecológica, o baixo comprometimento da produção de orgânicos, que cresce rapidamente e muito mais orientada pelo mercado, em se pautar pelos limites teóricos preconizados pela Agroecologia que dêem suporte e garantias de sustentabilidade da agricultura no longo prazo.

Logo, podem-se resumir as necessidades da produção orgânica a um “pacote” do que é permitido ou não empregar para atender nichos preocupados com a saúde dos consumidores, mesmo que fiquem aquém dos compromissos sociais, do ótimo equilíbrio dos agroecossistemas e da visão holística e sistêmica das várias dimensões que regulam o comportamento humano voltado à sustentabilidade<sup>10</sup>.

Essas intenções, embora aproximem os sistemas produtivos do padrão forte da sustentabilidade, no qual a adoção tecnológica se dá pela substituição parcial do capital natural pelo capital construído pelo homem na forma de insumos ambientalmente corretos, ainda mantêm o mercado como instância reguladora máxima da produção para nichos.

Nesse entendimento, de um lado, a manutenção do estoque do capital natural como base do crescimento econômico, aumenta em importância dada à preocupação de se alterar o menos possível as bases físicas da natureza. Mas, de outro, sendo forte a pressão do mercado, acaba provocando um desvirtuamento das técnicas de processo com princípios agroecológicos para se concentrar em tecnologias de produto para atender a procura. Como resultado, há o aparecimento de monoculturas orgânicas, cuja principal diferença com a convencional é a utilização de insumos não-químicos, mesmo que sejam externos à propriedade agrícola ou ao agroecossistema local.

Esse fato está fortemente ligado ao privilegiamento do econômico em detrimento dos valores socioambientais que embasam a dimensão agroecológica voltada ao equilíbrio dos três eixos básicos da sua conceituação.

10. **CAPORAL; COSTABEBER**, 2001, apontam pelo menos seis dimensões para a sustentabilidade: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

Não se pode confundir, portanto, a Agroecologia com um estilo de agricultura, ou mesmo um produto ecológico ou natural. Esse contexto reduz o significado mais amplo da Agroecologia, como visto anteriormente, a um conjunto de práticas agrícolas vinculadas à oferta de alimentos sem resíduos químicos para atender mercados especiais.

Não se trata disso. O enfoque agroecológico traz a esperança de uma outra agricultura, diferente sim daquela quimificada e de capital intensivo do modelo dominante, não excludente socialmente e com independência econômica aos agricultores e à localidade na qual se inserem.

Nesse sentido, a Agroecologia tem reais potencialidades, mais do que forte, sem ser extrema, aos processos de desenvolvimento rural (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Para os agroecólogos, os objetivos de maximizar a quantidade obtida de determinado produto não é o foco principal, mas sim que essa maximização seja atingida pelo equilíbrio do agroecossistema de modo integral. É claro que a incorporação de relações complexas como essas na produção trazem dificuldades para operacionalizar a noção de sustentabilidade, sendo por isso de fundamental importância a internalização na pesquisa de métodos e processos existentes há milhares de anos em comunidades indígenas e tradicionais (ALTIERI, 1998).

A orientação agroecológica vai, portanto, além da ecologização das práticas agrícolas, incorporando fortemente as bases científicas, multidimensionais, para a transição aos estilos de agriculturas ecológicas com desenvolvimento rural sustentável.

A Agroecologia é, pois, um referencial teórico, um enfoque técnico-científico para os que praticam agricultura de bases ecológicas em suas várias vertentes. E mais, fornece as ferramentas metodológicas para o redesenho dos agroecossistemas voltado a um manejo duradouro como legado às próximas gerações.

#### **4. Programa residência agrária<sup>11</sup>**

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao instituir, em 2005, o Programa de Formação e Qualificação Profissional para Assistência Técnica e Extensão Rural (Programa Residência Agrária) teve como objetivo principal formar técnicos extensionistas em agroecologia e agricultura familiar. A operacionalização do Programa deve se concretizar em duas etapas:

11. Com base no Relatório de Atividades de PINTO, (coord.), 2006.



- » Etapa 1 – Estágio de Vivência, realizado no intuito de aproximar o estagiário, aluno de ciências agrárias no último semestre ou recém egresso do curso, da realidade vivida pelas comunidades rurais;
- » Etapa 2 – Especialização e Extensão Agroecológica, se constitui num curso *lato sensu*, sendo que, ao mesmo tempo, o agora profissional, estuda e desenvolve atividades de extensão junto à comunidade onde realizou a primeira etapa.

Há algum tempo, desde a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, busca-se organizar um programa específico para preparar graduados em ciências agrárias para atuar em Ater<sup>12</sup>.

A busca pela aproximação das universidades da questão agrária, em particular da reforma agrária, resultou na formação de um grupo de estudo conhecido como Grupo Interdisciplinar Básico para a Reforma Agrária, institucionalizado na Universidade de Brasília (UnB) em atuação conjunta com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Este grupo elaborou um mapeamento das universidades brasileiras que pesquisavam e atuavam com reforma agrária e assentamentos de trabalhadores rurais (ARs), e também realizou diversos eventos para reflexão e proposição de ações que subsidiassem a formação e capacitação de profissionais de agrárias voltados às reais necessidades do campo brasileiro. Dessas tentativas resultou o I Censo de Reforma Agrária do Brasil em 1996<sup>13</sup>.

Ficou bastante evidente, neste censo, a baixa escolaridade formal e alto grau de analfabetismo dos assentados, tendo sido ressaltada a necessidade premente de ações educativas para minorar essa situação.

Uma proposta de educação diferenciada foi apresentada no I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera), ocorrido em 1997 em Brasília<sup>14</sup>. Na seqüência, houve a I Conferência Nacional: por uma educação básica do campo, em 1998, em Luziânia (GO).

12. As considerações a seguir foram baseadas em **GARCIA; DIESEL; NEUMANN**, 2007.

13. Relatório final do I Censo da Reforma Agrária no Brasil, maio de 1997, convênio firmado entre o InCra/ Crub/UnB, coordenado por Benício Viero Schmidt, Danilo Nolasco Marinho e Sueli do Couto Rosa. Ver Dossiê Questão Agrária, Estudos Avançados, 11 (31), Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, 1997.

14. Este encontro foi realizado em parceria pelo **MST**, UnB, Unicef e **CNBB**.

Dessa mobilização, houve a implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) como política pública do **MDA**, que estabelecia parcerias das Instituições de Ensino Superior (**IES**) e movimentos sociais no campo.

A partir da gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi criado, dentro do **MDA**, um setor para tratar, especificamente, dos programas de educação para a reforma agrária.

“Neste momento se decide implantar efetivamente o Pronera, em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o **MDA**. Idealizou-se que as universidades que já se encontravam trabalhando com Reforma Agrária passariam a trabalhar com capacitação nas áreas de assentamentos e reforma agrária” (**GARCIA; DIESEL; NEUMANN, 2007**).

A perspectiva de se investir no aprimoramento de graduandos e graduados para trabalhar na extensão rural surge nas articulações do Pronera, quando se conclui pelas deficiências da formação convencional dos profissionais de ciências agrárias que têm pouca afinidade no trato com a questão do desenvolvimento sustentável.

Nas universidades é priorizada a reprodução da educação formal que atenda os interesses de grandes empresas e conglomerados, com o objetivo maior do crescimento econômico. Em especial, no caso da formação técnica dos agentes da Ater, as Instituições de Ensino Superior (**IES**) se atrelam às necessidades da produção com vistas à disseminação da modernização conservadora da agricultura, e preparam os extensionistas para a difusão de modernas tecnologias, na maioria das vezes, intensivas em capital e poupadoras de mão-de-obra, o inverso do perfil dos agricultores familiares.

De acordo com o Programa Nacional de Educação do Campo<sup>15</sup> *apud* **GARCIA; DIESEL; NEUMANN, 2007**:

“Os profissionais que estão atuando não têm a formação necessária para a construção do campo que se deseja. Temos hoje um quadro técnico marcado historicamente pela

15. Programa Nacional de Educação do Campo organizando o Curso de Especialização. Curitiba: **MDA/MST/UFPR/Unicamp/UFMS/UFRRJ**, 2004.

chamada *Revolução Verde*, um modelo de desenvolvimento da agricultura, implantado na década de 60, no qual técnicas seculares foram sendo substituídas por insumos “modernos”, tratores, fertilizantes, agrotóxicos, pacotes tecnológicos que eram gestados em clima temperados, sem considerar os ecossistemas tropicais. Os técnicos são marcados socialmente e historicamente por uma concepção de campo excludente e imperialista, pela hierarquização do trabalho (manual, intelectual e doméstico) que desqualifica o trabalho na roça, a construção do conhecimento dos povos do campo, segrega a mulher e impede a geração de um conhecimento prático-esclarecido, que é fruto da interação de conhecimentos vários: acadêmicos e populares”.

A avaliação dos atores envolvidos nesse processo é que o modelo atual de atuação da educação no campo favorece a exclusão social. Concomitantemente, gestava-se para o País uma reformulação da proposta de Ater pública, em relação à capacitação dos técnicos para desenvolver uma nova forma de atuar em extensão rural, que não fosse a disseminação de pacotes tecnológicos, mas sim voltada ao desenvolvimento sustentável do campo.

Dessa forma, consolida-se a proposta de um Programa de Residência Agrária, com base na pedagogia da alternância, que trate da formação e capacitação específica de graduados em ciências agrárias, com perfil para atuar com agricultura familiar, reforma agrária e meio ambiente.

Além do Estágio Vivência, primeira etapa do Programa, há a especialização dos graduados que prevê a alternância de tempo-escola e tempo-comunidade.

No tempo-escola, está prevista a complementaridade escolar do aluno em disciplinas de pós-graduação *lato sensu*, a participação em atividades complementares e a elaboração de uma monografia.

O conteúdo curricular do curso de especialização ainda está sendo construído, e procura delimitar eixos temáticos transversais que contemplem assuntos não desenvolvidos pela universidade durante a graduação, e que assegurem uma visão da realidade do campo. A relação sociedade-agricultura-meio ambiente forma um conjunto de temas pouco desenvolvidos na grade curricular dos cursos de ciências agrárias.

Nesta etapa do Programa Residência Agrária, com duração de um ano e meio, é possível levar até o profissional do campo leituras e reflexões mais realistas do sistema capitalista e suas inter-relações com os agricultores, com suportes teóricos para (re)interpretar o desenvolvimento rural. Com isso, pretende-se, mesmo

no contexto capitalista, que o profissional expanda seus horizontes e encontre espaços para pensar alternativas.

A temática da Agroecologia é, pois, conteúdo fundamental em uma nova abordagem, uma vez que, à exceção de poucas faculdades que a oferecem como disciplina optativa, ela nunca é abordada nos cursos de ciências agrárias.

“O eixo que trabalha a Educação do Campo levou em consideração a necessidade da formação de um técnico com um olhar de educador(a), de formador(a), que trabalha as relações sociais do campo de forma mais humana e solidária. Prevê-se, ainda, que no tempo-escola sejam criadas situações problemas para que o aluno se instrumentalize e aponte soluções, apresentando seus conhecimentos vivenciados no tempo-comunidade, exercendo assim a reflexão crítica sobre uma realidade dinâmica e em constante transformação. Também neste espaço seriam discutidas teorias, conceitos e reflexões sobre as diferentes linguagens, formas de expressão e comunicação, e debates e registros para problematizar as concepções dos estudantes relativos à temática dos sujeitos do campo”. (GARCIA; DIESEL; NEUMANN, 2007).

O segundo período da especialização, o tempo-comunidade é aquele em que o estudante atua diretamente junto às comunidades rurais. Anteriormente, na Vivência, o então estudante/recém egresso teve a oportunidade de absorver parte da experiência para identificação das condições de vida e dos problemas dos agricultores. Agora, no tempo-comunidade da especialização, há a possibilidade de se aprofundar essa vivência e o conhecimento da realidade em que o profissional vai atuar. As propostas desse tempo, obtidas de forma participativa, devem procurar intervenções que minorem os problemas encontrados.

Esse período é o momento em que o profissional procura vincular o conhecimento adquirido nas disciplinas cursadas com a realidade do local em que está atuando, por meio de observações, pesquisas e ações que auxiliem nas soluções das situações-problema.

“No planejamento do processo educativo concebeu-se que a pesquisa acontecerá em todas as atividades do curso. A pesquisa organiza-se idealmente através dos princípios da pesquisa-ação no movimento dialético do conhecimento de ação-reflexão-ação com abordagem qualitativa. O trabalho de pesquisa pressupõe acompanhamento do professor-orientador. O desenvolvimento da pesquisa no tempo-comunidade não envolve

a participação direta do orientador, mas requer a articulação de agricultores, agentes das comunidades e dos movimentos e segue um plano de estudos que o estudante deverá realizar sob as orientações temáticas do curso, do orientador e dos demais agentes colaboradores do processo". (GARCIA; DIESEL; NEUMANN, 2007).

## **5. O programa residência agrária da Unesp, Botucatu, estágio de vivência**

A Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA) da Unesp, Botucatu, estabeleceu parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília, para participar do Programa Residência Agrária, em virtude de sua experiência em trabalhos com agricultura familiar, e sobretudo, pela sua relação com áreas de assentamentos rurais e movimentos sociais, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A Faculdade também possui uma experiência de 15 anos em estágios de vivência curricular dos alunos de ciências agrárias e humanas, tanto de Botucatu, quanto de outras unidades, junto às agrovilas do assentamento de Pirituba, no município de Itapeva.

A FCA elaborou um Projeto de Estágio de Vivência para executar a Etapa 1 do Programa Residência Agrária, que foi desenvolvido durante quatro meses, de julho a outubro de 2006, com características particulares, mas conforme parâmetros estabelecidos pelo MDA.

### ***5.1. A Experiência da Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA/Unesp – Botucatu) no Programa Residência Agrária<sup>16</sup>***

Em reuniões com o Incra-SP e MST foram estabelecidas as áreas de assentamentos objetos da vivência, os objetivos do estágio e a metodologia do projeto. Participaram desse projeto 13 estudantes dos cursos de agronomia, engenharia florestal e zootecnia da Unesp, Botucatu, distribuídos por nove áreas de três assentamentos do Estado de São Paulo, localizados nos municípios de Itapeva, Itaberá, Iaras e Piratininga.

No contexto interdisciplinar, esse estágio contemplou características diferenciadas de estágios convencionais à medida que induziu e reforçou uma atuação ativa dos atores sociais, particularmente dos estagiários e agricultores.

16. Ver PINTO (coord.), 2006.

Obeve-se, dessa maneira, espaço para o entendimento da participação em sentido amplo, envolvendo abertura para o recebimento de sugestões no decorrer de todo período do estágio, intensificando-se, desse modo, o compromisso coletivo com o sucesso da proposta.

Na nova visão para uma extensão agroecológica, entende-se a necessidade de implementar-se o Estágio de Vivência dentro de um contexto amplo de relacionamento entre universidade e sociedade, relacionamento esse que, na atualidade, se mostra pontual, fragmentado e frágil.

Do lado da universidade, são muitas as propostas de formação profissional que não dão a devida atenção às reais demandas e carências dos grupos sociais, especialmente daqueles que se situam em posições subalternas e marginalizadas, como é o caso dos assentamentos rurais. Isso se agrava ao se considerar que o estudante universitário representa minoria privilegiada, vinculada aos grupos médios e altos na escala social, e com forte viés urbano. Esses traços, também para os estudantes de ciências agrárias, indicam significativo distanciamento da paisagem social, ambiental e econômica do campo.

Por esse quadro, a vivência representa mecanismo pedagógico importante no auxílio à formação profissional, e a tomada de consciência do aluno de ciências agrárias sobre a diversidade e complexidade das condições sociais, de vida e trabalho, vigentes na sociedade, com maior destaque aos segmentos sociais dominados.

## **5.2. O contato com as comunidades**

Os contatos com as comunidades foram feitos pelo **MST** de comum acordo com a **FCA/Unesp**. As comunidades participantes desta primeira etapa foram os Assentamentos do Projeto Pirituba II (seis áreas) – em Itapeva; Assentamento Zumbi dos Palmares – no município de Iaras (duas áreas); e Assentamento Santo Antônio – em Piratininga (uma área), totalizando 623 famílias.

Essas áreas foram selecionadas em virtude da distância em relação ao Campus da Faculdade, em Botucatu, conforme recomendação sugerida pelo Programa Residência Agrária, com o máximo de 400 km até os assentamentos, e em decorrência do relacionamento anterior dos docentes da **FCA** com essas comunidades.

Algumas visitas foram efetivadas em cada comunidade com os assentados e suas lideranças, antes do início de execução do Projeto, no intuito de apresentar a proposta do Programa Residência Agrária, e discutir os objetivos e metodologia

do Estágio de Vivência, de forma participativa, para que houvessem os ajustes necessários a cada realidade local.

### **5.3. *Objetivos e metodologia do estágio de vivência***

O objetivo geral foi implementar o Programa Residência Agrária na Unesp para aproximar o estudante universitário da realidade socioeconômica rural. A atenção especial se voltou às carências das camadas sociais marginalizadas, envolvidas na tarefa de trabalhar e produzir, presentes nas comunidades rurais, privilegiando a abordagem agroecológica e a participação efetiva dos agentes. Especificamente, o estágio, que foi realizado de agosto a outubro de 2006, objetivou:

- a. viabilizar a participação de estudantes ligados às diferentes áreas do conhecimento em ciências agrárias, com vistas a sua inserção social e profissional;
- b. propiciar aos estagiários a vivência global da realidade social e econômica das famílias rurais e, ao mesmo tempo, orientar sua observação para as condições coletivas de vida e trabalho;
- c. incentivar a elaboração pelo estudante de um saber empírico sobre a realidade, orientado por posturas teóricas inicialmente estabelecidas e, posteriormente, confrontadas com o conhecimento produzido pela universidade, visando obtenção de visão crítica e transformadora deste aluno, e intensificando o relacionamento entre universidade e sociedade;
- d. aprofundar, participativamente, o conhecimento sobre a intervenção das organizações não-governamentais (ONGs) e de outros órgãos governamentais, que atuam nesses locais, para entender o que representam as experiências referentes aos movimentos sociais do campo brasileiro, na direção de se construir uma assistência técnica voltada aos reais interesses das famílias agricultoras no rural contemporâneo brasileiro.

A metodologia, construída coletivamente pelos parceiros do Projeto, idealizou o estágio para se realizar em cinco fases, contemplando:

*Fase 1:* Preparação (7 a 15 de agosto de 2006) – nesta etapa, foram ministradas aulas e palestras, realizadas oficinas e visitas, objetivando preparar teórica e praticamente o estagiário para a fase de vivência propriamente dita, desdobrada em duas<sup>17</sup>.

17. Os principais temas tratados foram: Questão Agrária e o Plano Nacional de Reforma Agrária, Fundamentos de Agroecologia, Desenvolvimento Rural Sustentável, Agricultura Familiar, Campesinato e Assentados, Economia Solidária e Capital Social, Relações de Gênero e Juventude, Extensão

*Fase 2: Vivência I* (17 de agosto a 5 de setembro de 2006) – neste momento os estagiários se dirigiram às comunidades, lá permanecendo, com o objetivo principal de conhecer e interagir com os assentados, lideranças e demais pessoas atuantes nos locais, estreitando o relacionamento estagiário-comunidade. Ficaram alojados nas casas dos agricultores assentados ou em alojamentos destinados aos técnicos, conforme a disponibilidade das áreas contempladas.

*Fase 3: Intermediária* (6 a 15 de setembro de 2006) – de volta à Faculdade foram feitos a avaliação parcial do estágio e o treinamento para aplicação das oficinas de técnicas de planejamento participativo e Diagnóstico Rápido Participativo (DRPs). Nesse período, os estudantes ainda tiveram a oportunidade de participar da VII Conferência Brasileira em Agricultura Biodinâmica, realizada no município Maria da Fé, em Minas Gerais, de 7 a 10 de setembro de 2006.

*Fase 4: Vivência II* (16 a 30 de setembro de 2006) – nesta fase, os estagiários retornaram às comunidades, novamente convivendo com as famílias, com o objetivo de realizar os diagnósticos participativos do local e, detectar potenciais parceiros para o desenvolvimento de extensão agroecológica. As reuniões foram intensificadas, aumentando o espaço de formação de consciência dos estagiários, e também dos agricultores, com discussões direcionadas para as demandas e encaminhamentos da coletividade na elaboração de um Plano de Trabalho a ser executado pelo técnico, conjuntamente com a comunidade, na Etapa 2 do Programa Residência Agrária.

*Fase 5: Avaliação* (2 a 31 de outubro de 2006) – neste período, retornando à FCA, os participantes da vivência dedicaram-se às elaborações do Relatório Final do Estágio, da consolidação, com base nos diagnósticos participativos, da proposta do Plano de Trabalho para a Etapa 2 do Programa, qual seja, a Especialização e Extensão Agroecológica e, fizeram a avaliação final do Estágio de Vivência. Para tanto, utilizaram-se de todos os conhecimentos adquiridos na fase de preparação, adicionados aos diagnósticos participativos que realizaram nas fases de vivência.

Convencional e Agroecológica, Situação Fundiária no Estado de São Paulo (experiência de Laras e Piratininga). Ocorreram ainda visitas às propriedades rurais próximas, áreas experimentais agroecológicas, pré-assentamento Comuna da Terra Irmã Alberta, no dia 12 de agosto de 2006, promovido pelo MST, e o Seminário de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar em São Paulo, realizado pelo Itesp no período de 11 a 13 de agosto de 2006.



A idéia de utilizar essa metodologia separada em fases foi de preparar os estagiários para a futura atuação (Etapa 2) do Residência Agrária, momento em que os alunos, agora graduados, deverão ser contratados como técnicos para desenvolver o Plano de Trabalho e implantar a Extensão Agroecológica propriamente dita.

#### **5.4. Resultados obtidos**

Considera-se que a execução desse Estágio de Vivência cumpriu com os objetivos estabelecidos, pois, superou as expectativas iniciais de preparar os estudantes para a Etapa 2 do Programa Residência Agrária do **MDA**, além de estabelecer contatos com as comunidades dos assentamentos rurais e, mais, de mostrar-lhes novas facetas para quem quer se tornar um extensionista agroecológico<sup>18</sup>.

Ademais, a experiência desenvolvida possibilitou o fortalecimento da relação estagiário-comunidade, permitindo aprofundar e ampliar a visão crítica dos estudantes frente à realidade social em que vivem os agricultores familiares, em particular, e da sociedade brasileira de uma maneira geral. Também possibilitou fazer contatos com outras instituições, possíveis parceiras em projetos futuros na comunidade, exercitar processos democráticos, participativos e de empoderamento dos atores locais, e avançar para além das questões burocráticas, nas parcerias entre **FCA**, **Incrá** e **MST**, com atuações de planejamento e execução conjunta das cinco fases do estágio.

Este Programa ainda contribuiu, em paralelo, às análises históricas e conjunturais extraídas do cotidiano do extensionista, com uma proposta inovadora de formação profissional, aprofundando os conceitos, noções, métodos e prática, em uma abordagem pedagógica que conduz ao comprometimento com novos rumos para a sociedade no campo brasileiro. Percebeu-se ser oportuno levar a contribuição do Programa Residência Agrária para dentro das instituições acadêmicas de nível superior, para difusão dessa experiência ao estudante, num

18. As múltiplas dimensões (história, produção, organização, infra-estrutura, etc.) que compõem a realidade dos assentamentos parceiros do Projeto, bem como o aprofundamento das relações entre os estudantes e a comunidade local podem ser consultados, em detalhes, em **PINTO** (coord.), 2006.

momento em que o debate em torno da reestruturação curricular (nova Lei das Diretrizes de Base da Educação)<sup>19</sup> se faz presente.

A evolução na formação profissional dos estagiários do Projeto se cristalizou no amadurecimento do trato com os agricultores e outros parceiros, possibilitando o exercício da capacidade crítica na avaliação da realidade contemporânea, o fortalecimento de convicções democráticas, e acima de tudo uma grande responsabilidade social com os excluídos do avanço capitalista no campo.

De outro lado, percebeu-se que, se o Programa abre uma grande expectativa, tanto para os estudantes quanto para os assentados, também precisa ser fortalecido institucionalmente, seja dentro do **MDA**, **Incra**, das **IES**, movimentos sociais e de outros órgãos da administração direta do Estado, no sentido de promover sua consolidação como política pública, incentivando sua ampliação e difusão para outras regiões e **IES** ainda não participantes.

Os agricultores vêem no Programa uma possibilidade de mudança na relação com os técnicos extensionistas, marcada por uma postura dialógica entre os diferentes atores sociais, acenando para uma maior equidade das forças sociais atuantes no processo de tomada de decisão, o que poderá levar a um amadurecimento das relações democráticas. Eles vêem também a possibilidade de aprendizado de novas formas de manejo dos recursos naturais, que conduzam a um maior equilíbrio ecológico e produtivo, e que, por conseguinte, podem ser consideradas como mais uma forma de resistência e reprodução de seu modo de vida e de seus descendentes.

A transição agroecológica é um dos primeiros passos para se conseguir um maior nível de autonomia na organização do trabalho e no acesso aos recursos naturais, de maneira que a dependência por insumos e outros fatores de produção comerciais possam ser minimizadas nas práticas produtivas.

Por fim, pode-se salientar que o estágio vivenciado pelos estudantes foi ao encontro dos princípios e objetivos do Programa Nacional da Ater, na medida em que completou a formação de profissionais qualificados para o comprometimento com a sociedade em geral, e com os assentados em particular, fortalecendo a participação e a cidadania de populações historicamente marginalizadas das decisões sobre suas próprias vidas.

19. Ver Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior, Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

## **6. Extensão rural agroecológica: compromisso das políticas públicas com a sociedade e o ambiente**

No marco teórico das ciências políticas voltado à questão do fortalecimento do poder para desempenhar novas funções reguladoras do modo de produção capitalista em seu estágio mundializado, a ênfase tem sido na dimensão local do desenvolvimento como contraponto ao movimento hegemônico global. A preocupação fundamental tem sido analisar as dificuldades e os aspectos positivos, para que os setores público, privado e a sociedade civil possam promover a organização local de forma a gerar o desenvolvimento sustentado.

Então, os conceitos de local e de global não devem ser vistos apenas como uma oposição permeando o objeto de estudo, mas uma oposição de métodos. O meio local é caracterizado por uma identidade regional, possuindo características físicas e humanas específicas, sendo a absorção da singularidade do rural um desafio metodológico na formulação de políticas públicas localizadas.

Os desafios que se colocam à extensão rural, nova, capaz de interagir com os agricultores entendendo a diversidade local, vão além dos aspectos econômicos e de produtividade. Precisa se desvincular do difusionismo tecnicista para dimensões culturais-ambientais orientadoras de nova prática extensionista. Somente com uma *práxis* social diferente da atual, a extensão, e também a pesquisa, conseguirão vencer o desafio do desenvolvimento sustentável com base na propriedade rural, mas respaldada pelas forças endógenas locais e regionais. O potencial endógeno local seja de caráter ecológico, econômico ou sociocultural é o pano de fundo para a reorientação de políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Políticas essas compactuadas com as problemáticas ambiental, econômica, social, cultural e tecnológica, além dos aspectos institucionais que permeiam sua efetivação para o meio rural.

De outro lado, a sustentabilidade não é um conceito absoluto, mas antes de tudo deve ser construído pelos agentes do local em sintonia com as peculiaridades existentes. É preciso dar visibilidade e voz ao habitante do rural, para que suas demandas aos setores controladores de recursos sejam atendidas. A co-evolução homem-natureza é um elemento que reforça as particularidades dos agroecossistemas e da base social neles presentes.

A Agroecologia, por sua vez, tem contribuído teórica, metodologicamente e na prática na realização do ideal da sustentabilidade no meio rural. Ela é vista como uma estratégia de sustentabilidade, e no Brasil, desde fins dos anos 1980,

tem se multiplicado experiências agroecológicas nos campos da pesquisa e extensão rural. Pode-se identificar as características e estratégias associadas aos casos de sucesso, pois tais experiências indicam a possibilidade de construir o desenvolvimento de baixo para cima, mesmo que as organizações locais não sejam suficientes para eliminar a pobreza e a marginalização.

A política agroambiental, com base na Agroecologia, pode ser um instrumental para direcionar a reorganização social, por estar baseada na construção de um processo participativo dirigido ao fortalecimento dos direitos individuais e coletivos. A espacialização da política é um dos aspectos fundamentais na viabilização de processos participativos, sendo que a diversidade do ambiente natural e social precisa emergir para permitir escolhas apropriadas das atividades e tecnologias empregadas.

A sustentabilidade de um rural, singular, no entendimento proposto, é não dissociar o agrícola do rural. O rural é visto como o espaço de vida, de moradia, de relações de uma população, enquanto o agrícola é o espaço da produção agropecuária, e como tal, não obrigatoriamente precisa ser desprovido de gente. Operacionalizar o conceito de sustentabilidade no campo direciona à construção de estratégias locais e particulares, que respeitem as condições agroambientais, e a contribuição dos atores da localidade na busca do conhecimento e na ação social.

Isso implica numa abertura epistemológica na elaboração do conhecimento científico, no pluralismo metodológico e no compromisso da ciência e da extensão com as causas sociais para a transformação da realidade. É preciso a inserção do pesquisador e extensionista na realidade social local, exercitando atividades de articulação com os personagens da comunidade, gerando tecnologias comprometidas com as condições existentes na localidade.

A pesquisa tem que incorporar a dimensão da ação participativa dos protagonistas rurais, privilegiando a prática interdisciplinar na intenção de tratar sistemicamente as disciplinas separadas pela ciência analítica. Estratégias de desenvolvimento com recursos endógenos locais valorizam o rural, geram empregos, elevam a renda, portanto, devem ser, obrigatoriamente, incorporadas às políticas públicas no que tange à investigação científica e à extensão rural.

Um novo desenvolvimento rural privilegia o local e suas especificidades e modifica o enfoque neoliberal globalizante das políticas públicas voltadas à pesquisa, ensino e extensão do agronegócio. Um desenvolvimento sustentado do meio rural não exime o Estado, mas, pelo contrário, exige uma nova abordagem

na delimitação de políticas que sejam capazes de diminuir os problemas sociais e ambientais, respeitando as condicionantes locais e a participação efetiva dos atores sociais. Se não forem voltados à sustentabilidade e à participação popular, os agentes públicos do desenvolvimento não terão cumprido o seu papel na sustentabilidade do rural contemporâneo.

Uma nova relação Estado-sociedade deve permear o redirecionamento do desenvolvimento rural, incorporando em profundidade o enfoque participativo, sob a égide das forças vivas (ecológicas e sociais) locais, em que a justiça social acabe com a dicotomia rural agrícola e rural não-agrícola.

Dessa forma, precisa-se desconstruir o movimento predominante da produtividade a qualquer preço, de espaços rurais vazios de pessoas, mas cheios de grãos e dólares, para a construção do modelo de desenvolvimento pautado pela agroecologia e suas premissas de sustentabilidade sociocultural e ambiental. \*

## 7. Referências bibliográficas

- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: UFPR, n.6, p.67-80, jul./dez., 2002.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Perspectivas para uma nova extensão rural. In: Etges, V. E. (org) *Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: Edusc, 2001, p.19-52.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/Dater-IICA, 2004.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J.A.; PAULUS, G. *Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável*. Brasília-DF, abril 2006, site [www.jornadadeagroecologia.com/downloads/arquivos/arquivosO.pdf](http://www.jornadadeagroecologia.com/downloads/arquivos/arquivosO.pdf), acessado em 23/01/2007.

- CARMO**, M. S. do. Desenvolvimento Territorializado: assentamentos rurais e agroecologia, p.219-234. In: **FERRANTE**, V.L.S.B. & **ALY JUNIOR**, O. (Orgs.) *Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*, São Paulo: Incra, 2005.
- CASADO**, G. G.; **MOLINA**, M. G.; **GUZMÁN**, E. S. *Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.
- FEIDEN**, A. Agroecologia: introdução e conceitos, p. 49-70. In **AQUINO**, A, M. de; **ASSIS**, R. L. (eds. técnicos) de *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília, DF: Embrapa, Informação Tecnológica, 2005. 517p.
- GARCIA** J.V.; **DIESEL** V.; **NEUMANN**, P. S. "Soltando as Amarras": A Experiência de Ater dos Alunos do Residência Agrária. Ver site [www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Janisse\\_V\\_Garcia\\_e\\_Vivien\\_Diesel\\_e\\_Pedro\\_Neumann.pdf](http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Janisse_V_Garcia_e_Vivien_Diesel_e_Pedro_Neumann.pdf), acessado em 04/08/2007.
- GOODLAND**, R. Environmental sustainability and the power sector. Part I: The concept of sustainability. *Impact Assessment*, 12(3):2275-304, 1994.
- GUZMÁN**, E. S. As bases sociológicas da agroecologia. In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Anais, julho de 2001, Botucatu: **FCA/UNESP**, 2001 (CD-Rom).
- GUZMÁN**, E. S. *La Agroecología como estrategia metodológica de transformación social*. s/d. (mimeo),
- HECHT**, S. B. La evolución del pensamiento agroecológico. In: **ALTIERI**, M. A. *Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.
- LEFF**, E. Límites y Desafíos de Dominación Hegemônica. La geopolítica da la biodiversidad y el desarrollo sustentable economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social da la naturaleza. In: Ceceña, A. E.; Sader, E. (comps) *La Guerra Infinita. Hegemonia y Terror Mundial*. Buenos Aires: **CLACSO**, Febrero de 2002. <http://168.96.200.17/ar/libros/cecena/leff.pdf>, acessado em 4/08/2007.
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar, Grupo de Trabalho Ater. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)*. Versão Final: 25/5/2004, Brasília, 2004.
- MOREIRA**, R. M.; **CARMO**, M. S. do Agroecologia na Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

- NORGAARD**, R. B. A Base Epistemológica da Agroecologia, In: **ALTIERI**, M. A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: **PTA/Fase**, 1989.
- NORGAARD**, R. B.; **SIKOR**, T. O. Metodologia e prática da agroecologia. In: **ALTIERI**, M. A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- PINTO**, M. S. V. (coord.). *Vivência no Campo e Formação Profissional em Ciências Agrárias: assistência técnica no contexto da produção familiar, agroecologia e participação dos sujeitos*, Botucatu: **FCA/Unesp**, 2006. 61p. (v.857).
- WILLER**, H.; **YUSSEFI**, M. (Eds) *The World of Organic Agriculture; Statistics and emerging trends 2007*, International Federation of Organic Agriculture Movements (**IFOAM**), 9<sup>th</sup> edition, Bonn, Germany&Research Institute of Organica Agriculture, 2007. <http://orgprints.org/10506/01/willer-yussefi-2007-p1-44.pdf>, acessado em 4/08/2007.

**PARTE IV**

Políticas públicas em  
assentamentos rurais:  
imobilismos e avanços



# Assentamentos na agenda de políticas públicas: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas

*Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante*<sup>1</sup>

*Luís Antonio Barone*<sup>2</sup>

## **Introdução**

Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica do território, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista. Analisar tais contradições e possibilidades é objetivo deste texto, sempre tendo a temática do desenvolvimento local/regional, conforme buscamos acima entender, como pano de fundo.

A trama, nesse caso, é a constituída pelas relações travadas entre distintos atores, sendo destacados, neste estudo, os próprios assentados e os diferentes mediadores tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas e políticas. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas – mediante distintos projetos, compromissos e estratégias. Assim, a inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais cria uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos e outros mediadores) e o campo do poder, campo

1. Coordenadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (Uniar), colaboradora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (**FCLAR**/Unesp). E-mail: vbotta@techs.com.br.
2. Professor-assistente, Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (**FCT**/Unesp) –Presidente Prudente/**SP** – Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente. E-mail: labarone@uol.com.br.

de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária, na pesquisa, dimensionado a partir da escala local/microrregional.

Os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalteridade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias mais ou menos coerentes com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. É oportuno citar aqui o conceito de campo, conforme o concebeu Pierre Bourdieu (1989): espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que travam relações de força em busca do poder, ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa. No caso da perspectiva desta pesquisa, a trama de relações e tensões se constitui num campo específico, conforme Bourdieu, no qual estão em disputa tanto os possíveis distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais, quanto a hegemonia política no território local/microrregional – ela mesma bastante definidora dos referidos projetos de desenvolvimento. Nesta pesquisa, a temática do empoderamento dos assentados, em face dos agentes e das agências que atuam no campo, está em questão.

Como produto, foi possível discutir os impasses e perspectivas a partir das diferenciações significativas que se apresentam na trajetória dessas experiências de assentamentos, acompanhando a possível construção de um novo modo de vida, que envolve um conjunto de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva, até as relações com o poder local e com a agricultura regional. Códigos tradicionais, racionalidades, o vai-e-vem de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo/reprodutivo, os rearranjos em busca da cooperação foram observados nesse processo. Do mesmo modo, expressões de conflitos, de diferenças, muitas vezes atravessadas por mecanismos de poder, nos quais o clientelismo e expressões da cultura da dádiva se fazem presentes também puderam ser avaliadas. Essa discussão, a nosso ver, merece ser aprofundada, tendo os indicadores possíveis (de participação econômica e política) acima listados como um meio de aferição do empoderamento e inclusão desse segmento social.

As diversidades e as coincidências nos impasses e perspectivas no desenvolvimento da política de assentamentos rurais no Estado de São Paulo foram estudadas em duas situações bastante diferentes do ponto de vista regional (Araraquara e Pontal do Paranapanema). Fica a ressalva de que a política de assentamentos no estado tem sempre elementos que podem ser caracteriza-

dos como gerais – ou fixos – como a atuação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). O Instituto promove assentamentos em todas as regiões e fornece assistência técnica a todos os assentamentos no estado, independente dos projetos serem de âmbito federal ou estadual, embora este último governo federal tenha agido no sentido de ampliação dos quadros técnicos do Incra, fornecendo alguma assistência técnica aos assentamentos federais (algo que se encontra mais adiantado no Pontal do que em Araraquara). Isso indica um leque de políticas públicas que tende a se desenvolver a partir de uma mesma dinâmica, proveniente de outras esferas do Poder Público, que não a local.

Porém, ao privilegiar o âmbito local/regional no enquadramento empírico deste estudo, a análise se defrontou imediatamente com tensões específicas, tanto do ponto de vista das estruturas políticas e econômicas, quanto dos atores sociais diretamente envolvidos nesta conflituosa realidade. O caráter comparativo visou, portanto, ressaltar os possíveis rumos das experiências de assentamentos, em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/atores sociais que animam o cenário local/regional em cada caso, bem como por meio das tensões que se expressam no campo das alternativas políticas e econômicas (FERRANTE, WHITAKER, BARONE, 2003).

O modo de vida em questão é o constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade (seja essa entendida como sustentabilidade social e econômica) num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são sim os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu. Os confrontos com as demais forças sociais (capital regional, agentes oficiais dos órgãos estatais responsáveis pela reforma agrária e os agentes do Poder Público municipal) tiveram, em nossos estudos, o âmbito municipal como cenário privilegiado de observação. As possibilidades e diversidades de construção dessa trama de tensões exigiram a compreensão do Poder Público municipal não apenas como uma força externa, mas: 1) como escala geográfica fundamental na luta pelo empoderamento e afirmação política dos agentes assentados, constituindo uma teia de relações e de confrontos de interesses; 2) as prefeituras não são agentes neutros no processo – como de resto todo o aparato estatal, definindo suas ações mediante o jogo de forças sociais na conjuntura estudada. Os interesses econômicos e os compromissos políticos perfazem essa conjuntura na escala local privilegiada neste estudo, levando-se em consideração a coincidência com

um período histórico marcado pela chegada ao poder federal de uma coalizão de forças políticas lideradas pela esquerda.

A referida sustentabilidade, seja econômica, ambiental ou social dos assentamentos, forneceu a perspectiva dessas tensões, diferentemente das noções de impacto ou de mera integração. A inserção dos assentamentos nos contextos regionais estudados se deu mediante tensões explícitas ou latentes, conflituosas ou acomodativas na construção dessa rede de relações. No que tange às prefeituras, essa rede de relações políticas é constituída por parcerias – discutidas como expressão de desigualdades, exigindo-se a desconstrução de seu significado conceitual usual – dos projetos específicos, da prática clientelista e disputa de projetos distintos, com a possibilidade de construção de uma nova cultura política. O jogo das forças sociais nesse campo revela tensões, reciprocidades e mediações que precisam ser analisadas. No contexto do desenvolvimento local/regional, os temas do poder local, dos sistemas e dos arranjos produtivos podem explicitar o grau de inclusão (ou bloqueio à inclusão), entendido como indicador qualitativo desse possível desenvolvimento como liberdade.

Temos trabalhado, desde há muito, com o estudo dos modos de vida (re) elaborados pelos trabalhadores assentados nos projetos oficiais do estado. Essa abordagem privilegiou os espaços da sociabilidade no interior dos assentamentos, as estratégias de produção e reprodução social das famílias e as mediações políticas constituídas entre essa busca por permanecer na terra e a atuação de órgãos e agências (estatais ou não) no tocante à elaboração de projetos de desenvolvimento dos assentamentos.

A complexidade marca a abordagem das dimensões constitutivas desse modo de vida. Para os assentados, o assentamento é um espaço conquistado que deve ainda ser "domesticado". É um espaço de dificuldades, mas carregado de esperanças. Nesse espaço, constrói-se ou reconstrói-se a história individual e a sociabilidade. É um espaço de experiências, práticas e transformação de *habitus* que ressocializam os trabalhadores para alternativas jamais previstas. A criatividade demonstrada por muitos assentados, homens e mulheres que "se fazem" enquanto constroem os assentamentos enriquece de especificidades o caleidoscópio de situações particulares. Há singularidades por toda a parte (MARTINS, 2003). As trajetórias desses sujeitos ora os individualizam, ora os aproximam. A gestão do território do assentamento e seus projetos de desenvolvimento foram analisados do ponto de vista da construção de um novo modo de vida

que envolve um conjunto complexo de relações. Separar as dinâmicas interna e externa desse processo torna-se um procedimento analítico enganador, posto que estão imbricadas e se retroalimentam.

A discussão dos elementos constitutivos desse novo modo de vida é objeto de nossas reflexões, sendo priorizadas as diferenciações nos aspectos econômicos, culturais e políticos. Discutimos mediadores ou interlocutores inseridos em um campo de forças, analisando a constituição e dissolução de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo, os rearranjos em busca da cooperação. Discutimos elementos de recusa/aceitação aos modelos de associativismo propostos pelo Estado ou agências de mediação, na constituição da trama de tensões envolvendo a implantação das experiências de assentamentos nos distintos contextos regionais. Entendendo o assentamento como um espaço social onde diferentes formas organizativas são criadas e recriadas em um movimento no qual o espaço de iguais (no mais das vezes, objetivado nos acampamentos de sem-terra), com freqüência, se desestrutura no viver dos assentamentos. A diferenciação entre grupos e famílias de assentados, constata-se, tem marcado esses projetos, tão logo a luta pela terra, momento de coletivização e de homogeneização – se desdobra na situação de assentamento.

O cotidiano dos assentamentos mostra um complexo cenário em que a construção de lealdades, de rearranjos na sociabilidade comandados por relações de parentesco, de vizinhança e de filiação religiosa é atravessada por mecanismos de poder, nos quais clientelismos e expressões da cultura da dádiva se fazem presentes, objetivando criar redes de dependências e (des)organização interna. Ao mesmo tempo, homens e mulheres assentados, buscam autonomia econômica e política, desenvolvendo estratégias em meio a contextos regionais com características específicas.

Tais condicionantes nos levam a buscar as mediações dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. Até um certo momento, nossas pesquisas tinham se voltado à diferenciação constitutiva dos assentamentos, à desconstrução/reconstrução de estratégias, dos conflitos internos, dos rearranjos que passam pela reapropriação de códigos nesse novo modo de vida. Um outro olhar, entendido como a compreensão das mediações com o poder local e com as características regionais, passou a ser, num segundo momento, objeto de nossas preocupações analíticas. Agora, busca-se a integração entre as dimensões interna e externa desses processos, de forma a compreendermos melhor a trama

de tensões e a definição de estratégias e iniciativas por parte dos trabalhadores assentados, na busca de reconstruírem um modo de vida adequado à nova situação que experimentam.

Nessa reconstrução, a "parceria" com as agroindústrias, nos termos em que ela vem se concretizando exige a desconstrução desse conceito calcado na matriz teórica de capital social, a qual tem como princípio que a parceria deve estar embasada por valores como "solidariedade", "reciprocidade", "cooperação" e "confiança" (PUTNAM, 2000; SILVA, 2005). Na situação concreta da parceria com os assentados, trata-se da expressão institucional de um contrato no qual são dissimuladas relações assimétricas de poder. São as desigualdades constitutivas dessa relação responsáveis pela controversa integração dos assentados às parcerias com as usinas de açúcar e álcool que estão sendo objeto de nosso crivo analítico. A análise das parcerias é, no caso do estudo atual, atravessada pela noção de trama de tensões.

Assim, temas como a gestão do trabalho no interior dos assentamentos, a produção para o autoconsumo e a recuperação de um possível *ethos* camponês não podem ser corretamente analisados sem levar em conta a trama de tensões (envolvendo conflitos, resistências e acomodações) formada pela integração desses assentamentos aos contextos locais de cada região. Novamente, separar esses processos (autoconsumo e produção comercial), mesmo que analiticamente, faz com que se percam as conexões concretas, visíveis na organização produtiva e familiar nos assentamentos. Quando se tematiza a possível redução da pobreza dessas populações – antes bóias-frias ou agricultores sem-terra – essa visão integradora dos sistemas produtivos voltados ao autoconsumo e, muitas vezes, ao mesmo tempo, ao mercado local/regional, é fundamental.

A dimensão da participação política desses trabalhadores assentados, quase sempre "neófitos" no campo político local/regional, também comporta ações e estratégias na definição dos processos político-organizativos internos nos assentamentos, com ou sem presença de mediadores (sindicatos ou Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST) e a dinâmica de integração dos mesmos ao campo político local/regional (BARONE, 2004). A reiteração da cultura da dívida e do clientelismo se mescla com inovações políticas e uma real ampliação de participação cidadã desses "últimos cidadãos". (HOUTZAGER, 2004).

Nessa tensão permanente, existe uma reinvenção do rural e do local, tanto para as populações assentadas quanto para o entorno. Reinvenção que não elimina a preservação de hábitos próprios de uma cultura camponesa nos mais diferentes

espaços da vida social, os quais se expressam por de códigos de reconhecimento social, de elementos da economia moral (BARONE, 2000). Novos agentes e novos projetos, no entanto, são lançados em cena, opondo racionalidades distintas, seja na recuperação fragmentária do tradicionalismo face às exigências da modernizada agropecuária paulista, seja na constituição de estratégias e projetos que colocam frente à frente as possibilidades da agricultura familiar e o monopólio do agronegócio nos sistemas produtivos e na economia regional.

### **Retratos do universo empírico**

#### *A abordagem comparativa das tramas de tensões*

Fruto de mais de 20 anos ininterruptos de acompanhamento e análise dos Projetos de Assentamentos na região de Araraquara, a metodologia desta pesquisa procura aprofundar uma abordagem comparativa de duas regiões bastante díspares do estado.

Ao privilegiar o âmbito municipal (e microrregional) no enquadramento empírico do objeto, esse estudo se defronta imediatamente com as diversidades regionais. O caráter comparativo deste trabalho visa, então, ressaltar os possíveis destinos das experiências de assentamentos, em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/atores políticos que animam o cenário regional em cada caso, bem como por meio das tensões que se expressam no campo das alternativas políticas, econômicas e educacionais.

Assim, pecuaristas ligados à União Democrática Ruralista (UDR) no Pontal e empresários agroindustriais do setor canavieiro na região de Araraquara são agentes que apresentam posições simétricas no campo de forças em análise, mas que não têm necessariamente a mesma estratégia frente às tensões geradas a partir do desenvolvimento dos assentamentos. O mesmo tipo de raciocínio vale para os agentes do Poder Público municipal, inclusive aqueles filiados à mesma agremiação partidária. A conjuntura na qual tais agentes se movem irá diferenciá-los a partir de sua racionalidade prática, acionada pelos constrangimentos de cada situação concreta.

### **Os assentamentos rurais na região de Araraquara (SP): as contradições da modernização agrícola e o poder do agronegócio**

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três Projetos

de Assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Itesp – Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade e um do Incra – Bela Vista do Chibarro.

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo Itesp nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986) – tendo sua instalação se completado quase 10 anos depois. Hoje, o Projeto de Assentamento (PA) Monte Alegre conta com seis núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 418 famílias que ali residem, segundo dados da Fundação Itesp.

No mesmo período em que o Itesp instalou um dos núcleos mais recente do Projeto de Assentamento (PA) Monte Alegre – o de número VI, ainda na primeira gestão Mário Covas (1995-1998) – o mesmo órgão assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área anteriormente pertencente à Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Codasp) localizada no distrito de Bueno de Andrade (município de Araraquara), que dá nome ao Horto. As dimensões desse PA, além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI do Monte Alegre, fazem com que o Horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande Projeto de Assentamento Monte Alegre.

**Quadro I - Distribuição de famílias por núcleo e município – PAs  
Monte Alegre, Bueno de Andrade e Silvânia/Itesp**

Proj. de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Bueno de Andrade	Araraquara	mai/97	31	Estadual
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	96	Estadual
Silvânia	Matão	set/98	19	Estadual
<b>8 Assentamentos</b>			<b>416 Famílias</b>	



Além desses núcleos do Itesp, existe um Projeto de Assentamento promovido pelo governo federal (Incra) no município de Araraquara: o PA Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas (estimadamente) e o mesmo número de famílias. O PA Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989.

A observação das formas e da execução da assistência técnica revela uma relação de estranhamento na esfera das competências e um certo descompasso entre o órgão promotor e o órgão gestor, situação que leva, não poucas vezes, a conflitos entre técnicos e entre técnicos e assentados. No caso do PA Bela Vista do Chibarro, o Incra é o órgão gestor e promotor, tendo o Itesp rompido o convênio para prestar assistência técnica em 2005.

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica (FERRANTE, BARONE, 1997/1998) acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte dessa trajetória.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros, além da presença intensa da avicultura<sup>3</sup>. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana – cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares – e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

Leve-se em conta que, em função mesmo desse entorno socioeconômico – a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória recente de tra-

3. Segundo dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, para a safra de 1997/98, a soma da participação dessas três atividades sobre o total da produção agropecuária regional ultrapassa os 90%.

balho imediatamente ligada a essa economia. Perto de 70% dos assentados no PA Monte Alegre, especialmente dos núcleos II e IV, foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja, enquanto que no PA Bela Vista do Chibarro, esse índice está em torno de 50%. Ainda hoje, tanto a colheita de laranja como a de cana são formas de assalariamento temporário às quais os trabalhadores rurais assentados recorrem.

Os dilemas da inserção regional desses Projetos de Assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola – ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com as forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente nas áreas reformadas. No PA Monte Alegre – o que mais recebeu trabalhadores oriundos da cultura de cana da região – antes mesmo da conclusão do longo processo de instalação dos seis núcleos de assentamentos, uma proposta de plantio de cana, em parceria com uma usina do município de Motuca, mobilizou os assentados e suas lideranças, todos contrários à introdução dessa cultura no assentamento (STETTER, 2000)<sup>4</sup>.

Tal proposta, sob a forma de um arranjo produtivo envolvendo o poder local, uma usina próxima e órgãos do Estado, trouxe desdobramentos e divisores de águas. Questões que reaparecem em outros momentos, pondo em discussão o modo de vida constituído nos assentamentos, a perspectiva da agroindústria conviver com espaços diversificados de produção/reprodução social e, especialmente, o significado da cana e de outros arranjos produtivos como possíveis estratégias de gestão econômica do território e de permanência na terra. Nesse sentido, observamos atualmente algumas alternativas criadas com outros setores da economia regional. Apesar da cana ser a cultura mais plantada, ganharam espaço nos últimos dois anos as granjas de frango, além de outros arranjos regionais que diferentemente destes não envolvem contratos entre assentados e empresas. São exemplos disso as produções de mandioca, milho e feijão-deporco, principalmente, plantadas e comercializadas de forma mais independente

4. A proposta de consórcio, como expressão do controle das usinas sobre o poder local, como indicadora de que a presença dos assentamentos na região compõe um espaço disputado politicamente é analisada por Stetter, E.A. *A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?*, Dissertação de mestrado, FCL, Unesp, Araraquara, 2000.

em relação à cana ou ao frango, pois não envolvem contratos de fornecimento. São produções que não dependem da aplicação de insumos conforme aquelas exigidas na agricultura empresarial, produções mais condizentes com as práticas agrícolas normalmente adotadas pelos agricultores e, na hora da comercialização, há liberdade para decidir para qual empresa vender.

Em um jogo de expectativas, idealizações e irrealizações, estratégias familiares para se viver melhor na terra aparecem no mesmo cenário em que tais arranjos se fazem presentes. Expressões de clientelismo por parte do poder local se contrapõem a outras tentativas de uma nova cultura política, principalmente no caso da cana.

Há mudanças igualmente no cenário produtivo. Os dois Projetos de Assentamentos tiveram em seus anos iniciais – no caso, Bela Vista e Monte Alegre – um grande incentivo para o plantio de grãos, milho e soja, arroz, respectivamente. Deve-se esclarecer que o incentivo do órgão técnico – decisivo para a definição da opção do plantio – foi, em muito, determinado pelo tipo de crédito que o banco custeava, exclusivamente, para a cultura de grãos. Retrato revelador da ausência de uma clareza com relação a como iniciar projetos de assentamentos, bem como de uma política equivocada para os mesmos.

Expressões de ineficácia dessa estratégia produtiva levam os assentamentos a um quadro de crise. Abandono dos lotes, evasão e inadimplência começaram a ser peças comuns nesses projetos. Provas inequívocas de que os critérios traçados pelo Estado para os projetos de assentamentos rurais são pautados por irrealizações (NEVES, 1997). Nesse jogo, a cana sai e entra em cena.

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria-prima para as agroindústrias, nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constituem em uma sombra a nublar, não necessariamente provocando tempestades, a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Diversificação que se fez presente especialmente nos núcleos de assentamento da Fazenda Monte Alegre perdeu sua força nos anos 2002/2003 e começou a ganhar novo fôlego a partir de 2005, conforme explicitado. A reordenação da produção, com conseqüente tendência à pluriatividade na qual chegou a ganhar espaço significativo a fruticultura, combina-se a experiências que têm

acenado para a articulação de atividades agrícolas e não-agrícolas como parte das estratégias de permanência na terra.

Entram nesse processo estratégias utilizadas para correção do solo, combate às pragas, manejo dos recursos por meio de práticas alternativas de agricultura (WHITAKER, 2003). Estratégias criadas e recriadas, com frequência, como parte de arranjos familiares. Os assentados muitas vezes recorrem a materiais orgânicos e animais de tração, diminuindo a utilização de agrotóxicos e/ou adubação química e máquinas pesadas para potencializar o rendimento da produção. A diversificação de estratégias utilizadas na preparação do solo pelos assentados, desde o calcário para solos mais pobres, como foi o caso de um assentado que precisou adicionar à terra sete toneladas de calcário em seu lote, até a utilização de formas naturais (adubação verde e composteiras orgânicas) para fertilizar a terra chegou a configurar outras estratégias com sustentabilidade. Estratégias que parecem se esvaziar ou perder progressivamente o fôlego com a revigorada entrada da cana.

De um lado, a voracidade do agronegócio regional tenta se impor, aproveitando-se de uma relativa fragilidade econômica dos projetos de assentamentos rurais; de outro, os assentados reduzem o espaço reservado ao pasto para as vacas leiteiras, aos pomares de frutas, como reação ao próprio cercamento das usinas, buscando meios de viabilizar financeiramente sua permanência na terra. Ou então começam a trabalhar fora – como motorista e em outras atividades não-agrícolas – para não ceder à pressão da cana e continuarem na terra.

No outro espaço, o PA Bela Vista do Chibarro, numa articulação entre uma usina de Araraquara e um grupo de assentados, inicia-se em 1997/8 o cultivo da cana-de-açúcar em parte de seu território. Anteriormente, em 1993, a cana havia entrado neste projeto como expressão de um ato de rebeldia. Dois trabalhadores resolveram pôr em prática um acordo que fizeram com a Usina Zanin e começaram a transportar para o assentamento mudas de cana-de-açúcar para plantá-las em seus respectivos lotes.

Acusados de traidores da reforma agrária conseguem na época – 1993 – provocar uma reação de consenso: as demais famílias se unem e, além da troca de ameaças e agressões, as mudas são arrancadas. Os assentados invadiram o escritório do Itesp, exigindo a presença de um representante do Incra para intermediar o impasse. Audiências públicas, sob direção do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, movimentaram a sociedade civil e assim o conflito ganhou

espaço na imprensa. O Incra posicionou-se contrariamente ao cultivo da cana-de-açúcar nos módulos agrícolas do assentamento e ameaçou de expulsão os que fossem contrários a tais regras.

No discurso do Incra à época, objetivos da reforma agrária e plantação de cana tinham incompatibilidades congênicas. A promotoria pública intercedeu como mediadora do conflito e os dois trabalhadores, taxados de vilões, foram novamente incorporados à comunidade. Aparentemente, sem conotações políticas, a cana saiu de cena, como se sua passagem pelas terras do PA Bela Vista do Chibarro tivesse sido um ato infrator individual. A questão, aparentemente encerrada, reapareceu em 1997, nutrindo-se do altíssimo grau de inadimplência, patrocinada por um grupo organizado de assentados e ganhando imediata adesão de um grande número de agricultores.

Os assentados de ambos os núcleos justificam sua opção pela situação de endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade política dos prefeitos de criarem condições efetivas para outras formas de produção e cultivo da terra, pela expectativa de ter um rendimento fixo proveniente da cana necessário ao sustento da família. As manifestações de aceitação se sobrepõem às expressões de recusa num movimento que acaba por acirrar disputas internas e publicizar divergências entre órgãos técnicos.

O Incra, apesar de continuar, em princípio contrário ao plantio da cana, parece assistir ao movimento como ator coadjuvante. Simultaneamente, o Itesp, por meio de portaria, (re)estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Parcerias não estruturadas por relações de igualdade ou de solidariedade, mas dissimuladoras de uma relação desigual. Justifica a portaria que acaba por consentir, sob regras, o plantio da cana como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos” (Portaria Itesp nº 075, de 24/10/02).

Mantém-se o limite de 50% da área total com cana para lotes com área até 15 hectares. Nos lotes com área superior a 15 hectares estipula-se até 30% da área total para plantio de cana. A determinação é de que a exploração deverá ser feita

de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permita a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção.

Com a portaria, ocorreu uma explosão de contratos para o plantio de cana agroindustrial no PA Monte Alegre. Desde então, o número de assentados que tem aderido à parceria vem aumentando rapidamente. De 40 lotes no primeiro ano (safra 2002-2003) o número aumentou para 137 no segundo ano e continua crescendo. O formato do contrato estipula que a cana poderá ser plantada em, no máximo, metade do lote por cinco anos (aproximadamente sete hectares), com direito na primeira safra, durante a formação do canavial, a algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar eucaliptos que ainda estão no solo, arar a terra e abrir os sulcos para plantar a cana, aplicação de "mata-mato", cupinicida, veneno para formigas e ainda as mudas. O transporte e pesagem também são a cargo da usina. Os serviços de formação do canavial são disponibilizados apenas na primeira safra (de 18 meses) e descontados em tonelagem, 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira, embora nessas duas últimas e demais safras os assentados já não possam contar com esses serviços feitos pela usina. Eles terão que financiar os custos da produção com o dinheiro ganho nas safras anteriores sem o apoio que receberam da usina na primeira, a chamada "produção facilitada".

Apenas o trato e o corte seriam de responsabilidade das famílias. O corte, na verdade, deveria ser feito por mutirões, de forma que cada assentado participaria do corte dos demais. No entanto, não houve organização para isso e o que ocorreu foi a terceirização da mão-de-obra por turmas da usina. Foi por isso que a parceria ficou caracterizada como arrendamento em muitos lotes, já que não há trabalho familiar nos canaviais, espaço de individualização. Mesmo o trato diário vem sendo feito muitas vezes por terceiros, ou seja, o financiamento, a preparação da terra, o plantio, a colheita, o transporte e a pesagem ficaram tudo a cargo da usina. Tal situação e a conseqüente perda de liberdade traduzem-se hoje pela intenção de resistir à cana ou até em ações judiciais (poucas) pela anulação do contrato e saída da parceria. Há também manifestações de resistência, agravadas no caso das queimadas e na alegação de que o aumento da cana iria frustrar alternativas de sustentabilidade postas em ação na relação e trabalho com o solo.

Apesar das afirmações de que prefeitura e órgãos técnicos têm todos os critérios para evitar que os assentamentos sejam arrendados ou danifiquem

o ambiente, a realidade mostra outras facetas, que explodem, principalmente na questão das queimadas, da utilização demasiada de insumos químicos e da quebra da autonomia, decorrência, em princípio, do acordo sobre o plantio da cana. Há ainda outros assentados que permanecem aparentemente à margem desse processo, pois já tomaram decisões de arrendar seu lote sem preocupações de como seja feito o trabalho na terra. Situação que se justifica ora pelo endividamento, ora pela acomodação.

Da parte dos assentados do Bela Vista, apesar da cana crescer assustadoramente nesse espaço, há, dentre as 176 famílias, cerca de 20 que resistem, continuando com a agricultura de subsistência e alguma outra forma de inserção na economia regional que não a cana. Temem a dependência em relação ao complexo canavieiro.

O movimento da cana repõe problemas envolvendo o poder local, expressos em conflito, ações de acomodação e de resistência. Igualmente, como parte dessa trama, há que se contextualizar ações das prefeituras envolvidas administrativamente na gestão dos assentamentos referidos, no caso, Araraquara, Matão e Motuca. Há, no presente, um movimento a favor da incorporação dos assentados e pequenos produtores na produção do biodiesel, com financiamento do Banco do Brasil, o qual está sendo objeto de investigação e acompanhamento.

Dentre tais ações, cabe destacar as iniciativas referidas à ampliação e à redefinição do projeto político-pedagógico para as escolas dos assentamentos. No PA Bela Vista do Chibarro, a escola passou a atender alunos de 5ª a 8ª série. Foram implantados curso de alfabetização de adultos e cursinhos populares pré-vestibular – interrompido no presente, cujos rumos nos permitem inserir a questão dos jovens e o futuro dos assentamentos e oficinas pedagógicas de direitos humanos envolvendo crianças de 8 a 12 anos.

Além disso, o Projeto Educação do Campo, o qual tem fortes ligações com a proposta político-pedagógica do **MST** foi inserido nas escolas rurais dos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre.

Os desdobramentos desse projeto pedagógico, assim como a análise das experiências dos jovens rurais, do ponto de vista de sua participação no projeto familiar, de seu processo de socialização e de encaminhamento profissional – elementos fundamentais para o futuro dos assentados – são eixos analíticos que continuarão no campo temático de preocupações.

### **Assentamentos no Pontal do Paranapanema: conflitos fundiários e impasses nos projetos de desenvolvimento**

Na região conhecida como Pontal do Paranapanema (oeste do Estado de São Paulo), a questão fundiária tem sido – ao longo de décadas – o ponto fulcral definidor das políticas públicas e ingrediente básico das tensões sociais envolvendo o Estado e diferentes classes sociais. A região é, portanto, de importância ímpar quando se aborda a temática da reforma agrária em São Paulo. Com uma ocupação que data do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do País (LEITE, 1999).

Ao longo do século XX, posseiros e grileiros disputaram, quase sempre à bala, o território do Pontal. Apesar da flagrante irregularidade que cercou a ocupação do Pontal, seu desenvolvimento econômico seguiu mais ou menos a trajetória de outras regiões do estado, sobretudo na primeira metade do século passado. Com a crise da cafeicultura, a fragmentação das propriedades e o precoce fim do colonato (Monbeig, 1984) só acirraram mais as disputas por terras.

Com o objetivo de retomar terras públicas ameaçadas de ocupação irregular e também proteger a cobertura vegetal da região (última área de Mata Atlântica afastada do litoral), na década de 1940 são criadas, por parte do governo estadual, três grandes reservas florestais: Morro do Diabo, Lagoa São Paulo e Pontal. Destas, somente a do Morro do Diabo ainda está preservada atualmente. As demais, invadidas e desmatadas por grileiros e posseiros, só tornam mais complexa a questão fundiária regional. A partir dos anos 1960 e 1970, o desmatamento das florestas teve como finalidade o desenvolvimento da pecuária, que tem sido a principal atividade econômica da região desses últimos 30 anos. Nesse período, a região passou a ostentar o título de “capital do Nelore mocho”, dado o tamanho do rebanho dessa raça de bovinos, muito apropriada para a pecuária de corte.

O Pontal do Paranapanema e sua série de irregularidades em relação aos títulos de propriedade das terras, somada à grande ociosidade na utilização das áreas desmatadas, têm assistido, desde há muito, a conflitos e lutas pela posse da terra. Esse histórico ganha contornos dramáticos e passa a exigir uma política do Estado para a regularização a partir dos anos 1960, com a desapropriação da Gleba Rebojo (ANTONIO, 1990). Na segunda metade da década de 1970, as obras de três usinas hidrelétricas na região também levam a uma política de reassenta-



mento das populações ribeirinhas, administrada pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp) até os anos 1990.

Com a desaceleração das obras das usinas na década de 1980 e a demissão em massa que a isso se seguiu, emerge um forte movimento de reivindicação por terras no Pontal. Em 15 de novembro de 1983, aproximadamente 350 famílias de ex-operários das obras das hidrelétricas, ocuparam as fazendas Rosanela e Tucano, dando início a uma série de conflitos sociais e conseqüentes ações públicas que marcam a região justamente no período compreendido pela análise empreendida neste trabalho. Nesse mesmo ano, o Governo Franco Montoro (1983-1986) desapropriou uma área de mais de 15 mil hectares entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha e assentou cerca de 450 famílias: surgiu o assentamento Gleba XV de Novembro, uma referência na luta pela terra por parte dos trabalhadores sem-terra da região (FERNANDES, 1996).

À supracitada insegurança fundiária e à ação que os governos do período da transição democrática desenvolveram, com uma tímida política de assentamento, os diferentes agentes sociais dessa região responderam com importantes mobilizações. Ainda durante o período do Congresso Constituinte (1987-1998), surge, na região, a União Democrática Ruralista (UDR), reunindo os pecuaristas que se sentiam ameaçados pela perspectiva de uma regularização fundiária que lhes tirasse a posse das terras. Em 1990, já no primeiro ano do Governo Collor, o MST inicia o seu mais importante processo de luta pela terra no Estado (FERNANDES, 1996). A partir de então, o conflito entre os sem-terra (tendo o MST como a sua organização mais ativa e representativa) e os fazendeiros pecuaristas (liderados pela UDR) têm pontuado a história recente da região.

Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto sociopolítico do Pontal, que se desdobra desde o início dos anos 1990. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do Governador Mário Covas (1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. O Pontal do Paranapanema é hoje a região com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas (ver tabelas a seguir).

## PAs do Pontal do Paranapanema: base Mirante do Paranapanema/SP\*

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Alvorada	Mirante do PPanema	mar/97	21	Estadual
Arco-Íris	Mirante do PPanema	dez/95	105	Estadual
Canaã	Mirante do PPanema	dez/95	55	Estadual
Estrela D'Alva	Mirante do PPanema	jan/95	31	Estadual
Flor Roxa	Mirante do PPanema	dez/95	39	Estadual
Haroldina	Mirante do PPanema	dez/95	71	Estadual
King Meat	Mirante do PPanema	dez/95	46	Estadual
Lua Nova	Mirante do PPanema	jun/96	17	Estadual
Marco II	Mirante do PPanema	abr/97	9	Estadual
Nossa Senhora Aparecida	Mirante do PPanema	nov/97	9	Estadual
Novo Horizonte	Mirante do PPanema	jun/96	57	Estadual
Pontal (Santa Rosa 2)	Mirante do PPanema	jun/96	13	Estadual
Repouso (Santo Antonioll)	Mirante do PPanema	out/00	21	Estadual
Roseli Nunes (Nhancá)	Mirante do PPanema	mar/03	55	Estadual
Santa Apolônia	Mirante do PPanema	dez/96	104	Estadual
Santa Carmem	Mirante do PPanema	dez/95	37	Estadual
Santa Cristina	Mirante do PPanema	jun/96	35	Estadual
Santa Cruz	Mirante do PPanema	dez/95	17	Estadual
Santa Isabel 1	Mirante do PPanema	jun/96	70	Estadual
Santa Lúcia	Mirante do PPanema	jun/96	24	Estadual
Santa Rosa 1	Mirante do PPanema	jun/96	24	Estadual
Santana	Mirante do PPanema	dez/95	29	Estadual
Santo Antonio	Mirante do PPanema	mar/05	17	Estadual
Santo Antonio II	Mirante do PPanema	dez/05	7	Estadual

*Continua*

Continuação

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
São Bento	Mirante do PPanema	jan/95	182	Estadual
São Pedro	Marabá Paulista	abr/04	6	Estadual
Vale dos Sonhos	Mirante do PPanema	jun/96	23	Estadual
Washington Luís	Mirante do PPanema	jun/96	16	Estadual
Santo Antonio	Mirante do PPanema	jun/96	17	Estadual
<b>29 Assentamentos</b>			<b>1.157 Famílias</b>	

Fonte: Fundação Itesp/SP

**PA's do Pontal do Paranapanema: base Presidente Venceslau/SP\***

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Areia Branca	Marabá Paulista	fev/88	87	Federal
Engenho	Pres. Epitácio	out/01	27	Federal
Lagoinha	Pres. Epitácio	dez/98	150	Federal
Luis Moraes Neto (São Francisco)	Caiuá	ago/03	72	Federal
Malu	Caiuá	mar/03	24	Estadual
Maturi	Caiuá	jan/98	172	Estadual
Nossa Senhora Aparecida	Marabá Paulista	set/03	17	Estadual
Porto Velho	Pres. Epitácio	out/01	65	Federal
Primavera 1	Pres. Venceslau	abr/96	82	Estadual
Primavera 2	Pres. Venceslau	jun/96	43	Estadual
Radar	Pres. Venceslau	jun/96	29	Estadual
Santa Angelina	Caiuá	fev/02	23	Estadual
Santa Maria	Pres. Venceslau	abr/96	17	Estadual

Continua

Continuação

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Santa Maria 2	Marabá Paulista	set/04	40	Estadual
Santa Rita	Caiuá	set/98	21	Estadual
Santa Rita	Piquerobi	dez/97	26	Estadual
Santa Rita	Tupi Paulista	jun/96	31	Estadual
Santo Antonio	Marabá Paulista	fev/99	73	Estadual
Santo Antonio da Lagoa	Piquerobi	mar/97	29	Estadual
Santo Antonio da Prata	Marabá Paulista	abr/04	32	Estadual
São José da Lagoa	Piquerobi	jun/96	29	Estadual
São Paulo	Pres. Eptácio	ago/03	76	Estadual
Tupanciretã	Pres. Venceslau	jun/96	78	Estadual
Vista Alegre	Caiuá	fev/02	22	Estadual
Yapinary	Ribeirão dos Índios	jun/96	40	Estadual
<b>25 Assentamentos</b>			<b>1.305 Famílias</b>	

Fonte: Fundação Itesp/SP

## PAs do Pontal do Paranapanema: base Presidente Bernardes/SP\*

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Água Limpa 1	Pres. Bernardes	set/96	31	Estadual
Água Limpa 2	Pres. Bernardes	set/96	26	Estadual
Chico Castro Alves	Martinópolis	dez/95	87	Federal
Florestan Fernandes (São Jorge)	Pres. Bernardes	ago/98	55	Estadual
Nova Conquista	Rancharia	out/98	125	Federal
Nova Vida (Rodeio)	Martinópolis	dez/95	37	Federal
Palu	Pres. Bernardes	set/96	44	Estadual

Continua

Continuação

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Quatro Irmãos	Pres. Bernardes	out/98	15	Estadual
Rodeio	Pres. Bernardes	mar/97	65	Estadual
Santa Eudóxia	Pres. Bernardes	set/96	6	Estadual
Santo Antonio 2	Pres. Bernardes	set/98	24	Estadual
São Pedro	Rancharia	mar/01	74	Federal
<b>12 Assentamentos</b>			<b>589 Famílias</b>	

Fonte: Fundação Itesp/SP

**PAs do Pontal do Paranapanema: base Rosana/SP\***

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Bonanza	Rosana	nov/98	31	Estadual
Córrego Azul	Teodoro Sampaio	nov/97	9	Estadual
Gleba XV de Novembro	Euclides da Cunha/Rosana	mar/84	571	Estadual
Guaná Mirim	Euclides da Cunha	fev/02	34	Estadual
Nova do Pontal	Rosana	set/98	123	Estadual
Nova Esperança	Euclides da Cunha	jul/00	98	Federal
Porto Letícia	Euclides da Cunha	out/97	36	Estadual
Porto Maria	Rosana	mar/05	47	Estadual
Rancho Alto	Euclides da Cunha	set/98	50	Estadual
Rancho Grande	Euclides da Cunha	set/98	101	Estadual
Santa Rita Pontal	Euclides da Cunha	nov/90	51	Estadual
Santa Rosa	Euclides da Cunha	mai/92	65	Estadual
Tucano	Euclides da Cunha	nov/91	35	Estadual
<b>13 Assentamentos</b>			<b>1.251 Famílias</b>	

Fonte: Fundação Itesp/SP

PAs do Pontal do Paranapanema: base Teodoro Sampaio/SP<sup>5</sup>

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Água Branca I	Teodoro Sampaio	out/98	29	Estadual
Água Sumida	Teodoro Sampaio	fev/88	121	Federal
Alcídia da Gata	Teodoro Sampaio	out/98	18	Estadual
Antonio Conselheiro	Mirante do PPanema	nov/00	65	Federal
Bom Pastor	Sandovalina	set/97	130	Estadual
Cachoeira do Estreito	Teodoro Sampaio	nov/97	29	Estadual
Che Guevara (Santa Clara)	Mirante do PPanema	jan/95	46	Estadual
Fusquinha (Recanto do Porto X)	Teodoro Sampaio	set/03	43	Estadual
Guarany	Sandovalina	jan/01	68	Estadual
Haidéia	Teodoro Sampaio	nov/97	27	Estadual
Laudenor de Souza (Porto Alcídia)	Teodoro Sampaio	set/97	60	Estadual
Padre Josimo (São Pedro da Alcídia)	Teodoro Sampaio	jul/03	96	Estadual
Paulo Freire	Mirante do PPanema	nov/00	62	Federal
Santa Cruz da Alcídia	Teodoro Sampaio	jan/00	25	Estadual
Santa Edwiges	Teodoro Sampaio	set/03	25	Estadual
Santa Rita da Serra	Teodoro Sampaio	nov/97	40	Estadual
Santa Terezinha da Água Sumida	Teodoro Sampaio	jul/99	48	Estadual
Santa Terezinha da Alcídia	Teodoro Sampaio	out/98	26	Estadual

5. As tabelas acima apresentadas (organizadas pelo Itesp) reúnem os PAs a partir da base de operações do citado órgão, que tem Grupos Técnicos de Campo nos municípios de Mirante do Paranapanema, Rosana, Presidente Venceslau, Teodoro Sampaio e Presidente Bernardes.

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Santa Vitória	Teodoro Sampaio	nov/97	27	Estadual
Santa Zélia	Teodoro Sampaio	mar/99	104	Estadual
Santo Antonio Coqueiros	Teodoro Sampaio	nov/97	23	Estadual
Santo Expedito	Teodoro Sampaio	nov/05	30	Estadual
Vale VerdeVale Verde	Teodoro Sampaio	nov/97	50	Estadual
Vô Tônico	Teodoro Sampaio	out/98	19	Estadual
<b>24 Assentamentos</b>			<b>1.211 Famílias</b>	

Fonte: Fundação Itesp/SP

Dada a importância da região do Pontal do Paranapanema com relação ao número de assentamentos (a partir das tabelas, são 103 Projetos de Assentamentos, com aproximadamente 5,5 mil famílias assentadas), essa área do estado tem mostrado uma dinâmica extremamente rica no que tange a essa questão. Mais do que qualquer outra região paulista, os assentamentos são vistos no Pontal como um “incômodo inevitável”. Incômodo porque, superados os anos iniciais de uma vigorosa ação governamental no sentido de instalação de PAs (coincidente com os Governos Covas), as forças resistentes a uma política de distribuição de terras voltam a contar com simpatia da opinião pública regional, investindo contra o suposto baixo desempenho econômico dessas áreas reformadas. A inevitabilidade se apresenta quando a discussão vai além dessa suposta irracionalidade e se volta para a irregularidade fundiária, a improdutividade de grandes áreas rurais e a presença marcante dos movimentos de luta pela terra (não apenas, mas sobretudo o **MST**).

É comum as autoridades locais opinarem que a política de reforma agrária (e os assentamentos serão sempre entendidos como reforma agrária, pois é assim que o Brasil vem encaminhando essa questão) é da alçada do Governo Federal, quando não do Governo Estadual – como no caso do Pontal – sempre que envolver terras públicas (devolutas). Mas, isso é uma falsa objeção, pois, tão

logo instalados, os PAs se tornam parte ativa (reivindicante sempre, participativa às vezes) do município. Isso leva a uma ação (mesmo que reação) dos Poderes Públicos locais, no sentido de fazer frente a essas novas demandas (novas linhas de ônibus escolares, atendimento médico, construção de escolas e postos de saúde, estradas, alternativas de comercialização, etc.). Tal situação ocorre quando a intervenção da política local (prefeitos, vereadores e outros agentes políticos) não incide diretamente sobre o processo de assentamento, com a mobilização de trabalhadores do município para assentamentos ali em vias de implantação, caso registrado no município de Marabá Paulista (**BARONE e SANTOS, 2005**).

No contexto do Pontal, pode-se retroceder ainda mais, na medida em que os vários acampamentos – alguns que perduram por anos – constituem-se em problemas para as prefeituras. Há alguns anos, o prefeito de Sandovalina mobilizou o município e se posicionou criticamente frente ao governo do estado porque os acampamentos ali montados significavam uma sobrecarga para o já débil sistema de saúde do local. A precariedade dos acampamentos desperta mais o incômodo dos agentes públicos, que tendem a se esquecer dessa mesma população, quando ela é atendida em sua demanda principal (terra). Só que, então, esses sem-terra passam à condição de munícipes plenos – com moradia fixa no município – e, portanto, começam a se defrontar com os órgãos públicos municipais em distintas esferas e com distintas estratégias.

No que tange à chamada situação de assentamento, em alguns municípios, a política local é bastante influenciada pela presença dos PAs, embora isso não altere necessariamente práticas políticas tradicionais, vide o exemplo da já citada Marabá Paulista, cidade na qual assentados ocupam posições de destaque na Prefeitura e na Câmara Municipal, mas que não oferece nenhuma novidade política ou institucional na sua relação com os assentamentos rurais.

Em outros contextos municipais, a presença organizada dos assentados, por meio do **MST**, vai, aos poucos, determinando uma relação positiva e propositiva com o Poder Municipal. No caso de Teodoro Sampaio, a existência do núcleo dirigente do **MST**, morador dos assentamentos do município fez com que a Prefeitura se voltasse mais e mais para os PAs. É importante frisar que o **MST** não entra nesse jogo – ou não é percebido como parceiro pelas prefeituras – senão quando atua quase como partido da base aliada do Governo Federal. A organização, mesmo não tendo representação formal, partilha de cargos no Governo Lula, sobretudo via militantes ou simpatizantes, seja no Ministério do



Desenvolvimento Agrário (**MDA**), no Incra e na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Esse forte *lobby* que o **MST** exerce junto ao Governo Federal carrega recursos para projetos voltados aos assentamentos. Conforme já descrito em trabalhos anteriores (**BARONE, FERRANTE, KURANAGA, 2005**), o **MDA** tenta apoiar a Cooperativa de Comercialização dos Assentamentos do Pontal do Paranapanema (Cocamp), no município de Teodoro Sampaio. Isso, embora tenha sido dificultado pela Justiça (existe um embargo judicial, pois a gestão da cooperativa está sob investigação), mobiliza todo o município, que é bastante pobre e tem, na Cocamp, um grande empreendimento.

Com relação às câmaras municipais, pode-se citar a do Mirante do Paranapanema como um caso exemplar. O município, com o maior número de PAs da região, conta com vários vereadores assentados, tanto ligados ao **MST**, quanto dissidentes. Todos terão nos assentamentos suas bases e projetos. Isso dinamiza a política local num movimento pró-assentamentos.

No entanto, caminhando-se para mais distante desse núcleo organizativo do **MST** no Pontal (localizado entre Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema), há situações bastante diferenciadas. Esse é o caso de Presidente Bernardes, município vizinho dos supracitados. Nesse município, que conta com ex-dirigentes da Cocamp e militantes do **MST** nos seus assentamentos, a política municipal tem oscilado entre maior e menor apoio aos assentamentos. Registra-se, aí, a gestão municipal 2001-2004, exercida por um clérigo católico realizador de uma série de iniciativas pró-assentamentos. A transferência da escola municipal do distrito rural de Nova Pátria para o interior do PA Rodeio é um exemplo, como também um projeto de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos, na forma de uma intermediação e aval para a produção de algodão feita pela Prefeitura.

Esse projeto produtivo atendeu prioritariamente um grupo de assentados ligado ao prefeito, porém, dinamizou a economia dos assentamentos. Nesse caso específico, quando pensamos em sua dinâmica econômica, constatamos que os assentamentos de Presidente Bernardes não participam exatamente do circuito econômico local desse município, sobretudo por motivos geográficos. Os PAs ficam bastante afastados da sede urbana do município, localizando-se mais próximos das cidades de Tarabai, Sandovalina e Mirante do Paranapanema. Isso explica, ao menos em parte, o desinteresse da atual gestão (na sua composição política, seguramente mais conservadora que a anterior) pela questão dos PAs.

Com relação a Presidente Venceslau, temos uma gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), porém constituída basicamente por agentes das camadas médias urbanas, que busca, de alguma forma, fazer frente às demandas dos assentados. Ali também foi instalada uma escola municipal no interior dos PAs, uma iniciativa política que vai repercutir no futuro desses assentamentos. A rigor, a escola já funcionava numa gestão anterior à petista (que se iniciou em 2001), mas foi esse governo que realizou uma grande obra de reforma das instalações da sede da antiga Fazenda Primavera e transferiu a escola municipal para lá, num estabelecimento, sem dúvida, exemplar em termos de estrutura e equipamentos (BARONE e SILVA, 2006).

Os assentados, porém, se queixam que o apoio da Prefeitura se resume basicamente à escola e reclamam, por meio de suas lideranças, de mais espaço na agenda municipal. Isso vai transparecer no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (um dos únicos da região que tem uma verdadeira dinâmica participativa), como também nas plenárias de Orçamento Participativo, que já funciona há vários anos em Presidente Venceslau. Essa querela entre assentados e Prefeitura tem a Divisão de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente (Daama) como fulcro, pois o prefeito instituiu essa divisão em 2002, porém a entregou a um agente técnico sem qualquer ligação com os assentamentos. Essa pessoa é vista, pelas lideranças assentadas, como associada ao agronegócio regional e, portanto, bastante criticada por não contemplar as expectativas dos assentados.

Em 2005, por influência de uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Mirante do Paranapanema, onde foi implantada uma Divisão de Desenvolvimento Agrário (com o apoio da militância do **MST**), os líderes assentados de Presidente Venceslau reivindicam a criação de uma outra Divisão no município, similar à de Mirante, para atender precipuamente os assentamentos. Essa questão está em debate atualmente e apresenta claramente contradições e duplicidades na funcionalidade da gestão da administração municipal.

As possibilidades de atuação de órgão municipal especialmente voltado para os assentamentos (para além distintas disponibilidades orçamentárias de cada município), variam na região de um extremo ao outro. Mirante do Paranapanema, fortemente influenciado pela militância do **MST**, tem, na figura do diretor da Divisão de Desenvolvimento Agrário, um agente de diálogo e estimulação aos assentamentos. Em Presidente Venceslau, a Divisão de Agricultura não consegue atender a contento as demandas dos assentados e, então, discute-se a instauração

de uma outra Divisão. Num município vizinho a Presidente Venceslau, no entanto, a existência de uma Divisão de Desenvolvimento Agrário – aparentemente, com as mesmas funções da instância de Mirante do Paranapanema – revela outras tensões.

Aprovada pela Câmara Municipal no final da última gestão (2001-2004), a “nova” Divisão conta, até agora, tão somente com seu diretor, um assentado que foi cabo eleitoral do atual prefeito. Alianças políticas e divisões de poder à parte, essa Divisão (que tem sido acompanhada pela pesquisa no seu primeiro ano de existência) não tem se mostrado presente em qualquer situação que envolva demandas dos assentados. Se durante essa atual gestão (2005-2008), a Divisão marabaense irá ganhar uma dinâmica que supere o tradicionalismo da política local – algo que, conforme já citado, marca a presença de assentados nas instâncias do Poder Público municipal em Marabá – está para ser observado.

Em termos de desenvolvimento econômico, é importante citar, também, a mobilização dos assentados, liderando um segmento de produtores familiares de leite, na busca por melhores preços para o produto. Usando sua experiência política, os assentados encaminharam uma luta pela melhoria dos preços do leite nas entressafras de 2001 e de 2005, pressionando os laticínios e obtendo vitórias pontuais. Essas situações beneficiam assentados e produtores tradicionais, criando um potencial de integração importante, quando se pensa em desenvolvimento rural.

Sendo o leite o principal produto dos assentamentos da região, qualquer ação e investimento nesse setor produtivo afetam diretamente os assentados. Dessa forma, a Cocamp, após anos de inatividade, tem buscado fazer funcionar sua usina de leite – capaz de atender, ao menos em parte, a seus associados. No entanto, enquanto a cooperativa dos assentados patina em seus problemas, um empresário de Mirante do Paranapanema monta um laticínio e, em poucos anos, ganha projeção no município. Tendo os assentados como principais fornecedores, esse empresário é hoje (gestão 2005-2008) o prefeito da cidade – contando, inclusive, com apoio do **MST** (via Divisão de Desenvolvimento Agrário).

Postura diversa pode ser constatada em Rancharia – outro município do Pontal – onde a Prefeitura local fez aprovar na Câmara Municipal uma lei que proíbe a instalação de assentamentos num raio menor que três quilômetros de áreas urbanizadas (sede municipal e de distritos) e de pontos turísticos (sobretudo o balneário municipal). Isso pode estar amparado, em parte, no que preconiza o

Estatuto das Cidades (que propõe um planejamento do crescimento das cidades), mas se choca com a legislação federal e estadual para assentamentos rurais, já que a política de reforma agrária está baseada no assentamento de trabalhadores rurais em áreas públicas, devolutas ou não, como também em terras improdutivas, que não cumprem sua função social, independente da proximidade aos núcleos urbanos. Em tal situação, expressa-se o jogo de forças entre sem-terras e os especuladores imobiliários (no caso, notadamente em função de uma área próxima ao balneário da cidade), tendo o Poder Público municipal tomado uma iniciativa contra os assentamentos.

A inserção e integração dos assentamentos nos contextos locais e sua presença na pauta de desenvolvimento local é bastante diversificada, quando se pensa no Estado de São Paulo e mesmo na região onde tal política terá um impacto maior – que é o Pontal do Paranapanema. Isso aponta para a continuidade das lutas e da tibiez de um consenso sobre a importância dos assentamentos no que tange ao aspecto estritamente econômico. O conflito fundiário, ainda sem solução, mais (ou menos) que politizar, ideologiza por demais a questão dos assentamentos na região (ruralistas X sem-terras). Isso oculta a importância econômica que esses projetos têm, sobretudo nos municípios onde mais existem trabalhadores assentados.

O não reconhecimento dos assentamentos como vetores estratégicos para o desenvolvimento regional é verificado, por exemplo, na omissão que fóruns institucionais que discutem o desenvolvimento do Pontal fazem. Dominados por agentes econômicos ligados ao agronegócio regional – embora conte com a presença de autoridades políticas, técnicos e pesquisadores –, esses espaços não fazem referência aos assentamentos, exceto quando a temática é regularização fundiária. Aí, os assentamentos são citados como contrapartida para a legalização de uma situação imobiliária rural bastante complicada. É preciso, sim, oferecer uma resposta a essa questão, sobretudo no estado mais rico da federação, mas também é preciso, sobretudo nessa região, pensar projetos e articular forças econômicas que incluam o produtor assentado num circuito virtuoso de progresso econômico e social.

A partir de uma abordagem qualitativa e comparativa entre duas regiões distintas do estado, a pesquisa tem buscado analisar os impasses que cercam a integração dos assentados e da política de assentamento no entorno local e regional, levando-se em consideração as condições mais gerais da política. Tais

impasses não vêm sendo estudados em termos de impactos, mas a partir da análise da trama de tensões que se faz presente nessa relação, sempre referida ao processo de desenvolvimento dessas experiências. A participação política dos assentados, a partir da organização interna dos PAs tem demonstrado uma oscilação entre a constituição de novos espaços políticos e a cooptação das lideranças assentadas pela tradicional política clientelista. Esse jogo pode ser interpretado à luz da “teoria da estruturação” (GIDDENS, 1989), na qual existe sempre um maior ou menor espaço de manipulação, por parte dos grupos subalternos, sobre o sistema político mais abrangente: é a “dialética do controle”, conforme define Giddens, operando na relação entre os trabalhadores rurais assentados e a estrutura política regional (BARONE, 2002).

Assim, participação e cooptação se sucedem, em ambos os contextos, desde o início do período mais decisivo desse tipo de política de assentamento (década de 1980). A presença de políticos ligados ao partido de turno no governo estadual é registrada tanto no Pontal – tendo como exemplo maior a luta que levou à instalação da Gleba XV de Novembro, entre Euclides da Cunha e Rosana em 1983/84 – quanto na região de Araraquara, onde a participação de políticos regionais tem sido mais intensa ao longo dos anos. O espaço social dos assentamentos tem sido pontuado por inúmeros conflitos que ao longo dos anos vêm marcando decisivamente suas relações políticas internas. Se existem tensões e conflitos entre as lideranças assentadas e o campo político mais abrangente – no processo de sua integração ao contexto regional –, os mesmos se apresentaram, desde o início, mediados pela concorrência entre os agentes dos próprios assentamentos, o que tem resultado numa dinâmica política singularíssima, complementar ao complexo jogo de relações sociais constituintes do mesmo.

Um grande diferenciador entre os dois contextos geográficos, no entanto, está na organização política dos trabalhadores no encaminhamento de suas reivindicações e na – sempre necessária – mobilização pela terra. Enquanto na região de Araraquara, o movimento sindical rural (liderado pelo sindicato local de Araraquara e, mais tarde, ainda sob a direção do presidente desse mesmo sindicato, a Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (Feraesp)<sup>6</sup>) foi o grande mobilizador dos trabalhadores sem-terra, no Pontal do Paranapanema, a partir dos

6. Sobre o surgimento da Feraesp, ver Ferrante, V. L. S. B. *A Chama Verde Dos Canaviais* (Tese de Livre-Docência), Araraquara, Unesp, 1992.

anos 1990, esse papel coube ao **MST**, a maior organização de luta pela reforma agrária no País. Estratégias distintas vêm pautando a ação política desses dois núcleos dirigentes da luta pela terra, embora, em ambos os casos, com baixíssima incidência na organização dos trabalhadores quando já assentados.

Diferente da Feraesp, que tem uma ação política mais institucional, promovendo o cadastramento de trabalhadores desempregados e negociando junto aos governos a liberação de áreas, no mais das vezes, públicas, o **MST** investe em acampamentos e ocupações maciças como estratégia, não só para a conquista de terras como também para a conscientização política dos trabalhadores (FERNANDES, 1996). Embora a Feraesp não tenha descartado, ao longo de sua atuação, momentos de mobilização maciças, promovendo também acampamentos e ocupações, sua perspectiva é menos radical, tanto no discurso quanto na forma de organizar os trabalhadores. A radicalidade política do **MST** passa por um discurso claramente socialista e de confronto com a lógica capitalista de seus dirigentes (MOURA, 2005). Sua estratégia no Pontal, no entanto, mistura ações de confronto com os setores ruralistas e uma inusitada adesão tática a agentes políticos locais.

Observa-se, após anos de atuação, tanto da Feraesp quanto do **MST**, que esses organismos enfrentam diferentes impasses na condução política desse segmento social tão desassistido. O **MST** transformou-se numa organização bastante disseminada no território nacional (NAVARRO, 2003), deixando para trás – como é o caso do Pontal – a necessária atuação no interior dos projetos de assentamentos. Muitos militantes apenas passam pelos assentamentos, tentando mobilizar os trabalhadores, que já não contam com essas lideranças para muitas de suas lutas. Além de mobilizações como ocupações de agências bancárias para a liberação de recursos anunciados pelo Governo Federal, somente agora, na gestão do Presidente Lula, o **MST** esboça algum projeto mais consistente para os assentados. No caso da Feraesp, sua opção política pelos assalariados rurais impede um trabalho mais intenso com os assentados. Sua organização, diferentemente do **MST**, é bem menos estruturada, apesar de ser uma entidade sindical muito mais institucional do que o "não-legalizado" **MST**. Com caminhos distintos, o ponto a que chegam, curiosamente, é o mesmo: perda de legitimidade junto aos assentados, o que dá margem a um vazio de direção política.

Outro aspecto que deverá gerar desdobramentos diz respeito ao surgimento da Federação dos Sindicatos da Agricultura Familiar (**FAF**), em muito apoiada pela

Feraesp – ambos estão na Central Única dos Trabalhadores (**CUT**) –, seu papel nas funções organizativas no interior dos assentamentos. Deve ser importante também o recente surgimento da Pró-Campo, cooperativa organizada pela **CUT** nos assentamentos – sobretudo os da região de Araraquara (já que no Pontal, o **MST** formou a Cocamp). Mais recentemente, uma cooperativa – a Unicampo – sob comando da Feraesp passa a ganhar força junto aos assentados que têm resistido ao plantio de cana-de-açúcar sob a forma de parcerias com as usinas. Essa cooperativa representa, na verdade, uma nova versão da **FAF** e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (Sintraf). Essas entidades, todas recentes, demonstram uma certa mobilização, sobretudo, dos mediadores políticos dos assentados.

Se tem sido intensa a dinâmica de mobilização e participação política externa dos sem-terra, a situação de assentamento caracteriza-se, tanto no Pontal como em Araraquara, por uma forte desmobilização e esvaziamento da legitimidade e controle político dessas agências e organizações sobre os trabalhadores assentados. A constituição do campo político nos assentamentos vem tendo, nos mecanismos de instituição de coordenações internas – bem como no encaminhamento de suas gestões – um indicador muito preciso de seu desenvolvimento e de seus bloqueios. Os distintos grupos que formam um assentamento, às vezes oriundos de diferentes lutas e regiões, muitas vezes não se mesclam politicamente.

Diferentes podem ser as clivagens que levam às divisões, mas observa-se em ambos os contextos regionais que certo tipo de desautorização, bastante comum no encaminhamento de decisões coletivas nos assentamentos, por vezes funciona como instrumento de crítica a uma ou outra liderança. Além de incentivarem um certo padrão de comportamento individualista, tais desobediências também têm enfraquecido o conjunto dos trabalhadores em suas deliberações e prejudicado as lideranças envolvidas nessas pendengas, podendo ser importante fator na sucessão das coordenações internas. Por outro lado, diante do verdadeiro imbróglio institucional e de encaminhamento dos projetos por parte dos órgãos oficiais, tal desobediência, por vezes, pode ser encarada como recusa de aceitar as imposições (de conseqüências claudicantes) do Estado.

A imbricação das dimensões econômicas e políticas nos projeto de assentamento pode ser exemplificada pelo caso do PA Bela Vista do Chibarro (Araraquara), onde a polêmica com relação à cana foi um dos vetores de articulação de um novo grupo político, formalizado na Associação “Independente”.

Esses agricultores foram atraídos pela possibilidade de explorar o cultivo da cana-de-açúcar, numa espécie de arrendamento via associação. Parte deles veio de uma cooperativa que, ao não conseguir atender aos trabalhadores, foi à falência e dificultou a vida financeira de vários produtores (BARONE, 2002). A partir de 1995, os coordenadores eleitos diretamente no Bela Vista passaram a ser da Associação Pró-Cana, consolidando definitivamente a divisão interna e, na prática, desorganizando os mecanismos de escolha direta de coordenadores gerais do PA. A implantação da cultura da cana-de-açúcar, em larga escala, no PA Bela Vista se deu nos anos 2000/2001, quase sempre mediante a atuação da Associação Independente.

Conforme esse exemplo acima, as formas associativas amplamente adotadas pelos assentados se repõem de tempos em tempos, seja por meio do estímulo externo, seja pela iniciativa autônoma dos próprios assentados – tanto no caso do Pontal quanto no de Araraquara. No Pontal, a formação de associações tem estado bastante vinculada à iniciativa, no mais das vezes de interesse eleitoral, dos políticos locais (quase sempre prefeitos). Cita-se, como exemplo, o caso de uma associação no PA Água Limpa, em Presidente Bernardes, cujo presidente – candidato a vereador na chapa do último prefeito – montou um grupo para a criação de capivaras. A atuação de várias lideranças assentadas, tanto no Pontal quanto em Araraquara, passa por essa mediação clientelista junto aos poderes locais. Esse grande vai-e-vem de associações revela, ao mesmo tempo, o vigor e a fragilidade política dos assentados. Essas entidades são formadas e desmanchadas rapidamente, no mais das vezes em função de interesses imediatos. Por outro lado, essa mobilização e organização intermitentes garantem a participação dos assentados tanto no diálogo com o Itesp (ou Incra) quanto no encaminhamento de reivindicações junto ao Poder Público municipal.

Em outras esferas de participação política, como em conselhos municipais de desenvolvimento rural, saúde ou educação, a retórica tem prevalecido sobre ações práticas. O que não significa que, em algumas situações, a participação de assentados não se faça sentir. É o caso do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Presidente Venceslau, cuja composição tem garantido o debate e a indicação de ações da Prefeitura com relação aos assentamentos. No entanto, o caráter não executivo dos conselhos torna a efetivação de suas deliberações dependente da boa vontade do prefeito. Em Araraquara, a implantação de um projeto de Orçamento Participativo (OP) mobilizou, em anos recentes, a popu-



lação assentada. À grande participação dos trabalhadores rurais nas plenárias do OP se seguiu a decepção com a incapacidade da Prefeitura em implementar as prioridades, sobretudo no tocante à questão de geração de trabalho e renda, vista na época como uma alternativa ao arrendamento dos lotes para o plantio de cana. Os projetos alternativos de comercialização – “feira do produtor” e “direto do campo” – vêm, passo a passo, minguando, frustrando expectativas dos assentados e levando os parceiros de tais iniciativas, tais como a Fundação Mokiti Okada, a Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Regenerativa da Região de Araraquara (Regar) a verem cada vez com mais descrença o investimento do poder municipal nesta parceria.

No mais, as práticas clientelistas têm prevalecido e permanecido praticamente intactas, qualquer que seja o governante. É inegável, no entanto, o maior envolvimento das Prefeituras com os destinos dos assentamentos nesses anos mais recentes. Clientelismo político e alternativas criativas podem caminhar juntos, transformando os impasses em soluções? São questões a serem discutidas à luz do desenvolvimento dessas e de outras experiências similares, que se repetem microscopicamente nos assentamentos tanto do Pontal quanto da região de Araraquara. \*

## Referências bibliográficas

- ANTONIO, A. P.** *O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado. Os exemplos da alta Sorocabana no período 1960-1990* (Tese de Doutorado), FFLCH-USP, SP, 1990.
- BARONE, L. A.** *Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo. Retratos de Assentamentos. nº 8, Araraquara: FCL/Unesp, 2000.*
- \_\_\_\_\_. *Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL. Unesp. Campus de Araraquara. 2002.
- \_\_\_\_\_. *Reverendo o clientelismo político num assentamento de reforma agrária: da camisa de força à dialética do controle. Retratos de Assentamentos. nº 9, Araraquara, FCL/Unesp-Uniara, 2004.*
- \_\_\_\_\_. **FERRANTE, V. L. S. B.; KURANAGA, A. A.** O futuro dos assentamentos rurais em questão: o retrato dos dilemas em espaços regionais distintos. II *Jornada*

- de Estudos em Assentamentos Rurais*, Feagri/Unicamp – CRBC/École des Hautes Études en Sciences Sociales, Campinas, 2005.
- \_\_\_\_\_. e **SANTOS**, C. C. F. Poder Local e Assentamentos Rurais: Um estudo em Marabá Paulista. *Retratos de Assentamentos*, nº10, Araraquara, Nupedor/Uniara, 2005.
- \_\_\_\_\_. e **SILVA**, P. L. Reforma Agrária e juventude rural: identidade e ressocialização nos processos educacionais. *Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural* (CD-Rom), Fortaleza/CE, 22-26/07/2006.
- BERGAMASCO**, S.M.P.P. et al. (orgs). *Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo*. Araraquara: Uniara, Campinas: Feagri/Unicamp, São Paulo: Inkra, 2003.
- BOURDIEU**, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand e Brasil, 1989.
- CASTRO**, E. G. O paradoxo 'ficar' e 'sair': caminhos para o debate sobre juventude rural **FERRANTE**, V.L.S.B. e **ALY JR.** O. *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo, Inkra/Uniara, 2005.
- COMISSÃO** de políticas de desenvolvimento sustentável e da agenda 21 (CPDS): *Agenda 21 brasileira*. Brasília: MMA/Pnud, 2002 (2 volumes).
- FERNANDES**, B. M. **MST**: formação e territorialização, São Paulo, Hucitec, 1996.
- FERRANTE**, V.L.S.B. *A Chama Verde dos Canaviais*. (Tese de Livre Docência), Unesp Araraquara, 1992.
- FERRANTE**, V.L.S.B. e **BERGAMASCO**, S.M.P.P. (Orgs.) *Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo*. Pesquisa Multicamp/Unesp – Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo. Dezembro, 1995.
- \_\_\_\_\_. **BARONE**, L.A. Homens e Mulheres nos Assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. *Perspectivas*, vol. 20/21, SP: Edunesp, 1997/1998.
- \_\_\_\_\_. e **SILVA**, M.A.M. A Política de Assentamentos e o Jogo das Forças Sociais no Campo. *Perspectivas*, 11, SP: Edunesp, 1988.
- \_\_\_\_\_. **SANTOS**, M. P. dos. A Cana nos Assentamentos: novas roupagens, velhas questões. *Anais do XLII Congresso da SOBER*, Juiz de Fora, julho, 2003. (CD-Rom).
- \_\_\_\_\_. **WHITAKER**, D.C.A.; **BARONE**, L.A. *Poder Local e Assentamentos Rurais: Expressões de Conflito, de Acomodação e de Resistência*. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, Nupedor/Gepep, 2003.
- FERRANTE**, V.L.S.B.; **ALY JUNIOR**, O. (Orgs.) *Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo, Inkra/Uniara, 2005.

- GIDDENS, A. *A constituição da Sociedade*, S.P. Martins Fontes, 1989.
- HOUTZAGER, P.P. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. S. P., Ed. Globo, 2004.
- LEITE, J. F. *A Ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo, Hucitec, 1999.
- MARTINS, J.S. *O Sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre, Ed.UFRGS, 2003.
- MEDEIROS, L.S. de e LEITE, S. (Orgs.) *Assentamentos Rurais. Mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- MONBEIG, P. *Fazendeiros Pioneiros no Oeste Paulista*. SP: Hucitec, 1984.
- MOURA, J. A. *A luta pela terra sob o olhar dos que lutam pela terra: movimentos e representações sociais no Pontal do Paranapanema (Monografia de Bacharelado)*. Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2005.
- NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Santos, B. S. (org.) *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. RJ, Civilização Brasileira, 2002.
- NEVES, D. P. *Assentamentos Rurais. Reforma Agrária em migalhas*. Niterói. Eduff 1997.
- PORTARIA ITESP – 75, de 24-10-2002 – *Diário Oficial do Estado* – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2002.
- PINASSI, M. O.; QUEDA, O. Consórcio Canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais?. *Revista de Reforma Agrária*, Abra, nº 2, Vol.23, Campinas, maio/agosto, 1993.
- PUTNAN, R.D. *Comunidade e Democracia. A experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) *Da Terra Nua ao Prato Cheio. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara-SP: Fundação Itesp/Uniara, 2003.*
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SILVA, M.A. de M. e LIMA, G. Assentados/cadastrados: que categoria é essa? Algumas reflexões acerca dos assentados e papel do Estado nos assentamentos de Silvânia e Tamoio. *Anais da 41ª Reunião da SBPC*, Fortaleza, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.
- SILVA, R.A. da. Assentamentos Rurais na Fazenda Pirituba: parcerias e a formação de capital social. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JUNIOR, O. *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo, Incra/Uniara, 2005.

- STETTER.E.A.** *A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?* (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Unesp/Fclar, 2000.
- WHITAKER, D.C.A.** *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes.* São Paulo: Letras à Margem, 2002.
- \_\_\_\_\_. A Questão da Diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara/SP. In: **BERGAMASCO, S.M.P.P. et al.** *Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo.* Araraquara: Uniara, Campinas: Feagri/Unicamp, São Paulo: Incra, 2003.
- VALENCIANO, R. C.** *A participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero* (Dissertação de Mestrado – Geografia). FCT/Unesp, Presidente Prudente, 2006.

# Autoconsumo e políticas municipais: perspectivas de segurança alimentar e de desenvolvimento

*Henrique Carmona Duval<sup>1</sup>*

*Vera Lúcia S. Botta Ferrante<sup>2</sup>*

## **Introdução**

Este artigo é fruto do trabalho de campo desenvolvido durante o ano de 2006 pela equipe do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), no qual procuramos fazer uma atualização do perfil das famílias assentadas rurais da região de Araraquara (SP).<sup>3</sup> Os dados apresentados se referem aos questionários aplicados a aproximadamente 10% das famílias dos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro e também aos registros em diários de campo, feitos durante as visitas. A discussão ora proposta é em relação à produção de alimentos para o autoconsumo das famílias nos lotes e suas repercussões na organização interna dos assentamentos, e também à análise de dois programas municipais que inserem os alimentos no município de Araraquara.

Vem sendo possível observar que a produção para autoconsumo faz parte das estratégias de reprodução social dessas famílias. Os alimentos são produções presentes na maior parte dos lotes, em todos os momentos, desde o início dos assentamentos, envolvendo a mão-de-obra familiar no trabalho agrícola, satisfazendo as necessidades alimentares das pessoas, ajudando na conservação ambiental e gerando parte da renda pela venda dos seus excedentes. Atualmente, as produções destinadas ao suprimento das famílias são as mais comuns entre

1. Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural na UFSCar e bolsista de apoio técnico do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).
2. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (Uniará) e do Nupedor.
3. Esta atualização foi feita dentro do Projeto Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência (2004-2007), coordenado por Vera Lúcia S. Botta Ferrante e com financiamentos do CNPq e da Funadesp.

os lotes, embora possa ser considerado que a área que elas ocupam é relativamente pequena, principalmente nos casos de famílias que produzem pouco do que consomem. O excedente dessa produção de autoconsumo se insere em redes de trocas entre as famílias assentadas, reforçando valores comunitários fundamentais na cultura tradicional.

A partir do ano de 2002, a ação do poder local em relação aos assentamentos tem voltado atenção especial aos alimentos. Dois programas municipais abrem espaço para o escoamento de produtos da agricultura familiar no município, ora pela venda direta à população, ora destinando-os à merenda escolar e instituições assistencialistas. Isso está representando uma inovação na gestão pública dos assentamentos, mais condizente com a lógica do pequeno produtor do que as parcerias com agroindústrias, nas quais a maior parte das famílias se encontra atualmente.

### **Modos de vida e dimensões do autoconsumo**

Com a implementação dos assentamentos são formados mosaicos na paisagem rural em substituição às monoculturas que existiam nas áreas anteriormente, de modo que a diversidade surge como um fator inerente. Uma grande fazenda é dividida em centenas de lotes, cada qual ocupada por uma família com determinada história de vida. O modo de vida ali constituído, em constante transformação, expressa bem a singularidade de cada uma delas (FERRANTE, 1994). Segundo Whitaker (2000 e 2006), os mosaicos são a expressão de heterogeneidade do espaço, sendo que a construção desse espaço heterogêneo comporta uma rica diversidade cultural, relacionando-se posteriormente com o aumento da biodiversidade nos assentamentos. Existe a diversidade em várias escalas dentro dos assentamentos, seja entre as propriedades ou mesmo dentro de uma propriedade com diferentes sistemas de produção. Dentre os fatores que impulsionam a diversificação estão as produções para autoconsumo, já que a alimentação das famílias envolve diversificação animal e vegetal.

Se o assentado pratica uma policultura, principalmente voltada a atender a demanda familiar, ele pode aumentar a complexidade de atividades na terra e conseqüentemente empregar mais sua mão-de-obra, se alimentar com maior diversidade e ter uma maior estabilidade no sistema ecológico. Além disso, o aumento das variedades cultivadas pode levar também ao aumento da estabilidade econômica do produtor. Sendo um lote de policultura, a baixa no preço de

determinado produto não o afetará porque conta com outras alternativas. Mas, para isso, é preciso haver políticas e mercados locais que absorvam essa diversificação, ao invés de voltá-los a propostas produtivas homogeneizantes, como por exemplo aquelas de integração em grandes cadeias produtivas no papel de fornecedores de matéria-prima agroindustrial.

O autoconsumo é por nós entendido como algo que foge a análise unicamente de integração às economias capitalistas regionais. Antes, são demonstrações específicas do comportamento de estabelecimentos agrícolas familiares, garantem a reprodução social e cultural da população estudada e provém às famílias sua base nutricional. Há, de fato, importante significado em se retirar da terra seus alimentos. Segundo Ferrante e Queda, na análise de tais produções ganham relevância dimensões energéticas e simbólicas para além daquelas muito centradas na dimensão da produção e da produtividade econômica (2003, p.16). O autoconsumo é visto como um elo, necessário para uma compreensão dos modos de vida dos assentados que se distancia de abordagens que possam reduzi-lo a um indicador de sucesso/fracasso das experiências de assentamentos ou de sua integração às economias regionais.

Com a produção de alimentos, que serve primeiramente às próprias famílias assentadas, pensamos no aumento da oferta de alimentos no município, principalmente nesse momento em que há programas municipais em Araraquara como incentivo para isso. A inserção dessas produções em projetos municipais, como a merenda escolar por exemplo, colocará pontos importantes para a investigação sobre uma alternativa de constituição de renda e de inclusão social para os assentados. Antes dessa análise, no entanto, se faz necessário tratarmos de outras dimensões do autoconsumo no âmbito da organização interna dos assentamentos.

Foi possível observar em campo a abundância de alimentos que pode existir nos lotes familiares. Em cada um deles há pessoas que trazem rica bagagem como agricultores da lavoura “branca”, voltada à produção de alimentos. Para elas, os lotes são espaços onde podem reproduzir práticas agrícolas apreendidas em outros períodos de suas trajetórias e, como forma de suprir suas necessidades alimentares, surgem as produções destinadas a isso. Ao investigar as variedades

vegetais existentes nos lotes sob o ponto de vista sociológico, há uma relação entre elas e o *hábitus*<sup>4</sup> cultural das famílias.

Muitos dos cultivos destinados à alimentação familiar são práticas adquiridas desde a origem e a trajetória de cada uma delas. Muitos depoimentos confirmam essa hipótese, como por exemplo o da Dona Nair do Núcleo 3 da Fazenda Monte Alegre: ela disse que a variedade de feijão plantada e consumida pela família provém de um acampamento, no qual conheceram e gostaram da variedade e passaram a cultivá-la para seu autoconsumo. Famílias como a da Dona Nair vem trazendo a base genética do seu autoconsumo e encontram no assentamento espaço para a reprodução dessas práticas. Em outro caso, agora no Núcleo 6 da mesma fazenda o assentado Sr. Sidnei, que fora meeiro e passou a pequeno proprietário durante sua vida antes do assentamento, produzia vários tipos de carnes em seu sítio (como charque, galinha caipira e leitão). Ele vendia seus produtos em áreas urbanas, para açougues, pequenos mercados e mesmo diretamente aos consumidores de porta em porta com uma carroça. Até hoje ele cria e vende galinhas no comércio interno do assentamento e para outros de fora que vêm buscar, além de leitões na época de natal.

Tais exemplos apontam as origens do uso atual do solo nos lotes dos assentamentos estudados, justificado pelas trajetórias familiares e sobretudo pela lógica da pequena propriedade, locais de moradia, de reprodução social e de autonomia familiar (CHAYANOV *apud* WANDERLEY, 1998). Sob esse ponto de vista, quanto mais a família tem a predisposição de produzir seus alimentos, maior será sua segurança alimentar e menor dependência ela terá do abastecimento proveniente de fontes externas, como alimentos comprados em supermercados. No interior dos assentamentos percebemos outra escala para esta autonomia: quanto mais alimentos plantados nos lotes, maiores as possibilidades de que um comércio interno seja capaz de suprimir as necessidades alimentares da comunidade como um todo.

4. Conceito do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989), que corresponde às predisposições culturais adquiridas pelas famílias em suas trajetórias, e que são transponíveis e colocadas novamente em prática em espaços que as comportam. No nosso caso, para um assentado é possível que ele se reconstrua como agricultor, agora numa nova categoria sociológica (assentado) e num novo espaço social (assentamento), de acordo com seus gostos, preferências e experiências anteriores como agricultor.



Porém, não necessariamente ocorre a comercialização, nem mesmo interna, destes alimentos. Na maioria dos lotes existe uma parte da produção de alimentos que não é consumido pelas famílias e, muitas vezes, esse “excedente” nem chega a ser colhido por não ter valor de venda que compense esse trabalho. Ocorre com tais excedentes a inserção em redes de trocas e doações entre as famílias assentadas, um fator que para nós traduz relações solidárias no interior dos assentamentos, principalmente por suprir as carências alimentares de algumas famílias que não produzem alimentos por razões financeiras e chegam a passar fome. Por outro lado, a troca de alimentos representa o fortalecimento da cooperação e da sociabilidade na organização interna dos assentamentos.

Existem grupos de pessoas com maior afinidade, seja ela política, produtiva, religiosa ou outra, como as relações de parentesco e de amizade, dentre os quais as trocas ocorrem com maior frequência. O que pudemos perceber de maneira muito clara é que as trocas acontecem geralmente entre parceiros, como por exemplo famílias da Congregação Cristã do Brasil. Entre essas famílias existe um vínculo de trocas tão forte que nos pareceu fazer parte de suas vidas econômicas. Entre famílias que adotam as mesmas estratégias produtivas também percebemos facilmente a troca de serviços, mais conhecida como mutirões, quando as pessoas trabalham coletivamente nas terras umas das outras.

Em uma outra dimensão da análise do autoconsumo é verificada a validade de suas práticas agrícolas como ambientalmente sustentáveis, pois ele é baseado na diversidade, seja de variedades vegetais, animais ou de sistemas produtivos. A estabilidade ecológica da agricultura é baseada na diversidade da produção (ELHERS, 1996). De acordo com Morin, “a grande diversidade dos constituintes de uma ecoorganização constitui um fator de desenvolvimento das suas qualidades de resistências às agressões e às perturbações” (1980, p.43). Entendemos que a diversidade conferida à produção do autoconsumo relaciona-se em grande medida com a melhora da qualidade ambiental das fazendas onde ocorreu a reforma agrária na região, ao menos no que se refere ao aumento da biodiversidade do ecossistema local.

A possível integração entre a produção vegetal e a animal, que ocorre frequentemente no interior dos lotes, é uma estratégia para a fertilização do solo sem que se faça necessária a utilização de insumos químicos. No assentamento Monte Alegre, das 45 famílias entrevistadas em nosso levantamento apenas sete não possuem criações. Das 38 famílias restantes, todas utilizam o esterco como

adubação na roça. A biodiversidade e a (re)ciclagem dos nutrientes provenientes dela se constituem uma das bases da agricultura praticada de forma autônoma nos lotes. Esta agricultura, sem dúvidas, é aquela voltada aos alimentos e ao autoconsumo, enquanto que, ao tomarmos como parâmetro a comparação com as alternativas produtivas em parceria com agroindústrias, o pacote tecnológico é assumido para satisfazer as exigências da matéria-prima produzida. A fertilização do solo é, no caso da cana-de-açúcar agroindustrial, à base de insumos químicos que as próprias usinas fornecem.

### **O desenvolvimento rural pensado a partir do autoconsumo**

Este trabalho se baseia particularmente na perspectiva de desenvolvimento nos assentamentos rurais conforme o conceito de Celso Furtado, para o qual o desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: “a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação das necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos” (2000, p. 22). Procuraremos enquadrar os alimentos produzidos nos assentamentos como prática cultural inerente a eles e, juntamente com os programas municipais, como uma alternativa para o desenvolvimento inovadora do ponto de vista do poder local. Quando da retomada desse referencial nas conclusões do texto, discutiremos se as três dimensões de Furtado podem se relacionar com a alternativa de produção de alimentos estimulada por programas municipais em Araraquara.

Levamos igualmente em consideração o conceito de trama de tensões (FER-RANTE, 2003), uma ferramenta teórica que explicita o jogo das relações políticas que permeiam os rumos dos assentamentos. Cabe dizer que sobre qualquer alternativa de produção encontrada no espaço agrícola dos lotes paira uma decisão política, ora atendendo interesses dos assentados, ora dos complexos agroindustriais que “controlam” a economia regional, decisões políticas dos órgãos gestores ou das diferentes esferas do Poder Público que determinam os rumos dos assentamentos na perspectiva de seu desenvolvimento. Ainda há a consideração ao mercado de produtos agrícolas regional e aos financiamentos disponibilizados pelos bancos nas diferentes estações do ano. A trama de tensões adquire configurações diferenciadas em recortes temporais distintos,

assim como em espaços geográficos onde existem assentamentos enfrentando outras realidades<sup>5</sup>.

Pensar no desenvolvimento dos assentamentos rurais necessariamente leva em conta uma referência à lógica que orienta a produção agrícola nesses espaços, a qual a política pública e demais ações exógenas a eles deveriam ter por pressuposto. A agricultura familiar é levada a cumprir certas determinações legais que caracterizam a propriedade familiar e fortemente assinalam um possível lócus da produção de alimentos por seus princípios. No caso dos assentamentos estudados, as principais alternativas de produção têm sido representadas pela integração às agroindústrias, principalmente a canavieira, colocando em risco o cumprimento da lógica das pequenas propriedades familiares.

Desde o início da década de 90 ocorrem investidas do setor sucroalcooleiro para “parcerias” com os assentados (FERRANTE, 1994). O vai-e-vem da cana como alternativa de produção perpassa a história do conjunto desses assentamentos, uma vez que a maioria das pessoas foi ou é, trabalhadora assalariada/temporária neste complexo agroindustrial. A cana já vinha sendo plantada nos lotes mesmo sem uma legislação que a regulamentasse, até que em 2002 a Fundação Itesp criou portaria que passa a permitir o plantio de culturas agroindustriais em contratos de fornecimento. Deste momento até o presente, no assentamento Monte Alegre (gerido pela Fundação), os contratos atingiram 285 de um total de 450 lotes, que possuem agora 50% de suas áreas cobertas com a cana-de-açúcar integrada à cadeia produtiva.

Mesmo estando tão presente, a cana não elimina a perspectiva da produção de alimentos, pelo contrário, muitos assentados revelam o desejo de investir em outros tipos de produção com o dinheiro da cana. Como no assentamento Monte Alegre há um limite físico para as parcerias com agroindústrias (50% do espaço agrícola), sempre sobra espaço para o plantio de alimentos, o que observamos ocorrer mais nos lotes de moradia<sup>6</sup>. De forma mais racionalizada, encontramos

5. Neste aspecto, os assentamentos Monte Alegre e Bela Vista comportam realidades um pouco diferenciadas: no tocante à atuação do poder local, o primeiro ocupa um território de tríplice divisa de municípios (Araraquara, Motuca e Matão), enquanto o segundo está totalmente em Araraquara. Dentro disso podemos afirmar que a trama de tensões envolve um e outro de maneira peculiar.
6. Geralmente cada família assentada tem um lote agrícola e outro de moradia, localizado na agrovila. A produção de alimentos para o autoconsumo se dá mais nos quintais da agrovila.

alguns lotes nos quais o produtor não descarta a parceria privada e, por outro lado, continua a produzir alimentos para o consumo da família, possivelmente participando também dos programas municipais. Mesmo na hipótese desse plantio de cana na condição de pequeno fornecedor da agroindústria trazer ao assentado o risco do arrendamento, dependendo de sua própria acomodação, entendemos que a possibilidade de desenvolvimento por este caminho é a expressão das ações municipais historicamente voltadas aos assentamentos. São os caminhos apontados por meio de um controle muito maior do setor privado sobre as formas possíveis de ocupação do solo e alternativa de desenvolvimento para as famílias.

As parcerias têm sido consideradas como melhores alternativas de renda pela maioria dos assentados, mesmo para aqueles que percebem que o ideal seria estar crescendo economicamente de outras maneiras. Muitos depoimentos expressam a necessidade da parceria, pois com o dinheiro conseguem pagar dívidas de financiamentos passados, adquirir bens de consumo ou investir no lote. Nesse ponto há uma vantagem para os que plantam a cana agroindustrial em metade do lote, mas apenas para os casos que as famílias de fato tomam conta do canavial e não ficam apenas contratando mão-de-obra para os plantios, tratos, colheitas, fretes etc., o que caracterizaria o arrendamento. Geralmente são famílias que mantêm outras atividades agrícolas que lhes garantem o suprimento alimentar e uma renda, que somadas às outras fontes possíveis (salários, aluguéis, aposentadorias) garantem a vida cotidiana, enquanto o que recebem pela cana anualmente serve como um capital de investimento.

Por isso, o risco de ocorrer arrendamento de terras é latente. Em nossa amostragem, percebemos uma variação muito grande de como são feitos os trabalhos em cada lote, influenciando nisto a força de trabalho com que cada família conta e mesmo sua aptidão para a agricultura. Dentre os lotes, é difícil afirmar quantos arrendam e quantos trabalham de fato nos canaviais, pois são poucos os lotes que identificamos que a cana tomou conta por completo, chegando a 100% em alguns lotes do assentamento Bela Vista<sup>7</sup>. Sem trabalhar na terra, as pessoas podem procurar empregos na cidade ou em colheitas sazonais, geralmente tendo que comprar a maior parte do que consomem em supermercados e pagando

7. Este assentamento é gerido pelo Incra, que não tem uma lei que regulamente as parcerias com agroindústrias.

a terceiros para fazer o trabalho agrícola em seus lotes. Frente a essa ilegalidade, o órgão gestor se sente impotente ao interferir, tendo que fazê-lo aos poucos, uma vez que esteve ausente do assentamento a maior parte do tempo de sua existência<sup>8</sup>. Há uma estimativa de que, dos 176 lotes agrícolas existentes no assentamento Bela Vista, apenas em 12 lotes não há cana agroindustrial.

Assim, programas municipais como os que existem atualmente em Araraquara se constituem uma verdadeira alternativa, na contramão do que pregam as leis exclusivamente economicistas e a conjuntura atual do setor canavieiro em âmbito mundial, porém talvez a que melhor expresse as dimensões do conceito de desenvolvimento adotado neste estudo. A Tabela 1 demonstra, segundo nossa amostragem, a quantidade de lotes em que se produz o autoconsumo, os quais nem todos estão ligados aos programas municipais:

**Tabela 1 – Do que produzem, o que é destinado ao consumo familiar**

Produção destinada à família?	Tudo	Boa parte	Pequena parte	Nada
Bela Vista	04 (25%)	07 (43,75%)	03 (18,75%)	02 (12,5%)
Monte Alegre	22 (48,84%)	19 (42,18%)	04 (8,98%)	00 (0%)

A tabela demonstra que a maior parte das famílias tem forte autonomia alimentar, produz pelo menos uma pequena parte do que consome de alimentos. Apenas duas famílias declararam não produzir nenhuma cultura da qual fazem uso alimentar. Por isso, pensar numa estratégia de desenvolvimento para os assentamentos baseada na produção de alimentos pode ser importante na medida em que se está levando em consideração a espontaneidade do que é plantado para o consumo familiar. Os excedentes dessas produções, no entanto, sempre tiveram diversas outras maneiras de escoamento fora os atuais programas municipais, como a venda direta em cidades próximas (feiras, quitandas, mercados), comércio interno ou atravessadores.

O estudo de políticas públicas que favorecem a produção de alimentos no intuito de usá-los para o abastecimento municipal tem apontado a importância da mediação do poder local nos rumos dessas experiências de reforma agrária,

8. O assentamento Bela Vista do Chibarro foi implementado em 1989, sendo que o Incra foi se fazer presente apenas no ano de 2003, quando da instalação do escritório regional em Araraquara.

para além de um controle unicamente da economia capitalista regional. Nessa segunda opção encontramos pistas de que a família não consegue manter a autonomia sobre seu lote, pois na maioria dos casos a produção obedece à lógica das agroindústrias, além do que a maior parte da riqueza gerada não fica com o produtor. A produção de alimentos, pelo contrário, obedece à lógica da pequena propriedade rural. Esta distinção, no encaminhamento de alternativas para o desenvolvimento dos assentamentos, tem mostrado que a alternativa das políticas públicas pode representar uma significativa fonte de renda, podendo trazer ainda à luz os conceitos de soberania e segurança alimentar, agroecologia e agricultura sustentável.

### **Programas municipais: enfoque na soberania e na segurança alimentar**

Acompanhamos neste trabalho o andamento de dois programas municipais voltados aos alimentos dos assentamentos. O primeiro deles é o Programa Direto do Campo, que consiste na venda de alimentos à população em dois espaços urbanos: de segunda a sábado, no terminal de integração dos ônibus, onde há quatro bancas para os assentados exporem. Cada dia, diferentes grupos têm o direito de vender suas produções nesse espaço, que é privilegiado pelo alto fluxo de pessoas e estratégico para a prefeitura, pois pessoas de diferentes bairros da cidade passam por lá. Aos sábados, em uma praça na região central da cidade ocorre a Feira do Produtor, aberta à participação de mais produtores. Neste programa, a prefeitura disponibiliza o transporte, as bancas e um avental para caracterizar os produtores. A renda com a venda direta tem média de R\$ 200,00 mensais, para os que participam da feira, e de R\$ 700,00 mensais, no terminal urbano. Há alguns assentados que participam das duas iniciativas, aqueles que já estão melhor estruturados para fornecer conforme a demanda do programa (conhecidos na prefeitura como produtores “âncoras”). Cerca de 40 produtores participam, dentre os quais aproximadamente 25 são assentados. Esse número de participação de produtores varia muito nos diferentes períodos agrícolas, por isso não temos um número fechado quanto à participação deles. Este programa municipal tem sido objeto de discussão no trabalho de Kuranaga e Ferrante (2006), no qual ora nós apoiamos.

A outra ação municipal desenvolvida em parceria com o Governo Federal é o Programa de Aquisição de Alimentos que envolve os alimentos da agricultura

familiar no município. Esse programa está relacionado com políticas de segurança alimentar, pois os alimentos são destinados às escolas municipais (merenda escolar), para instituições assistencialistas como albergues noturnos e para restaurante popular. Neste caso, cada produtor familiar tem direito a vender para a prefeitura até R\$ 3.500,00, por ano em alimentos<sup>9</sup>. Para participar, os produtores devem se enquadrar no perfil dos que podem pegar financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf), possuindo ao menos talão de notas de produtor rural. Embora irregularmente, alguns assentados que não têm esse perfil ou não são cadastrados na Prefeitura de Araraquara para participar das feiras (como aqueles que residem nos núcleos da fazenda Monte Alegre do município de Motuca), vendem alguns alimentos em consignação com os participantes regulares dos dois programas.

A inserção dos alimentos no município representa uma estratégia de inclusão social das famílias, que na maioria são desamparadas de iniciativas públicas para a sua plena cidadania também no que se refere à entrada de suas produções no comércio local. Os que participam mais desse mercado são aqueles que possuem transporte próprio e capacidade produtiva adequada à demanda dos seus canais de comercialização. Quem possui um excedente pequeno e inconstante de alimentos e não conta com transporte procura a venda em consignação com amigos, por atravessadores, ou não obtém essa renda “a mais”.

Estes dois programas indicam novas estratégias municipais para a utilização do espaço agrícola e conseqüentemente para o desenvolvimento dos assentamentos, mais coerentes com o modo de vida dessa população. Primeiro porque produzir alimentos é uma prática inerente a ela (população assentada), ainda que devesse ser mais incentivada. Segundo que a produção de alimentos obedece à lógica das famílias rurais frente às condições internas e externas atuais, ou seja, a capacidade produtiva da família e as condições do mercado. Nesse ponto destaca-se novamente a autonomia dos produtores em decidir sobre o que será produzido em seus lotes e de que maneira, fatores relacionados ao modo de

9. Vale lembrar que estas produções de alimentos podem nem gerar renda. Entretanto, a termo de comparação com a renda média anual recebida pelo plantio de cana agroindustrial, se o assentado vender os R\$ 3.500,00 por ano para a prefeitura recebe uma renda equivalente a um ou dois terços daquela da cana.

funcionamento de pequenos estabelecimentos agrícolas, conforme descrito por Chayanov (*apud* WANDERLEY, 1998).

Pensamos na hipótese de, assim como os assentamentos podem ter autonomia e segurança alimentar, o município incentivar essas produções para também prover o abastecimento de alimentos na sua própria jurisdição. Uma possível soberania alimentar no município parte da abordagem da autonomia, sob o ponto de vista do interior de cada lote ou na perspectiva da rede de relações solidárias no interior dos assentamentos como um todo. Mas ao mobilizar as classes dirigentes do poder local em maior medida, pode alcançar um espaço maior em âmbito municipal, pelo menos em proporções mais significativas do que vem ocorrendo. Fato que, aliás, vai ao encontro da proposta agroecológica no que toca aos fatores exógenos à agricultura propriamente dita, relacionados mais a políticas públicas que vão indicar rumos do uso do solo para um determinado fim, que seja a soberania alimentar do município (ALTIERI, 2002).

### **Retomada do referencial teórico: conclusões**

O acompanhamento dessas iniciativas da Prefeitura de Araraquara tem demonstrado que, a partir da agricultura de autoconsumo, podemos vislumbrar um modelo alternativo de desenvolvimento local/regional aos pequenos produtores, embora ainda restrito a um grupo pequeno de assentados melhor estruturados. Sua ampliação certamente se configuraria numa estratégia de permanência na terra para mais famílias, refletindo também o tamanho do espaço dado pelo município em sua agenda à integração econômica dessa população rural. Embora seja um espaço ainda pequeno, por não atender a muitos assentados, certamente são ações que possibilitam aumentar a oferta de alimentos na região com diversificação. Em contrapartida, tais alimentos podem chegar à cidade mais baratos e ao mesmo tempo com menos agrotóxicos.

O conceito de um mosaico, existente nos assentamentos em função da divisão de uma grande área em pequenas porções e ocupadas por diversas famílias, cada qual desenvolvendo suas estratégias específicas de produção, exhibe em algumas partes de seus fragmentos grande diversidade em contraposição a um território homogeneizado pela monocultura da cana (WHITAKER, FIAMENGUE, 2000). Essa diversificação é uma das razões pelas quais afirma-se que nos assentamentos pesquisados há questões culturais e ambientais diretamente ligadas aos modos de vida que os constituem. Práticas familiares estão associadas com a reprodução



cultural do modo de vida rural, são resgatadas de outra época vivida antes da proletarianização e encontram nos assentamentos espaço para atuarem. A diversificação agrícola existente em função do autoconsumo é um fator de aumento de estabilidade biológica, que complexifica o ecossistema e garante a ele uma maior resistência às agressões e perturbações externas.

Paralelamente, de forma simétrica, no campo de análise econômica, essa diversificação biológica exerce um outro papel que pode ser importante para a autonomia dos produtores, no sentido de aumentar as alternativas que os agricultores têm em seus lotes e que podem levá-los a várias formas de integração à economia regional. O aumento de variedades biológicas pode servir a eles como forma de fortalecer suas resistências às variações mercadológicas e mesmo proporcionar maior autonomia sobre seus lotes quando comparamos a uma situação de monocultura. Dessa outra forma, o produtor que possui um contrato de fornecimento com agroindústrias canavieiras<sup>10</sup> não tem autonomia de plantar, colher e vender como quer, o que acontece às vezes com aqueles que historicamente viveram situações de fracasso no assentamento, perderam o interesse em trabalhar na terra e passam a achar que “alugar” a terra é a melhor alternativa.

Por sua vez, os programas municipais pesquisados podem ser meios de priorizar as necessidades e preferências das famílias como princípio gerador de desenvolvimento para elas. De uma produção que antes servia para o consumo próprio e para outras famílias ainda no interior dos assentamentos, seu excedente pode ir além, servindo tanto para a venda direta e mercado (feiras, supermercados, quitandas, restaurantes etc.), como para utilização em projetos de âmbito local. São produções que, além de ter um papel no orçamento familiar de quem produz, gerar sociabilidade e cooperação na comunidade, podem estabelecer a inclusão social desta população rural no município. Deste modo, o município passa a produzir mais os alimentos que consome, os gastos são menores com energia, tempo e dinheiro com transportes rodoviários para sua locomoção e é exercido um papel do poder local no encaminhamento de alternativas ao desenvolvimento local/regional com sustentabilidade.

10. Isto tem ocorrido em grande medida nos assentamentos estudados. Cada vez mais assentados aderem a alternativas de produção em parceria com empresas agrícolas maiores, tornando-se fornecedores ou até mesmo arrendatários. Por isso, a grande importância do incentivo à produção de alimentos para que a terra dos assentamentos seja utilizada de fato com agricultura familiar.

Tal modelo de desenvolvimento rural, começando pelo fato de que não é um modelo imposto comparando-se a parcerias com o setor privado, retoma algumas exigências do conceito de Furtado anteriormente citado. Com os dois programas municipais em questão, consegue-se atender algumas das necessidades básicas da população assentada e garantir parte da renda familiar numa lógica coerente com seu modo de vida. A concepção dos programas, além de levar isso em consideração, está a estender um benefício também à população urbana com alimentos a menores custos (com a venda direta) e com segurança alimentar na merenda escolar. Tem sido possível ao menos associá-los ao desenvolvimento com respeito à cultura tradicional, identificando o poder municipal em consideração a novas racionalidades políticas para a geração de projetos e utilização dos espaços agrícolas dos assentamentos.

As produções de autoconsumo são as primeiras a surgir quando é implementado o assentamento, trazendo consigo as práticas agrícolas enraizadas culturalmente. Temos comprovado que esse modo de vida contribui com questões ambientais e ecológicas. As políticas públicas em Araraquara, que se voltam a essa oferta de alimentos dos assentamentos, são propostas inovadoras na gestão municipal local e incluem socialmente essa população rural em sua agenda política. \*

### Referências bibliográficas

- ALTIERI, M.A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- CARMO, M.S. do. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A.D.D., BRANDENBURG, A. (Orgs.) *Para Pensar Outra Agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p.215-238.
- EHLERS, E. *Agricultura Sustentável*. Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.
- FERRANTE, V.L.S.B. *et al.* Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. *Retratos de Assentamentos*. Ano I, Nº 1, Nupedor, Unesp, Araraquara, 1994, p. 75-148.
- FERRANTE, V.L.S.B. *Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência*. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2003.

- FERRANTE, V.L.S.B., QUEDA, O.** Prefácio. In: **SANTOS, I.P. dos, FERRANTE, V.L.S.B.** (Orgs.) *Da Terra Nua ao Prato Cheio*. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/ Uniara, 2003, p.15-20.
- FURTADO, C.** *Introdução ao Desenvolvimento*. Enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- KURANAGA, A.A., FERRANTE, V.L.S.B.** Feiras do produtor: alternativa para a sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara. Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. In: *Anais...*, **CD-ROM**, Uniara, Araraquara, 2006.
- MORIN, E.** *O Método II. A vida da vida*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.
- WANDERLEY, M. de N. B.** Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: **FERREIRA, A.D.D., BRANDENBURG, A.** (Orgs.) *Para Pensar Outra Agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 29-49.
- WHITAKER, D.C.A., FIAMENGUE, E.C.** Assentamentos de Reforma Agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. *Retratos de Assentamentos*. Ano VI, nº 8, Nupedor, Unesp, Araraquara, 2000, p.19-32.
- WHITAKER, D.C.A., BEZZON, L.C.** *A Cultura e o Ecossistema*: reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Alínea, 2006.

# Soberania alimentar e assentamentos de reforma agrária

*Dulce C. A. Whitaker*<sup>1</sup>

## **Introdução**

Proponho-me a apontar, neste artigo, as possibilidades dadas pelos assentamentos de reforma agrária, no sentido do restabelecimento da diversidade agrícola, ameaçada de desaparecimento em consequência da expansão dos grandes cultivos: *plantations* de cana-de-açúcar para fabricação de combustíveis; grandes extensões de laranjais para exportação e/ou produção de sucos; agronegócio da soja, para alimentação do frango e do gado europeu, etc.

O leitor já deve ter percebido que nos três exemplos acima, de cultivos que marcam fortemente a paisagem em terras fertilíssimas do Brasil, não há intenção de alimentar o povo brasileiro. São três exemplos de grandes lavouras do agronegócio, que devastam a natureza e alimentam, quando muito, o consumidor europeu, que come o frango e a carne mais baratos (graças a nossa produção de soja), mas acaba pagando impostos altíssimos para os subsídios à agricultura, que aniquilam economias e arruinam os camponeses do terceiro mundo (BOVÉ e DUFOUR, 2001).

O modelo cerealista europeu, o agronegócio da agricultura capitalista do terceiro mundo, o uso intensivo de agrotóxico, os pacotes tecnológicos das grandes corporações que produzem as sementes da agricultura mecanizada, especialmente os transgênicos, tudo isso ameaça a segurança alimentar, desarticula o meio ambiente, destrói a paisagem, ajuda a esgotar os combustíveis fósseis e cria multidões de miseráveis despossuídos de suas terras e de suas formas tradicionais de produção – os camponeses do terceiro mundo.

Mas, será esta uma forma avassaladora de produção (especialmente de produção de lucro) inexorável, irresistível que irá finalmente destruir o campesi-

1. Socióloga, pesquisadora do CNPq, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Educação Escolar – Faculdade de Ciências e Letras/Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCL/Unesp) – Araraquara/SP e coordenadora no Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

nato – a mais antiga categoria sociológica que sobrevive através dos tempos e de todos os modos de produção?

O argumento deste artigo é de que há muitas alternativas a esse modelo, e de que novas formas de campesinato se flexibilizam e se re-organizam em todo mundo e de que, no caso brasileiro a solução será dada por uma reforma agrária mais radical.

Alguns assentamentos de reforma agrária já demonstram suas possibilidades agroecológicas, o restabelecimento da diversidade de cultivos (WHITAKER e FIAMENGUE, 2000), a variedade da produção tão necessária à alimentação da humanidade. E aqui já vamos chegando ao conceito de Soberania Alimentar.

### **O conceito de soberania alimentar**

O tema da Soberania Alimentar está na ordem do dia. Já não se trata apenas de pensar em segurança alimentar, supondo que medidas devam ser tomadas pelos planejadores em termos de trocas internacionais, exportação/importação, ou até mesmo beneméritos doações de alimentos aos países mais explorados (justamente aqueles cujos camponeses foram arruinados pela política de subsídios dos “grandes”, neste setor mais e mais globalizado da produção capitalista).

O conceito de Soberania Alimentar é diferente do conceito de segurança alimentar. A idéia de segurança alimentar, grosso modo, implica basicamente abastecimento adequado por um lado, e acesso, por outro lado, de todas as classes sociais aos níveis de consumo a elas correspondentes, necessários para a reprodução da sociedade. Ou seja, a sociedade, no sentido mais amplo, entendida como país – com o planejamento e recursos à importação quando necessário – deve manter o fluxo normal dos alimentos que se tornaram “habituais” à população, enquanto essa população deve ter acesso a esse fornecimento, via salários que cubram o custo da cesta de consumo, e/ou ações afirmativas e políticas públicas para suprir dificuldades nesse acesso (cesta básica, bolsa-família, etc.).

Já o conceito de Soberania Alimentar vai muito além, ou melhor, vai em direção diferente e mais racional. Implica independência total dos países, ou de regiões bem delimitadas, para produzirem ali mesmo o que a população local necessita ou deseja consumir, sem depender de sementes produzidas por transnacionais e dos pacotes tecnológicos para agricultura que são viáveis apenas em grandes cultivos. Obviamente deixa-se de depender também da irracionalidade do transporte de alimentos que os encarecem e os tornam esté-

reis (desnutritivos). Tais políticas de produção mundial contribuem para esgotar reservas energéticas que a natureza levou bilhões de anos para produzir<sup>2</sup>. Além disso, tais medidas podem falhar e/ou ser manipuladas, eliminando-se portanto, a soberania dos países dependentes, já que as manipulações se fazem por meio dos pacotes tecnológicos, e podem evoluir para a escala política, reduzindo-nos todos à hegemonia dos possuidores dessas tecnologias.

Para preservar sua soberania, os países dependentes, explorados (ou qualquer outro nome que se lhes queira dar), devem ir mesmo muito além das medidas consagradas por planejadores, economistas e governantes engajados em estratégias de segurança alimentar e pensar, como já fazem alguns ativistas ligados à defesa do meio ambiente, em medidas que garantam para cada região do globo, autonomia para produzir (ou reproduzir, resgatar) a diversidade agrícola de que se necessita para exercer o direito a uma alimentação adequada e plena para cada habitante dessa determinada região.

Ou seja: cada região (definida pelos planejadores a partir de sua história e subculturas locais) deve ter a liberdade de produzir grande variedade de alimentos e outras mercadorias que sejam ali consumidas, sob controle de planejadores locais, já que cada região deve produzir os alimentos que lhe são próprios – restabelecendo portanto, a diversidade que lhe é agroecologicamente apropriada.

Soberania Alimentar deveria (ou deverá) compor uma nova categoria de direitos humanos – conforme apontou no XI Congresso Mundial de Sociologia Rural, a ativista indiana, radicada nos Estados Unidos, Anuradha Mittal<sup>3</sup> (2004).

Assim a questão de direitos humanos, que se iniciou com a Revolução Francesa (direitos civis) e se aprofundou com as revoluções burguesas (direitos políticos) prosseguindo com os direitos sociais derivados das lutas do proletariado, tem agora novos ingredientes. Consolidados pelos direitos difusos (D'INCAO, 2000) que superam o individual para afirmar o coletivo, devem proclamar o direito à alimentação e a Soberania Alimentar como decorrência.

A humanidade sempre soube que o direito à vida não se consolida sem o direito à alimentação, embora não o formulasse politicamente. Até porque, de tão óbvio, isso não era necessário. Em sociedades arcaicas e tradicionais, a fome

2. Ver Altvater (1995) e Whitaker e Bezzon (2006).

3. Anuradha Mittal é diretora do *The Oakland Institute* – U.S.A. O XI World Congress of Rural Sociology realizou-se em Trondheim, Norway, em julho de 2004.

só ocorria em épocas de cataclismos e em muitas delas os grãos eram sagrados (WHITAKER e BEZZON, 2006).

Mas a hegemonia da cultura ocidental trouxe um duplo paradoxo. Ao mesmo tempo em que se enunciavam teoricamente os direitos fundamentais da pessoa humana, criava-se uma categoria de mercadoria tão complexa, que trazia em seu bojo a justificativa para a fome e a miséria a partir das necessidades da acumulação do capital. Daí não se colocar o direito à alimentação como fundamental. E na continuação do paradoxo (duplo), temos hoje fome, em meio à maior abundância na produção, a partir dos grandes cultivos.

Daí as desoladoras paisagens provocadas pela monotonia das *plantations*. Mas, em meio a essas novas versões do latifúndio monocultor que caracteriza nossa formação (Prado Junior, 1963) já se pode perceber, graças aos assentamentos de reforma agrária, a formação de mosaicos diversificados, próprios da agricultura camponesa, com suas hortas, pomares, criações, cultivos variados. Recuperam-se ali as defesas que estavam perdidas a partir dos grandes cultivos, recupera-se gradativamente o meio ambiente, a partir da construção de sistemas com agrodiversidade.

Enquanto isso, nos grandes cultivos, as pragas (sem as barreiras da diversidade) provocam periodicamente prejuízos espetaculares. Para evitá-las, temos então o uso abusivo de agrotóxicos – hoje eufemisticamente chamados de defensivos – criando problemas ambientais e doenças de toda a ordem.

Mas, a história tem seus processos contraditórios, e em todos os países, dos hegemônicos e modernizados aos oprimidos, colonizados e explorados, vozes se levantam e movimentos sociais reivindicam novos modelos agrícolas, por meio dos quais se consiga manter a pequena propriedade produtora de alimentos, formando redes de abastecimento regionais que garantam alimentação para todos em situação de soberania.

Vamos analisar aqui o caso brasileiro, partindo de uma realidade pesquisada por nós, há quase 20 anos, por meio da qual podemos vislumbrar as possibilidades de diversidade agrícola dada pela reforma agrária.

### **Um pouco da história**

Reproduzirei aqui não exatamente a história dos assentamentos do Estado de São Paulo, cujo censo conseguimos realizar nos anos de 1990, graças ao Projeto Análise e Avaliação dos Assentamentos do Estado de São Paulo sob a coordena-

ção das professoras Sônia Bergamasco e Vera Lúcia Botta Ferrante (1995). Esta já é uma história bastante conhecida e divulgada em inúmeras publicações.

O que vou reproduzir aqui é a história de um conceito. Tentarei captar o processo, por meio do qual, assentados de reforma agrária, pensados dentro de um projeto interessante de plantio de grãos para abastecimento das cidades, tiveram criatividade para construir outros modelos, implantando sistemas de produção cuja diversidade agrícola, ligada a práticas tradicionais, ou articuladas ao setor moderno da economia, lhes permitiu sobreviver à falência do “modelo de grãos” e resistir, permanecendo na terra contra todos os prognósticos.

O modelo de plantio de grãos nada tinha de errado em si. Afinal, os grãos sempre foram a base da alimentação desde que os primeiros grupos humanos se tornaram sedentários. Basta lembrar aqui as civilizações que se formaram à beira dos grandes rios (o Nilo, os rios da Mesopotâmia, o Yang-Tse), para se ter uma idéia dessa importância. Além disso, cumpre lembrar ainda que, em culturas primitivas, ligadas profundamente à natureza, os grãos eram considerados sagrados (WHITAKER e BEZZON, 2006).

O modelo, no entanto, não era adequado às circunstâncias dos assentamentos que se formaram na região de Araraquara. A crise do cultivo de grãos foi bem explicada por Ferrante et alli (2000 e 2004) e pode ser entendida ainda a partir de Campoi (2005).

Não vou reproduzir os detalhes que explicam a falência do modelo imposto pelos planejadores. Para os alvos deste artigo, basta situar alguns fatores cruciais. Em primeiro lugar, o caráter equivocados da política de crédito agrícola, direcionado ao cultivo de grãos, que levaria os técnicos à imposição de cultivo em larga escala, em terras devastadas pela produção de Eucalipto da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa) (caso da Fazenda Monte Alegre), e que não considerava a necessidade de autonomia do assentamento. Em segundo lugar, a imposição da produção coletiva de grãos (arroz, amendoim e milho) que, técnica e politicamente correta, ignorava o sistema econômico no qual fomos todos socializados, baseado no individualismo e na competição. Em Ferrante, Whitaker e Barone (2004), encontramos uma boa síntese desse fracasso inicial.

“Essa estratégia, racional do ponto de vista técnico, redundou em desavenças entre os trabalhadores – e destes com os técnicos – o que prejudicou o planejamento econômico e alternativo de arranjos produtivos que privilegiassem as expectativas dos assentados.



Além disso, um cronograma truncado – como no caso da correção do solo – só levou a uma queda brusca da produtividade e, conseqüentemente, à inadimplência dos assentados junto aos agentes financeiros que assistiam aos PAs.<sup>4</sup> (FERRANTE, WHITAKER e BARONE, 2004)

Importante recordar ainda: a redemocratização do País acendia em muitos técnicos um certo coletivismo romântico, no início dos anos 1980 – momento em que o neoliberalismo em alta emergência com suas propostas de competição, produtividade e individualismo. Estas exatamente as características do corte da cana e da colheita da laranja, dos quais saíam os primeiros assentados.

Fracassado o modelo e abandonadas suas diretrizes, era de se esperar que os assentados voltassem às tarefas volantes do corte da cana e/ou buscassem empregos nas cidades próximas ou partissem para outras regiões. E realmente alguns o fizeram... Afinal, a história mostra que os homens não agem em blocos monolíticos de seres comandados inexoravelmente por processos coletivos.

A maioria, no entanto, permaneceu. Novas ondas de ocupações trouxeram “chegantes” e novos núcleos se consolidaram. Assim, os núcleos da Fazenda Monte Alegre que eram no início apenas quatro (anos 80) são hoje sete, com modelos de uso e ocupação do solo marcados pela variedade de cultivos e criações (WHITAKER e FIAMENGUE, 2000, NISHIKAWA, 2004 e CAMPOI, 2005).

Embora ameaçados hoje pela invasão da cana-de-açúcar que conseguiu realizar consórcio com os mais desesperados (e desavisados), a história desses núcleos quando estudada em detalhes mostra a enorme possibilidade de diversidade que anima os sujeitos, quando as falhas do planejamento os liberam para buscar soluções pessoais. Não vou fazer agora o balanço das principais soluções encontradas e da diversidade produzida. Quero voltar ao conceito de Soberania Alimentar porque é na relação com esse conceito que se consegue consolidar a história escrita pelas trajetórias diversas, que se consegue rastrear. Ou melhor, é levando em conta as estratégias adotadas, como diria Bourdieu (1989), que se consegue captar o *habitus* como característica do corpo socializado do sujeito produtor de alimentos ligados à vida – o que diferencia do investidor produtor de mercadorias para o agronegócio, ou seja, para o lucro e para a acumulação.

### **Soberania alimentar: um conceito dialético**

O conceito de segurança alimentar já está consolidado. E é bom que todos se preocupem com ele. Mas, a presença forte desse conceito pode atrapalhar a compreensão do mais recente – que se nos apresenta hoje como direito humano fundamental. Essa exigência é feita, por exemplo, pela ativista indiana Anuradha Mittal.

Falando para uma platéia internacional, no último Congresso Mundial de Sociologia Rural, realizado em julho de 2004 na Noruega, essa corajosa militante fez um balanço das perversidades cometidas pelo agronegócio contra camponeses e pequenos produtores no mundo todo, o que nos ajuda a compreender a questão dos direitos humanos. Não é só a questão da reprodução da vida por meio do alimento – questão obviamente fundamental. Trata-se também da reprodução de importantes categorias históricas, que excluídas, engrossam as massas miseráveis no terceiro mundo. A reprodução da vida também está aí em jogo e em jogo a soberania dos países que não controlam o processo e cujas populações têm já uma parte substancial martirizada pela exclusão.

O conceito, é portanto, muito amplo. E penso que, para compreendê-lo, é preciso situá-lo de forma dialética, a partir de um elemento singular, muito pequeno na aparência, mas carregado de relações e de contradições: uma semente transgênica.

Passo a reproduzir aqui, então, parte de uma palestra que realizei em Bauru, sobre Soberania Alimentar, durante a qual, tentei extrair, a partir de uma semente transgênica de soja, relações e contradições que caracterizam hoje a produção mundial de alimentos, a partir dos grandes cultivos.<sup>5</sup>

Sendo parte de uma palestra, apresenta um tom coloquial, que tentei superar na transcrição, o que nem sempre se consegue completamente. Peço desculpas por isso, mas acredito que os vestígios do coloquial facilitam a compreensão do meu raciocínio.

Minha tentativa nessa palestra foi partir de uma singularidade – uma semente de soja transgênica – para dela extrair, de forma dialética, algumas relações des-

5. A palestra *Alimentação e Soberania: o grande dilema do século* foi parte da Semana Mundial de Alimentação, organizada pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) em 10 unidades do Estado de São Paulo com apoio da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e teve como tema Agricultura e Diálogo de Culturas: Nosso Patrimônio Comum.

veladoras dos perigos que corremos – nós, dos países explorados – de perder definitivamente nossa soberania alimentar.

“O que é uma semente transgênica? Todo mundo sabe mais ou menos, não com profundidade técnica – mas todo mundo sabe – é uma semente na qual foi introduzido um gen, um **DNA** diferente e que transforma então esse produto, no caso a soja (ou pode ser o arroz, o girassol, o milho), numa espécie que vai ter uma característica diferente daquela que a semente original tinha. No caso da soja, do milho, do arroz, do girassol, o que se está fazendo é introduzir um gen que torna aquela semente mais resistente aos herbicidas. Bom, aí vem aquela discussão: o transgênico faz mal? O transgênico é um Frankstein ou não é? Uns falam que vai fazer mal para a saúde, que é cancerígeno. Outros dizem que afinal de contas a natureza sempre fez a transgenia e é por isso que nós temos ou tínhamos bilhões de espécies no planeta, ou tínhamos, já que uns 60 ou 70% já desapareceram. Então, eu desisti de me preocupar com a tal transgenia e resolvi me preocupar com o herbicida: desse eu posso entender porque de veneno todo mundo entende, a gente sabe que faz mal mesmo. Então eu ficava olhando para aquilo e pensando: por que produziram isso aqui? A Monsanto, a Ciba, a Novartis, a Schering, são indústrias farmacêuticas; produzem remédios e produzem venenos. Por que eles tentam produzir uma semente resistente a herbicida? Vão exigir, então, que se coloque mais herbicida na terra para acabar com as “ervas daninhas”, que na realidade não se deveriam chamar “daninhas”, pois nada mais são do que o ecossistema tentando se restabelecer. Então a minha dúvida era essa: por que não inventam uma semente transgênica que tenha mais resistência à praga, que não precise de herbicida? Por que não criam uma semente transgênica que tenha um produto com mais vitamina, com mais nutrição, mais bonito, com mais flores? – qualquer coisa boa – por que tem que ser a resistência ao herbicida?

Ái eu fui investigar e descobri o óbvio; que as próprias companhias, que produzem as sementes que já patentearam e que já dominam, produzem também o tal herbicida que a semente vai suportar. Então, a Ciba produz a semente de soja que resiste ao herbicida atrazine, que ela também fabrica e já está tudo patenteado. Isso significa que os agricultores especialmente os do terceiro mundo, vão ter que comprar os pacotes tecnológicos com aquela semente e aquele herbicida, o que tira totalmente a pouca autonomia que já tinham. Então, essa é uma reflexão simples, que parte do concreto, mas que nos permite tirar dali todas as relações sociais e políticas que, vamos dizer assim, anunciam a globalização. Relações infinitas podem-se tirar dessa pequena semente. É claro que eu

não tenho competência para tirar relações infinitas, mas eu vou retirar mais ou menos umas cinco ou seis.

A primeira relação que aparece por trás dessa semente tão pequena é justamente a questão da soberania – a soberania que fica ameaçada porque se as sementes forem todas patenteadas, a produção de grãos, que é a coisa mais importante para a humanidade, vai ficar toda nas mãos das cinco ou seis transnacionais que controlam o sistema. Esse tipo de produção é muito caro porque depende de cultivos em larga escala, baseados no produtivismo que é a regra de produção de alimentos. Ele vai gerar ou vai acentuar a fome no mundo porque vai estar nas mãos de meia dúzia. As pessoas, quando eu digo isso, sempre dizem: ‘mas sempre houve fome, por que atribuí-la agora ao capitalismo?’ Mas, fome em épocas passadas era um fenômeno que ocorria quando havia algum cataclismo natural, quer dizer uma praga de gafanhotos ou roedores, ou uma seca. Aí existia fome, mas se vocês analisarem, como eu disse, a história da alimentação ou a alimentação na história, vão ver que as grandes civilizações surgiram à beira dos grandes rios. E por que? Porque os rios nas enchentes adubavam naturalmente a terra e havia safras fantásticas de trigo que permitiam o surgimento daquilo que chamamos de civilização: temos os egípcios, os babilônios, a China, a Índia, todas as civilizações da Antiguidade construídas em cima da alimentação. Então, alimentação é aquilo que permite construir uma civilização e as pessoas pouco pensam nisso ao entregar a alimentação nas mãos de corporações transnacionais que a controlam. Eu me preocupei com esse problema da soberania, porque eu estive num congresso de Sociologia Rural na Noruega, em 2004, e todo mundo estava discutindo isso e criou-se inclusive a partir das organizações não-governamentais ligadas à questão da alimentação e da agricultura um conceito de Soberania Alimentar como um direito humano. A luta hoje é para introduzir soberania alimentar como um dos direitos humanos, direito humano fundamental.

O que é soberania alimentar? Cada país ter o direito e o dever de produzir aquilo que seu povo precisa comer na quantidade e qualidade desejadas, porque na verdade a qualidade também tem que ser discutida. Então, essa questão dos herbicidas ou dessa pequena semente resistente aos herbicidas me levou ao plano da globalização da alimentação por intermédio das transnacionais e ao conceito de Soberania Alimentar como direito humano, quer dizer, me levou para o campo dos direitos humanos. Vocês podem ver como um conceito explicado ganha realmente força: essa é a vantagem da análise dialética.

Uma outra relação que a semente me suscitou depende de prestar atenção nos resultados disso tudo para o meio ambiente. Quer dizer, se a carga de herbicida suportada por esse transgênico pode ser maior, ela obviamente será usada e não ficará só na semente,

não ficará só no nosso corpo, o que já é uma tragédia. Irá também para o meio ambiente em geral, inclusive se espalhará pelo meio ambiente. Então, vamos ter evidentemente um ar mais poluído, o que já temos por causa dos grandes cultivos e será ampliado ainda mais com essa semente que é mais produtiva.

Aí, entramos numa outra questão que é o produtivismo, que marca também o sistema alimentar do mundo hoje, principalmente depois da globalização, quando intensificou-se o comércio internacional de alimentos. Esse produtivismo pode também ser lido nessa semente, na medida em que, nós principalmente brasileiros, somos grandes exportadores de soja. Eu viajei recentemente para o Paraná, e vi caminhões, caminhões e caminhões de soja se dirigindo para o Porto de Paranaguá. Em 2005, eu estive em Ilhéus, Bahia, terra do cacau, Jorge Amado, Gabriela. O que vi nas rodovias? Caminhões e caminhões de soja! Mas, o que se faz com tanta soja? É simples: produzimos soja para a exportação e não para alimentar o povo. A soja vai alimentar o produtivismo europeu: o gado, o frango, o porco, que passaram a partir dos anos setenta, oitenta a serem criados confinados, o que por si já é uma violência contra os pobres animais. A gente vai matar e comer o bicho e ainda o cria encarcerado. Com as conseqüências que vocês viram agora: a gripe do frango. E com os frangos grudados um no outro, isso não tem como não virar epidemia, pois o vírus se espalha rapidamente.

É o descalabro do sistema que vai sendo puxado por essa obsessão do produtivismo. Então o que faz a Europa, hoje? Cria gado confinado, alimentado com a nossa soja que tem o nitrogênio que o gado precisa. Assim, esvaziou os prados para plantar cereais, trigo, milho, colza, canola, cevada, centeio, tudo em excesso. Essa superprodução de cereais que a Europa não consome, ela vende para o Terceiro Mundo. O Egito, por exemplo, que produzia o trigo que alimentava todo o seu povo na Antigüidade (e todo o Império Romano) hoje, compra trigo da Europa, isso é coisa de maluco. A Europa vende esse trigo a preço subsidiado, a preço baixo para competir com o terceiro mundo e destrói as plantações do terceiro mundo criando desemprego e fome. Essa é uma novidade da globalização, a fome no meio da maior abundância. Isso a História ainda não tinha registrado, fome como fenômeno histórico era um fenômeno que acontecia por causa de escassez. Agora nós temos a fome dentro da superprodução. Resultado: temos aí o paradoxo do produtivismo, que é o consumidor europeu comendo frango e carne mais barata hoje, graças à soja que nós produzimos, ao invés de produzir alimento para o nosso povo. Ao mesmo tempo, o consumidor europeu não percebe que está pagando impostos para o governo dar subsídios aos cereais para vender cereais baratos para o Terceiro Mundo. Essa venda de cereais baratos para o Terceiro Mundo provoca o *débâcle*

das culturas de cereais do Terceiro Mundo. Por exemplo, no sudeste asiático, havia até trinta ou quarenta anos atrás 140 mil espécies de arroz. Era uma biodiversidade incrível, uma verdadeira civilização do arroz: arroz que dá na cheia, arroz que dá na vazante, arroz da montanha, arroz do terraço, até o arroz medicinal. Hoje, eles estão comprando sementes de arroz, um “tal” de IR 8, produzido pelos países centrais, mais barato, mais produtivo e homogeneizante. Resultado, foram expelidos milhares, milhares e milhares de camponeses por conta desse produtivismo – a grande produção gerando fome miséria e exclusão.

Isso tudo eu tirei obviamente de muitas leitura; não foi só da semente de soja, mas foi contemplando aquela idéia do transgênico, do aumento ainda maior da produção de soja que eu fui elaborando essa questão.

Uma terceira relação que eu tirei foi a do gasto energético. O gasto energético é uma coisa brutal nessa civilização que está aí com esse comércio exterior, que leva alimentos para lá e para cá. Eu me lembro quando eu era criança, lá em Presidente Prudente, tinha um pé de manga no meu quintal, então, a gente só tinha que subir no pé e chupar a fruta. Vejam bem, eu não estou propondo nenhuma volta ao passado porque no passado, tinha coisas horríveis também, mas eu estou observando uma coisa interessante. Agora, só tem aquela manga Tommy – aquela manga é sem graça, não tem gosto de nada, porque é o produto dessa tecnologia que está aí, que acabou com a biodiversidade. Desapareceram aquelas centenas de tipos de manga das quais eu me lembro da minha infância. Mas daí, qual não foi a minha surpresa? Havia domingo na minha cidade, na quitanda, manga Bourbon, uma manga que eu adoro. Enchi o saquinho de manga e perguntei para a dona da quitanda de onde era a fruta, achando que vinha de sua chácara ou pelo menos que fosse ali de São José do Rio Preto, já estava interessante. Mas aí ela disse que vinha da Bahia e eu pensei: será que precisa gastar combustível e outros recursos, poluir o ar com caminhões e mais caminhões que já estão carregando soja pelo mundo afora e ainda trazer manga da Bahia, será que precisa disso? É claro que não precisa. Mas, precisa porque em volta de Araraquara só tem cana e laranja.

A questão do suco de laranja também. Esse é um problema que para mim nem Kafka podia prever algo tão absurdo, tão irracional. Na minha região tem fábricas de suco de laranja. Vocês já devem ter ouvido falar na Cutrale, associada à Coca-Cola. Em Matão, que é perto de Araraquara, tem a Citrosuco que é uma coisa gigantesca com instalações e equipamentos faraônicos. Eu fico pensando que se aquilo estivesse produzindo comida estava bom. Mas, esse suco de laranja é exportado para a Comunidade Européia e também para os Estados Unidos.

Eu tenho um aluno que fez uma dissertação de mestrado, que estudou o circuito dessa exportação. Com muita laranja lavada, trabalhada e transformada em suco o que por si já é um gasto energético tremendo, porque é tudo automatizado, esse suco é colocado em caminhões-tanque que pegam as rodovias em direção a Santos – aqui vocês já imaginam se tem alguma vitamina ainda naquele suco. É um suco morto! Em Santos, esses caminhões despejam esse suco em sucodutos. Há os tambores enormes de suco, depois o sucoduto, depois aquilo cai dentro de um navio-tanque. Até lá, é uma água choca que está sendo transportada: porque se a gente faz o suco de laranja em casa em uma ou duas horas já está sem gosto, já está alterado, vocês imaginem esse transporte, que deve ser cheio de produtos químicos. Esse navio-tanque navega pelo oceano até os Estados Unidos, ou até a Europa, dias e dias e dias e chegando lá, novamente sucoduto, novamente caminhões. O suco que vai ser distribuído pelas empresas é tratado: já foi pasteurizado aqui, pasteuriza lá de novo, acrescenta vitamina C, porque não tem mais nenhuma, mais açúcar, menos açúcar, mais algum produto químico estabilizante para dar um pouco de sabor e aquelas caixinhas “tipo-leite-longa-vida” (que essa também é outra história, ao invés de chamar longa vida deveria chamar longa morte, porque é leite morto também). A caixinha tipo-longa-vida, forrada de alumínio – que é uma coisa que gasta uma energia tremenda – finalmente chega à mesa do consumidor aquela porcaria. É tão fácil pegar uma laranja e espremer, acho que é a coisa mais fácil do mundo, mas a humanidade perdeu o hábito de mexer as mãos e fazer coisas, então toma-se esse suco morto cujo percurso pelo mundo é absolutamente irracional, porque vai gastando energia, vai gastando aqueles combustíveis ameaçados de esgotamento.

Se vocês pegarem os grandes pensadores da economia hoje, que se tornaram ecologistas como o Altwater, eles usam as leis da termodinâmica, os conceitos da física para mostrar a incompatibilidade desse modelo com o meio ambiente. Quer dizer, nós temos, segundo o autor, ilhas de sintropia que são as fontes de energia que o Sol por meio da sua radiação criou na terra durante milhões de anos. São recursos que não são renováveis porque o Sol demorou bilhões de anos para produzir esses combustíveis fósseis e nós estamos gastando isso em segundos, transportando alimentos de um país para outro, de uma região para outra sem nenhuma necessidade, porque isso é só para dar lucro para as transnacionais e para o grande capital. Durante anos, séculos, a humanidade se alimentou com redes locais de alimentos frescos e quando você chega nessa coisa do suco de laranja que navega pelos oceanos, que produz uma entropia, é uma desordem tremenda (quanto mais ordem a gente quer ter na cidade, na metrópole, mais a gente entropisa o meio ambiente). Se você pensar nessa soja para alimentar o gado europeu ou o frango japonês, se pensar nessas

trocas todas como desnecessárias, você vai ver que existe uma irracionalidade total no sistema alimentar praticado pelo mundo hoje.

Bom, o que a gente pode fazer em relação a esse produtivismo? Por enquanto nada, porque ele está consolidado. Você veja o problema da carne brasileira: estava todo mundo desesperado em 2005, porque vários países pararam de comprar a nossa carne por causa da aftosa. Agora, será que nós precisávamos mesmo vender a nossa carne? Não poderíamos, nós mesmos, comer a carne ao invés de mandar esses cadáveres? Vão congelados dentro de um navio, são cadáveres que vão ali dentro. A humanidade está comendo cadáver. O alimento que nós comemos é morto porque ele passa por uma cadeia de transporte que torna impossível que esse alimento seja saudável. Como se não bastasse isso, esse gasto energético entropisa o planeta e alimenta o efeito estufa. Mas esta é outra relação e das mais complexas que deixaremos para discutir em outra ocasião" (...)

### **Encerrando o coloquial**

Conforme se pode observar, a partir das relações estabelecidas com o produtivismo da semente transgênica e do suco para exportação, essas atividades da agricultura capitalista nada têm a ver com a solução do problema da fome no mundo.

Os objetivos desse produtivismo são: em primeiro lugar, o lucro e a acumulação do capital das grandes corporações ligadas à produção de sementes; e em segundo lugar, como condição *sine qua non* da primeira, a submissão do terceiro mundo ao uso de pacotes tecnológicos ligados aos transgênicos e à produção daquilo que os países centrais desejam consumir (soja ou suco de laranja não importa, mas sempre os grandes cultivos).

Em ambas as situações, temos abalada nossa soberania alimentar, seja pela necessidade desesperada das sementes com seus agrotóxicos específicos, seja pela imposição daquilo que devemos produzir dentro da agricultura globalizada – uma perda de soberania que não apenas se anuncia, mas já se iniciou.

### **A luta pela soberania alimentar**

É possível desmontar esse modelo? E como vamos substituí-lo? É óbvio que não podemos voltar àquele rural bucólico, de um passado recente no caso brasileiro, e que era funcional a um país cuja população vivia predominantemente no campo.

Devemos lembrar, no entanto, que a experiência de urbanização dominante, vivida hoje pela maioria dos países e que a humanidade tende a considerar, então,



como “natural” é muito recente em termos históricos – dois séculos, se tanto, no caso da Inglaterra, e meio século, no caso do Brasil e da América Latina.

Em contraposição, temos séculos de predominância do rural, e o campesinato como única categoria sociológica que atravessa todos os modos de produção, desde 5.000 mil anos antes de Cristo, quando os seres humanos se tornaram “camponeses”, ou seja, se sedentarizaram e começaram a cultivar cereais às margens dos grandes rios do Oriente.

Mas, não devo distanciar-me tanto do tema. Exigências históricas prementes assombram a humanidade. A recuperação do meio ambiente degradado pelo industrialismo já se impõe como problema. Muitos países já implantaram políticas de valorização do campesinato, criando-lhe condições para uso de capital simbólico que agrega valor a seus produtos, atingindo consumidores diferenciados (e conscientizados). As pequenas propriedades agrícolas apresentam-se hoje, na maior parte do globo como multifuncionais e seus agentes são, cada vez mais, pluriativos. Ou seja, não estamos regredindo ao campesinato clássico do antigo rural pré-industrial. Um novo rural se apresenta hoje por toda a Europa e por países avançados como a Austrália, que buscam substituir seus modelos “macro” por pequenas propriedades diversificadas, inclusive com o cultivo de flores.

Nesse sentido, há que valorizar – e muito – o movimento social de luta pela terra no Brasil, já que, paradoxalmente, o que esse movimento reivindica, e a mídia apresenta como subversão e/ou retrocesso e atraso, é exatamente o que, em muitos países avançados, está sendo construído/concedido pelos planejamentos do Estado, ou seja, pelos governos (especialmente nos países do primeiro mundo).

Nesse sentido, os assentamentos de reforma agrária podem ser tomados como modelos e serão levados em conta, quando as exigências da recuperação do meio ambiente obrigarem a superar os sistemas dos grandes cultivos.

Embora tímida, nossa modesta reforma agrária pontilhou o país de milhares de pequenos lotes com suas soluções originais e alternativas aos fracassos dos planejamentos, recriando mosaicos e diversidade, eliminando a fome não só para seus agentes como, em muitos casos, para populações a sua volta. Isso para não falar nas baixíssimas taxas de mortalidade infantil que apresentam, segundo pesquisas da FAO (1999).

Tomando-se apenas os assentamentos de Araraquara, já contamos com vários estudos que desvelam a rica diversidade de práticas e cultivos derivada da criatividade dos agentes envolvidos na situação.

É uma situação bastante analisada e fortemente registrada por sociólogos rurais envolvidos em interfaces com estudos sobre o meio ambiente<sup>6</sup>.

Encerrarei este artigo com rápido esboço – apenas alguns flashes impressionistas sobre a situação – para que se tenha idéia do mundo de possibilidades que se oferecem como alternativas ao modelo dos grandes cultivos e suas práticas deletérias.

O inventário de alguns lotes na região de Araraquara nos surpreende com hortas e pomares de ricas variedades. Além disso, um pequeno número de cabeças de gado determina criatividade e diversidade no uso do leite. Galinhas e porcos “passeiam” pelos terreiros à moda antiga, enquanto técnicas modernas permitem a criação de peixes e rãs em tanques e reservatórios. Alguns se dedicam à sericicultura, outros fabricam farinha de mandioca, alguns vendem o leite para a usina, outros preferem produzir queijos e com o soro alimentar os porcos. Verdadeiros sistemas agrícolas se formam a partir de diferentes atividades integradas pelos agentes humanos na situação.

“As estratégias dos assentados de reforma agrária da Fazenda Monte Alegre produziram uma série de transformações positivas no meio ambiente, tais como: o aumento da diversidade dos sistemas agrícolas e a criação de uma heterogeneidade no espaço físico da área”. (WHITAKER e FIAMENGUE, 2000).

As alternativas desses agentes humanos restabelecem nos locais a estrutura em mosaico (WHITAKER e BEZZON, 2006), que caracteriza as regiões ainda não invadidas pela extensa monotonia visual dos grandes cultivos.

Observem o inventário da diversidade encontrada em apenas um lote e registrada por pesquisadores do Nupedor ainda no ano de 2000.

“Inventário do lote – mexerica ponkan (220 pés – única espécie cultivada para cultura e comércio), café, mandioca comum que se subdivide em vários tipos e a rosa, milho, feijão, jambolão, manga (11 tipos diferentes), cajá, manga, umbucajá, umbu, abil, abricó,

6. Veja-se por exemplo: WHITAKER e FIAMENGUE (2000), NISHIKAWA (2004) e CAMPOI (2005).

carambola, seriguela, graviola, fruta-pão, jaca, banana (7 tipos diferentes), melancia, napiê e cana para alimento do gado”. (WHITAKER e FIAMENGUE, 2000, p.20)

Esta ação constante dos assentados em pequenos lotes provocou não só a construção desses mosaicos de rica diversidade como o reaparecimento da vida silvestre com animais inclusive considerados extintos na região – e até no país –, como o lobo-guará, por exemplo (WHITAKER, 2003). As estratégias e alternativas adotadas, dependentes das trajetórias e *habitus* dos sujeitos – como diria BOURDIEU (1989) – não demonstram só a criatividade dos indivíduos, frente às pressões que às vezes nos parecem inexoráveis. Elas são a prova da existência de alternativas aos grandes cultivos da impropriamente chamada *Revolução Verde* – que deveria ser intitulada de *Revolução Tecnológica da Agricultura*. Uma verdadeira *Revolução Verde* tomará como modelo as alternativas encontradas pelo campesinato que sobrevive ao redor do mundo, com suas soluções possíveis.

No caso brasileiro precisamos de uma reforma agrária mais profunda que possa ampliar e diversificar os modelos em construção. A cana ensaia suas invasões nos assentamentos da região de Araraquara. É possível resistir ao poder econômico do agronegócio? Plantios de soja no Pontal do Paranapanema, criação de gado no Mato Grosso são outros exemplos que ameaçam nossa frágil reforma agrária. É preciso entendê-la e aprofundá-la porque só a íntima relação entre reforma agrária e reconstrução do meio ambiente pode realizar, no Brasil, o sonho que países como Noruega já realizaram e outros estão prestes a alcançar – um meio rural equilibrado, marcado por mosaicos de rica diversidade com a natureza em regeneração.

Resta saber se os grandes cultivos podem ser abolidos, face ao poder econômico que os mantém e à dependência por eles criada. Considero possível mantê-los sob controle onde e quando forem necessários para o abastecimento de atividades cruciais ainda não modificadas pelo novo tipo de planejamento, no âmbito local e nacional.

Mas, a produção para o mercado abstrato globalizado – que implica uso intensivo de combustíveis fósseis para plantios e transporte de alimentos que poderiam ser produzidos localmente ou que representam apenas sofisticação do consumo para minorias – não resistirá ao avanço das lutas para salvar o planeta.

Nesse sentido, os assentamentos de reforma agrária e as diferentes formas de pequenas propriedades familiares no Brasil e ao redor do mundo podem criar um outro tipo de sofisticação pelo resgate dos alimentos desaparecidos

na (voragem) dos grandes cultivos. Aqui, teremos sofisticação para todos, cada região com suas marcas – um novo tipo de capital simbólico a agregar valor aos produtores do campo.

Mas já nem pedimos tanto. Se puder ter-se alimentação nutritiva e diversificada para todas as regiões do planeta, cada qual com sua culinária e gastronomia, teremos eliminado a fome que caracteriza o mundo contemporâneo e teremos salvo para cada país ou região a Soberania Alimentar, como direito humano fundamental.

Aqui se cruzam, portanto – direitos humanos, reforma agrária e recuperação da natureza – três grandes desafios para a humanidade. Os assentamentos de trabalhadores rurais com seus pequenos lotes parecem sinalizar o início de um processo para solução desses desafios.

Para quem está preocupado com o abastecimento das populações urbanas, recomendo o livro de José Eli da Veiga, *Cidades Imaginárias*, em cujos textos ele mostra não só que o Brasil não é tão urbano como parece mas também que é possível definir territórios (superando a idéia política de região e municípios), nos quais se formam redes de abastecimento autônomas e ajustadas às características locais e que se estabelecem seu dinamismo na relação sinérgica cidade-campo. Tal política de planejamento poderá, sem dúvida, substituir paulatinamente a agricultura deletéria dos grandes cultivos. Também nesse caso só uma reforma agrária radical possibilitará a implantação do novo modelo. \*

## Referências bibliográficas

- ALTVATER, E. *O Preço da Riqueza*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A. 1989.
- BOVÉ, J.; DUFOUR, F. *O mundo não é uma mercadoria*. Camponeses contra a comida ruim. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- DALY, H.E. *A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Textos para debate, nº 34, AS-PTA, abril de 1981.
- CAMPOI, A.M. *Sistemas de Produção e Estratégias de vida para permanência na terra: um estudo no projeto de Assentamento monte alegre – Araraquara/SP*. Araraquara-SP. Uniara/Mestrado de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Dissertação de Mestrado, 2005.
- D'INCAO, M.A. *O Brasil não é mais aquele*. São Paulo: Cortez, 2001.

- FERRANTE, V.L.S.B., BERGAMASCO, S.M.P.P. (Orgs.) *Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo*. Araraquara: Nupedor/CNPq/C.P.E.A. Pós-graduação em Sociologia, F.C.L./Unesp, 1995. 448 p.
- FERRANTE, V.L.S.B., WHITAKER, D.C.A., BARONE, L.A. Dezoito anos de Assentamentos Rurais: diferentes dimensões desta difícil maioria. *Retratos de Assentamentos*. Araraquara: ano VI, nº 9, Nupedor/CNPq/Uniara, 2004.
- HINDMARSH, R. *A falsa promessa da sustentabilidade da Engenharia Genética*. Rio de Janeiro: Textos para debate, nº 49, AS-PTA, abril de 1991.
- HOBBELINK, H. (Editor). *Biotecnologia: muito além da revolução verde*. Porto Alegre: Henk Hobbelink editor, 1990.
- MACHADO, A.T.; MAGNAVACA, R. *Estresse Ambiental: o milho em perspectiva*. Rio de Janeiro: Textos para debate, AS-PTA, 1991.
- MITTAL, A. *Food Sovereignty: A New Farm Economy to Challenge Economic Globalization*. Palestra proferida durante o XI World Congress of Rural Sociology em Trondheim, Norway, 25 a 30 julho, 2004.
- NISHIKAWA, D. L. L. *Levantamento das práticas sustentáveis nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre na região de Araraquara – SP – Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental), USP/São Carlos (mimeo)*.
- PRADO JR.C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- WHITAKER, D.C.A. *Alimentação e Soberania: o grande dilema do século*. Palestra proferida no Sesc de Bauru durante o evento Agricultura e Diálogo de Culturas: nosso patrimônio comum. São Paulo: FAO / Sesc, 2004.
- \_\_\_\_\_. BEZZON, L. A. C. *A cultura e o ecossistema*. Campinas: Alínea, 2006.
- \_\_\_\_\_. FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: Uma Possibilidade de Diversidade Agrícola. *Retratos de Assentamentos*. Araraquara: Programa de Pós-graduação em Sociologia FCL/Unesp/Nupedor/CNPq. Ano IV, nº. 8, 2000. p. 19-31
- VEIGA, J. E. da. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos Urbano do que calcula*. Editora Autores Associados. Campinas, 2003.
- WILSON, E.O. (Org.) *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.



Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

Um novo projeto de desenvolvimento para o país passa pela transformação do meio rural em um espaço com qualidade de vida, acesso a direitos, sustentabilidade social e ambiental.

Ampliar e qualificar as ações de reforma agrária, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e do etno-desenvolvimento das comunidades rurais tradicionais. Esses são os desafios que orientam as ações do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) voltado para a produção e a difusão de conhecimento que subsidia as políticas de desenvolvimento rural.

Trata-se de um espaço de reflexão, divulgação e articulação institucional com diferentes centros de produção de conhecimento sobre o meio rural, nacionais e internacionais, como núcleos universitários, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais, centros de movimentos sociais, agências de cooperação.

Em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Nead desenvolve um projeto de cooperação técnica intitulado “Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável,” que abrange um conjunto diversificado de ações de pesquisa, intercâmbio e difusão.

## Eixos articuladores

---

- Construção de uma rede rural de cooperação técnica e científica para o desenvolvimento
- Democratização ao acesso às informações e ampliação do reconhecimento social da reforma agrária e da agricultura familiar  
O Nead busca também
- Estimular o processo de autonomia social
- Debater a promoção da igualdade
- Analisar os impactos dos acordos comerciais
- Difundir a diversidade cultural dos diversos segmentos rurais

## Projeto editorial

---

O projeto editorial do Nead abrange publicações das séries Estudos Nead, Nead Debate, Nead Especial e Nead Experiências, o Portal Nead e o boletim Nead Notícias Agrárias.

## Publicações

---



Reúne estudos elaborados pelo Nead , por outros órgãos do MDA e por organizações parceiras sobre variados aspectos relacionados ao desenvolvimento rural.



Inclui coletâneas, traduções, reimpressões, textos clássicos, compêndios, anais de congressos e seminários.



Apresenta temas atuais relacionados ao desenvolvimento rural que estão na agenda dos diferentes atores sociais ou que estão ainda pouco divulgados.



Difunde experiências e iniciativas de desenvolvimento rural a partir de textos dos próprios protagonistas.

## Portal

---

Um grande volume de dados é atualizado diariamente na página eletrônica [www.nead.org.br](http://www.nead.org.br), estabelecendo, assim, um canal de comunicação entre os vários setores interessados na temática rural. Todas as informações coletadas convergem para o Portal NEAD e são difundidas por meio de diferentes serviços.

A difusão de informações sobre o meio rural conta com uma biblioteca virtual temática integrada ao acervo de diversas instituições parceiras. Um catálogo *on line* também está disponível no Portal para consulta de textos, estudos, pesquisas, artigos e outros documentos relevantes no debate nacional e internacional.

## **Boletim**

---

Para fortalecer o fluxo de informações entre os diversos setores que atuam no meio rural, o NEAD publica semanalmente o boletim Nead Notícias Agrárias. O informativo é distribuído para mais de dez mil usuários, entre pesquisadores, professores, estudantes, universidades, centros de pesquisa, organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais e sindicais, organismos internacionais e órgãos de imprensa.

Enviado todas as sextas-feiras, o boletim traz notícias atualizadas sobre estudos e pesquisas, políticas de desenvolvimento rural, entrevistas, experiências, acompanhamento do trabalho legislativo, cobertura de eventos, além de dicas e sugestões de textos para fomentar o debate sobre o mundo rural.

Visite o Portal [www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)

Telefone: (61) 3961-6420

SBN, Quadra 2, Edifício Sarkis, Bloco D loja 10, sala S2,

CEP: 70.040-910 Brasília-DF



O texto deste livro foi composto em Myriad Pro, corpo 10/14 pts, no formato 16 x 23 cm e impresso sobre papel offset em junho de 2008.

**Organização**

*Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante  
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker*

**Apoio para organização**

*Henrique Carmona Duval*

**nupedor**  
núcleo de pesquisa e documentação rural



**UNIARA**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA



**nead**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

